

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - DOUTORADO**

LUCINEIA MOREIRA DE SOUZA

**DISCURSOS SOBRE ENSINO SUPERIOR NO JORNAL *FOLHA DO OESTE*
(1953-1973): ENTRE A ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA E A
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS (GUARAPUAVA, PARANÁ)**

PONTA GROSSA

2022

LUCINEIA MOREIRA DE SOUZA

**DISCURSOS SOBRE ENSINO SUPERIOR NO JORNAL *FOLHA DO OESTE*
(1953-1973): ENTRE A ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA E A
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS (GUARAPUAVA, PARANÁ)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Nívio de Campos.

Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais.

**PONTA GROSSA
2022**

Souza, Lucineia Moreira de
S72 Discursos sobre ensino superior no jornal Folha do Oeste (1953-1973): entrea
Escola de Agronomia e Veterinária e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
(Guarapuava, Paraná) / Lucineia Moreira de Souza. Ponta Grossa, 2022.
196 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nívio de Campos.

1. Jornal Folha do Oeste. 2. Ensino superior. 3. Escola Superior de Agronomia e
Veterinária. 4. Faculdade de filosofia, ciências e letras. I. Campos, Nívio de. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III. T.

CDD: 370.981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

LUCINEIA MOREIRA DE SOUZA

DISCURSOS SOBRE ENSINO SUPERIOR NO JORNAL *FOLHA DO OESTE* (1953-1973): ENTRE A ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA E A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS (GUARAPUAVA, PARANÁ)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Nívio de Campos – UEPG (Presidente)

Prof.^a Dra. Karina Janz Woitowicz - UEPG

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat- UEPG

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior - UFPR

Prof. Dr. Celso João Carminati - UDESC

Prof.^a Dra. Natália Cristina de Oliveira - UFMS - suplente externa

Prof.^a Dra. Maria Julieta Weber Cordova - UEPG - suplente interno

Ponta Grossa, 22 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por Nívio de Campos, Professor(a), em 22/02/2022, às 18:16, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador 0886755 e o código CRC 81B138D8.

Aos meus pais: Maria Silvestre Ribas e Lauro Moreira de Souza.

À minha querida irmã: Edineia Moreira de Souza.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Silvestre Ribas e ao meu Pai Lauro Moreira de Souza por acreditarem na busca pelo conhecimento, acompanharem e aceitarem minhas escolhas. No olhar de vocês encontrei força, amor, carinho e incentivo para a realização desta pesquisa. Por isso, agradeço imensamente as escolhas feitas por vocês que me permitiram chegar até aqui, muito obrigada!

À minha irmã Edineia Moreira de Souza por ter acreditado e confiado em mim no momento em que mais precisei. Muito obrigada.

Ao meu companheiro Fernando Gomes de Almeida por nunca ter questionado minhas escolhas e, ainda, pela sua companhia e presença em todos os momentos. Muito obrigada pela sua preocupação na busca pelas fontes e na escrita da tese.

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Névio de Campos por sua disponibilidade, presença e apoio em todos os momentos. Sou muito grata pelas palavras, apontamentos, correções, incentivo e ajuda nos momentos desafiadores da pesquisa.

Agradeço aos professores da banca que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, indicando leituras e observações para melhor compreensão do meu objeto de pesquisa. Por isso, muito obrigada ao Prof. Dr. Celso João Carminati – UDESC; Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior – UFPR; Prof^a. Dr^a. Karina Janz Woitowicz – UEPG; Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat – UEPG.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG agradeço pelas contribuições na minha formação acadêmica, especialmente, por me proporcionar leituras de autores clássicos ainda não conhecidos.

Quero agradecer às pessoas e às respectivas instituições que possibilitaram a coleta das fontes para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço à professora Dr. Terezinha Saldanha, coordenadora do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Região (CDMGR) e aos funcionários do CDMGR pela receptividade, conversas e apontamentos sobre os impressos e a História de Guarapuava. Sou grata pela colaboração na coleta de dados do Jornal *Folha do Oeste* e a fundação da FAFIG.

Agradeço ao Sr. Murilo Walter Teixeira (*in memoriam*), responsável pelo Museu Casa Benjamin Constant, pela disponibilidade, recepção e compartilhamento de saberes sobre o Jornal *Folha do Oeste* e Antônio Lustosa de Oliveira e, especialmente, pelas fontes da pesquisa que permitiram a escrita da tese.

Não posso deixar de agradecer às pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para o meu bem-estar no período da escrita na tese.

Às amigas, Lidia Preczeniak Woidelo e Débora Messias Grezeszezyn, pelas palavras de carinho, incentivo e apoio incondicional na minha caminhada acadêmica.

Ao amigo e professor Me. Diego da Luz Nascimento Tecchio e Dr. Wilian Bonete por proporcionar momentos de reflexão em torno do objeto da pesquisa, leitura de partes da tese, visitas de incentivo e, principalmente, pela presença acolhedora e motivadora em muitos momentos.

Agradeço ao amigo e professor Me. Fábio Augusto Gomes pelas suas palavras de carinho, atenção, reflexão sobre diversos assuntos e, principalmente, pela sua presença amigável, respeitosa e perspicaz em todos os momentos. Ah, muito obrigada por sempre gerar a dúvida em todas as conversas.

Agradeço às amigas e professoras Maria Noêmia dos Santos, Selma Aparecida Lima dos Santos e Daniele da Rosa por me acompanharem no período do doutoramento, sempre com uma palavra amiga e de incentivo nos momentos de incertezas. Sou muito grata por compartilhar de momentos de risos!

Agradeço às amigas-irmãs Marisete Teles Boaventura e Evaneide Martins pelas palavras de incentivo e conforto nos momentos de maior desespero da escrita da Tese.

Aos colegas e amigos da turma do Doutorado muito obrigada pelas palavras de ânimo, de colaboração na pesquisa e pelos momentos de descontração.

Sou grata a todas e todos da Escola Municipal Professora Eroni Santos Ferreira por terem permitido cursar por um ano e meio as disciplinas do doutorado, mesmo trabalhando. Muito obrigada à direção, à equipe pedagógica, aos professores e funcionários pelo apoio e incentivo.

Agradeço ao Centro Universitário Guairacá pela colaboração e dispensa em vários momentos em que precisei para realização da pesquisa.

Os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado (BOURDIEU, 1997, p. 25).

RESUMO

O problema desta tese consiste em discutir como o jornal *Folha do Oeste* se constituiu em uma estratégia de intervenção intelectual, a partir da proposição de ensino superior para Guarapuava (Paraná), notadamente no que diz respeito à Escola de Agronomia e Veterinária e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no período circunscrito entre 1953 e 1973. O recorte temporal inicial está vinculado ao momento em que a Escola Superior de Agronomia e Veterinária foi proposta pelo proprietário do jornal e deputado estadual Antônio Lustosa de Oliveira; já o final está relacionado às publicações que tratam da instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O objetivo geral é analisar as estratégias promovidas pelo *Folha do Oeste* na defesa de um projeto de formação superior. Disso depreendem-se os seguintes objetivos específicos: 1) reconstituir uma parte da história do *Folha do Oeste* de modo relacional aos demais jornais locais e ao campo do jornalismo; 2) apresentar o modo como o *Folha do Oeste* propagava a ideia de ensino agrícola, notadamente da Escola de Agronomia e Veterinária para Guarapuava, articulando-se às intervenções de Antônio Lustosa de Oliveira, proprietário desse impresso e integrante da política local e estadual; 3) explicitar as estratégias do *Folha do Oeste* na defesa da primazia da Escola de Agronomia e Veterinária e da importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esse percurso analítico faz-se a partir dos seguintes documentos: edições do *Folha do Oeste*; edições dos jornais *O Guayra*, *O Pharol*, *A Cidade*; projetos de lei, livro de Antônio Lustosa de Oliveira e de memorialistas, Livro de Registros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1970), que estão disponíveis no acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Região e no Museu Casa Benjamin C. Teixeira, nos arquivos online da Assembleia Legislativa do Paraná e da Câmara Federal de Deputados. Além disso, apoia-se nos debates da história intelectual e dos intelectuais em diálogo com a sociologia dos intelectuais, particularmente na discussão em torno da intervenção política dos intelectuais (Gisèle Sapiro), intelectual como agente do cultural e do político (Pascal Ory e Jean-François Sirinelli) e nos conceitos de capital, campo e habitus (Pierre Bourdieu). Esta pesquisa soma-se às demais já existentes que usam esse impresso como fonte ou objeto, ampliando-se à medida que privilegia o problema do ensino superior. A peculiaridade de nossa pesquisa concerne à explicitação de que o *Folha do Oeste* assumiu uma posição em defesa da prevalência da educação superior agrícola e pecuarista, sem deixar de se engajar em prol da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Trata-se este periódico como um meio de intervenção intelectual, em que o ensino superior foi uma das pautas consideradas de grande importância, ao enfatizar a ideia deste jornal como um espaço de mediação entre os interesses dos grupos herdeiros das antigas famílias de ruralistas e os horizontes de expectativa que se buscava legitimar como expressão de toda a cidade de Guarapuava e toda a região Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Jornal Folha do Oeste. Ensino Superior. Escola Superior de Agronomia e Veterinária. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

ABSTRACT

The problem of this thesis is to discuss how the newspaper *Folha do Oeste* was constituted in a strategy of intellectual intervention, from the proposition of higher education for Guarapuava (Paraná), notably with regard to the School of Agronomy and Veterinary, and the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters, in the period between 1953 and 1973. The initial time frame is linked to the moment when the School of Agronomy and Veterinary was proposed by the newspaper owner and state deputy Antônio Lustosa de Oliveira; the final one is related to the publications dealing with the installation of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters. The general objective is to analyze the strategies promoted by *Folha do Oeste* in the defense of a higher education project. From this, the following specific objectives are derived: 1) to reconstitute a part of the history of *Folha do Oeste* in a relational way to the other local newspapers and to the field of journalism; 2) to present the way in which *Folha do Oeste* propagated the idea of agricultural education, notably of the School of Agronomy and Veterinary for Guarapuava, articulating the interventions of Antônio Lustosa de Oliveira, owner of this press and member of local and state politics; 3) to make explicit the strategies of *Folha do Oeste* in the defense of the primacy of the School of Agronomy and Veterinary and of the importance of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters. This analytical course is based on the following documents: editions of *Folha do Oeste*; editions of the newspapers *O Guayra*, *O Pharol*, and *A Cidade*; draft legislation, book by Antônio Lustosa de Oliveira and by memorialists, Book of Records of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters (1970), which are available in the collection of the Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Região and in the Museu Casa Benjamin C. Teixeira, in the online archives of the Paraná Legislative Assembly and the Federal Chamber of Deputies. In addition, it is based on the debates of intellectual history and intellectuals in dialogue with the sociology of intellectuals, particularly in the discussion around the political intervention of intellectuals (Gisèle Sapiro), intellectual as an agent of the cultural and the political (Pascal Ory and Jean-François Sirinelli) and the concepts of capital, field and habitus (Pierre Bourdieu). This research is added to other existing researches that use this newspaper as a source or object, broadening itself as it focuses on the problem of higher education. The peculiarity of our research concerns the explanation that the *Folha do Oeste* took a position in defense of the prevalence of agricultural and cattle-raising higher education, while engaging in favor of the School of Philosophy, Sciences and Letters. This periodical was a means of intellectual intervention, in which higher education was one of the agendas considered of great importance, by emphasizing the idea of this newspaper as a space of mediation between the interests of the groups inherited from the old ruralist families and the horizons of expectation that were sought to be legitimized as an expression of the entire city of Guarapuava and the entire western region of Paraná.

Keywords: *Folha do Oeste* newspaper. Higher Education. School of Agronomy and Veterinary Sciences. School of Philosophy, Sciences and Languages.

LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART.	Artigo
AI-5	Ato Institucional 5
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDMGR	Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Região
CPEA	Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos
CEG	Centro Estudantil Guarapuavano
DAU	Departamentos de Assuntos Universitários
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS/PR	Departamento Ordem Política e Social do Paraná
EAP	Escola Agrônômica do Paraná
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros
EUA	Estados Unidos da América
FAFIG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
FFCL - PG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa
GEVG	Grupo Escolar Visconde de Guarapuava
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPM	Inquérito Policial Militar
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MES	Ministério da Educação e Saúde
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PR	Paraná
PRP	Partido Representação Popular

PSD	Partido Social Democrático
PSN	Partido Social Nacionalista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTD	Partido Trabalhista Democrático
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEA	Superintendência do Ensino Agrícola
SEAP	Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná
SEAV	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
TSN	Tribunal da Segurança Nacional
UDN	União Democrática Brasileira
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UPE	União Paranaense dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 1 OS IMPRESSOS EM GUARAPUAVA: DO GUAYRA AO FOLHA DO OESTE ...	33
1.1 O GUAYRA: O PRIMEIRO JORNAL DE GUARAPUAVA	38
1.2 O PHAROL: O PRIMEIRO JORNAL DE ANTÔNIO LUSTOSA	40
1.3 A CIDADE E SUA ARTICULAÇÃO COM OS JORNAIS ANTECEDENTES	43
1.4 “IMPRENSA É ALTRUIÍSMO”: O <i>FOLHA DO OESTE</i>	67
 2 O <i>FOLHA DO OESTE</i> E A ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA.....	84
2.1 O PROJETO DE LEI Nº 63/53: ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA	91
2.2 A “FACULDADE DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA”: “PATRIMÔNIO CULTURAL DA JUVENTUDE GUARAPUAVANA”	108
2.3 A ESCOLA AGROTÉCNICA: O <i>FOLHA DO OESTE</i> E A PROPOSIÇÃO DE ANTÔNIO LUSTOSA NA CÂMARA FEDERAL	120
 3 O <i>FOLHA DO OESTE</i> E A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	131
3.1 O <i>FOLHA DO OESTE</i> E AS MANIFESTAÇÕES EM PROL DO ENSINO SUPERIOR.....	136
3.2 A FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS E O <i>FOLHA DO OESTE</i>	151
3.3 AS MANIFESTAÇÕES DO <i>FOLHA DO OESTE</i> APÓS A INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	167
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	181
APENDICE A - LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O JORNAL FOLHA DO OESTE	194

INTRODUÇÃO

O objeto desta tese são as tomadas de posição¹ do jornal *Folha do Oeste* no processo de criação de instituições de ensino superior na cidade de Guarapuava (Paraná), notadamente no que diz respeito à Escola de Agronomia e Veterinária e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Este impresso foi criado em 28 de fevereiro de 1937 por Antônio Lustosa de Oliveira² e extinto em 1984. A nossa pesquisa faz um recorte no interior da história desse periódico, especialmente no período de 1953 a 1973. O ano de 1953 está associado ao projeto que visava à

¹ Tomadas de posição podem ser aproximadas da ideia de discurso (representações e práticas). Nesse aspecto, entendemos representações a partir de Pierre Bourdieu, de modo particular ao que se constata no item “Realidade da representação e representação da realidade”, que integra a obra **A distinção: crítica social do julgamento** (2008a). Essa definição que articula realidade da representação e representação da realidade é reiterada por Roger Chartier no artigo “Defesa e ilustração da noção de representação” (2011).

² Antônio Lustosa de Oliveira (1901-1995), descendente da Guarda-Mor Lustosa da 6ª Expedição de Guarapuava (1771), era o mais novo dos treze filhos do casal Joaquim Ferreira de Oliveira e Ubaldina Lustosa Danguy. Após os três anos de idade, passou a viver com seus tios, o Capitão Manoel Paulo de Siqueira e Rosa Lustosa Danguy. Quando completou dez anos de idade, iniciou a fase de estudos em Guarapuava. Em 1914, foi enviado para a Escola Brazil Cívico, em Rio Negro. Devido aos acontecimentos da Guerra do Contestado a Escola Brazil Cívico foi fechada e, assim, não chegou a concluir os estudos. Passou a estudar com professores particulares, a fim de ingressar no Colégio Mackenzie, em São Paulo, em 1917. No entanto, com a morte do seu tio Manoel Paulo de Siqueira, em 1917, Antônio Lustosa de Oliveira assumiu as responsabilidades das propriedades e dos demais bens da família, fator que impediu de cursar seus estudos na referida instituição. Continuou os estudos com professores particulares. Em 1919, fundou o seu primeiro jornal “O Pharol”, com circulação quinzenal em Guarapuava, perdurando até 1920. No ano seguinte, o Jornal passou a ser semanário, deixando de existir em 1929. Nas décadas de 1920 e 1930 fundou e dirigiu outros jornais, tendo como expoente o *Folha do Oeste* (1937). Entre 1935 e 1936, Antônio Lustosa de Oliveira se candidatou a vereador de Guarapuava pela chapa integralista. Entre 1938 e 1941, para Antônio Lustosa de Oliveira, foram anos de investigações por parte das autoridades estaduais e nacionais a respeito das suas práticas integralistas. Nesse período, residiu em Curitiba e estabeleceu relações estreitas com o Interventor Manoel Ribas. Em 1940, Antônio Lustosa de Oliveira, em meio às investigações, presidiu o Clube Guaira em Guarapuava. Em 1944, foi nomeado Prefeito de Guarapuava pelo Interventor Manoel Ribas. Em outubro de 1945, com o fim do regime do Estado Novo, Getúlio Vargas e Manoel Ribas foram depostos. Situação análoga ocorreu com Antônio Lustosa de Oliveira. Mas, entre abril e maio de 1945, antes de sua deposição, organizou e fundou o Partido Social-Democrata (PSD) em Guarapuava. Presidiu o diretório do PSD local até que todos os partidos políticos fossem novamente extintos pelo golpe militar de 1964. Em 1946, foi eleito Prefeito de Guarapuava, deixando a função para candidatar-se a deputado estadual por Guarapuava. Foi eleito deputado estadual entre 1947 e 1958. No final do ano de 1958, candidatou-se a deputado federal pelo PSD. Não foi eleito, mas ficou como primeiro suplente do deputado federal Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, o que lhe possibilitou atuar por trinta dias na Câmara Federal, devido o afastamento do titular. No início do ano de 1959, foi nomeado como Secretário de Estado do Interior e Justiça do Estado do Paraná pelo governador Moysés Lupion. Em 07 de janeiro de 1960 deixou a pasta para assumir a presidência do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Paraná por cinco anos, sob nomeação de Juscelino Kubitschek. Em junho de 1964, ele é denunciado por corrupção, sendo exonerado e preso. No entanto, o Inquérito Policial Militar (IPM) atestou que Antônio Lustosa de Oliveira era inocente. A partir disso, candidatou-se pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a deputado federal, mas não obteve êxito. E, diante desse panorama, Antônio Lustosa de Oliveira permaneceu escrevendo crônicas no *Folha do Oeste* como João do Planalto (SILVA, 2008).

criação da Escola de Agronomia e Veterinária, de autoria do proprietário do jornal e então deputado estadual, que foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E o ano de 1973 diz respeito aos escritos deste impresso no que se refere à instalação (1970) e ao início das atividades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIG).

O problema desta tese consiste em discutir como o jornal *Folha do Oeste* se constituiu em uma estratégia de intervenção intelectual, a partir da defesa da proposição de ensino superior para Guarapuava. A partir dessa problemática, o objetivo geral é analisar as estratégias promovidas pelo *Folha do Oeste* na defesa de um projeto de formação superior. Disso depreendem-se os seguintes objetivos específicos: 1) reconstituir uma parte da história do *Folha do Oeste* de modo relacional aos demais jornais locais e ao campo do jornalismo; 2) apresentar o modo como o *Folha do Oeste* propagava a ideia de ensino agrícola, notadamente da Escola de Agronomia e Veterinária para Guarapuava, articulando-se às intervenções de Antônio Lustosa de Oliveira, proprietário desse impresso e integrante da política local e estadual; 3) explicitar as estratégias do *Folha do Oeste* na defesa da primazia da Escola de Agronomia e Veterinária e da importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A tese a ser sustentada é a de que o *Folha do Oeste* se constituiu em um espaço de intervenção política e formativa (intervenção intelectual) de uma fração da sociedade Guarapuava, utilizando a pauta do ensino superior como uma das estratégias para defender a modernização e o desenvolvimento da região e projetar a cidade, assim como suas lideranças no cenário regional e estadual. Nesses termos, a preocupação desta tese é mostrar como esse processo ocorreu, pois, ao longo da história desse impresso, observamos que os debates em torno da educação, especificamente em relação ao ensino superior ganharam relevância entre 1953 e 1973. Em Guarapuava, o *Folha do Oeste* se configurou como um lugar de intervenção intelectual no espaço público. O jornal era um espaço de atuação de muitos professores, os quais mantinham uma relação próxima a Antônio Lustosa de Oliveira. No período deste estudo, alguns diretores/editores³ eram professores do

³ Tratamos dos diretores/editores a partir da consideração de que os jornais interioranos se caracterizaram, muitos deles, pelo acúmulo de funções, conforme estudos de Ribeiro (2005), Dornelles (2012), entre outros. No *Folha do Oeste*, o diretor também fazia a função de editor, razão pela qual optamos por citá-los como diretores/editores. Dentre eles, os professores Joaquim Prestes (1953-1955) e João Rodrigues de Oliveira (1957); os demais eram: o jornalista Antônio Pires Lopes

Ginásio Estadual Manoel Ribas⁴, e outros jornalistas que haviam trabalhado em jornais de Curitiba e que possuíam relações próximas a Lustosa de Oliveira.

A história deste Jornal está associada à trajetória do seu fundador, Antônio Lustosa de Oliveira. Ele explanava nos seus jornais⁵ a sua leitura de Guarapuava e o modo de interpretar as necessidades da sociedade guarapuavana a partir dos anseios do grupo social a que pertencia. Paralelamente, incitava as potencialidades para o desenvolvimento econômico, cultural e social. No *Folha do Oeste* divulgava-se um tom de preocupação em torno da produção e disseminação de ideias acerca da educação, da cultura e da economia regional, ao divulgar os projetos e a atuação do seu proprietário como deputado do Estado do Paraná. Logo, essa preocupação se constituía e era traduzida pelos diretores/editores do jornal.

Entendemos que o *Folha do Oeste* não se configurou apenas como mais um jornal, fundado por Antônio Lustosa de Oliveira, mas um periódico que demarcou seu espaço no jornalismo local e regional pela sua caracterização e pela articulação com os jornais que circulavam no Paraná (FOLHA DO OESTE, 29/09/1946) e em outros Estados do Brasil e, principalmente, pela rede de contato do proprietário e dos diretores/editores. Destacamos o contexto social, político e cultural em que o *Folha do Oeste* (1953-1973) esteve inserido e, ainda, consideramos importantes os debates protagonizados pelo jornal e por aqueles que se ocupavam da formação superior em agronomia e veterinária dos jovens guarapuavanos e de professores para atuação no ensino secundário. Inicia-se um debate acerca da formação em ensino superior no *Folha do Oeste*, destacando-a como uma das necessidades de Guarapuava.

Este debate deve ser entendido no contexto de expansão do ensino superior no Brasil (federalização universitária) e interiorização de faculdades estaduais no Paraná, nos anos 1950, como evidenciam Luiz Antônio Cunha (1988, 1989), Maria de Lourdes Fávero (2000), Névio de Campos (2008), Névio de Campos e Eliezer Felix de Souza (2016), igualmente ao contexto de forte crença na ideia de desenvolvimento, modernização e educação, como bem sintetizam os artigos de

(1955); jornalista Celso Sperança (1955-1956); jornalista Yalo Benedito Cabral (1956, 1958-1960, 1963-1964); jornalista Nabor Reis Ferraz (1960-1963, 1966); jornalista Hélio de Azevedo (1967-1969); jornalista J.B. Barros Garcia (1973).

⁴ Ginásio Estadual Manoel Ribas criado pelo Decreto nº 309 de 17 de fevereiro de 1945, pelo Interventor Federal do Estado do Paraná, Sr. Manoel Ribas. Deu início às atividades escolares em 1º de março de 1946.

⁵ Antônio Lustosa de Oliveira fundou vários jornais em Guarapuava, dentre eles *O Pharol* (1919), *Alvorada* (1922), *O momento* (1924), *Folha do Oeste* (1937) etc.

Miriam Chaves (2007), Nádia Gonçalves e Sandro Gonçalves (2008), Ivan Salomão (2017), Lincoln Santos (2019). Esse aspecto, conforme Analete Regina Schelbauer, constituía a agenda dos governantes do Paraná:

Imbuídos do discurso de modernidade, tal como em âmbito federal, os governos de Manoel Ribas, como interventor (1932-1935 e 1937-1945) e governador (1935-1937), Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1955), como governadores, são caracterizados por práticas administrativas voltadas ao povoamento do território, por meio dos trabalhos de colonização das regiões Norte, Oeste e Sudoeste do Estado e da construção de uma malha rodoviária para integrar as diferentes regiões [...] (SCHELBAUER, 2014, p. 77-78).

Além disso, a definição desta proposta de pesquisa está relacionada ao nosso interesse pela temática, desde 2008, a partir das buscas realizadas nos jornais que circularam em Guarapuava nos anos de 1950, disponíveis no Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Região (CDMGR), localizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO - Campus Santa Cruz, em Guarapuava/PR. Em 2008, eu era acadêmica do curso de História, da UNICENTRO, e nos foi proposto um trabalho com fontes históricas no CDMGR. Para o desenvolvimento da atividade, cada acadêmico deveria escolher uma fonte histórica que possibilitasse pesquisar sobre determinado assunto. Como eu já possuía formação em Pedagogia procurei realizar o trabalho sobre história da educação em Guarapuava e, por isso, os jornais locais foram os que permitiram realizar tal intento.

Em 2012, escrevi o projeto para ingresso no mestrado em educação, no Programa de pós-graduação em educação pela UNICENTRO, em que estavam previstos os jornais locais como fonte primária. Ingressei no PPGE-UNICENTRO e a partir disso, passei a pesquisar sobre a história da educação via impressos de Guarapuava.

Observamos que os periódicos constituem um vasto campo de pesquisa em História da Educação e, que alguns jornais locais, destacaram-se pela articulação política que representavam para a sociedade guarapuavana. Logo, a seleção do *Folha do Oeste* para a pesquisa se deu pela forte atuação nos debates em torno da política, sociedade e cultura da população local e, ainda, pela relação que mantinha com o Estado.

É importante dizer que nossa tese está circunscrita à produção acadêmica já existente, pois o estado do conhecimento é essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, realizamos um levantamento das produções sobre a temática,

indicando trabalhos científicos, como artigos publicados em revistas, dissertações e teses que se referem diretamente à temática. As buscas⁶ foram feitas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES e Portal de Periódicos da CAPES⁷. Diante desse levantamento, inserimos nossa pesquisa no rol de produção científica que se ocupa do jornal *Folha do Oeste* e do ensino superior na região de Guarapuava.

Consideramos as pesquisas de Szeuczuk (2016), Amaral (2014) e Amaral e Herold Junior (2014), que enfocam o processo de constituição e consolidação da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG), em 1970. A partir dos trabalhos encontrados apreendemos o *Folha do Oeste* como um elemento de defesa e difusão de ideais e lugar para discussão de temas relacionados à educação, dentre eles, formação em ensino superior. Entretanto, as abordagens feitas pelos autores mencionados utilizam o *Folha do Oeste* como parte de suas pesquisas no processo de discussão e instalação da FAFIG.

A preocupação dos autores supracitados incide em demonstrar como os impressos locais do período trataram do ensino superior. Szeuczuk (2016) explana a importância do *Folha do Oeste* como veículo de comunicação, porém, opta pelo jornal *Esquema do Oeste*, como fonte histórica principal para tratar da FAFIG, dentre os anos de 1970 a 1990. Já os trabalhos de Amaral (2014) e Amaral e Herold Junior (2014) apresentam o processo de constituição da FAFIG (1960-1970) dentre as mudanças nas estruturas econômicas, políticas e culturais da região de Guarapuava. Para o desenvolvimento de suas pesquisas, os autores utilizaram o *Folha do Oeste* como fonte histórica, trazendo à tona alguns embates referentes à criação da FAFIG.

Nossa pesquisa se insere nesse campo de estudo sobre a instalação da primeira instituição de ensino superior na região de Guarapuava, mas se particulariza por se ocupar do *Folha do Oeste* como fonte central de estudo. Consideramos o jornal como espaço fundamental para elucidação de uma representação de formação da juventude, além disso, constituiu-se um lugar para intervenção social ou política por parte dos seus diretores/editores. A forma de fazer

⁶ Os trabalhos encontrados estão descritos no Apêndice – Levantamento da produção científica sobre o Jornal *Folha do Oeste*.

⁷ Não utilizaremos artigos publicados em eventos, por considerarmos que são análises parciais e em construção sobre um determinado objeto e, portanto, não são resultados de pesquisas sistematizadas.

jornalismo no *Folha do Oeste* esteve vinculada às preocupações do grupo social que representava em Guarapuava e, especialmente, às perspectivas na própria forma de se constituir no campo do jornalismo e às formas de fazer intervenção social na sociedade.

Sobre a necessidade de uma instituição de ensino superior em Guarapuava, o jornal *Folha do Oeste* posicionava-se como um agente social favorável, disseminando uma representação da realidade regional acerca das suas necessidades e potencialidades. E, ainda, expunha os problemas que o ensino superior enfrentava no Brasil e na capital do Estado do Paraná. Nesse contexto, apresentava argumentos quanto à necessária formação dos professores secundaristas para Guarapuava. O posicionamento do jornal, segundo o texto (FOLHA DO OESTE, 18/03/1962) do redator Lourival Santos Lima⁸, também indicava a necessária formação de lideranças políticas e culturais de um grupo capaz de intervir na sociedade e resolver as questões de cunho social, econômico, político e cultural (educacional). Em publicações que datam das décadas de 1950 e 1960, o Jornal expôs que a formação superior agrícola e veterinária era recomendada porque viabilizaria o processo de modernização da agricultura e da pecuária, paralelamente, os agrônomos e veterinários produziram pesquisas e conhecimentos acerca da problemática local.

Na continuidade das nossas buscas nos portais, já descritos, encontramos pesquisas acerca da relação do jornal *Folha do Oeste* e as mais variadas esferas da vida social. Dentre eles, destacamos Santos (2015, 2017), Santos e Hidalgo (2014), Prestes (2016), Maria (2011) e Walderez Pohl da Silva (2008) que contribuem para o entendimento da relação estabelecida entre o jornal, a população e o poder executivo municipal e do Estado do Paraná. Santos e Hidalgo (2014) afirmam que “[...] o Jornal *Folha do Oeste* nos remete à concepção de ser um apêndice do Estado, prolongamento que reproduz o seu discurso na cidade de Guarapuava” (2014, p. 181). Já Santos (2015) e Maria (2011) expõem o modo de o *Folha do Oeste* se posicionar no mundo social. O primeiro destaca que os “[...] grandes acontecimentos das décadas de 1940, 1950 e 1960, como a Segunda Guerra

⁸ De acordo com Guebert (2018) Lourival Santos Lima foi “Professor da Escola Normal, Promotor Público, Oficial do Cartório – Segundo Registro de Imóveis de PG, Gerente e Colunista do Jornal Diário dos Campos, Diretor e redator do Jornal do Paraná, Professor do Colégio Regente Feijó, Professor da Faculdade de Direito (cadeira de Introdução à Ciência do Direito)” (GUEBERT, 2018, p. 77).

Mundial e seus desdobramentos, puderam ser compreendidos em escala reduzida no jornal *Folha do Oeste*” (SANTOS, 2015, p. 63). Além disso, assevera que “[...] O jornal apontou, mesmo que de forma diminuta, o que se estava em voga no período: os discursos sobre imigrantes do pós-guerra nas três esferas administrativas: nacional, estadual e local” (SANTOS, 2015, p. 102).

O discurso emitido sobre os Suábios de Danúbio, pelo *Folha do Oeste*, caracterizou-se como político, uma vez que a “[...] sua essência principal (apesar de não exclusiva, pois um discurso dialoga com outros) encontra-se nos interesses que a vinda de imigrantes do pós-guerra representava” (SANTOS, 2015, p. 103). A representação dizia respeito ao “incremento na lavoura, na indústria e a disputava territorial, gerando indenizações” (SANTOS, 2015, p. 103).

Maria (2011), ao analisar os textos presentes na coluna social “Rumores sociais”, do *Folha do Oeste*, colabora para entendermos os grupos sociais da região, ao mesmo tempo que explicita os “limites e papéis impostos pelas elites a si e aos demais integrantes do espaço urbano” (MARIA, 2011, p. 128). Nesse sentido, o autor disserta que “os jornais, sobretudo o *Folha do Oeste*, demonstraram a importância adquirida pelos periódicos e pelos meios de comunicação em geral naquele meio, sendo constantemente vistos e utilizados como meios de poder, ‘fazer ver’ e ‘fazer crer’ no cotidiano guarapuavano” (MARIA, 2011, p. 129, grifo do autor).

Santos (2017), ao tratar dos Suábios de Danúbio, enfatizou a questão da língua vernácula para os imigrantes na região de Entre Rios em Guarapuava. O autor expõe que o *Folha do Oeste* explanou preocupação restrita aos imigrantes “e quando se pensava a educação, era destinada ao imigrante como um meio de controle social” (SANTOS, 2017, p. 290). Sendo assim, o autor declara que o jornal contribuiu para disseminar um ideal mínimo de educação, ao qual correspondia a educação rural a fim de “reduzir os índices de analfabetismo e controlar a migração campo-cidade” (SANTOS, 2017, p. 290).

Prestes (2016), ao tratar da educação no início do século XX, explicitou que jornais locais disseminaram o ideário das práticas pedagógicas que deveriam estar presentes no Grupo Escolar Visconde de Guarapuava (GEVG)⁹. Prestes enfoca a

⁹ O Grupo Escolar Visconde de Guarapuava foi fundado em 1912, um dos representantes da primeira fase (1900-1913) do desenvolvimento do ensino primário republicano paranaense, descrito por Nobrega (2014). Atualmente, a instituição escolar é denominada de Colégio Estadual Visconde de Guarapuava.

capacidade do jornalismo guarapuavano em disseminar atitudes, valores e ideias à população local e regional, ou seja, expressa a prática de (in) formação da população e traz à tona a articulação política de Antônio Lustosa de Oliveira com um grupo de professores (detentores de poder simbólico), pois “em seus periódicos ele sempre tinha um professor/diretor de escolas em seu corpo editorial” (PRESTES, 2016, p. 60).

Walderez Pohl da Silva (2008), na sua tese de doutoramento, apresenta o *Folha do Oeste* como meio de comunicação que possibilitou a atuação do personagem Antônio Lustosa de Oliveira no espaço político local, paranaense e brasileiro. Para isso, expõe a trajetória de seu proprietário como um agente que “conduziu o universo mental de uma parcela significativa de Guarapuava em direção a uma expectativa de progresso e modernidade para a cidade” (SILVA, 2008, p. 20). Como fator explicativo da trajetória política de Antônio Lustosa de Oliveira, Silva (2008) discorre que “os múltiplos papéis que ele desempenharia ao longo de sua história, derivaram dos ‘marcos condicionantes sociais’ impostos pela família, pela educação e pelas influências recebidas” (SILVA, 2008, p. 63, grifo do autor).

Nesse sentido, entendemos que o *Folha do Oeste* se posicionou como mediador, procurando ser reconhecido e legitimar seu grupo social perante a opinião pública. Assim, procurava produzir um discurso em defesa da educação que deveria partir da escola de crianças ao ensino superior. O envolvimento com professores (detentores de capital cultural e simbólico) mostra uma estratégia de legitimação de seu próprio discurso, tomando a educação como expressão da modernização e do desenvolvimento nacional, estadual e regional¹⁰. É fundamental dizer que Szeuczuk (2016), Amaral (2014), Amaral e Herold Junior (2014), Santos (2015, 2017), Santos e Hidalgo (2014), Prestes (2016), Maria (2011) e Silva (2008) reiteram a importância

¹⁰ Entendemos modernização como “processo de mudança econômica, política, social e cultural que ocorre em países subdesenvolvidos, na medida em que se direcionam para padrões mais avançados e complexos de organização social e política” (LARRAIN, 1996, p. 477). Silva e Silva (2005), no verbete modernidade, afirmam: “No âmbito da América Latina, as oligarquias agroexportadoras durante muito tempo construíram obstáculos ao processo de modernização em razão de seus interesses internos de dominação dos demais grupos sociais, apesar de ter sido essa mesma oligarquia que, no final do século XIX, se propôs a modernizar as cidades, os transportes, o urbanismo latino-americano. Apesar disso, a educação formal, considerada uma das principais ferramentas para a modernização de uma sociedade, permaneceu como privilégio de minorias” (SILVA; SILVA, 2005, p. 299). Nesse sentido, o século brasileiro foi “marcado por uma inspiração prometeica de modernização e de progresso material a qualquer custo”. Nesse sentido, o autor acrescenta que “o ideário moderno não significou o compromisso com a constituição de uma cultura cívica centrada na ampliação efetiva da participação dos setores subalternos e no reconhecimento de direitos” (LAHUERTA, 2003, p. 219-220).

do jornal *Folha do Oeste* para os estudos em História e História da Educação local e regional.

Os estudos que tratam do *Folha do Oeste* ainda são poucos, sobretudo, os realizados no campo da História da Educação, ainda mais se levarmos em consideração sua relação com a História Intelectual e História dos Intelectuais. Assim sendo, acreditamos que a tese proposta poderá contribuir para pensar o *Folha do Oeste* como espaço de intervenção política e educativa, na tentativa de legitimar-se como protagonista da modernização e do desenvolvimento, elementos que ganhavam dimensões de grandiosidades no Brasil e no Paraná, a partir dos anos 1950.

Ao buscar explicar as formas de intervenção do grupo que, sob a liderança de Antônio Lustosa de Oliveira, usava o *Folha do Oeste* como um espaço de produção simbólica, esta pesquisa inscreve-se nos estudos dos intelectuais. A partir dos anos de 1980, surge a História Intelectual e a História dos Intelectuais. Gisèle Sapiro (2012), no artigo intitulado “Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês”, afirma que se na maioria das sociedades existe “um grupo ou categoria de pessoas que exercem uma função de intelectual, como o clero, é somente a partir do século XVIII que emerge na Europa um campo intelectual relativamente autônomo” (SAPIRO, 2012, p. 20). Para tanto, o aparecimento do intelectual como categoria social e com poder simbólico ocorreu somente no final do século XIX.

Dosse (2004), no artigo “Da História das Ideias à História Intelectual”, mostra o entrelaçamento dos procedimentos internalistas (lógica interna do conteúdo das obras, das ideias) e externalistas (contexto de produção) na História Intelectual, pois ela “só me parece fecunda a partir do momento em que pensa juntos os dois polos” (p. 298). Por isso, a compreensão da História Intelectual se dá pelo conteúdo explícito, contrassensos que o tal suscita e, também, reapropriações sucessivas que são feitas posteriormente (DOSSE, 2004). Nesse caso,

O historiador dispõe de um trunfo diante das dificuldades de elaboração de uma história intelectual, graças a sua capacidade de *mise en intrigue*, de construção de um relato complexo que permite essa correlação, ao mesmo tempo em que preserva a indeterminação e o caráter probabilístico das hipóteses propostas (DOSSE, 2004, p. 299, grifo do autor).

Quanto à História dos Intelectuais, no artigo “Os intelectuais”, Sirinelli afirma que há necessidade de entender o caráter polissêmico da “noção intelectual, o

aspecto polimorfo do meio dos intelectuais” (SIRINELLI, 2003, p. 234) nos processos de transformações da sociedade francesa. No interior desse debate, recorreremos a Vieira (2008) que, no artigo “*Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual”, afirma que o termo *intelligentsia*, na Grande Polônia, popularizou-se a partir da obra “Em amor à pátria”, no ano de 1844.

Nesse contexto, o vocábulo pressupunha a sensibilidade e a responsabilidade dos cultos quanto à educação do povo e à afirmação da nação. No mesmo período, na Rússia, a *intelligentsia* se referia ao homem culto, eloquente, nacionalista e defensor de mudanças sociais (VIEIRA, 2008), fator esse que vinculou o termo à aceção de elite que se define pela formação, competência no trato com o conhecimento científico e com a cultura, contracenando às elites de herança ou de posição econômica. Associou-se à ideia de grupo que, dotado de capacidades, produz determinada concepção de mundo e se constitui como protagonista político de foro privilegiado. Assim, a atuação da *intelligentsia* na vida pública russa perpassou o século e foi apropriado pelo contexto francês a partir de outro termo, o intelectual.

Helenice Rodrigues da Silva (2005), no artigo “O intelectual no ‘campo’ cultural francês: do ‘caso Dreyfus’ aos tempos atuais”, argumenta que em distintas épocas forjam-se modelos para representação do intelectual. Por isso, afirma que a ideia de intelectual é histórica e o termo é mais um comportamento do que, precisamente, um conceito. Desse modo, até os anos de 1970, a figura do intelectual define-se mais pelo engajamento, isto é, sua atuação política no espaço público. Característica que perde espaço a partir dos anos de 1980, com a definição de intelectual *expert*. Este, por sua vez, é um especialista que se encontra nas instituições de produção de conhecimento, e, em nome de certa expertise, pode intervir no mundo social.

Ao longo dos anos de 1980 ganhou visibilidade outro modelo de intelectual, denominado de *expert*. Silva (2005, p. 397) explica que “abandonando a política e o espaço público, o intelectual, reconvertido à sua nova função de especialista, se confina nas institucionais de produção de conhecimento”. A partir disso, o intelectual deve “um novo posicionamento em relação às inquietudes do presente” (SILVA, 2005, p. 397). Essa discussão encontra ressonância em Gisèle Sapiro (2012), que mostra a existência de vários modelos de intervenção política dos intelectuais. Se a intervenção política do intelectual ocorre pela especificidade, este, por sua vez,

ganhou formas diversas, situando entre o profetismo e o especialista. Desta feita, Sapiro (2012) afirma que são as formas que revestem as tomadas de posição do ponto de vista discursivo e das modalidades de intervenção. Assim, a partir do caso francês, a autora supracitada analisa e indica oito modelos de intervenção política dos intelectuais e sua evolução no século XX¹¹.

O problema do intelectual é recorrente na nossa tese, pois buscamos problematizar o jornal *Folha do Oeste* como espaço de intervenção política e formativa (educacional). Historicamente, a imagem pública do intelectual esteve relacionada à expansão da escolarização, ao desenvolvimento das universidades, à ascensão do paradigma científico e à industrialização da produção dos impressos. Esses aspectos constituem a própria ideia de constituição do campo intelectual, cuja sua definição pode ser bem situada na passagem seguinte:

[...] Situado na intersecção do campo político e dos campos de produção cultural específicos, o campo intelectual participa do campo de produção ideológica, 'universo relativamente autônomo', onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social, objetivamente disponíveis em um dado momento do tempo e onde se define, ao mesmo tempo, o *campo do pensável politicamente* [...] (SAPIRO, 2012, p. 21, grifo da autora).

É o campo intelectual que possibilita a condição específica do intelectual; é este lugar que dá legitimidade à sua ação, ou seja, a arte de falar é o agir, elaborar uma leitura do mundo social e, na vida pública, disseminar as representações e intervir na produção de uma realidade. Na disputa pela visão legítima do mundo social há indivíduos e grupos de diferentes origens e em constante movimento. Mas, o modo de intervenção dos intelectuais se dá a partir da “[...] necessidade de fazer referência aos debates próprios do campo intelectual, sob pena de se ver dele excluído [...]” (SAPIRO, 2012, p. 21).

Sapiro (2012), a partir do contexto francês, ressalta que as formas e as modalidades de engajamento dos intelectuais tendem a se diferenciar, segundo três fatores que sustentam o campo intelectual: capital simbólico, autonomia frente à demanda política e grau de especialização. O primeiro fator pode ser compreendido

¹¹ Dentre os oito modelos de intervenção política, destacados por Sapiro (2012), estes podem ser generalista ou especializado, mas as maneiras de ocupar a posição podem distribuir-se, tendencialmente, conforme as outras posturas. Ela identifica o intelectual crítico universalista; o guardião da ordem moralizador; o grupo intelectual contestador e a ‘vanguarda’; o intelectual de instituição ou de organização política; o especialista consultado pelos dirigentes ou o ‘expert’; o intelectual crítico especializado ou o ‘intelectual específico’; e o grupo contestador especializado ou o ‘intelectual coletivo’ (SAPIRO, 2012).

pela posição do intelectual no campo intelectual em relação ao capital simbólico. Se maior a posição, maior é a tendência de universalização dos interesses particulares de forma despolitizada, naturalizada. O segundo fator consiste na autonomia diante às demandas políticas externas, pois estas “[...] tentam captar o poder carismático dos intelectuais impondo uma definição por essa razão, heterônoma – de sua missão social a fim de subordiná-la a seus próprios interesses” (SAPIRO, 2012, p. 23). E, o terceiro fator apontado por Sapiro (2012) diz respeito ao grau de especialização da atividade intelectual, pois “a combinação destes três fatores sustenta em boa medida a distribuição no campo intelectual dos diferentes modos de intervenção construídos de forma ideal/típica, de acordo com uma abordagem relacional e não essencialista” (SAPIRO, 2012, p. 26).

Essas condições formais devem ser mobilizadas pelo pesquisador para operar sua explicação. Buscamos, assim, fazer nesta tese, pois, embora o proprietário do *Folha do Oeste* estivesse permanentemente vinculado ao campo político, a estratégia de associar o periódico aos editores-professores indica uma forma de legitimação do próprio discurso e de produzir um efeito de “objetividade” que deveria caracterizar o campo do jornalismo. O espaço de ação dos intelectuais configura o lugar de disputa pela produção do domínio simbólico. Para tanto, um mesmo indivíduo pode adotar diversas posturas mediante as suas posições ocupadas no campo, e, ainda, o envelhecimento social poderá conduzir das posições dominadas às posições dominantes, porém, elas podem coexistir em algumas circunstâncias (SAPIRO, 2012).

O proprietário do *Folha do Oeste* era um homem do mundo da política, mas configurava-se, também, como agente de fortes relações com o universo das letras, isto é, era um “homem do cultural”, para usarmos a expressão de Pascal Ory e Jean-François Sirinelli (2002, p. 10). Os diretores/editores do jornal *Folha do Oeste* não eram especialistas do jornalismo, cuja área ainda era dominada por uma categoria social não profissionalizada. Entretanto, a condição de editores-professores remete a uma estratégia de legitimação da intervenção política do jornal, pois eles eram detentores de capital cultural e, em alguma medida, de capital simbólico, contribuindo para seu reconhecimento no espaço de produção e de circulação de seus ideais. Nesse sentido, as práticas sociais que decorreram com as tomadas de posição do proprietário, dos diretores/editores do *Folha do Oeste* (1953-1973) contribuíram para posicionar o jornal no campo do jornalismo local, regional e

estadual. Nesse aspecto, as pessoas envolvidas nesse periódico desenvolviam um papel de mediação, um dos sentidos da intervenção intelectual. Sendo assim, esta tese assume a ideia de que “intelectual é um homem do cultural, criador ou mediador, tomado na situação de homem político, produtor ou consumidor de ideologia” (ORY; SIRINELLI, 2002, p. 10, tradução nossa)¹².

O mote do discurso do jornal é a defesa do desenvolvimento e da modernização da região. Ele se apropria dessas ideias que forjavam a política nacional e estadual para disputar sua posição regional. Um dos ícones dessa política seria a defesa da educação, em particular do ensino superior. Dessa forma, o *Folha do Oeste*, ao explicitar discussões a respeito da educação superior para Guarapuava, demarcava as formas e modalidades de atuação de um determinado grupo de indivíduos, ao mesmo tempo em que considerava uma necessidade a formação de lideranças políticas e culturais, sem deixar de estar subordinada aos interesses governamentais e ao grupo social dominante.

A Escola Superior de Agronomia e Veterinária proposta como primeiro projeto de formação de ensino superior para Guarapuava, em 1953, de autoria do deputado Antônio Lustosa de Oliveira e proprietário do *Folha do Oeste*, tinha ressonância nos interesses do grupo dos fazendeiros, uma vez que possibilitava a formação esperada aos seus filhos e permitia que retomassem ou mantivessem o prestígio social, econômico e cultural, para manutenção e reprodução de certa ordem, algo que tinha entrado em desagregação com a crise do tropeirismo e as iniciativas de exploração da madeira na região de Guarapuava¹³. No entanto, deve ser compreendida como decorrente das políticas de interiorização do ensino superior no Estado e da federalização das instituições superiores agrícolas no país.

O projeto da Escola Superior de Agronomia e Veterinária pode ser entendido como a sistematização de uma forma de intervenção de Antônio Lustosa de Oliveira, nos anos de 1950, a partir do seu engajamento na política estadual. De um lado, era a resposta aos investimentos feitos no Ginásio Estadual Manoel Ribas, pois os jovens estudantes, ao terminar o ensino secundário, teriam oportunidade de

¹² "[...] l'intellectuel sera donc 'un homme du culturel, créateur ou médiateur, mis en situation d'homme du politique, producteur ou consommateur d'idéologie'" (ORY; SIRINELLI, 2002, p. 10, grifo do autor).

¹³ A crise do tropeirismo em âmbito nacional é demarcada desde o final do século XIX. Em Guarapuava, pelo acúmulo de capitais e exploração da erva mate, a crise se fez presente nos anos finais de 1920. Fato que se agravou com a crise de 1929. Dentre os anos de 1930 e 1940, a exploração da madeira modificou, substancialmente, as relações de poder e sociais da cidade (TEMBIL, 2007).

prosseguir os estudos no ensino superior em Guarapuava. De outro, corresponderia à tentativa de consolidação política de Antônio Lustosa de Oliveira a partir da capacidade de expressar os interesses de um grupo social, juntamente ao movimento de expansão do ensino superior para o interior do Estado do Paraná.

A partir do momento que ocorre a movimentação em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o *Folha do Oeste* veicula a necessidade dessa instituição em Guarapuava, mas se posiciona na defesa da primazia da Faculdade de Agronomia e Veterinária, proposta por Antônio Lustosa de Oliveira. Ou seja, com o passar dos anos de 1950, modificam-se as frentes de lutas, mas a forma de engajamento do *Folha do Oeste* na defesa do ensino superior agrícola é recorrente. Mantém-se a ideia de que o ensino superior é uma das grandes expressões da modernização e do desenvolvimento guarapuavano, cujo acesso ao bem simbólico (diploma) consistia num dos grandes desejos dos grupos intermediários do Brasil, em meados do século XX (CUNHA, 1989). No plano simbólico, esse engajamento em defesa da educação buscava legitimar a imagem do próprio jornal e do seu grupo perante a opinião pública estadual e regional.

A noção de intelectual remete ao conceito de campo, especialmente com suas definições de campo político¹⁴, campo de produção cultural¹⁵ e campo intelectual (campo do jornalismo). Utilizamos esses conceitos para compreender as relações estabelecidas entre o *Folha do Oeste* e a sociedade guarapuavana. O conceito de campo do jornalismo é importante, pois mostra que o espaço de intervenção intelectual se dá no jornal *Folha do Oeste*. Sendo assim, na obra “Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos”, de Pierre Bourdieu (1997), o campo do jornalismo é explicitado de tal forma que “o mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre da parte dos outros microcosmos” (BOURDIEU, 1997, p. 55). O entendimento do que se passa nele não pode se dar de forma direta ou alusiva a fatores externos. Isso significa dizer que no

¹⁴ Entendemos o campo político como um “espaço relativamente autônomo, no qual se geram – na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos – os produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (CANÊDO, 2017, p. 90).

¹⁵ O campo de produção cultural é responsável pela hierarquização de classificações que vai do mais ao menos legítimo, constituindo-se “numa autêntica arena de lutas por reconhecimento, pelo direito de instituir o que é e o que não é legítimo, legitimando, por conseguinte, a própria posição dominante” (PASSIANI; ARRUDA, 2017, p. 71).

interior desse espaço social¹⁶ há disputas para transformar ou conservar o campo, assim como, dispositivos para produção de um determinado dado. Essa percepção precisa ser matizada no caso do *Folha do Oeste*, pois a pretensão é explicitar a intervenção desse periódico no horizonte dos interesses oriundos dos diferentes espaços sociais, como político, cultural, educacional e jornalístico.

A compreensão das declinações do conceito de campo requer a explicitação da sua definição. Para Pierre Bourdieu (2004), campo seria um microcosmo relativamente autônomo, com leis e regras específicas. No entanto, não se orienta ao acaso, o campo está relacionado às leis sociais, representa um espaço, no qual se estabelecem lutas dos agentes para alcançar determinadas posições.

A existência de um campo especializado e relativamente autônomo é correlativa à existência de alvos que estão em jogo e de interesses específicos: através dos investimentos indissoluvelmente econômicos e psicológicos que eles suscitam entre os agentes dotados de um determinado *habitus*, o campo e aquilo que está em jogo nele produzem investimentos de tempo, de dinheiro, de trabalho, etc (BOURDIEU, 2004, p.126-127).

Bourdieu (1997) enfatiza que, no interior do campo do jornalismo, é importante que se compreenda a força relativa que esse espaço empenha diante dos demais que detêm e definem sua posição, assim como é fundamental entender suas estratégias. Os jornalistas, nas disputas de posição, também se diferenciam, uma vez que,

[...] se quero saber hoje o que vai dizer ou escrever tal jornalista, o que ele achará evidente ou impensável, natural ou indigno dele, é preciso que eu conheça a posição que ele ocupa nesse espaço, isto é, o poder específico que possui seu órgão de imprensa e que se mede, entre outros indícios, por seu peso econômico, pelas fatias do mercado, mas também por seu peso simbólico, mais difícil de quantificar (BOURDIEU, 1997, p. 58).

Se tal observação é válida para o jornalismo televisivo, o impresso não fica distante, pois o fator referente ao peso simbólico legitima o “falar” sobre determinados assuntos. Nesse caso, a estrutura das relações objetivas entre os jornalistas e o espaço social ocupado pelo jornal traduzem

[...] sua forma de perceber e apreciar o mundo, suas preferências, seus gostos, suas aspirações, estariam previamente estruturadas em relação ao momento da ação [...] ou seja, o *habitus* não corresponderia, no entanto [...]

¹⁶ Espaço social, para Bourdieu (1996, p. 18), diz respeito ao conjunto de “[...] posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas uma em relação às outras, por sua exterioridade, vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem”.

a um conjunto inflexível de regras de comportamento a ser indefinidamente seguidas pelo sujeito [...] (NOGUEIRA, M.; NOGUEIRA, C., 2016, p. 25).

Isso significa dizer que os agentes de um determinado campo, ao dominar o sistema de disposições gerais, podem ser adaptados a partir da conjuntura vigente. Logo, o campo do jornalismo deve sua importância ao mundo social por deter os meios de produção e difusão em grande escala das informações e, por meio desses, tem acesso aos diferentes campos e grupos sociais, ou seja, possui condições de notoriedade pública (BOURDIEU, 1997).

A imposição do campo do jornalismo sobre os demais espaços de produção cultural remete a um conjunto de efeitos que estão vinculados à sua própria estrutura, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas, segundo sua autonomia frente às forças externas; as do mercado de leitores e as do mercado de anunciantes. Mas, o que determina em um campo são os pesos relativos, pois “[...] um jornal pode permanecer absolutamente idêntico, não perder nenhum leitor, não mudar em nada e ser, no entanto, profundamente transformado porque seu peso e sua posição relativa no espaço se acham transformados” (BOURDIEU, 1997, p. 60).

O *Folha do Oeste* – principal fonte desta tese – está inscrito no campo do jornalismo. Ele é entendido como lugar de intervenção cultural, política e educacional do grupo que o dirigiu, pois se insere no campo intelectual – espaço de produção ideológica ou simbólica – como definiu Sapiro (2012). Assim sendo, buscamos observar a intervenção do grupo por meio desse periódico tanto para articulá-la aos interesses do campo político e educacional, como aos imperativos do campo do jornalismo. Compartilhamos com Carlos Eduardo Vieira (2007), quando assinala que a imprensa pode ser compreendida na História da Educação como fonte complementar, fonte principal ou como tema de pesquisa, dependendo do que o pesquisador quer inquirir. A pesquisa com jornais impressos como objeto e fonte implica situar as fontes como um feixe de relações, como resultados de conflitos e de negociações que trazem à tona o explícito e o implícito de certas questões, acontecimentos e formas de pensar.

Pelo jornal *Folha do Oeste* (1953-1973) apreendemos uma visão e interpretação do mundo social, uma vez que representa o modo de ver de um determinado grupo social que detinha o domínio da escrita e das regras básicas do jornalismo, mas também sua relação de proximidade com os expoentes dos fazendeiros e estratos intermediários da cidade. Nesse sentido, o jornal como

agente social demarca sua posição na cena pública ao expor uma representação da realidade. Vieira (2007) afirma que o jornal “[...] entendido como lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos assume uma função importante de formação das representações sobre o mundo [...]” (VIEIRA, 2007, p. 16) ou, também, dissemina e forma a sua representação do mundo social. Dessa maneira, é possível compreender, no *Folha do Oeste*, as relações estabelecidas com os demais jornais do período, sua abrangência, as disputas pela legitimidade das (in) formações e pela capacidade de intervenção política. Vieira (2007) afirma que os jornais se mostraram fecundos para a produção do conhecimento histórico, sobre os intelectuais a eles vinculados e sobre os discursos que articulam a educação e modernidade.

Os estudos que têm a imprensa como objeto ou fonte de pesquisa se tornaram possíveis a partir da ampliação do conceito de documento/monumento. Jacques Le Goff (2003) enfatiza que a ampliação da concepção de documento/monumento não se refere apenas à revolução documental, insere-se na crítica documental, pois entre os seus objetivos está o de evitar que a revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: o de fazer a crítica de erudição dos documentos. Dessa forma, a escolha do jornal *Folha do Oeste* como fonte de estudo significa ampliar os horizontes para além da educação escolar, isto é, entendê-lo como espaço de produção simbólica, de representações sociais e, também, lócus de tomadas de posição na sociedade em que está inserido.

Nesta tese, como já mencionado, utilizamos o *Folha do Oeste* como fonte principal. Além disso, um livro de Antônio Lustosa de Oliveira que trata dos discursos e projetos políticos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP): “Na Tribuna Parlamentar: 1951-1953”. Lançamos mão, também, da autobiografia “Passos de uma longa caminhada: reminiscências”. E, ainda, para dar conta do objeto de estudo, fizemos uso de livros de memorialistas, os quais possuíam uma relação direta ou indireta com o proprietário do *Folha do Oeste* ou com os jornais criados em Guarapuava, além dos Projetos de Leis disponíveis na ALEP e Câmara Federal de Deputados. E, por último, fizemos uso do Livro de Registro da FAFIG.

Os procedimentos da pesquisa foram os seguintes: busca e coleta das fontes no CDMGR e Museu Casa Benjamin C. Teixeira; leitura das edições do jornal *Folha do Oeste*; seleção dos textos do jornal que abordavam o ensino superior em Guarapuava; leitura das outras fontes e seleção dos textos que abordavam o ensino

superior em Guarapuava; classificação dos textos em duas categorias: Escola de Agronomia e Veterinária e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; análise dos textos a partir do contexto de produção.

Consideramos que inexistente texto fora do suporte, por isso, não tem como haver compreensão de um escrito “[...] que não dependa de formas através das quais ele chega ao seu leitor” (CHARTIER, 1990, p. 127). Diante disso, a análise dos discursos sobre o ensino superior em Guarapuava, bem como a construção de sua significação, nos obrigou a “pôr à luz as condições de produção” (LE GOFF, 1990, p. 525).

As fontes biográficas e autobiográficas são tratadas a partir da discussão de a “Ilusão Biográfica” de Bourdieu (1996), mas sem deixar de dialogar com as críticas estabelecidas na obra o “Desafio biográfico” de François Dosse (2009). Entendemos que o relato

[...] seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que ‘se entrega’ a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU, 1996, p. 75).

A trajetória de Antônio Lustosa de Oliveira pode ser problematizada a partir de Pierre Bourdieu, o qual afirma que:

Através desse modo singular de *nominação*, que se constitui no nome próprio, institui-se uma identidade social constante e duradoura que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis, nos quais ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 78).

Tal afirmação identifica trajetória como aquela “[...] que descreve a série das posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor nos estados sucessivos do campo literário [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 71). Ou seja, é aquela que dá sentido a uma dada experiência singular do movimento no movimento das experiências dos agentes dentro de um campo, seja ele literário, político, social, econômico. Desse modo, Antônio Lustosa de Oliveira se constituiu um agente que transitou em vários espaços sociais, ocupou várias posições no campo político, e, dessa forma, sua trajetória nos permite entender a complexidade de relações estabelecidas com os diretores/editores do jornal *Folha do Oeste*.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Bourdieu (1996) explica a individualidade biológica, a partir da sua instituição e representação social que possibilitam a constância do tempo e a unidade dos espaços sociais de agentes diferentes, que se manifestam em diversos campos, como o empresário, dono da empresa jornalística, o deputado etc. Sendo assim, Antônio Lustosa de Oliveira, pela sua individualidade, cuja forma socialmente instituída, manifestou-se nos diferentes campos como o proprietário do jornal *Folha do Oeste*, o deputado, o fazendeiro, o prefeito, etc. E, ainda, essa identidade social não aconteceu ao acaso, houve uma razão de ser, ou seja, foi “[...] condição jurídica de transferência de um a outro campo” (BOURDIEU, 1996, p. 78).

No que tange ao tratamento da fonte autobiográfica, Dosse (2009) adverte que

A fonte autobiográfica tem, é certo, uma importância capital porque dá ao biógrafo a ilusão de penetrar no âmago da personagem e chegar bem perto de sua intencionalidade [...] O uso de ‘memórias’, confissões ou registros autobiográficos é adotado de formas diversas nas biografias; dá a entender que se está mais próximo da restituição autêntica do passado. Acha-se na origem de um ‘efeito do real’ surpreendente [...] (DOSSE, 2009, p. 68, grifo do autor).

A afirmação esclarece a forma como pode ser trabalhada uma fonte autobiográfica, como também biográfica, pois “ambas dependem de um mesmo pacto referencial, ao contrário da ficção” (DOSSE, 2009, p. 96). Tal pacto diz respeito a uma realidade que pode ser submetida à verificação, por isso “deve ser matizada, nunca assumida em termos absolutos” (DOSSE, 2009, p. 96). O autor acrescenta que “escrever a vida é um horizonte inacessível, que, no entanto, estimula o desejo de narrar e compreender. Todas as gerações aceitaram a aposta biográfica [...]” (DOSSE, 2009, p. 11), o que nos faz problematizar a prática de Antônio Lustosa de Oliveira de escrever a sua autobiografia.

Não podemos isolar nenhuma fonte histórica do contexto de sua produção. Na discussão do tratamento das fontes, Le Goff (2003) afirma que “[...] importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do

ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte” (LE GOFF, 2003, p. 539). Desta feita, a composição das edições do jornal *Folha do Oeste* (1953-1973) demonstra que os assuntos mais debatidos perpassavam as articulações das propostas políticas, dos projetos apresentados e discutidos na ALEP pelo proprietário do jornal para a região de Guarapuava, disseminando, assim, um ideário de sociedade e de educação.

Esses aspectos remetem à percepção de Neves, Morel e Ferreira (2006) quando dizem que a imprensa “[...] tanto constitui memórias de um tempo [...] serve como fundamento para pensar e repensar a História, quanto desponha como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento [...]”. (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 10). Essa discussão remete ao aspecto metodológico desta tese, pois explicita a forma como interpretamos o que circulava no *Folha do Oeste*. A metodologia consiste no entendimento de que tais produções são discursos, no sentido desenvolvido por Pierre Bourdieu na obra *A economia das trocas linguísticas*. Nos termos deste autor, é preciso

[...] mostrar que, embora seja legítimo tratar as relações sociais – e as próprias relações de dominação – como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se sinalizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos (BOURDIEU, 2008b, p. 23-24, grifo nosso).

Assim sendo, a partir da articulação entre as fontes, a produção acadêmica existente e os principais conceitos, esta tese organiza-se em três capítulos. No primeiro capítulo, analisamos a constituição do jornal *Folha do Oeste*, em Guarapuava, como resultante de outras experiências jornalísticas de seu fundador e proprietário. Diante disso, ressaltamos a conjuntura política, social e cultural no âmbito local que antecedeu a criação do *Folha do Oeste*, como fator explicativo da necessidade e a projeção deste periódico como um espaço de produção de bens simbólicos, ou melhor dizendo, *locus* de produção e disseminação de uma dada interpretação de Guarapuava. O jornal explicitava, de um lado, a correspondência às discussões referente ao processo de modernização de Guarapuava e, de outro lado, a incorporação gradativa das características do campo do jornalismo. Sendo assim, o *Folha do Oeste* pode ser compreendido como resultante das experiências do

jornalismo local, principalmente, se houver consideração dos jornais anteriores que foram criados por Antônio Lustosa de Oliveira, mas, também, foi um espaço público de intervenção social.

No segundo capítulo, abordamos o *Folha do Oeste* como espaço de intervenção intelectual por meio da disseminação do ideário de formação superior e societário para Guarapuava. Desse modo, é apresentado o Projeto de Lei da Escola Superior de Agronomia e Veterinária como uma pauta que se distinguia em relação às propostas de Escola Agrotécnica. Nesse sentido, são expostas as relações entre as proposições de formação técnica e superior para Guarapuava, de modo a mostrar as relações política, social e cultural estabelecidas e suas articulações com o jornalismo, a fim de compreendermos os enfoques dados pelo *Folha do Oeste* em determinados períodos.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos revelar as estratégias do *Folha do Oeste* na manutenção da defesa do ensino superior agrícola no entremeio da criação e instalação da FAFIG. O Jornal, com isso, publiciza a defesa de uma instituição de ensino superior em Guarapuava, como forma de corresponder ao processo de sua modernização e desenvolvimento econômico, formação superior de uma possível elite dirigente, mas, principalmente, busca legitimar-se pela correspondência entre as relações dos locutores e interesses de seu grupo.

1 OS IMPRESSOS EM GUARAPUAVA: DO GUAYRA AO FOLHA DO OESTE

Neste capítulo, temos como objetivo apresentar alguns aspectos dos primeiros impressos de Guarapuava até chegar ao *Folha do Oeste*. Para isso, intentamos fazer uma pergunta inicial: Qual é a importância de tratar de um jornal? Uma possível resposta preliminar atrela as questões estabelecidas entre o jornalismo e a atuação dos intelectuais (mediadores). Mas, precisamos nos atermos nas entrelinhas que serviram de suporte contextual para o surgimento desses meios culturais e políticos, bem como aos agentes envolvidos nesse processo, uma vez que têm muito a dizer sobre as relações macrossociais vinculadas à história regional do Paraná e história da educação da cidade.

Ao investigarmos especificamente o jornal *Folha do Oeste* trazemos à tona a forma de engajamento dos escritores e o modo como o jornal expressava as articulações entre o campo político e o campo intelectual. Por isso, dividimos o capítulo em quatro partes. Nas três primeiras, apresentamos uma síntese da história de três jornais locais como elementos fundamentais para criação, organização e desenvolvimento do *Folha do Oeste* (quarto item deste capítulo), visto que a prática do jornalismo em Guarapuava surgiu em 1893, com o jornal *O Guayra*. O contexto cultural, social, político e econômico de criação do primeiro jornal guarapuavano evidencia os processos de constituição dos demais jornais locais, nas primeiras décadas do século XX, período em que os periódicos no Rio de Janeiro passaram a apresentar uma relação estreita entre política, jornalismo e economia.

O jornalismo, nas décadas iniciais do século XX, possuía algumas peculiaridades que não se encontram no jornalismo dos anos finais desse mesmo século. No entanto, a produção de uma leitura do mundo social é uma das características próprias de sua especificidade. É a capacidade de produção de uma determinada leitura do mundo social que interessa a determinados grupos sociais, às vezes, como forma de atuação de um grupo de indivíduos e/ou como uma mercadoria (bem cultural e simbólico), principalmente após os anos 1950.

Os jornais de Guarapuava, na Primeira República, apresentaram um modo peculiar de se fazer presente no mundo social, pois seus proprietários eram jovens oriundos do grupo social dos fazendeiros¹⁷ (pecuária tradicional) e o contato com as

¹⁷ De acordo com Tembil (2007), “[...] a partir das atividades vinculadas ao tropeirismo, muitos fazendeiros, que não dispunham de ‘capital mobilizável’, apesar de possuírem gado, terras e

letras ou com a escrita jornalística não era tão comum. Com a criação do Clube Guaira¹⁸, em 1904, ainda num período de prosperidade do tropeirismo na região de Guarapuava, os textos escritos nos jornais se tornaram debates acirrados no Clube.

O jornalismo em Guarapuava, conforme assinalado por Prestes (2016), Santos (2015), Maria (2011) e Silva (2008), teve início na última década do século XIX, propriamente em 1893. Nesse caso, destacamos o contexto em que foram produzidos jornais em Guarapuava. Fator esse que colaborou para o desencadeamento de novas formas de fazer jornalismo, principalmente, a de se posicionar frente à realidade guarapuavana, característica do *Folha do Oeste*.

Na cidade se produziram muitos jornais¹⁹ no final do século XIX e início do século XX, de acordo com os dados encontrados em Oliveira (1978, p. 14-31), Silva (2008, p. 55-54) e Teixeira (2013, p. 11-15). No entanto, tratamos apenas dos jornais *O Guayra*, *O Pharol* e *A Cidade*²⁰ a fim de compreendermos como projetaram uma representação de Guarapuava até os anos de 1930, ao mesmo tempo em que destacaram o contexto guarapuavano. Os jornais se encontram no Centro de

escravos, enriqueceram com o comércio das tropas, os aluguéis das internadas e outros serviços, formando as primeiras fortunas guarapuavanas. Essas fortunas, por seu turno, dinamizaram e diversificaram a economia de Guarapuava, refletindo diretamente nas formas de organização da vida cotidiana” (TEMBIL, 2007, p. 74, grifo do autor).

¹⁸ O Clube Guaira era um espaço para atividades de cunho sociocultural, em Guarapuava, para os fazendeiros e suas famílias, uma vez que os “[...] teatros, jornais e clubes, foram fundados, dinamizando a vida cultural e social da cidade que se viu, então, impregnada pela urbanidade e progresso à medida que as suas atividades seriam marcadas pelo refinamento dos grandes centros” (TEMBIL, 2007, p. 79). Destacamos que, a partir de meados do século XIX até início do século XX, as atividades de cunho sociocultural no Brasil, especialmente, as de lazer “ganham um papel estratégico preponderante e se apresentam como marcas de um novo *modus vivendis*, fenômeno bem típico da cidade moderna [...] são impregnadas pela ideia de luxo, pelas marcas de classe, pela influência da tecnologia, pela espetacularização do corpo, pela valorização da imagem, pela perplexidade perante a velocidade e a fugacidade” (MELO; PERES, 2005, p. 78-79).

¹⁹ Segundo Maria (2011), os jornais produzidos em Guarapuava foram: Jornal das Crianças (1893), O Paraná (1894), A Lide (1894), O Guarapuavano (1902), O Guayra (fase de 1917), O Pharol (1919), O Momento (1924), A Cidade (1933), O Independente (1935), Brasilidade (da Propaganda Integralista Brasileira - 1935), Folha do Oeste (1937), O Liberal (órgão da Revolução de 1930), A Época (1958), O Combate, O Carrapicho, O Jacobino, O Paraná Matutino, Ideal, O Trevo, Alerta, O Arauto, O Marrete, O Independente, Alfinete, Carga, Torpedo, O Planalto, O leão da Serra da Esperança, Oeste Paraná, Jornal de Guarapuava, Sentinela do Oeste, Jornal de Notícias, Tribuna Paranaense, Folha de Guarapuava, Comarca, A Columna, O Paraná, Correio do Oeste. No entanto, a sua grande maioria é mencionada em livros dos memorialistas e, assim, não apresentam data de fundação e de duração, assim como não há exemplares. Destacamos, ainda, que houve uma série de jornais literários e críticos, como A Alvorada (1922), O Lyrio, A Pena, O Serrote e O Fharolete (1928/1929), entre outros.

²⁰ O jornal *Guayra* foi o pioneiro em Guarapuava tendo como seu proprietário e editor Luiz Daniel Cleve, que influenciou jovens guarapuavanos na arte da escrita jornalística, dentre eles, Antônio Lustosa de Oliveira. Além disso, o *Guayra*, *O Pharol* e *A Cidade* no CDMGR e no Museu Casa Benjamin C. Teixeira são os que possuem edições disponíveis para consultas e pesquisas antes do *Folha do Oeste*.

Documentação e Memória de Guarapuava e Região (CDMGR), localizados na UNICENTRO e no Museu Casa Benjamim C. Teixeira, que era de propriedade de Murilo Walter Teixeira, em Guarapuava.

Para tal envergadura, fazemos uma breve abordagem do contexto de fundação dos referidos jornais e seus idealizadores; em seguida explanamos, a partir de alguns textos que compõem os jornais, a projeção de uma ideia de jornalista (intelectual), homens das letras, “cérebros” que se distinguem dos demais, por um trabalho de uma especificidade distinta, mas que ancora-se às lutas por uma nova realidade de Guarapuava, ou seja, homens que usaram da pena e por meio dela lançaram horizontes de expectativas de uma Guarapuava moderna, ao mesmo tempo em que se projetaram como porta-vozes da modernidade no espaço guarapuavano.

Para a compreensão da envergadura intelectual de alguns agentes que se projetaram por meio dos jornais *O Guayra*, *O Pharol* e *A Cidade*, destacamos alguns textos presentes nos referidos impressos. Os textos foram selecionados a partir de duas categorias: a arte da escrita (jornalismo) e história e contexto de Guarapuava.

Ressaltamos que são poucas as edições do impresso *O Guayra* disponíveis para pesquisa. As edições disponíveis são dos meses de junho e julho de 1897, porém nos ocupamos de dois textos publicados, respectivamente intitulados “Apelo aos jornalistas”, publicado em 19 de junho de 1897; e “O Trabalho”, publicado em 26 de junho de 1897. Ambos ocuparam por inteiro a primeira página do impresso *O Guayra*. Consideramos que os dois textos foram escritos por Luiz Daniel Cleve, uma vez que não havia identificação e ocupava a primeira página.

O jornal *O Pharol* possui algumas edições para pesquisa, mas não a coleção completa. Para nosso intento, utilizamos o texto “Rápidas observações sobre necessidades gerais do município”, publicado em 15 junho de 1919, e alguns da edição especial em Comemoração ao Centenário da Independência, como “Riquezas diversas do Município” (consideramos ser de autoria de Eurico Branco Ribeiro); “Comércio de Guarapuava” (Arlindo Martins Ribeiro); “A cidade de Guarapuava, sua situação topográfica e os edifícios próprios” (Eugênio Virmond). Justificamos o não uso completo dos textos da edição especial em Comemoração ao Centenário da Independência, publicado em 12 de setembro de 1922, pela não conservação da fonte.

O jornal *A Cidade* possui publicações dentre os anos de 1933 a 1935, porém, há alguns meses que estão com edições incompletas e outras faltando. Das edições que estão disponíveis, selecionamos os textos: 1) “*A Cidade* não desaparecerá” (24 de dezembro de 1934); 2) “Fundação de Guarapuava, Salve 9 de dezembro de 1819” (09 de dezembro de 1935).

Desta feita, a aurora do século XX foi marcada, segundo Silva (1997), por novas demandas externas, ocasionando e estimulando outras atividades econômicas, baseadas em outros produtos. Porém, as atividades extrativas vegetais foram desempenhadas pela população, não pertencente à família tradicional (SILVA, 1997) ou campeira (ABREU; MARCONDES, 1991). As famílias dos fazendeiros, enriquecidas pela prática do tropeirismo e invernagem de gado e muares, deram continuidade às atividades de pecuária à medida que suas condições financeiras permitiam perdurar os hábitos e o seu reconhecimento como grupo social “legítimo” de Guarapuava.

É o período em que a exploração da erva-mate ingressa na região, momento paralelo, também, ao desenvolvimento do café na região Norte do Paraná. Fator esse que, talvez, explique a não dinamização da economia como se esperava. Mesmo assim, uma atmosfera de urbanização se instala na cidade, existindo, como nota Tembil (2007), a construção de espaços culturais e de lazer em Guarapuava. Isso foi observado por Pereira (1999), quando afirma que

Também mantinha uma parte literária onde os poetas e escritores da época, manifestavam-se, como: o professor Antônio Martins Araújo, Antônio Mendes dos Santos, Mário [Edmundo] de Barros [...], Trajano Silvério, Ozório Araújo (acadêmico de Medicina no Rio de Janeiro e colaborador do jornal, transmitindo as notícias que ocorriam na Capital Federal), Afonso Camargo (também acadêmico de Direito em São Paulo, escrevendo as apreciadas Cartas Paulistas, através das quais, dava informações do que se passava na Capital Bandeirante) (PEREIRA, 1999, p. 12).

Na efervescência de novos espaços culturais, os impressos tiveram seu espaço. O destaque pode ser entendido pelo espaço público concedido aos escritores e literatos, jornalistas, músicos que se ocupavam da arte da escrita como forma de legitimar suas representações e se promover intelectualmente. Nos anos de 1920, assistiu-se ao “apogeu cultural”, nas palavras de Tembil (2007), em meio ao declínio econômico.

Tal conjuntura, porém, não impediu o processo de incremento urbano. Com efeito, frente às novas necessidades que se impunham, a cidade assistiu à

substituição dos lampiões pela energia elétrica na década de 1920, período de ‘apogeu cultural’ em Guarapuava, ‘apogeu’ esse traduzido pela programação social que incluía apresentação de músicos, poetas e escritores (TEMBIL, 2007, p. 86, grifo do autor).

Tal afirmação nos leva a inferir que a efervescência cultural, presente em Guarapuava, se deu pela expressão e visibilidade dos diversos atores envolvidos nesse processo e suas variadas formas, especialmente, na produção de jornais literários. Isso foi destacado por João do Planalto (pseudônimo de Antônio Lustosa de Oliveira) (1981, p. 13) ao dizer que “circularam diversos jornais literários e críticos, em diversas épocas, dentre os principais, o ‘Lyrio’, ‘Alvorada’, ‘A Pena’, ‘O Serrote’. Em 1928/29, *O Farolete* [...]” (1981, p. 13, grifo do autor). Ressaltamos que não trataremos deles por falta de documentação. O que é possível dizer é que Antônio Lustosa de Oliveira carregou nas suas memórias e deixou registrado na sua autobiografia a lembrança do jornal *Alvorada*, afirmando que

Não desejando misturar assuntos sérios, de interesse do município, com as atividades literárias, que sempre empolga a juventude estudiosa, fundei e fiz circular o semanário ALVORADA, crítico e noticioso, que saiu à luz da publicidade a 16 de maio de 1920, e encerrou as atividades em fevereiro de 1923. Em seu cabeçalho, figura como redatores, o nome de meu conterrâneo Benjamim Teixeira e o meu. Como diretores literários pontificaram os valorosos guarapuavanos Ayrton Lara e Antônio Tupy Pinheiro (OLIVEIRA, 1978, p. 15, grifo do autor).

Diante do exposto, vemos a faceta do Antônio Lustosa de Oliveira como escritor, não que isso não seja visível nos demais jornais que fundou, mas a especificidade deste testemunho qualifica uma preocupação com a formação literária da juventude, o que justifica a criação de um jornal para publicações literárias.

Para tanto, temos um contexto marcado por alguns “progressos materiais”. Em 1904, temos a fundação do Clube Guayra, no qual Luiz Daniel Cleve teve participação importante. A partir de 1907, o Clube passou a organizar atividades cívico-literárias, que se acentuaram com a inauguração da sede própria (em 1909) e com a formação do Grêmio Filhas do Guayra (1910). Fatos esses que desencadearam maior circulação das famílias guarapuavanas no centro da cidade e o contato com atividades culturais de outros espaços citadinos. Igualmente, o Clube se tornou um espaço propício para o desenvolvimento e manutenção de atividades jornalísticas e culturais.

No início do século XX, a Casa Missino se estabeleceu em Guarapuava como “casa comercial, foi agência de automóveis e casa bancária. Portanto, trouxe para a cidade o que se tinha de moderno nos grandes centros brasileiros, respondendo às expectativas de progresso que se faziam presentes, desde a passagem do século XIX para o XX” (TEMBIL, 2007, p. 93). Sendo assim, apresentamos um cenário marcado pela presença do Theatro Santo Antônio que, em 1929, passa a ser propriedade de Antônio Lustosa de Oliveira, o qual o adequa para exibição de filmes; iluminação elétrica que viabilizou a legitimação da vivência moderna; criação do Clube Cassino de Guarapuava (1916); sociedade esportiva (1910); ruas alargadas, construções, entre outros.

1.1 O GUAYRA: O PRIMEIRO JORNAL DE GUARAPUAVA

Para compreendermos a reverberação do primeiro jornal, publicado em Guarapuava, aos que movimentaram a imprensa nos anos de 1920, precisamos voltar à última década e entendermos quem eram as personagens principais responsáveis por ele: Luiz Daniel Cleve e Seraphim de Oliveira Ribas. Entendendo a sociedade campeira, presente na região de Guarapuava, segundo Silva (1997), como “[...] um desdobramento daquela que deu origem à organização do espaço no segundo planalto paranaense” (p. 13), consideramos que muitos fazendeiros do terceiro planalto exerciam atividades em Ponta Grossa e região em fins do século. Logo, as relações que mantinham com outros centros urbanos, em que a imprensa escrita constituía o cotidiano da sociedade, estimularam Luiz Daniel Cleve e Seraphim de Oliveira Ribas a fundar o primeiro jornal, *O Guayra*, em 1893, no terceiro planalto paranaense.

Luiz Daniel Cleve²¹, conforme documentado na sua biografia, escrevia para os jornais *Dezenove de Dezembro*, *Província do Paraná*, ambos de Curitiba, e para *Ecos dos Campos*, em Castro. Já, Seraphim de Oliveira Ribas, segundo Lustosa de Oliveira, era um “adiantado fazendeiro, grande animador da imprensa guarapuavana, em seus primórdios chegando ao ponto de [...] transportar, pessoalmente, de Curitiba para Guarapuava, em lombo de muares, o maquinário da

²¹ Segundo o biógrafo Joerling C. Cleve (2009a), o jornalista Luiz Daniel Cleve, “[...] nascido em Schleswig-Holstein, Dinamarca, chegou em Guarapuava em 1854, onde contraiu família e passou a residir, iniciando sua vida como mestre-escola na Fazenda Capão Alto” (CLEVE, 2009a, p. 218).

primeira tipografia que galgou os picos da Serra da esperança” (OLIVEIRA, 1978, p. 61). A partir de 1896, vendeu a tipografia para José Correa Junior, mas Luiz Daniel Cleve manteve-se como o redator do jornal *O Guayra*, até seu falecimento em 1914.

De acordo com Cleve (2009b), a atividade jornalística de Luiz Daniel Cleve é também decorrente de sua atividade como professor particular dos filhos dos fazendeiros da região e da sua formação em medicina, pois era um jovem “[...] de formação citadina ligada ao meio europeu, como não podia deixar de ser, aquilo que representava uma experiência nova, um mundo estranho e diferente” (CLEVE²², 2009b, p. 25). Nesse sentido,

As atividades de Luiz Daniel Cleve, no entanto, por ser ele dotado de personalidade dinâmica, inquieta e realizadora, além de sua vasta cultura, não se limitaram ao magistério, agricultura e pecuária, pois logo foram se multiplicando, com destaque para a política e o jornalismo (CLEVE, 2009b, p. 30).

Essas considerações nos ajudam a entender *O Guayra* como expressão do dinamismo da vida cotidiana, na virada do século XX, que permeava os centros urbanos, especialmente Curitiba, que se fazia presente em Guarapuava. Fato esse, possibilitado pela fixação de contornos sociais republicanos, na qual a imprensa, em processo de difusão, tomava a afeição literária que, cada vez mais, concorria com as novas formas de comunicação, delineando o perfil do novo intelectual, cuja principal atividade passou a ser o jornalismo (CARVALHO, 1996).

Luiz Daniel Cleve, ao exercer o papel de diretor e redator do jornal *O Guayra*, expressava seu modo de atuar e intervir na sociedade guarapuavana, haja vista que já havia ocupado cargos na política local e do Estado. Teixeira (2000), ao falar de Luiz Daniel Cleve, expressou que “[...] no dia 04 de abril de 1893, para a alegria da comunidade, iniciava a sua caminhada pela estrada que se descortinava” (TEIXEIRA, 2000, p. 109), isto é, estava inaugurada a fase da imprensa escrita em Guarapuava. Desse modo, a maior expressão, contributo deste, foi a criação do jornal *O Guayra*, principiando o jornalismo nos Campos de Guarapuava.

²² Joerling Joely Cordeiro Cleve é neto de Luiz Daniel Cleve, razão pela qual escreveu sobre a atuação política e jornalística do seu avô na região de Guarapuava, nos livros intitulados “Povoamento de Guarapuava: cronologia histórica” e “Cel. Luiz Daniel Cleve: memória histórica”, ambos publicados em 2009.

1.2 O PHAROL: O PRIMEIRO JORNAL DE ANTÔNIO LUSTOSA

É possível dizer que Luiz Daniel Cleve, na sua relação com a família do Capitão Manoel Paulo de Siqueira, deixou uma bagagem de incentivo à criação de impressos. E ainda, sob a eloquência de Mario Edmundo de Barros – o poeta Ayrton Lara - a edição do pequeno jornal manuscrito “*A Fazenda*”, despertou em Antônio Lustosa de Oliveira “irreprimível vontade de editar um jornal de verdade, o que aconteceu a 10 de abril de 1919, fazendo surgir à luz da publicidade o quinzenário *O Pharol*” (OLIVEIRA, 1978, p. 16).

Destacamos que a tipografia usada para a produção do jornal *O Guayra* foi adquirida por Lustosa e, a partir disso, passou a “dotá-la de material novo e moderno” (OLIVEIRA, 1978, p. 16). Nesse contexto, Antônio Lustosa de Oliveira instalou uma oficina tipográfica para confecção de impressos comerciais, em 1918. Por conseguinte, em abril de 1919, fundou *O Pharol*, juntamente com Mário Edmundo de Barros²³ e Paulo Demário²⁴. O referido jornal circulava, quinzenalmente, pelos seis primeiros meses. A sua estrutura era formada por quatro páginas, sendo que os textos jornalísticos, literários e notícias integravam as três primeiras, ao passo que a última página era reservada para anúncios comerciais. A apresentação do jornal, na fase semanal (a partir de novembro de 1919), destinou maior espaço para anúncios, propagandas e recados. Maurício de Fraga Alves Maria (2011) afirmou que *O Pharol* foi o início da vida jornalística de Antônio Lustosa de Oliveira. Além disso, o autor acrescentou que na década de 1920, a cidade de Guarapuava viveu a fase mais aguda do isolamento.

Nesse contexto, a defesa das vias de comunicação pelo jornal *O Pharol* pode ser interpretada pelo tipo de relação estabelecida com o executivo municipal e estadual ou, também, pela reorganização de ideais como forma de acompanhamento das mudanças sociais, políticas e culturais. Em 1922, *O Pharol* publicou uma edição especial, em formato de revista, contendo 46 páginas ilustradas

²³ Mario Edmundo de Barros nasceu em Guarapuava em 1892. Era filho do alferes Edmundo Francisco Xavier de Barros. Foi jornalista, escrivão e poeta. Em 1971, foi lançado o livro “Sonetos e Poemetos” por Antônio Lustosa de Oliveira, como homenagem àquele que contribuiu para sua inserção na carreira jornalística em Guarapuava; mesmo Mário Edmundo tendo formação apenas nas primeiras letras, estimulou a publicação de seus jornais. Ficou conhecido como o poeta Ayrton Lara.

²⁴ Paulo Demário nasceu em Guarapuava em 1901. Foi jornalista e agrimensor em Guarapuava. Fundou os jornais *O Liberal* (1929) e *A Cidade* (1933) em Guarapuava, além de contribuir para a fundação de outros, iniciando pelo *O Pharol*.

com clichês, confeccionadas em São Paulo²⁵, sobre o Centenário da Independência, sendo muito elogiado na Capital do Estado pelo jornal *A República*, por apresentar uma descrição “[...] do enorme e rico município, dos seus homens de ação das festas ali realizadas a 7 de setembro” (OLIVEIRA, 1978, p. 17). A nota registrada no diário da capital do Paraná evidenciou uma articulação de Antônio Lustosa de Oliveira com os demais profissionais da imprensa do Estado.

Ressaltamos que para a organização da Comemoração do Centenário da Independência foi incumbida uma Comissão²⁶ em setembro de 1921, deliberada pelo Governo Municipal. Cada membro da Comissão ficou incumbido de buscar informações e escrever artigos sobre uma temática. Para tais atividades, poderiam escolher colaboradores para o trabalho final. O trabalho da Comissão ficou dividido em quatro aspectos, conforme vemos a seguir:

a) A publicação de um livro da história, geografia e progresso intelectual, moral e econômico do Município, no seu primeiro século de existência que coincide com o primeiro século da existência nacional; b) A fundação de um Instituto de proteção à Infância desamparada; c) A remodelação da Capella do Cemitério, onde jazem os restos mortais do benemérito Visconde de Guarapuava; d) A confecção de um mapa geográfico (O PHAROL, 12/09/1922).

Ressaltamos que o livro, conforme mencionado acima, ficou sob a responsabilidade do Promotor Público Antônio Ribeiro de Brito. Este, por sua vez, delegou responsabilidades a um grupo de colaboradores, que

[...] serão recompensados por uma boa divulgação, com proveito para o renome de Guarapuava, que terá pela pena de seus intelectuais dado um oportuno exemplo de amor às investigações históricas, de homenagens aos seus antepassados ilustres, de bom gosto pelas belas letras e de clarividência compreensão da utilidade de uma boa propaganda conscienciosamente delineada (O PHAROL, 12/09/1922).

Notadamente, *O Pharol* afirmou que o grupo de colaboradores seria recompensado pela visibilidade dos seus escritos, pela forma com que compreendiam o espaço guarapuavano, pela abordagem de sua história e dos seus antepassados, enfim, pelo tratamento do passado e do presente dos Campos de

²⁵ Segundo Oliveira (1978, p. 17), em Curitiba não existiam clícherias para realizar tal encomenda.

²⁶ De acordo com a publicação do jornal *O Pharol*, a comissão era formada pelo: Presidente: Dr. Antonio Gomes Junior, Juiz de Direito da Comarca; Vice-Presidente, Cel. Frederico Ernestos Virmond, abastado fazendeiro; Membros: Padre Guilherme Maria, Vigário da Paróquia; Dr. Antonio Ribeiro de Brito, Promotor Público; Cel. Luiz Lustoza, abastado fazendeiro; Francisco de Paula Alves, então Presidente da Câmara Municipal e Dr. José Mendes de Araújo, médico local.

Guarapuava. O *Pharol* publicou a lista dos responsáveis por cada uma das temáticas que compuseram o livro:

História de Guarapuava e um conto literário, Eurico Branco Ribeiro; Biografia de Visconde de Guarapuava, Dr. Generoso Borges; Instrução em Guarapuava, Professor Antônio Tupy Pinheiro; Biografia de Cel. Luiz Cleve e descrição das águas minerais de Guarapuava, Antônio Ribeiro de Brito; Economia, Arlindo Ribeiro; Parte geográfica, Dr. Eugênio Virmond; 'Guarapuava' (poesia), Ayrton Lara (O PHAROL, 12/09/1922).

A comissão, sabendo das dificuldades para editar o livro, decidiu pela contratação do Almanaque dos Municípios para “a inserção, na conhecida publicação periódica, das matérias que constituem o livro, tomando nela parte destacada” (O PHAROL, 12/09/1922), assim como contou com o jornal *A República*, em Curitiba. Em Guarapuava, O *Pharol* configurou-se como suporte para dar visibilidade e prestígio a determinados sujeitos que, sob o uso da pena, lançaram-se como intelectuais, no sentido descrito na introdução desta tese (ORY; SIRINELLI, 2002).

Sobre tal Comissão para produção de material para a Comemoração do Centenário da Independência, Santos (2018) menciona que

[...] tal escolha demarcava seu espaço [de cada membro da Comissão] naquela sociedade entre homens 'doutores', formados no direito e na medicina, que se somavam à legitimidade religiosa, política e econômica da comissão: um juiz de direito, dois 'abastados fazendeiros' (apresentados pelo pronome Coronel), o vigário da paróquia, o promotor, um membro da Câmara Municipal e um médico (SANTOS, 2018, p. 98).

Acrescentamos o lugar ocupado pelo O *Pharol* em Guarapuava, pois caberia a ele a difusão “das vozes autorizadas da elite guarapuavana” (SANTOS, 2018, p. 98). O *Pharol* explicitou, na segunda página da edição especial, “embora com esforços e grande trabalho, dado as dificuldades, que se nos anteparavam, não nos foi possível, fazer circular a presente edição, antes, como era de nosso desejo, porém, hoje, o fazemos certos de termos, mais ou menos conforme as nossas forças, cumprindo a nossa missão” (O PHAROL, 12/09/1922). Significa dizer que produzir uma edição com 46 páginas expressando Guarapuava na sua conjuntura, no ano de 1922, era um exercício de muito esforço, mas que foi realizado a contento, segundo o jornal.

1.3 A CIDADE E SUA ARTICULAÇÃO COM OS JORNAIS ANTECEDENTES

Em 1933, é fundado o jornal *A Cidade*, por Paulo Demário, mas que contava com a participação de Mario Edmundo de Barros na redação. Neste, é visível a questão da imigração no Paraná. Lacheski (2009) assevera que os anos de 1930 foram marcados pela efervescência imigratória no Estado, com a finalidade de controle da decadência agrícola de subsistência, aumento da produção e modernização da agricultura, que pode ser observado nas edições pelo enfoque da produção do trigo.

O referido jornal apresentou, na primeira edição e página principal, uma síntese do papel social que exerceria na região de Guarapuava, ao lado dos demais jornais e intelectuais que se ocuparam da luta pelo progresso de Guarapuava. Expressou uma homenagem a Antônio Lustosa de Oliveira pela passagem de seu aniversário e, ainda, o descreveu como maior incentivador da imprensa guarapuavana. No canto direito da página, havia uma descrição de Guarapuava, texto intitulado como “Coração do Paraná”, de autoria de Eurico Branco Ribeiro. Ademais, o jornal expunha, no texto “A Colonização alemã”, a importância da imigração alemã como elemento de desenvolvimento e dinamização da economia e da mentalidade local; no quadro educacional, tornava público o “Festival Infantil”, organizado por uma Escola Particular, que iria acontecer no Theatro Santo Antônio, espaço transitado pelas famílias tradicionais; entre outros.

Pela primeira edição do jornal *A Cidade* percebe-se uma rede de sociabilidade entre Antônio Lustosa de Oliveira, Paulo Demário e Eurico Branco Ribeiro, Mário Edmundo de Barros, entre outros, fato esse tratado pelo memorialista Teixeira (2013), quando mencionou que um grupo de jovens do início do século XX tomou para si a responsabilidade da difusão cultural e o fizeram a partir da criação de jornais.

Ainda, ressaltamos que a arte da escrita jornalística já havia sido incorporada com muito zelo por Luiz Daniel Cleve, antes dos anos de 1900. O semanário, *O Guayra*, apresentava, na edição de 19 de junho de 1897, uma caracterização do quadro de leitores e, concomitantemente, valorização da atividade jornalística como um elemento propulsor do desenvolvimento da região, como ocorria em outros centros urbanos. Primeiramente, transcreveu uma solicitação de

uma pessoa que usava o pseudônimo de Columella²⁷, intitulada “Apelo aos jornalistas”, pedindo atenção dos jornalistas a determinada questão, uma vez que “em nosso país, onde mais de 90% da produção é agrícola, é para esse lado que devemos lançar nossas vistas. Nenhuma classe está mais no caso de prestar tão relevantes serviços como a classe dos jornalistas” (O GUAYRA, 19/06/1897). Na continuidade da matéria explicava que precisava “desviar um pouco o espírito público da política estéril por meio das discussões de interesses reais” (O GUAYRA, 19/06/1897). Ou seja, a função do jornalista passa a ser considerada imprescindível na sociedade, uma vez que se propunha a articular o fazer jornalístico às questões da realidade, distanciar-se da política obsoleta, registrar por meio da escrita aquilo que há de novo no espaço público e difundir as informações com precisão.

Neste fim de século, em que a luta pela vida está tornando cada vez mais dura a espera gravada pela febre de enriquecer-se rapidamente, em que todos os ramos da atividade humana, sem exceção alguma, estão passando por uma tremenda crise, o único meio de remediar os males dali provenientes é procurar com afinho o que a ciência nos ensina para facilitar o trabalho e aumentar a produção nos pontos, desta forma em condição de entrarmos facilmente em luta com outros povos (O GUAYRA, 19/06/1897).

O Guayra, ao final da exposição da solicitação, apresentou uma tomada de posição:

[...] quanto a nós, sabem os poucos leitores do modesto jornal guarapuavano, que nós temos quase que, exclusivamente, ocupado desta questão vital, esforçando-nos por proporcionar leitura útil aos nossos assinantes, em sua maior parte criadores e agricultores, e raro é o número em que não aparece transcrito da lavra de Columella (O GUAYRA, 19/06/1897).

O semanário *O Guayra* apresentou uma resposta imediata a solicitação. Nesta, caracterizou o seu público leitor e, assegurou ter clareza do trabalho que realizava, uma vez que o fazia a partir da realidade existente. Assim, exclamou que tinha se preocupado com o conteúdo das matérias, por conta do perfil dos seus

²⁷ O jornal *O Guayra* comenta que “De Columella recebemos o seguinte: Apelo aos jornalistas [...]”. (O GUAYRA, 19/06/1897). Ao final do texto, expôs que “Publicando o apelo que o ilustrado ‘Columella’ dirige a imprensa, é excusado dizer que *O Guayra*, folga em render homenagem ao patriótico cidadão que com grande proficiência e louvável empenho tem prestado relevantíssimos serviços à agricultura [...]” (O GUAYRA, 19/06/1897). Diante dessas informações, supomos que seja um leitor assíduo do jornal, sob o pseudônimo de Columella, o qual possuía uma relação próxima de Luiz Daniel Cleve, pela publicação do texto e por ser digno de publicação de uma resposta. Supomos que a pessoa denominada de Columella fosse pelo conhecimento dela sobre a obra dos doze tratados sobre agronomia do escritor romano Lucius Moderatus Columella, que viveu na época do principado Neroniano (54-68 d.C.), originário da província da Bética, mais precisamente de Gades (JOLY, 2003). Além disso, era um sujeito que defendia a agricultura.

consumidores e do número de leitores. Por isso, *O Guayra* indicava de antemão que estava atento à configuração do papel da imprensa no final do século, assim como lançava a ideia do trabalho do jornalista, seu compromisso com a “veracidade” dos fatos e, principalmente, com a disputa pela opinião pública.

Luiz Daniel Cleve, ao responder a solicitação de Columella, explicou aos guarapuavanos, a importância do homem letrado, projetando-se como um sujeito capaz de fazer uma leitura da realidade, registrá-la e, ainda, torná-la pública, sob o argumento de leitura útil. Observa-se o reconhecimento disso, na edição especial do impresso *O Pharol*, em 1922. Primeiramente, explicita que não se trata de um guarapuavano nato; depois argumenta que este dedicou sua vida ao fazer o bem (trabalho), que se dirige a questão do bem-estar do guarapuavano por meio de sua prática jornalística e de escritor, servindo de exemplo para as gerações posteriores.

Luiz Daniel embora não fosse filho de Guarapuava, prestou a esta terra inestimáveis serviços, vindo de Dinamarca, veio para Guarapuava com idade de 18 e faleceu com 80 e tantos anos. Durante o período de sua vida exerceu, nesta cidade o papel de homem do bem. Trabalhando pela sua grandeza, labutando sempre na imprensa dando a esta um cunho de caráter excepcional. Homem instruído e de raríssima inteligência, era tido em todo o Estado como brilhante jornalista e escritor. As suas produções são admiráveis, encerram uma beleza de sentimentos e estilo de arte de pouco comuns (O PHAROL, 12/07/1922).

Na edição de 26 de junho de 1897, *O Guayra* publicou o texto intitulado “O Trabalho”. Neste, expressava que o trabalho era “condição essencial de todo desenvolvimento, de todo progresso [...]” (O GUAYRA, 19/06/1897). Por conseguinte, a não apreciação do trabalho indicava “sublevar-se contra a magna lei imposta à humanidade pela natureza como condição essencial; é negar os mais nobres atributos que distinguem o rei da ação do ente irracional; é abdicar das mais belas prerrogativas que ornem o ser pensante” (O GUAYRA, 26/06/1897).

Após explicar que o trabalho é condição para o desenvolvimento do ser humano, faz uma crítica social expressando que “a população que vive disseminada pelo interior, longe dos centros mais populosos, não se apercebe do progresso, ela conserva-se estacionária em meio da rotina transmitida pelos pais e avós” (O GUAYRA, 26/06/1897). Percebemos que o autor do texto elucida uma percepção da sociedade brasileira frente às demais e vice-versa; por isso, exclamou que era tempo “de reagir contra essa *apathia* do roceiro, do lavrador, da classe que devia merecer maior solicitude. A profunda ignorância, a educação nas práticas do

misticismo do culto romano, que fala aos sentidos, assim como outras causas explicam as anomalias, os factos estranhos” (O GUAYRA, 26/06/1897).

Aqui é possível fazer uma consideração sobre a representação das roças brasileiras, conforme tratado por Oliveira (2012). O autor denomina de roças um tipo específico de propriedade, diferente das casas de campo ou chácaras, que na Bahia e no Pará são chamadas de roças e rocinhas. Oliveira (2012) afirma que esse tipo de propriedade foi comum no Brasil até os anos iniciais do século XX, visto que era responsável pela produção dos alimentos que abasteciam os núcleos urbanos e rurais. O destaque é que essas propriedades nem sempre estavam vinculadas à grande lavoura, como, por exemplo, às grandes fazendas de engenho de açúcar. O autor afirma que roça se tratava, na verdade, de um tipo de agricultura que se convencionou caracterizar, desde o período da colonização brasileira, como aquela que ocorreu entre as matas e os povoados. Por isso, teve na figura do lavrador ou roceiro, também denominado “caipira, capiau, matuto, tabaréu ou vazanteiro, designações que eram com frequência adotadas no sentido pejorativo, no intuito de acentuar as diferenças entre ‘a civilização das grandes cidades e a simplicidade dos homens do campo’” (OLIVEIRA, 2012, p. 556-557), a responsabilidade pelo seu cultivo.

Nesse sentido, os viajantes europeus, nos seus relatos escritos, a partir de extensas jornadas em território colonial, durante o século XIX, expõem uma estreita ligação entre o campo e a cidade, visualizada pela abordagem dos costumes populares e desenho da paisagem, segundo apontamento de Oliveira (2012). O autor acrescenta que a “cultura das roças e dos roçados sempre acompanhou o colonizador no desbravamento dos sertões e das florestas quase intransponíveis” (OLIVEIRA, 2012, p. 760). A partir disso, é possível compreender a visão do espaço disseminado pelo *O Guayra*, quando tratou do trabalho como condição essencial para o desenvolvimento humano, pois evocou uma percepção de não compreensão do estilo de vida das populações interioranas e de sua importância para o desenvolvimento local, preferindo ressaltar a supremacia das populações que residem nos núcleos urbanos. Para isso vislumbrou retirar o roceiro da condição de miséria, que pode ser entendida como miséria econômica, intelectual e moral. Oliveira (2012) justifica isso, a partir dos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX, expondo que “ao se depararem com o mundo da produção e da rusticidade,

consideravam-no expressão da mais pura e encantadora desordem e de miséria, opiniões que não estavam destituídas de juízos de valor” (OLIVEIRA, 2012, p. 564).

As considerações levantadas por Oliveira (2012) contribuem para pensarmos na figura de Luiz Daniel Cleve frente ao jornal *O Guayra*, por ser um imigrante europeu dinamarquês e, ainda, com atuação pública. Sendo assim, a forma como *O Guayra* aborda o espaço das populações interioranas encontra ressonância nas descrições feitas pelos viajantes europeus, no século XIX, mencionados por Oliveira (2012)²⁸. E, ainda, constitui fator explicativo das considerações sobre o atraso do espaço interiorano quanto à desorganização e ignorância das populações rurais, no sentido de não ambicionar a realização da sua capacidade enquanto ser humano e, por sua vez, não buscar a resolução das suas inquietudes, seja na esfera econômica, política ou intelectual.

Entretanto, *O Guayra* explicitou que a profunda ignorância (falta do uso da razão) e a educação sustentada na religiosidade popular seriam algumas das causas que faziam entender as anomalias que estavam presentes na sociedade brasileira. O misticismo do culto romano no Brasil, pelo apontamento de Macedo (2008), não foi distante daquele que havia em Portugal, uma vez que “o próprio catolicismo português já era delineado como sincrético. Ele era caracterizado como um catolicismo de forte apego aos santos e a eles nomeando forças da natureza” (MACEDO, 2008, p. 01).

A afirmação do jornal *O Guayra* expôs ainda a ideia da necessária mudança de concepção de sociedade e educação. Dever-se-iam pensar pelo viés do progresso, pois as sociedades evoluem, desde que a população tenha o trabalho como ação orientada e a educação como instrumento para alcançar o progresso. Ressaltou que em Guarapuava, “nesses grandes sertões, nas vastas chapadas de melancólico aspecto, manifesta-se a indolência do habitante do interior: há falta de indústria, de vias de comunicação; não há iniciativa nem movimento” (O GUAYRA, 26/06/1897).

É emblemática a descrição feita de Guarapuava pelo jornal *O Guayra*. Destacamos dois aspectos: primeiro, evocou uma percepção de um espaço em

²⁸ O autor, ainda, assegura que o olhar depreciativo ainda é presente, fato observado pela produção acadêmica a respeito das roças, pois “observamos, na bibliografia consultada, que poucos autores contribuíram, efetivamente, para o conhecimento do espaço das roças. Vários deles enfatizaram assuntos como: abertura de roçados, deslocamentos em zonas [...]. Os lugares orientados para a produção eram tidos, em sua maioria, como arcaicos, ingênuos, pragmáticos, primitivos e utilitários” (OLIVEIRA, 2012, p.563).

atraso pela sua população²⁹ concentrar-se nas propriedades rurais, o que a fazia uma cidade apagada no território paranaense; segundo, expôs que o vasto território é pouco aproveitado para as iniciativas de progresso. Os aspectos levantados servem para refletir sobre o que *O Guayra* projetava para Guarapuava, e como Luiz Daniel Cleve se autoprojetava por meio do jornal, tomando a iniciativa de reivindicar uma cidade moderna.

Ressaltamos que *O Guayra*, mesmo carregando um vínculo com as origens do nome da cidade, lançou uma ideia de necessária alteração no quadro urbano, justamente para Guarapuava deixar de ser reconhecida pelos vastos sertões e com população considerada indolente e, principalmente, para que a cidade pudesse ser ajustada, sob a lógica da técnica e da ciência, a qual conduziria ao progresso. Por isso, a menção da indústria e vias de comunicação. Quanto ao quesito da iniciativa e do movimento para elevar Guarapuava à categoria de uma cidade diferente do que se tinha, o próprio texto no jornal pode ser uma primeira indicação de iniciativa e de movimento.

À guisa de conclusão do texto publicado no jornal *O Guayra*, foi explanado que “a ociosidade e a ignorância são dois males que entravam a marcha para ao progresso [...]” (O GUAYRA, 26/06/1897), por isso, ressaltou que era uma urgência solucionar a problemática, para isso apontou que

[...] é **preciso que o trabalho se espalhe por esses sertões**, que haja vida e movimento, onde hoje vemos o desânimo, o desalento pairar tristemente sobre a população roceira. É preciso **espalhar a instrução profissional**, pela qual temos clamado por repetidas vezes; **é preciso despertar por esse meio a iniciativa particular estimulando o trabalho inteligente** (O GUAYRA, 26/06/1897, grifos nossos).

Pela assertiva exposta, era preciso espalhar: 1) trabalho pelos sertões enquanto uma atividade planejada e intencional, a qual poderia contribuir para tirar o homem do interior da sua condição de passividade frente ao progresso e levá-lo a aspirar vida e movimento; e 2) instrução profissional, ou seja, era preciso formar homens para a vida cidadina, formar homens para a vida urbana, que atuassem na

²⁹ De acordo com os dados do Censo brasileiro de 1872, Ferraro e Kreidlow (2004) afirmam que a população analfabeta, acima de 5 anos, era de aproximadamente 82,3% no Brasil e 71,1% no Paraná. No Censo de 1890, manteve-se inalterada a situação, pois em 1890 a taxa de analfabetos correspondia um percentual de 82,6%, no Brasil e em quase todas as unidades federativas. Nessa direção, o Estado do Paraná, em 1890, contava uma população de 249.491 habitantes, portanto, apenas 46.812 habitantes alfabetizados (FERREIRA, 2013). Em Guarapuava, Gomes (2009) afirma que o quadro populacional, em 1890, era de 8.943 habitantes.

época em profissões liberais. Nessa direção, haveria a necessidade de despertar por esse meio (jornal) a iniciativa de pessoas para o trabalho intelectual (trabalho inteligente).

A afirmação acima contribui para refletir sobre as manifestações culturais nas três primeiras décadas do século XX em Guarapuava, em que jovens foram incentivados intelectualmente a produzir uma leitura da sua realidade e, concomitantemente, a trabalhar por uma Guarapuava moderna, a partir do semanário *O Guayra*, na figura de Luiz Daniel Cleve. Ademais, percebemos que *O Pharol*, em 1922, ao tratar da biografia de Luiz Daniel Cleve, prestou homenagem dizendo que foi o “fundador e diretor do jornal *O Guayra*, que plantou uma semente sublime de intelectualidade de Guarapuava. Luiz Daniel Cleve era um homem humanitário como seus vastos conhecimentos de medicina e como o médico querido do povo” (O PHAROL, 12/09/1922).

Diante disso, inferimos que alguns jovens, citados por Teixeira (2013), tiveram sua incursão na arte da escrita jornalística pela presença de Luiz Daniel Cleve, conforme exposto na citação acima que chamava atenção para a ideia de trabalho inteligente. O trabalho inteligente entendido como resultado da divisão social das atividades, especialmente o trabalho intelectual, que se traduz no trabalho do jornalista, literato, cronista, publicizados nos jornais e disseminados entre os leitores, buscavam produzir um novo sentido à cidade e aos seus habitantes. Mas, também, às demais atividades que a modernização ensejava, especialmente com o processo de divisão do trabalho, gerando certos domínios ou especialidades, razão pela qual se demandava industrialização e formação profissional.

Notamos que, na primeira edição do jornal *O Pharol*, publicada em 10 de abril de 1919, justificava-se a ideia desse impresso:

Pequeno, indeciso, envolto nas roupagens da modéstia, sem pretensões, não vem como seria de prever, preencher lacunas, será apenas o porta-voz de alguns cérebros mais dados ao misticismo, as cousas transcendentais da vida, que a realidade sempre torva [...] Não desejamos aplausos, que seriam extemporâneos, pedimos apenas, tolerância, as nossas elocuições phanáticas, anti-estéticas [...] entregamos ao público confiado ao convicto (O PHAROL, 10/04/1919).

Embora a retórica despretensiosa estivesse ligada ao *O Guayra*, como vimos ao tratar da biografia de Luiz Daniel Cleve, é relevante mencionar que na cidade havia uns “cérebros”, intelectuais que precisavam de um espaço para

exposição de suas reflexões a respeito da realidade que os circunscrevia, como veremos mais adiante, ao indicar como representavam a cidade e os aspectos atinentes a ela. Ao entendermos o ideal disseminado por Luiz Daniel Cleve para a fundação de jornais como propulsor do trabalho inteligente, aqui entendido como trabalho dos intelectuais, passamos a perceber o significado dele entre os jovens, como a Antônio Lustosa de Oliveira, Paulo Demário, Mario Edmundo de Barros, entre outros, nos anos iniciais do século XX. Nessa direção, a própria nomenclatura *O Pharol* pode ser interpretada como aquela que direciona e orienta, que possui na figura dos seus idealizadores a “luz” que encaminharia Guarapuava ao rumo, não só do desenvolvimento econômico, mas cultural e intelectual. Aliás, o nome e a própria justificativa indicam, de antemão, que *O Pharol* seria o condutor da intelectualidade guarapuavana nos anos de 1920 e 1930.

Em 15 de junho de 1933, é publicado o primeiro número do jornal *A Cidade*. Este justifica sua existência, fundamentado no discurso de ser um meio de comunicação comprometido com o progresso de Guarapuava, ao lado dos demais, o que podemos supor: os demais jornais que haviam existido e os homens que faziam da pena seu instrumento de trabalho. Não podemos deixar de lado a informação de que *A Cidade* era editada pela Matte Guaira Ltda, situada na mesma rua da tipografia do antigo *O Pharol*, o que evidencia que a tipografia adquirida por Antônio Lustosa de Oliveira de José Correia Junior, onde se produzia *O Guayra*, e incrementada com novos equipamentos, serviu para a produção de muitos jornais, inclusive o *Folha do Oeste*, fundado em 28 de fevereiro de 1937. Destacamos, ainda, que Paulo Demário e Mário Edmundo de Barros estavam à frente da redação do jornal *O Pharol*, assim, como Antônio Lustosa de Oliveira escrevia artigos para *A Cidade*.

Nesse contexto, *A Cidade* pode dar indicativos para pensar a preocupação dos sujeitos mencionados anteriormente, quanto à elevação cultural da população. Diziam que

A Cidade vem formar hoje – pequenina no formato – mas grande na sua finalidade – ao lado dos muitos outros colegas que pugnaram pelo progresso da terra do Guaira. *A Cidade* editado pela Matte Guaira Ltda, vem focalizar mais uma vez, as imensas possibilidades do nosso município, isto é, lutar sempre pelo progresso de Guarapuava. É preciso prosseguir para não estacionar porque na marcha evolutiva quem fica inerte, morre e desaparece. Ânimo, o trabalho tudo vence. Eis a plataforma e o apelo de *A Cidade* (A CIDADE, 15/06/1933).

É possível supor que o jornal atendia a uma finalidade de elevação cultural, pois, quando mencionou que se colocava paralelamente aos outros que travaram a luta pelo progresso de Guarapuava, anuncia sua existência como próprio desdobramento da ideia forjada de cidade, buscando o progresso pela via da modernização da técnica e ciência. Nesse sentido, o jornal *A Cidade* tratava, também, daqueles que se ocupavam da arte da escrita como instrumento de luta por uma Guarapuava integrada aos outros espaços citadinos do Estado, uma cidade com espaços culturais que possibilitasse a manifestação dos homens cultos, homens das letras, que os permitisse fazer suas elocuições e disseminar um ideário de mudança de Guarapuava, senão a mesma poderia desaparecer.

Ademais, deixou explícito que o caminho para o progresso (marcha evolutiva), era o trabalho; então, a ação orientada e planejada, desencadearia transformações do espaço guarapuavano. Assim, o jornal *A Cidade* era o anunciador de tempos novos. Entendemos que *A Cidade* deu continuidade a uma ideia já defendida pelo *O Guayra* no texto “O Trabalho”, publicado em 1896, que era preciso que a população trabalhasse com a terra e fizesse produzir, do contrário, não haveria progresso e, ainda, era preciso pelo jornal incentivar pessoas a lutarem por uma Guarapuava cidadina. Os detentores da arte da escrita, no jornal, mostravam-se possuidores de um raio de visão maior do que aqueles que estavam nas atividades rotineiras, fato que pode ser compreendido como estratégia de legitimação de um discurso e de autoprojeção.

A Cidade, em 23 de dezembro de 1934, explicou sua permanência de circulação dizendo que

Guarapuava não pode ficar sem uma imprensa honesta, sem um legítimo porta-voz de suas mais lindíssimas aspirações e levando em alta conta o descalabro que poderia advir da falta de uma sentinela que vigiasse os atos dos poderes públicos [...] resolvemos continuar a publicação deste jornal. Não estávamos errados quando dissemos que muitos outros guarapuavanos poderiam continuar a obra que encetamos, dotando nossa terra de uma imprensa digna de cultura deste nobre povo (*A CIDADE*, 23/12/1934).

A assertiva acima reafirmou a questão de ser base, lugar, plataforma, mencionada na primeira edição, configurando *A Cidade*, também, como um espaço de visibilidade, lugar para publicização de eventos culturais. Paralelamente a isso, Guarapuava, com as imensas possibilidades de progredir, conforme destacado pela *A Cidade*, em 15 de junho de 1933, não poderia ficar sem um jornal para anunciar,

acompanhar e registrar o progresso da cidade seja na esfera econômica, política ou cultural. Isso pode ser observado na divulgação de inúmeros convites de eventos culturais, esportivos e escolares que se faziam presentes nas edições, como por exemplo, “Festival Infantil”, divulgação do “Grandioso festival infantil no Clube Guaíra”, breve programação do “Theatro Santo Antônio”, entre outros. Além disso, trazia no seu bojo a elucidação das poesias de Ayrton Lara (Mário Edmundo de Barros), o que pode caracterizá-lo ainda mais como propulsor de uma intelectualidade local. Logo, indicava que Guarapuava estava permeada de atividades culturais, que articulavam educação e lazer, as quais a população poderia desfrutar, mesmo diante das condições econômicas, sociais e culturais desiguais.

Nesse sentido, o jornal *A Cidade*, na publicação de 13 de agosto de 1933, fez um convite aos leitores para assistir a duas obras cinematográficas³⁰, *Iracema* inspirada na obra de José de Alencar e *Escrava Isaura* baseada na obra de Bernardo Guimarães, que expressavam o sentimento e o pertencimento à nação brasileira.

Seja patriota! Acostuma-te a dizer o que é nacional é tão bom como o estrangeiro. Vai ter uma prova, provada, assistindo, em princípio de setembro, próximo, os dois maiores portentos da cinematografia: *Iracema* – de José de Alencar – e *Escrava Isaura* – de Bernardo Guimarães. Vejam reclames no Bar América e em frente a Matte Guayra Ltda (A CIDADE, 15/06/1933).

O convite publicado no jornal *A Cidade* encontra ressonância nos ideais de criação de uma identidade nacional (ORTIZ, 2006). A frase “Seja patriota! Acostuma-te a dizer que o que é nacional é tão bom como o estrangeiro” (A CIDADE, 13/08/1933) produz o sentido de que a população necessitava valorizar o que há de nacional e rechaçar as manifestações estrangeiras. Todavia, expressa um posicionamento político, social e cultural dos editores do referido jornal, que foi percorrido pelo *Folha do Oeste*, no sentido de identificar Guarapuava, a partir das características naturais e dos discursos promovidos pelos herdeiros dos fundadores de Guarapuava, sob viés de ser um autêntico guarapuavano, logo, um paranaense.

³⁰ A literatura brasileira contribuiu para a produção cinematográfica nacional. Vittorio Capellaro foi o cineasta que dirigiu vários filmes baseados na literatura nacional. Dentre eles, *Iracema* (José de Alencar), primeira edição em 1918-1919. A segunda versão de *Iracema*, em 1931, foi dirigida por Jorge S. Konchin (GOTTWALD JUNIOR, 2015). A obra cinematográfica *Escrava Isaura* teve sua primeira versão dirigida, em 1917, por Tarquinio Garbini; a segunda versão, em 1922, por Luiz de Barros; e terceira versão, em 1929, por Antônio Marques da Costa. Em anos posteriores houve outras versões das obras citadas. Em Curitiba, o filme *Escrava Isaura* foi exibido em 1930, no Cine Avenida.

Nesse sentido, a questão da valorização das características naturais, tão exaltadas desde os primeiros anos de circulação do jornal *O Guayra*, criou uma ideia de um espaço favorável ao desenvolvimento, com uma vasta extensão territorial, povoamento disperso, com uma organização citadina pequena. A ênfase de criação de espaços culturais e de manifestação de mediadores culturais foi percorrida como uma necessidade de projeção da cidade aos ditames da modernidade, mas também, explanava a própria construção de um espaço consumidor e irradiador de cultura para o Oeste paranaense, na conjuntura da construção da identidade cultural paranaense, discutida por Pereira (1996). Para isso, “o passado construído e seus heróis serviriam de apoio e de força pedagógica a um presente que se pretendia construir de um Estado que estaria crescendo e se fortalecendo” (PEREIRA, 1996, p. 93).

Na edição de 04 de novembro de 1934, o jornal *A Cidade* explicitou a necessidade de manutenção e unificação da população local frente às adversidades econômica, política e cultural, chamando atenção no que diz respeito ao Clube Guaíra. Este, por sinal, representava o espaço de manifestação social, política e cultural.

Caminha para uma solução honrosa a questão do Clube Guaíra. Congracemos a família guarapuavana para que forte possamos unidos e fortes conservarmos as tradições de glórias que nos legaram os nossos ancestrais. Amparemos o Clube Guaíra para entregarmos aos nossos descendentes, tal qual, recebemos dos nossos antepassados (A CIDADE, 04/11/1934).

Tal assertiva trata de reverenciar um passado glorioso das famílias dos fazendeiros e explicar aos jovens que o Clube Guaíra se constituiu como um espaço de distinção para tais famílias, motivo pelo qual necessitava que fosse cuidado e compreendido como lugar de pertencimento, identidade e legitimidade social. Bourdieu (2015) assegura que:

[...] a presença do passado, nessa espécie de falsa antecipação do futuro, não se vê, paradoxalmente, senão quando a causalidade do provável é desmentida e quando a defasagem entre as chances objetivas e as práticas [...] obriga a invocar o ímpeto de uma trajetória passada e a *histerese* das disposições antigas (BOURDIEU, 2015, p. 124, grifo do autor).

Para Bourdieu (2015), a presença do passado é recorrente nas práticas sociais dos agentes para manutenção de um ideário. No fragmento do jornal, exposto acima, o uso dos termos “família guarapuavana”, “conservamos”, “tradições

de glórias”, “ancestrais”, “amparemos” e “antepassados” retrata um cotidiano da sociedade guarapuavana que diferia muito dos anos gloriosos das famílias tradicionalistas, então, nada melhor para perpetuação desse passado, senão por um espaço cultural como fizeram as gerações passadas.

No ano de 1935, há um demonstrativo de articulação do jornal *A Cidade* com outros que circulavam em diferentes Estados do Brasil. Ou seja, quando escrevem o texto “O nosso intercâmbio intelectual³¹” expõem para o quão eram legítimas suas práticas jornalísticas e as relações que mantinham externamente a Guarapuava. E, principalmente, a rede de sociabilidade dos diretores e proprietários, a qual poderia indicar, por um lado, a visibilidade e o reconhecimento de suas práticas e da leitura que faziam do mundo social enquanto jornalista no interior do Paraná e, por outro lado, fortalecimento das relações sociais e políticas dentro do movimento do integralismo, nas palavras de Gava (2016).

No que tange à contextualização do espaço guarapuavano, as considerações expostas no *O Pharol*, publicado em 27 de abril de 1919, descreveram o município com problemas de infraestrutura e de não conservação do espaço do centro da cidade. Mas, antes de tratar dos problemas, forneceu-nos uma “espécie” de primeira impressão sobre o que era Guarapuava para as pessoas de outros lugares:

Quem vem dos Campos Gerais e descortina ao longe, a nossa cidade toda rodeada por campos a perder de vista, verdejando extensões pelo lado oriental, circulada por vastos sertões e enfim num ajuntamento muitíssimo agradável à vista, as casas simples, modestas como os seus habitantes, branqueja guarridas, solta um oh, de admiração ao lindo panorama que só lhe depara (O PHAROL, 27/04/1919).

A descrição acima evoca uma definição de Guarapuava que também foi exposta na edição especial de Comemoração do Centenário da Independência, a partir do texto “Riquezas diversas do Município”. Neste, “a terra guarapuavana, exuberante em todos os seus ramos da natureza, está destinada a ser o Oasis do Paraná” (O PHAROL, 12/04/1922). Por isso, é dado início ao texto por uma

³¹ O texto na íntegra “O nosso intercâmbio intelectual. Mais 4 colegas que nos visitaram: a LUCTA – jornal integralista, que se publica na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, e sob a direção de Jaime Castro; A REFORMA – conta 18 anos de existência. É seu diretor fundador José Fiorêncio Cunha. Publica-se no território do Acre, município de Tarauacá, cidade de Seabra; FOLHA POPULAR – órgão do povo, pela justiça. É seu diretor Julio Gomes. Publica-se na cidade de Capão Bonito, do Estado de São Paulo; ANAUÉ – jornal integralista. Publica-se na cidade de Joinville do Estado de Santa Catarina. É responsável o sr. L. C. Ramos e gerente o sr. O. H. Homke. Gratos pelas visitas dos colegas. Permutaremos (A CIDADE, 24/11/1935).

discussão da grandeza do município de Guarapuava, pelas belezas naturais, as quais dariam condições de destacá-lo no Estado, uma vez que era “rico de terras excelentes, de madeiras múltiplas e variadas, de campos imensos, de ótima qualidade, a terra promissora das araucárias e das cascatas assombrosas, maiores do planeta” (O PHAROL, 12/04/1922). O discurso passa pela construção de uma imagem guarapuavana positiva se considerada a paisagem, mas, ressalta, também, que nesse espaço existiam casas simples e modestas com seus habitantes, o que logo anuncia uma caracterização do habitante, marcado como um sujeito do campo, que ainda não vislumbrava mudanças importantes no seu espaço.

A *Cidade* apresentou uma breve definição dos Campos de Guarapuava, demarcado a partir da instalação da Freguesia Nossa Senhora de Belém, ou seja, a partir de um acontecimento legal:

Nove de dezembro de 1819 marca para nossa terra o início de uma vida que, após um período de mais de um século de lutas e sacrifícios heroicos, ela assinala hoje, uma existência forte, robusta coberta de glórias! Fundada sobre o grande planalto formado pela Serra da Esperança, Guarapuava, a cidade dos lindos campos verdejantes – Coração do Paraná – é que devia ser escolhida para ser a capital do nosso Estado (A CIDADE, 09/12/1935).

A descrição feita de Guarapuava, a partir do marco instituído em 09 de dezembro de 1819, encontra ressonância na exposição dos limites territoriais, já destacados pelo *O Pharol* em 1922: “ao noroeste as matas se prolongam até Mato Grosso e acompanham com exuberância estupenda, o grande Rio Paraná, que acolhe os seus afluentes majestosos, desde o Ivaí até o Iguaçu incomparável, no sul e que recebe o nosso município, os grandes rios Jordão, São João e Cavernoso” (O PHAROL, 12/09/1922). Ou seja, os habitantes de Guarapuava precisavam compreender a formação do seu espaço, a partir das tradições históricas e, por meio delas, criar um sentimento de pertencimento.

Depois da descrição de exuberância do território guarapuavano pela sua geografia física, *O Pharol*, em 27 de abril de 1919, evidenciou que “o quadro não corresponde à moldura. Delineada pelo artista sublime, a Natureza, esta sobrepuja o conteúdo” (O PHAROL, 27/04/1919). Isto é, nas décadas finais do século XIX, Guarapuava passou a ser considerada uma cidade, ou seja, deixou o caráter de Vila³². Por conseguinte, houve o aparecimento de grandes casarões construídos sob

³² De acordo com a Lei nº 438, de 17 de julho de 1852, expedida pelo vice-presidente da Província de São Paulo, Hypólito José Soares de Souza, a Freguesia de N. Senhora de Belém foi elevada à

a utilização do trabalho escravo, pertencente aos fazendeiros que haviam enriquecido com o tropeirismo. Mas, não houve conservação desses espaços, conforme Tembil (2007):

As residências, que se tornaram suntuosas, foram padronizadas em obediência às posturas municipais que prescreviam que as construções deveriam ser feitas de pedra e pintadas a cal, com a porta no alinhamento da rua. O número de janelas, a altura dos pavimentos, a utilização do ferro nos portões, sacadas e varandas iriam garantir uma aparência portuguesa à cidade reproduzindo os padrões arquitetônicos coloniais, e demonstrando o imaginário colonial no interior de uma cidade que já não mais pertence a esse período (TEMBIL, 2007, p. 74).

A descrição acima faz alusão ao complexo que a sociedade campeira do terceiro planalto do Paraná passou a vivenciar, a partir de 1870. De um lado, o código de posturas municipais enfatizava uma nova composição visual da cidade e, por outro, havia a ideia de manutenção do estilo português. Silva (1997) viabiliza uma explicação possível sobre essa realidade, explicitando que a abertura do “Caminho das 13 Missões” inseriu Guarapuava na atividade tropeira³³ por volta de 1850. No entanto, as duas últimas décadas do século XIX podem ser caracterizadas como anos de decadência do tropeirismo, o que explica novas formas de percepção do espaço e diversificação de atividades.

Guarapuava foi ganhando contornos que levariam a outras práticas em seu espaço. Por isso, “[...] o final do século XIX e início do século XX foi marcado pelo declínio da atividade tropeira e a desagregação da sociedade tradicional campeira da região” (SILVA, 1997, p. 14). No entanto, a sociedade guarapuavana continuava centrada em grandes fazendas, porém, o núcleo urbano consistia em um espaço com finalidade de agremiações de pessoas em eventos políticos e religiosos (TEMBIL, 2007).

Fato esse que pode estar relacionado a uma necessidade de mudança estética, estrutural e organizacional de Guarapuava, que a segunda edição publicada do jornal *O Pharol* procurou traduzir:

Vê-se habitações que tendem a cair, como tivemos ocasião de ver na rua Benjamim Constant, uma que ameaça ruínas, muito breve. Algumas com as

categoria de Vila, a qual fora revogada e institucionalizada como Cidade pela Lei n. 217 de 1871, quando divide a Província do Paraná em três distritos de Obras Públicas, sendo o 1.º distrito: comarcas de Paranaguá e Curitiba; 2.º distrito: comarcas do Príncipe [Lapa] e Castro; 3.º distrito: comarca de Guarapuava.

³³ Segundo Silva (1997, p. 12), “[...] a região tornou-se rota de passagem das tropas vindas do Rio Grande do Sul para a Feira de Sorocaba, em São Paulo”.

intempéries ostentam nos frontispícios grandes faltas de reboco, exibindo os tijolos velhos de meio século. E parecem dizer entre si 'representantes dos avós do povo somos um pouco suas avós também' (O PHAROL, 27/04/1919, grifo do autor).

O Pharol continuou a descrição, levantando outro problema: “as ruas, apesar da boa vontade dos nossos dirigentes, não correspondem às necessidades do nosso trânsito [...]” (O PHAROL, 27/04/1919). Diante disso, são indicadas possíveis soluções: 1) execução do pagamento de imposto - “a prefeitura poderia responder, executando em massa” (O PHAROL, 27/04/1919); 2) os munícipes “deveriam limpar a frontaria de suas casas” (O PHAROL, 27/04/1919); 3) a Câmara “deve criar leis, que obrigando a limpeza dos prédios, dessem a nossa urbs um aspecto de Cidade assejada” (O PHAROL, 27/04/1919).

Observamos que *O Pharol*, na sua segunda edição, levanta uma questão importante para Guarapuava, no sentido de promovê-la aos moldes de outros centros urbanos. Para isso, a descrição feita, primeiramente da geografia física, não dá conta de inseri-la como destaque no território paranaense. É preciso se adequar ao movimento de modernização. Para tanto, *O Pharol* lança uma leitura do contexto feita por alguns homens, representantes de alguns “cérebros”, solicitando ao prefeito que “estas nossas considerações, incompletas e desataviadas, colem no seu espírito alevantado e as nossas, hoje simples razões, sejam amanhã uma realidade” (O PHAROL, 27/04/1919).

Dessa forma, *O Pharol* tendo como diretor Antônio Lustosa de Oliveira, e redatores, Mário Edmundo de Barros e Paulo Demário, exclamavam: “filhos desta terra privilegiada e empolgados por interesses pessoais, a puséssemos para terreno secundário, deixando assim, de por um traço de pena, vermos sempre a nossa Guarapuava marchar a passos de caranguejo, quando a quereríamos sempre na vanguarda do Progresso” (O PHAROL, 27/04/1919). Ou seja, era necessário que os homens das letras tratassem das questões que consideravam importantes para o município, assim, pela escrita e publicização de seus textos, poderiam lançar expectativas de melhorias e intervenção na sociedade, bem como formar uma ideia do que Guarapuava poderia se tornar no Estado do Paraná.

Na edição de 15 de maio de 1919, *O Pharol* publicou a avaliação do jornal *Diário dos Campos*³⁴, quanto ao texto escrito “Rápidas observações sobre necessidades gerais do município”:

Recebemos o n. 2 d'O *Pharol*, que se publica em Guarapuava, sob a direção dos srs. Demário e M. Barros. Em seu bem ponderado artigo de fundo verbera o desamor dos contribuintes guarapuavanos em que grande parte – assevera – deixam de pagar os impostos municipais, pelo que a bela cidade de Guayra, fica sem embelezamento nas ruas e praças. Aconselha-se a execução em massa louvando boa vontade do respectivo prefeito municipal (O PHAROL, 15/09/1919).

A tal assertiva revela a recepção do texto escrito pelos diretores do jornal *O Pharol*, além de disseminação de uma interpretação do quadro urbano da cidade. Reitera a elucidação da necessária mudança na postura da gestão municipal com vistas à execução do pagamento dos impostos, para que se possa recriar o espaço urbano adequado, por exemplo, à efervescência cultural que estava ocorrendo.

No jornal *A Cidade*, no seu primeiro número, em 15 de junho de 1933, foi publicada a descrição de Guarapuava, intitulada “Coração do Paraná”, feita por Eurico Branco Ribeiro³⁵ em um livro.

³⁴ A dissertação de Eliézer Félix de Souza (2010) explicita que o jornal pontagrossense, que foi fundado em 1904, sob o nome de *O Comércio*, de propriedade de Aldo Silva, foi comprado por Jacob Holzmann, em 27 de abril de 1907, passando para a denominação de *O Progresso*. Hugo de Borja Reis, ao se tornar proprietário do jornal *O Progresso*, nomeou-o de *Diário dos Campos*, a partir de 1º de janeiro de 1913, nomenclatura que permanece até os dias atuais. Por esse histórico das nomenclaturas, Souza (2010) acrescentou que o *Diário dos Campos*, sendo centenário, consolidou a imprensa na região de Ponta Grossa. Reiterou a importância do jornal pela relevância cultural, expondo que nas fases de Jacob Holzmann, de Hugo de Borja Reis e de José Cadilhe, o discurso do jornal esteve vinculado à defesa da educação como salvação da pátria, à defesa da escola e formação de professores e de alfabetização e, ainda, a favor de uma educação feminina (SOUZA, 2010). Sobre a questão da educação feminina, a pesquisadora Karina Regalio Campagnoli (2020), ao pesquisar representações das mulheres e de sua educação que circulavam no jornal *Diário dos Campos* entre as décadas de 1920 e 1930, concordou com Souza (2010) acerca da visibilidade das questões educacionais dada pelo *Diário dos Campos*, mas apresentou duas representações de mulheres: 1) uma visão de mulher mais tradicional, sustentada a partir da imagem de mãe e esposa ideal, vinculada à atuação como professora das primeiras letras e educadora em saúde; 2) uma percepção de mulher mais progressista e ousada, ancorada pela sua inserção em outras profissões, além da docência, transitando em diversos espaços culturais, protagonizando espetáculos artísticos e buscando novas atuações públicas, culminando com o alcance do direito ao voto feminino, em 1932 (CAMPAGNOLI, 2020).

³⁵ Eurico Branco Ribeiro nasceu em 20 de março de 1902, em Guarapuava/PR. Filho de Arlindo Martins Ribeiro e Hermínia Saldanha Branco. Na Fazenda Trindade, a qual pertencia à família, foi alfabetizado pela sua avó materna Alzira Saldanha Branco e pelo seu pai. Depois de receber educação primária em casa, foi enviado para a casa dos seus tios, residentes em São Paulo, para estudar. Entre os anos de 1916 e 1917, estudou no Grupo Escolar do Carmo e, entre 1918 a 1921, no Ginásio do Estado. Fez o exame de admissão e foi matriculado na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 14 de março de 1922. Eurico Branco Ribeiro se constituiu um intelectual, jornalista, médico e cirurgião. A faceta de escritor e jornalista foi incentivada, desde os primeiros anos da infância, fator que o levou a escrever vários jornais manuscritos entre 1910 e 1915, enquanto estava em Guarapuava. Foi membro da Sociedade dos Médicos da Beneficência Portuguesa, a Sociedade

GUARAPUAVA: situada no coração do Estado do Paraná, possuindo em seu município de tudo quanto tem este de mais precioso e encantador, desfrutando de um clima superior aos das demais cidades dessa parte da Federação, sê-lo tesouros insondáveis que fatalmente correrão pelas artérias principais do Estado, dando-lhe maior vitalidade e impulsionando-o com mais ímpeto pela senda do progresso. Guarapuava bem merece sem dúvida nenhuma, o epíteto do Coração do Paraná, tanto pela colocação como pela salubridade e pela riqueza, que representam, na organização dos povos, o papel do órgão impulsionador do sangue, que é a seiva vital (A CIDADE, 15/07/1933, grifo do autor).

A imagem de Guarapuava transcrita no *A Cidade* já havia sido brevemente trabalhada na edição especial de *O Pharol*, em 12 de setembro de 1922, no qual Eurico Branco Ribeiro teve a responsabilidade de escrever sobre a história de Guarapuava enquanto colaborador para escrito do livro para a Comemoração do Centenário da Independência. Primeiramente, ressalta a formação do território guarapuavano, pela geografia física, destaca a hidrografia e uma vegetação específica. Em seguida, expôs que havia, em 1922, uma divisão político administrativa em distritos. Primeiro, porque “Guarapuava tem uma população de 41.000 habitantes distribuídos pelos seus distritos. Destes, os maiores são o de Laranjeiras, Candói e Pinhão” (O PHAROL, 12/09/1922). Segundo, após expressar o aumento populacional no início do século XX que se fez presente em Guarapuava, é notória a ênfase econômica: “os dois últimos [distritos] são lindamente separados pelo formoso rio Jordão. Nestes dois distritos está localizada a maior parte das fazendas importantes. E a pecuária a nossa maior riqueza” (O PHAROL, 12/09/1922). Destacamos que a atividade de invernagem de gado *vacum*, gado cavalar e lanígero se constituiu a base da economia em Guarapuava. E, a fazenda Samambaia (entre os rios Jordão e Pinhão), de Antônio Lustosa de Oliveira, era uma das expressivas na pecuária.

Eurico Branco Ribeiro, na sequência do texto, evocou a construção de uma identidade de quem seria o “guarapuavano”, os fazendeiros, por isso destaca “o habitante do município, quase todo ele é criador, em maior ou menor quantia” (O

Médica São Lucas, a Sociedade Brasileira de Escritores Médicos (atual Sobrames) e a Associação Médico-Espírita, todas na capital paulista. Foi ainda presidente da Associação Paulista de Medicina, da Academia de Medicina de São Paulo, da Seção Brasileira do Colégio Internacional de Cirurgiões e membro do Instituto Nacional de Geografia e da Academia Paulista de Letras. Além disso, Eurico Branco Ribeiro foi diretor e redator, por 45 anos, dos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia. Estabeleceu contatos internacionais, fundou instituições e recebeu comendas e prêmios, como por exemplo: Comendador da Ordem do Mérito Médico do Governo Brasileiro, Cidadão Honorário de Curitiba, Prefeito Honorário de San Antonio, Texas (USA), Membro Honorário da União Mundial de Escritores Médicos, Patrono do Centro Médico de Ponta Grossa. Escreveu diversas obras na área da saúde, história de Guarapuava, sanitização, entre outras (SANTOS, 2018).

PHAROL, 12/09/1922). Ao dizer que nos distritos de Candói e Pinhão possuem as maiores fazendas, enumerou-se o grupo das famílias tradicionais. Estas, por sua vez, foram abordadas pelo jornal *A Cidade* como a definição do território guarapuavano, pois é o “berço sagrado das tradicionais famílias dos Siqueiras, dos Camargos, dos Lustosas, dos Saldanhas, dos Caldas e Ferreiras, dos Virmonds, dos Rocha Loures, dos Alves e de tantos outros vultos cujas bravuras e heroísmos honraram as páginas gloriosas de nossa Pátria” (A CIDADE, 09/12/1935).

O termo “quase” sinaliza a existência de outros grupos de pessoas ligadas às outras atividades econômicas, porém vinculadas à exploração de algum recurso natural característico do território guarapuavano. Primeiramente, expressou que “as nossas matas possuem grandes ervais de primeira qualidade. É a nossa segunda riqueza dando vida ao nosso comércio” (O PHAROL, 12/09/1922).

Quando o autor do texto discorre sobre a questão da exploração, beneficiamento e comércio da erva-mate, elucida uma articulação com outros centros urbanos, haja vista que “de toda parte do município chega a esta cidade a erva beneficiada, que daqui é levada diretamente a Ponta Grossa e outras localidades” (O PHAROL, 12/09/1922). Indica que a produção e o beneficiamento da erva-mate ocorriam em diversas localidades de Guarapuava, mas era no centro da cidade que se comercializava e se fazia envio para outros municípios paranaenses, isto é, a erva-mate movimentava a área urbana de Guarapuava.

A agricultura de Guarapuava já havia sido exposta pelo *O Guayra*, em 1897, da seguinte forma: “a agricultura nossa, ainda tão atrasada [...]” (O GUAYRA, 19/06/1897) é uma problemática que se fez presente em Guarapuava por décadas. Eurico Branco Ribeiro, na edição especial do *O Pharol*, mencionou que “as nossas terras são excelentes, adaptando-se a qualquer ramo da agricultura” (O PHAROL, 12/09/1922). A questão do “adaptando-se” pode ser compreendida a pequena prática com a agricultura, mesmo assim, “são cultivadas, o milho, o feijão, a batata, a mandioca e legumes, dando para consumo local. No Iguaçu há grandes plantações de cana, donde saem os seus produtos, assim como o algodão” (O PHAROL, 12/09/1922)³⁶.

³⁶ O quadro da agricultura com a entrada dos imigrantes Suábios de Danúbio, nos anos de 1950, passou a contar com a inserção de novas técnicas de cultivo e manejo com a terra, mudando de agricultura de subsistência para uma agricultura mecanizada (TEMBIL, 2007).

Os discursos acima sobre agricultura, divulgados pelos referidos jornais, diferenciam-se a partir da herança histórica de cada agente. O jornal *O Guayra* parte de uma acepção de alguém externo, que não tem vínculo hereditário com espaço guarapuavano ou com o povoamento desta. Por isso, o entendimento de que agricultura guarapuavana era muito atrasada, se comparada aos outros lugares. Já, *O Pharol* apresentou uma representação acerca da fertilidade das terras guarapuavanas, a partir da relação do agente com as heranças familiares locais, demonstrando entusiasmo com a prática da agricultura local, mesmo que ainda fosse de pequeno porte.

Em 15 de junho de 1933, *A Cidade* descreveu Guarapuava como “a mais bela cidade do Oeste Paranaense, possui os melhores campos de criar, as melhores terras de cultivar e os melhores ervais do Brasil” (A CIDADE, 15/06/1933). Diante disso, vemos uma ênfase no discurso de uma terra próspera pelas condições naturais, a qual precisava ser melhor administrada para se tornar uma cidade moderna, como também, era preciso uma estrada de rodagem “tudo aí é quase de graça por falta de uma via de comunicação. Os colonos não podem procurar um grande mercado, como o de Guarapuava, por exemplo, por falta de uma estrada de rodagem” (A CIDADE, 02/07/1933).

As considerações acima buscavam produzir uma representação de Guarapuava das primeiras décadas do século XX, com suas limitações e potencialidades. Os jornais explicitados demonstraram a construção de uma ideia de desenvolvimento para um espaço que até então era conhecido pelas condições naturais. Nesse sentido, as condições naturais, que tanto definiam a beleza de Guarapuava, muitas vezes, a impediam de melhoramentos da infraestrutura, na abertura de vias de comunicação, integração a outros espaços do Estado. Mas, o impresso, não deixava exortar:

O mesmo caminho, com a fé inquebrantável das nossas esperanças de chegarmos, em futuro muito próximo, a publicar um diário de circulação mundial para dizer a todos o Universo de fabulosidade dos nossos tesouros ocultos, do encantamento das nossas águas medicinais, da uberdade do nosso solo, da magnanimidade do nosso clima e, si tudo isso não chegar, há opulenta sedução dos canários que a natureza pintou em nosso redor (A CIDADE, 14/01/1934).

A indicação acima prevê um período (futuro) em que Guarapuava seria vista como um espaço deslumbrante e com a área urbana moderna, pois haveria um

jornal de circulação mundial, justamente para publicizar os aspectos de destaque de Guarapuava. Nesse horizonte, haveria um registro com todas as conquistas desse espaço.

Guarapuava que sempre sonhou com grandes rodovias cortando seus castelos, rodovias para todos os fins, caminhos de ferro, estradas macadamizadas para automóveis e estradas de carroças, um dia acordou-se, viu o irrealizável do seu sonho, viu por terra os destroços informes de seus castelos cor de rosa, cortados somente por uma esburacada estrada semi carroçável [...] Alegremo-nos, pois. Não tivemos estrada de ferro, mas, iremos ter um meio de transporte mais rápido. Os formidáveis pássaros metalizados, ligarão Guarapuava ao mundo, por meio de caminhos aéreos (A CIDADE, 21/01/1934).

Ao vislumbrar a integração às outras cidades do Estado e do Brasil, A *Cidade* informou que Guarapuava teria um campo de aviação, significando, à época, um salto de progresso jamais pensado para tal município, pois permitiria muitas mudanças. Assim, expressava que “para a gente poder comprar no Missino é só indo de aeroplano [...] do contrário chega-se tarde e não se encontra mais nada” (A CIDADE, 21/01/1934). Com tal descrição, a visão do guarapuavano enquanto homem modesto, em casa simples nos vastos campos, destacado pelo *O Pharol*, em edição de 27 de abril de 1919, aparenta, segundo a informação do jornal *A Cidade*, ter sido superada, visto que nos anos de 1930 se discutia o movimento da vida urbana com a casa comercial Missino.

O Pharol, em 1922, no texto “O Comércio Guarapuavano”, que acreditamos que tenha sido escrito por Arlindo Martins Ribeiro³⁷, expôs que “bem desenvolvido é o nosso comércio que com grandes casas fornece o município todo. A nossa maior exportação é constituída, por maior parte pelo gado vacuum, erva mate, couro, lã, crina, gado porcino e banha” (O PHAROL, 12/09/1922). Diante disso, segundo o jornal, a pecuária local dava conta de abastecer o comércio local e ainda, demarcava espaço na economia paranaense. Nesse sentido, apresentou que “há na cidade o ‘Centro do Comércio’ fundado no ano passado [1921] e que constitui uma

³⁷ Arlindo Martins Ribeiro nasceu em 31 de março de 1874, em Iguapé, distrito de São Paulo. Foi viajante de loja com os tropeiros; por isso, percorreu o sul do Brasil. E foi pelas viagens ao sul que chegou nos Campos de Guarapuava e fixou morada. Casou-se com Hermínia Branco. Em seguida, criou sociedade com o seu sogro “Branco & Arlindo” na praça da Matriz. Tornou-se um pecuarista reconhecido, camarista, deputado estadual, prefeito substituto e organizador das Comemorações do Centenário da Independência. Nos anos de 1930, foi nomeado prefeito de Guarapuava, pelo Interventor Manoel Ribas. Faleceu em 1937. É o Patrono do Colégio Agrícola Estadual Arlindo Ribeiro.

forte agremiação com o fim único de trabalhar pelos interesses da classe, o que tem feito com brilhantismo” (O PHAROL, 12/09/1922).

O discurso de defesa do comércio da pecuária guarapuavana encontra sustentação na defesa feita pelo Eurico Branco Ribeiro a respeito da agricultura local. Os discursos encetam uma correspondência a partir das heranças familiares. Além disso, o texto “Comércio Guarapuavano” não tratou da vida comercial na área urbana como um todo, especificou a atividade da pecuária e sua comercialização. Por isso, a organização da associação “Centro do Comércio”.

No texto “A cidade de Guarapuava, sua situação topográfica e os edifícios próprios”, o qual atribuímos a escrita por Eugênio Virmond, pelas informações do jornal *O Pharol*, anteriormente descrita, o autor descreve que “no centro da cidade e de sua elevação estão os melhores edifícios em bom alinhamento, e as suas ruas amplas e bem alinhadas” (O PHAROL, 12/09/1922), ou seja, é no centro de Guarapuava, que se encontram a “Igreja Matriz, a Câmara Municipal, o Clube Guaíra, o Grupo Escolar, Hospital de Caridade, Pharmácia Amaral, casa Missino, Theatro Santo Antônio e Mercado Municipal” (O PHAROL, 12/09/1922). Nos espaços citados transitavam as famílias guarapuavanas, estabeleciam seus acordos sociais e simbólicos, emitiam suas representações, uma vez que os espaços centrais configuravam a cidade e isso era importante conter nos registros do livro de Comemoração do Centenário da Independência.

De 1920 a 1950, Tembil (2007) traduz como tempo de renascimento, uma vez que a crise assolada, desde os fins do século XIX, desencadeou demandas adversas para os grupos sociais que viviam na região de Guarapuava, sendo que “as melhorias na estrada que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu iniciada em 1917 e inaugurada em 1920 no governo de Afonso Camargo ainda eram insuficientes para fomentar transformações na região” (LACHESKI, 2009, p. 34-35). Por isso, Tembil (2007) assegura que

Sua população, que havia adquirido hábitos de consumo mais exigentes, com o período de transformações sociais e econômicas advindas do tropeirismo, não queria mais se submeter ao ostracismo a que era relegada a antiga Freguesia de Nossa Senhora de Belém. A ‘antiga elite’ guarapuavana, que se ressentia da perda de poder aquisitivo e das condições de vida da ‘idade de ouro’ da cidade, passou, então, a veicular um discurso que traduzia o desejo de ver Guarapuava novamente em sintonia com os ideais da modernidade (TEMBIL, 2007, p.91, grifo do autor).

O mote principal era a defesa da melhoria das estradas e a necessidade de chegada da locomotiva a Guarapuava, uma vez que representava saída do isolamento e início de um processo de modernização³⁸. Por conta disso, os jornais locais se encarregaram de produzir e disseminar a ideia de progresso a partir de investimentos nas vias de comunicação, haja vista que “[...] em 1928, o ramal ferroviário Riozinho-Guarapuava começava a ser construído e só chegaria em Guarapuava em 1954” (LACHESKI, 2009, p. 35).

A interpretação feita pelas autoridades políticas da região de Guarapuava, em meados do século XX, representava algumas heranças de tempos de “ouro”, mas também, apresenta-se como resultado dos processos que permearam a região, assim, explicita as novas demandas políticas e culturais como possibilidade de atuação diretamente na realidade urbanística, pois teve o “alargamento da periferia, desencadeando problemas de infraestrutura como saneamento e abastecimento de energia elétrica e água” (SOUZA, 2014). Buscava-se materializar os empreendimentos suscitados, desde os anos de 1920, por exemplo, a chegada do trem em Guarapuava, as melhorias na Estrada Estratégica ou BR-35, para inserção de Guarapuava nos trilhos daquilo que acreditavam ser sinônimo do progresso.

Os impressos em Guarapuava ocuparam esse espaço de sistematização da própria imagem do que se chamava de Guayra, Pharol ou Cidade. Almejava-se uma cidade moderna, sem deixar de registrar suas raízes numa visão de identidade regional marcada pelos símbolos de uma geografia natural (sua topografia, seus campos, sua beleza natural). Desde o início, a imprensa assume esse caráter de construir uma ideia da cidade. Primeiro, para consumo dentro da própria cidade. Mas, sem dúvida, para projetar-se no cenário da ideia de Paraná que estava em debate³⁹. Em Curitiba, no período da Primeira República, intelectuais, artistas e

³⁸ De acordo com Tembil (2007, p. 98, grifo do autor), “a aura quase ‘mítica’ de que se revestiu a chegada do trem em Guarapuava ganha maiores proporções nos discursos da elite guarapuavana ao invocar os benefícios que seriam gerados para a cidade, legitimando, nesse sentido, o empreendimento que, de forma direta, beneficiava antes essa elite do que a população geral”.

³⁹ A dissertação de Pereira (1996), intitulada “*Paranismo: cultura e imaginário no Paraná na I República*”, explicita a constituição da ideia de Paraná pelos intelectuais, artistas e literatos na Primeira República, os quais lançaram “as bases de uma identidade que passe a fazer com que seus habitantes nutram um mesmo sentimento de pertencimento à terra paranaense” (PEREIRA, 1996, p. 71). Nesse sentido, a tese “*Tingüís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*”, defendida em 2009, de autoria da pesquisadora Maria Julieta Weber Cordova, expõe a formação social e histórica paranaense, pautado pelo discurso regional de identidade, a partir dos intelectuais Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro. A partir dos estudos dos autores mencionados é possível pensar a luta pela identidade da região Oeste do Paraná.

literatos buscaram construir a ideia do Estado paranaense, a partir de uma identidade e características particulares que distinguíssem o paranaense do restante do país. Por isso, “era preciso construir uma história regional que mostrasse o Paraná como um local que possuía uma tradição histórica” (PEREIRA, 1996, p. 71). Acrescentou o autor que era necessário construir uma imagem “de um Estado em franco desenvolvimento que teria sido propiciado pela República e, particularmente pela superação de uma fase mística da sociedade que agora se tornaria moderna porque pautada nos valores da técnica e da ciência” (PEREIRA, 1996, p. 68).

Assim, Guarapuava sendo a entrada para a região Oeste do Estado, o desenvolvimento alcançado pela cidade repercutia na ideia do que tal região poderia vislumbrar. Embora não possamos fazer maior aprofundamento, chamamos a atenção para a intencionalidade desses escritores, seja consciente ou não, de descrever o que chamavam de cidade, região, natureza, espaço, território, etc., mas, sobretudo, de prescrever, isto é, de produzir um discurso performativo, pois, nas palavras de Bourdieu (1989, p. 116), “o discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora”.

Os anos finais do século XIX e iniciais do século XX proporcionaram as bases para o início do jornalismo guarapuavano. Os fundadores dos jornais em Guarapuava, na sua maioria, nasceram no período citado. A infância e juventude deles ocorreram em períodos próximos e a formação escolar primária se deu por meio de professores particulares, os quais as famílias recomendavam entre si, exceto alguns que saíram estudar fora para se formar em curso de ensino superior, como Eurico Branco Ribeiro e Roberto da Cunha e Silva⁴⁰, entre outros.

Teixeira (2013) destaca um grupo de jovens⁴¹ enveredados pela difusão cultural, todos nascidos no início do século XX, tomaram para si a responsabilidade de elevar culturalmente sua terra natal. Assim, “[...] numa feliz coincidência, os rapazes que empreenderam as atividades literárias com a façanha de editar jornais contavam com a média de 18 anos [...] Uma juventude ansiosa em manifestar suas

⁴⁰ Roberto Cunha e Silva nasceu em 02 de fevereiro de 1867 e faleceu em 27 de maio de 1938. Formado em medicina. Lecionava História Natural e Noções de Higiene na Escola Anascourt, dirigido pelo jornalista e educador Manoel da Cunha Bittencourt (TEIXEIRA, 2017).

⁴¹ Os jovens a que se refere Teixeira (2013) são Eurico Branco Ribeiro, Antônio Lustosa de Oliveira, Paulo Demário, Benjamin Cardoso Teixeira, Roberto Cunha e Silva, entre outros.

tendências literárias” (TEIXEIRA, 2013, p. 24). Esses espaços dos impressos podem ser compreendidos como meios culturais, isto é, “[...] ‘redes’ [que] secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos” (SIRINELLI, 2003, p. 252, grifo do autor).

De acordo com Sirinelli (2003, p. 248, grifo do autor), “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora”. Nesse caso aqui, foi em torno da redação dos jornais que circularam em Guarapuava, nos anos de 1920 e 1930. Não obstante, Sirinelli expõe que pelas acepções do intelectual existem os criadores e mediadores culturais e, outro baseado na noção de engajamento. Dessa forma, “no primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito” (SIRINELLI, 2003, p. 242).

A movimentação dessas personagens em torno de jornais na cidade de Guarapuava deve ser compreendida no contexto mais geral. Eleutério (2008) explica que o contexto da Primeira República brasileira implicou em novas formas de compreender o papel da imprensa brasileira. Isto é, existiam outras demandas sociais, culturais, econômicas e políticas, fatores que desencadearam um foco incomum, até então para os impressos. Nesse caso, o jornalismo se apresentou como um campo muito profícuo para expressão da efervescência cotidiana em meio às transformações.

[...] A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano ‘O Brasil civiliza-se’ ou das diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso (ELEUTÉRIO, 2008, p. 84, grifo do autor).

No início do século XX, observamos que o jornalismo passou a ser uma das atividades dos jovens de Guarapuava, assim como houve a incorporação de novos hábitos de consumo, entre eles a instrução pública passou a ser elemento fundamental para promover a defesa do progresso regional. Eleutério (2008) assevera que o início do século configura a “[...] evolução da técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel” (2008, p. 84). Por isso, a autora argumenta: “[...] à alfabetização, aliás, pedra de toque para os republicanos, acresce-se a formação do leitor, que encontrou naquele

periodismo o suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras” (ELEUTÉRIO, 2008, p. 84).

Observamos pelos jornais *O Guayra*, *O Pharol* e *A Cidade* a construção de uma ideia de Guarapuava enquanto cidade, espaço de vida e movimento. Os textos jornalísticos expostos nos referidos jornais auxiliam-nos a pensar, gradativamente, as mudanças na área urbana, a partir da indicação da necessária presença de um jornal em Guarapuava e de homens que tinham fortes vínculos com a escrita. Estes, por sua vez, encontravam nos jornais o meio propício para reivindicar a modernização do espaço guarapuavano e anunciar o que havia de novo a ser incorporado pela cidade e seus habitantes, mas, principalmente, desejavam prescrever o que seria e como deveria ocorrer o desenvolvimento e o progresso do que denominavam de cidade. É nesses termos que a fundação do *Folha do Oeste*, como veremos no próximo item, intencionava dar continuidade ao projeto de reconhecimento de Guarapuava como propulsora de desenvolvimento para a região Oeste, sem deixar de projetar uma identificação da região e da cidade ao Estado do Paraná.

1.4 “IMPREENSA É ALTRUÍSMO”: O *FOLHA DO OESTE*

Para escrever este item utilizamos as edições do *Folha do Oeste* que se encontram no CMDGR e no “Museu Casa Benjamim C. Teixeira”. Ressaltamos que o jornal teve várias interrupções nas suas publicações, fato esse descrito como fases nas edições⁴². Por isso, o que está descrito como fases do *Folha do Oeste* se relaciona diretamente com o encerramento das publicações por falta de recursos financeiros, energia elétrica e falta de papel em Guarapuava, conforme sublinhado pelo próprio jornal.

Em 28 de fevereiro de 1937, foi fundado o jornal *Folha do Oeste*, em Guarapuava, por Antônio Lustosa de Oliveira, David Moscalesque⁴³ e Amarílio

⁴² O *Folha do Oeste* foi fundado em 1937 e sua extinção se deu em 1984 (FERNANDES; HORST; GIORDANI, 2017). A primeira fase (1937- 1938); a segunda fase (1941-1952); terceira fase (1953-jul/1961); a partir desta não é mais mencionada a fase no *Folha do Oeste*.

⁴³ De acordo com Silva (2008); Souza (2014) e Gava (2016), David Moscalesque nasceu em 08 de junho de 1908, em Jaguariaíva/PR. Chegou a Guarapuava em 1924 para assumir a gerência gráfica das oficinas do jornal *O Pharol*. Em 1929, adquiriu-as e continuou a edição do *Correio do Oeste*. Nesse mesmo ano casou-se com Mercedes Ciscato, tornando-se sócio do sogro Luigi Ciscato, um próspero comerciante da cidade. Foi saxofonista da orquestra do teatro Santo Antônio, além de ter sido um de seus presidentes. Nos anos de 1930, foi orador do Clube Guaíra; incentivador e membro

Rezende Oliveira⁴⁴, os quais, anteriormente, tinham feito circular ou colaborado com os jornais *A Cidade* e *Brasilidade* (1935-1936) (GAVA, 2016). No caso, Antônio Lustosa de Oliveira, a partir da aquisição da tipografia, que antes imprimia *O Guayra*, manteve-se vinculado à criação de jornais em Guarapuava, como incentivador da imprensa local, fornecendo as condições para sua manutenção, como por exemplo, o uso de sua tipografia.

O texto intitulado “Roteiros”, publicado na primeira edição, apresentou a justificativa da fundação do *Folha do Oeste*. O primeiro argumento apresentado é de que o “*FOLHA DO OESTE* surge à luz do terceiro planalto pelo impulso inevitável de uma aspiração comum” (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937). Ou seja, constituiu-se na objetivação de interesse dos seus idealizadores, os quais compreendiam que “o jornal sempre foi desde os mais recuados anos, um elemento constante de cooperação, no meio guarapuavano. A história de Guarapuava é, por assim dizer, a história de sua imprensa” (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937). Notemos a força enunciativa, pois se tratava de produzir um efeito de sentido que associava o poder simbólico do referido jornal à história do grupo, convertida em história da cidade.

Quando mencionaram que o jornal em Guarapuava foi um elemento de cooperação, pressupomos que isso expressava que o jornalismo desejava formar uma ideia do que Guarapuava foi e o que poderia se tornar. Nessa direção, a história de Guarapuava seria a história da imprensa, porque foi por meio dela que se disseminou a representação do que se tem como identidade guarapuavana, afinal, a imprensa em Guarapuava e, como os demais centros urbanos, também foi um elemento resultante do processo de modernização.

Além disso, foi pela imprensa que se colocou na esfera pública aquilo que, muitas vezes, era de caráter particular, mas que se pretendia alçar-se aos interesses da sociedade em geral, uma vez que “as páginas envelhecidas das gazetas locais ainda hoje, retratam, ao vivo, o tumulto de todos os acontecimentos, de que forem contemporâneos na sucessão ininterrupta dos fatos e dos homens” (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937). A assertiva declarou que os jornais expuseram “a quente” a

da diretoria do Clube Cassino e dos clubes de futebol Pátria, União Futebol Clube e Guarapuava Esporte Clube.

⁴⁴ Segundo Silva (2008) e Gava (2016), Amarílio Rezende de Oliveira nasceu em 1902, no Rio de Janeiro. Coursou Humanidades no Seminário Metropolitano de São Paulo e veio para Guarapuava em 1927, para exercer cargo de diretor da mais importante escola da época, o Grupo Escolar Visconde de Guarapuava. No ano seguinte, casou-se com Judith Bastos, filha de Trajano de Paula Bastos, um destacado comerciante local. Além disso, Herold (2011) afirma que Amarílio foi chefe dos escoteiros e atuou em vários jornais como *O Liberal*, *O Combate* e o *Folha do Oeste*, entre outros.

efervescência do momento em que estiveram inseridos, levantaram as grandes discussões que envolviam as problemáticas de Guarapuava, elucidaram alguns atores que estiveram vinculados aos acontecimentos e aqueles que despontavam como mediadores para solução dos problemas.

Nesse raciocínio asseguraram os idealizadores do jornal *Folha do Oeste* que nada justificava “o silêncio que, ao jornalismo guarapuavano, trouxera o desaparecimento do seu último semanário. E, muito menos a prolongação desse silêncio, por tempo que viesse significar a morte da imprensa local. Daí a inevitabilidade do impulso que lança à publicidade esta folha” (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937). Isto é, o referido jornal evocava a necessidade de um meio de comunicação e de expressão que revigorasse as discussões latentes, que envolviam política, educação, modernização no território guarapuavano, uma vez que se encontravam no silêncio devido o desaparecimento do último semanário. Toda essa estratégia do grupo, não se tratava “[...] apenas de comunicar, mas de fazer reconhecer um novo discurso de autoridade, com seu novo vocabulário político, termos de estilo e referência, metáforas, eufemismos e a representação do mundo social por ele veiculado” (BOURDIEU, 2008b, p. 34).

Segundo Gava (2016), o jornal *A Cidade* havia sido extinto; então, a criação do *Folha do Oeste* era necessária para dotar a terra natal de Lustosa de Oliveira de uma sentinela às causas de Guarapuava, que antes era realizada pelo *A Cidade* e pelo *Brasilidade*. Desse modo,

[...] pelo seu destino ela vem reatar a série de publicações que intermitentes ou efêmeras, asseguravam a perenidade do periodismo guarapuavano. Pelo seu programa, ela pretende ser órgão de desinteressado das aspirações de Guarapuava e servir ao mesmo tempo à causa sagrada da renovação nacional (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937).

A justificativa de servir à causa sagrada da renovação nacional, nas palavras de Gava (2016), significava dizer estar à disposição para disseminar os ideais da AIB, e fazer deles um ideal de política e de sociedade para Guarapuava, por meio da veiculação de seus textos. Diante disso,

FOLHA DO OESTE surge numa época de profunda inquietação. O vulcão das reformas sociais e políticas incendeia e avassala as consciências dividindo os homens. Todos os valores morais e espirituais sofrem de mais angustiosas das revisões. E no conflito das horas inquietantes que vivemos a imprensa não poderá ser jamais um campo radicalmente neutro, fechado à ressonância dos clamores que agitam os ares. Nem por isso, entretanto, será esta folha o jornal de uma doutrina ou de um partido. O seu programa

não é mais que a afirmação do bravo espírito de brasilidade, que exalta hoje a consciência nacional. A sua orientação se resume no intuito de contribuir para o engrandecimento de uma parcela do povo e da terra comum. Essa parcela é Guarapuava. O nosso esforço em prol de tão alta empresa, não será em vão (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937).

Destacamos que os fundadores manifestaram um saudosismo dos jornais antecedentes e dos agentes que os promoveram, como forma de dizer que mesmo diante do contexto político e social, em meses antecedentes ao Estado Novo, o programa adotado pelo *Folha do Oeste* se fundamentava não mais que no espírito de brasilidade, consequentemente, de formação de uma consciência nacional. Desejavam, seus idealizadores, por meio do *Folha do Oeste*, produzir a imagem de demiurgos da cidade e da região, dizendo que o “esforço não será em vão”.

Gava (2016), ao percorrer o fenômeno da AIB no Oeste paranaense, afirma que alguns periódicos foram imprescindíveis para disseminação dos ideais da AIB. “Cada periódico apresentando sua forma de contribuição para a propaganda e difusão do integralismo: *A Cidade* em 1934 e 1935, *Brasilidade* em 1935 e *Folha do Oeste* em 1937 e 1938” (GAVA, 2016, p. 131). A afirmação da autora pode ser observada no texto introdutório “Roteiros...” quando é descrito que “a imprensa não poderá ser jamais um campo radicalmente neutro [...] nem por isso, entretanto, será esta folha o jornal de uma doutrina ou de um partido” (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937).

O *Folha do Oeste* iniciou suas publicações procurando se distinguir dos que haviam existido, na tentativa de afirmar-se em um espaço que não se vinculava à política, mas também, não ficava alheia a ela. No entanto, um fato interessante, apontado por Gava (2016), diz respeito às publicações de conteúdo integralista, visíveis na primeira página, no canto direito próximo ao rodapé, que o jornal destinou especificamente para a AIB⁴⁵, tal qual como está exposto: “a 3ª pag. deste semanário está alugada à Ação Integralista Brasileira, Núcleo Guarapuava” (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937). Isso pode caracterizar uma contradição da justificativa da sua fundação, haja vista que apresentou a intenção de situar-se num espaço que, diretamente, não o vincularia ao campo político, mas que também, não seria neutro. Isso indica um distanciamento entre as representações e as práticas do grupo ligado ao Jornal.

⁴⁵ Na primeira edição, do *Folha do Oeste*, havia os seguintes textos publicados: Homenagem dos camisas verdes de Guarapuava ao chefe nacional; Para frente – A's armas!; Código de ética jornalística; Gesto patriota; e Pobre democracia (FOLHA DO OESTE, 28/02/1937).

Sapiro (2020) explica que autonomia na teoria dos campos “se trata de uma autonomia (relativa) dos universos de produção em relação às restrições externas, políticas, religiosas e econômicas (SAPIRO, 2020, p. 3). Nesse sentido, o *Folha do Oeste*, nos anos finais da década de 1930, apresentou um discurso importante para se legitimar como jornal em Guarapuava, ao destacar seu objetivo e linha de trabalho. No entanto, pela própria caracterização do jornalismo brasileiro, o percebemos como um jornal que buscava angariar público leitor e anunciante, pois os espaços de publicidades constituíam grande parte. Nesse aspecto, a questão da publicidade o integra “profundamente a empresa jornalística com o setor econômico que lhe passou a garantir sobrevivência. A disputa por maior número de leitores tornou-se não apenas luta pela influência, mas também duro combate por maior volume de anúncios a preço mais gratificante” (LAGE, 2012, p. 28). E quando retomamos a assertiva de Gava (2016) sobre a página da AIB, reforça-se a ideia de sujeição ao campo econômico e político, pois o fato de alugar uma página a tal empreendimento pode exemplificar uma relação de interdependência econômica e política. Percebe-se traços da heteronomia, para fazer alusão à Gisele Sapiro (2012; 2020).

O objetivo explicitado pelo *Folha do Oeste* de dar continuidade às publicações que estavam sendo realizadas em jornais anteriores, mesmo em período próximo à instalação do Estado Novo, ou seja, meses antes à instauração da censura e do controle da imprensa, pode elucidar dois aspectos interessantes que aparentaram ser de conhecimento dos seus fundadores: 1) capacidade do jornalismo de formação de uma opinião pública; 2) capacidade do jornalismo se posicionar frente aos outros campos, especialmente ao campo político.

No tocante à especificidade do campo jornalístico, especialmente o ideal de democratização da informação, não é algo que permeia o *Folha do Oeste*, no período. O referido jornal dá alguns indicativos que busca um alinhamento específico ao campo, mas se encontra ainda marcado por um jornalismo muito característico dos anos de 1920, o qual Silveira (2010) explica a partir da paixão pelo exercício jornalístico. Os idealizadores do *Folha do Oeste* apresentaram, na justificativa de fundação que o jornal era a objetivação de um anseio, logo, ser jornalista era o exercício de amor verdadeiro pela profissão, que Silveira (2010) apontou como prática romântica presente no jornalismo do início do século, uma vez que “os profissionais que permaneciam no mercado eram aqueles que estavam identificados

com um modelo de trabalho desprovido de controles de horários formais ou de salários” (SILVEIRA, 2010, p. 46).

O *Folha do Oeste* apresentou, na edição de 25 de abril de 1937, o texto “Missão do jornalismo”. Neste, iniciou dizendo que:

Já se encerrou felizmente a era em que a imprensa nacional se dividia deploravelmente em meros órgãos oficiosos, tendo como função precípua apontar e justificar os atos dos governantes, e em órgãos de oposição sistemática, pegando tudo e tudo atacando, enquanto alguns jornais independentes, cuja imparcialidade parecia sempre suspeita, constituam também para o governo, ‘inimigos’ intoleráveis e intolerantes (FOLHA DO OESTE, 25/04/1937, grifo do autor).

De acordo com tal assertiva, percebemos no *Folha do Oeste* uma tentativa de incorporação de uma neutralidade no trato das questões políticas de cunho local, ao mesmo tempo, demonstrou conhecimento das formas do fazer jornalístico que existiram no passado⁴⁶. Sobretudo, expôs que o jornalismo podia contribuir com a arte de fazer política, mesmo sendo um campo de produção de bens simbólicos. Dessa forma, o texto continuou:

Estabelecia-se, assim, entre a imprensa e os governantes uma espécie de incompatibilidade irremediável, que impedia qualquer colaboração franca e patriótica. Ainda, outra sorte de imprensa, existia principalmente no interior cujo programa só resumia em tecer panegíricos a uns e a desmoralizar a reputação de outros. A nenhuma dessas correntes filia-se o nosso obscuro jornal, graças a Deus. Estamos no número oito da edição e, não nos acusa a consciência de termos desmentido os nossos propósitos de contribuir para o engrandecimento de uma parcela do povo e da terra comum. Essa parcela é Guarapuava (FOLHA DO OESTE, 25/04/1937).

A assertiva acima expressou a retomada do objetivo presente no texto “Roteiros...”, o qual justificou a finalidade de fundação do *Folha do Oeste*, que se remete a contribuição para engrandecimento de Guarapuava, que vinculava sua própria existência aos processos de desenvolvimento da cidade. Para tanto, é destacado que a imprensa possuía um lugar específico nas sociedades, um campo que se articulava com os demais espaços, mas configurava-se dentro de uma especificidade que corresponde a uma autonomia relativa e com regras específicas (BOURDIEU, 1997).

Observamos no *Folha do Oeste* uma tentativa de se distinguir. Na assertiva acima é descrito que o jornalismo não deve ficar à “mercê”, à sujeição dos

⁴⁶ Segundo Rosso (2017), o jornal era então utilizado como ferramenta/espço de discussão política. Para Morel (2008), era a fase em que “publicavam livros talvez, mas, sobretudo, impressos de combate imediato, de apoio/ataque a pessoas e facções e de propagação das ‘novas ideias’, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formá-los” (MOREL, 2008, p. 35, grifo do autor).

governantes nem sequer ser incompatíveis com estes. Para isso, o *Folha do Oeste* se colocava, no plano da retórica, sob a responsabilidade de fazer um jornalismo comprometido com a veracidade das informações e com a liberdade de expressão, o que significava distanciar-se do cotidiano e arranjos da política local. Notamos que a relação entre o *Folha do Oeste* e o campo político permeou sua existência, ora buscando se firmar independente a partir de sua especificidade do trato das informações e divulgação destas, ora se enquadrando como responsável pela disseminação dos discursos oficiais do campo político.

Na publicação de 04 de março de 1956, é ressaltado que Yalo Cabral, o novo diretor, iria “prosseguir nos trabalhos de divulgação honestas dos acontecimentos relacionados com a Rainha do Oeste” (FOLHA DO OESTE, 04/03/1956). O sentido de honestidade pode significar a divulgação dos fatos ocorridos na Rainha do Oeste, no caso, em Guarapuava, tanto quanto à seleção dos fatos considerados importantes para divulgação, segundo a ótica dos jornalistas. Sendo assim, quando se trata de um jornalismo comprometido com a “verdade”, algo que precisamos problematizar e entender é sobre qual “verdade” se fala, das situações e das circunstâncias, uma vez que há necessidade de conhecimento da posição que os jornalistas ocupam no campo do jornalismo, bem como o “poder específico que possui seu órgão da imprensa e que se mede, entre outros indícios, por seu peso econômico, pelas fatias de mercado, mas também por seu peso simbólico, mais difícil de quantificar” (BOURDIEU, 1997, p. 58).

Os anos 1950, conforme Barbosa (2007), são descritos como aqueles de construção da autonomização do campo jornalístico em relação ao espaço literário. Logo, a neutralidade e a objetividade significavam fazer um jornalismo moderno e dar legitimidade ao campo, ou seja, “dar ao campo lugar autônomo reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p. 150). Os jornais, para Barbosa (2007), não pretendiam apenas atuar no campo político, pois englobava conseguir maior audiência, conseqüentemente, maior poder de divulgação e lógica de conquista do próprio poder. Nesse sentido, nada mais condizente de “se transformar mais do que porta-vozes da modernização, mas em seu próprio emblema, produzindo um jornalismo em padrões completamente diversos do que fora feito até então, pelo menos no discurso com que referendam esse processo” (BARBOSA, 2007, p. 153).

Na sequência do texto “Missão do jornalismo”, o *Folha do Oeste* expressou que a postura adotada por aqueles que estavam à frente do executivo municipal, causou-lhes surpresa pela devolução dos oito números do *Folha do Oeste*. E ainda assegurou que o episódio não poderia passar despercebido pelos seus leitores, por isso registrou, narrou e divulgou o fato para a população.

Qual não for isto, nossa surpresa, quando recebemos, há cinco dias, a devolução dos jornais (número 8) do Sr. Cel. Anibal Virmond digno governador do município e da prefeitura de Guarapuava. Não atinamos com o móvel desse ato. E, por isso nosso dever registrar o fato que, julgamos nós, é inédito na história da imprensa de Guarapuava. O nosso silêncio seria talvez interpretado como aprovação tácita desse antípoda de um ‘Beau Geste’. Da nossa missão não desertaremos e dos nossos propósitos não nos afastaremos, porque nenhuma contradição existe, como acentuou o Sr. Getúlio Vargas, em memorável oração ‘entre o exercício da crítica honesta e as atribuições do poder público’. Compreendendo essa verdade, com espírito imparcial do homem público que se situa além das cogitações personalistas, para ver as coisas permanentes do município, o governador de Guarapuava procuraria apoiar a ação da imprensa local, mantendo com esta inalterável cordialidade (FOLHA DO OESTE, 25/04/1937, grifo do autor).

Além de mostrar seu compromisso com a sociedade enquanto um instrumento de disseminação e divulgação dos fatos ocorridos, o *Folha do Oeste* expressou que o compromisso do “homem público” vai além da interpretação momentânea, dos episódios circunscritos às relações pessoais, pois abrange uma leitura crítica do contexto como potencial intervencionista. Sendo assim, um jornal com características independentes da administração municipal poderia contribuir para o desenvolvimento do município, por isso a relação entre a imprensa e o governo municipal poderia ser cordial, no entendimento de seus responsáveis.

Assim, não quis, o Sr. Anibal Virmond, honrado prefeito de nossa terra, por quem o jornal de Guarapuava – A Cidade – terçou armas na campanha eleitoral e por quem jornalistas de Curitiba se bateram quando transitava pela Justiça Eleitoral, o caso da sua eleição. Mas, não é nossa culpa, felizmente, tivéssemos errado ou nos exorbitado na apreciação de atos públicos do Sr. Prefeito e, no cumprimento de nosso dever, restabelecimento a verdade, como o faremos sempre e lealmente, todas as vezes que a humana contingência nos cobrar o seu tributo (FOLHA DO OESTE, 25/04/1937).

O *Folha do Oeste*, mesmo tendo uma página destinada às publicações da AIB, expressou um intento de articulação ao campo do jornalismo, que no momento perpassava pela censura das notícias e dos acontecimentos a serem divulgados. Porém, o compromisso com a informação e sua difusão na esfera pública deveria

sobressair, segundo o jornal, “a paixão que cega, que oblitera o senso [...]” (FOLHA DO OESTE, 24/04/1937).

Os critérios externos interferem nos jornais à medida da incorporação das regras específicas, pois “os empresários dos meios de comunicação pertencem ao campo, mas se utilizam de princípios que não são natos do jornalismo, e sim da economia” (ROSSO, 2017, p. 37). Desse modo, o *Folha do Oeste*, tendo a pretensão de ser um jornal distinto dos que haviam existido em Guarapuava, contava com um proprietário que tinha um capital econômico considerável e trabalhava com jornais, desde 1919, o que dava ao *Folha do Oeste* certa distinção e articulação entre os campos econômico e jornalístico.

Ao Sr. Prefeito sempre fizemos justiça. Aí estão, desafiando contestação, os oito números da *Folha do Oeste*. E, no cumprimento de impositivo funcional, continuaremos a fazer justiça ao digno administrador, não obstante o incidente, porque não damos guarida à paixão que cega, que oblitera o senso. A devolução do nosso jornal, nessas condições não é, de forma alguma desairosa para nós, obscuros rabiscadores de um humílimo jornalzinho, nem atinge a sua direção, nem fere, nem enfraquece a imprensa. Se algo de deselegante tem o gesto, se lhe falece o brilho da ética, não sofre com isso a FOLHA DO OESTE (FOLHA DO OESTE, 25/04/1937).

Entendemos que o posicionamento do *Folha do Oeste* expressava uma tomada de posição que, pela figura de seu proprietário, é possível ver um trânsito de capitais econômico e cultural, destacados por Rosso (2017) como importante para os homens de negócio do jornalismo, uma vez que houve “exemplos de empresários que se tornaram importantes para o jornalismo, como também políticos, e ainda existem os casos dos jornalistas que adquiriram certo prestígio no campo econômico ou no político” (ROSSO, 2017, p. 37).

Entretanto, vale uma ressalva: “os agentes só se inserem (e são considerados importantes) se seguirem as regras do jogo de cada um dos campos a que pertencem e a que querem pertencer” (ROSSO, 2017, p. 37). Isto é, Antônio Lustosa de Oliveira por meio do jornal buscava se projetar como um agente da cultura e política, concomitantemente, a ideia de que Guarapuava não poderia ficar sem um periódico, pois uma cidade desenvolvida deveria contar com impressos.

A afirmação do despontar da política partidária de Lustosa tinha ocorrido um ano antes da fundação do *Folha do Oeste*, conforme apontado por Silva (2008) e Gava (2016). No período, havia sido seduzido pelo integralismo, assim como Amarílio Rezende Oliveira e David Moscalesque, nas palavras de Silva (2008). Gava

(2016) expôs que Lustosa de Oliveira foi importante para o desenvolvimento do integralismo em Guarapuava.

No *Folha do Oeste*, em 13 de junho de 1937, encontramos uma publicação que se referia ao lugar ocupado por Lustosa na AIB local e regional, assim como a projeção dele: “faz pouco tempo, foi o companheiro Lustosa de Oliveira nomeado para o elevado Posto de Governador da 5ª Região” (FOLHA DO OESTE, 13/06/1937). Diante disso, podemos inferir uma projeção de Antônio Lustosa de Oliveira por meio do jornal, assim como sua forte ligação com o Manoel Ribas, dirigente do Paraná.

O parágrafo anterior menciona a relação de Lustosa com o integralismo, assim como com Manoel Ribas. Isso requer alguns comentários complementares. Manoel Ribas, ao vislumbrar o fim da interventoria, fundou o PSD no Paraná em 1933, partido getulista/situacionista. A partir disso, observa o integralismo crescer e disputar espaço no pleito eleitoral de 1935. Desse modo, o integralismo no espaço paranaense se constituiu como segunda força eleitoral do Estado, atrás somente do PSD, partido formado pela elite governista.

Athaides (2015) explica que as “cidades polos”, dentre elas, Curitiba, Rio Negro, Ponta Grossa, Guarapuava, Paranaguá, Lapa e Jacarezinho, devido apresentarem certo nível de desenvolvimento, tornaram-se responsáveis por disseminar a doutrina do integralismo nas cidades próximas, fundando novos núcleos integralistas. Nessa direção, Atháides (2015) afirmou:

No ‘oeste habitado’ do Paraná, o Núcleo Integralista de Guarapuava despontou com grande força política, fundado em 23 de fevereiro de 1935 sob a liderança do comerciante David Moscalesque. Contando com a significativa presença de figuras ilustres do jornalismo e da política local (como Antônio Lustosa de Oliveira e Amarílio Rezende), a AIB teve forte penetração nos meandros ultraconservadores de Guarapuava, utilizando-se amplamente dos jornais (em especial o *Folha do Oeste*). O Núcleo local fundou outros em Palmas, Prudentópolis, chegando até Foz do Iguaçu, em fins de 1935 (ATHAÍDES, 2015, p. 55, grifo do autor).

Em 1936, Manoel Ribas decretou o fechamento dos núcleos da Ação Integralista no Paraná. Entretanto, em dezembro de 1936, houve a reabertura dos núcleos, quando Manoel Ribas justificou-a pela necessidade da qualificação eleitoral para todos os partidos políticos registrados no Tribunal Eleitoral. A partir de março de 1937, tornou-se proibido quaisquer reuniões públicas ou internas da Ação Integralista Brasileira e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) passou a fichar líderes integralistas. Diante disso, Manoel Ribas, como interventor no Paraná,

no período do Estado Novo, passou a executar a repressão das ações integralistas no Estado.

Em Guarapuava, Athaídes (2015) afirmou que as práticas integralistas levaram a morte de David Moscalesque, perseguição e prisão dos principais membros integralistas pela DOPS/PR, dentre os quais, Antônio Lustosa de Oliveira e Amarílio Rezende foram os expoentes. Entre os anos de 1938 e 1941, Antônio Lustosa de Oliveira passou a residir em Curitiba. E, como estava sob investigação da DOPS/PR devido as suas práticas integralistas em Guarapuava e pelas publicações no *Folha do Oeste*, por meio de uma carta se explicou ao interventor Manoel Ribas. Desse modo, elogiou o governo, atribuiu ao Coronel Villaca o motivo das desavenças políticas e solicitou ao interventor uma sindicância para apurar sua conduta e retorno às suas atividades laborais em Guarapuava (SILVA, 2008).

Em 24 de abril de 1939, Antônio Lustosa de Oliveira e Amarílio Rezende foram absolvidos pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) (ATHAÍDES, 2015). No caso de Lustosa de Oliveira, Silva (2008) aponta dois motivos para o desfecho das investigações: 1) relação social estabelecida entre Lustosa de Oliveira e o Interventor Manoel Ribas; e 2) abandono momentâneo da esfera pública.

Para Athaídes (2015), em meados de 1939, deu-se a impressão que Lustosa de Oliveira e outros integralistas encontravam-se “inseridos no regime, ou ao menos amedrontados diante da repressão” (ATHAÍDES, 2015, p. 136). Entretanto, em 1941 ao retornar as publicações do *Folha do Oeste* publicou em dezembro do mesmo ano “A Revolução Necessária”, ato que o levou a prisão pela DOPS/PR. No entanto, no depoimento, responsabilizou Amarílio Rezende pela autoria do texto. Athaídes (2015) afirmou que Lustosa se alinhou às elites ligadas a Manoel Ribas, fator que possibilitou sua indicação a Prefeito de Guarapuava em 1944, pelo então interventor, mesmo ano em que faleceu o Antônio Vilaca⁴⁷.

Após algumas observações da relação de Lustosa com Manoel Ribas e Integralismo, retomamos as posições do *Folha do Oeste*, notadamente a conclusão do texto “Missão do Jornalismo”, em que explanou particularidades referentes ao Prefeito Municipal⁴⁸:

⁴⁷ Athaídes (2015, p. 138) afirma que na pasta de Antônio Lustosa de Oliveira da DOPS/PR “contém alguns poucos documentos que indicam a continuidade de uma superficial vigilância de 1942 em diante (até a década de 1970)”.

⁴⁸ O Prefeito Anibal Virmond (PSD e PSN) havia sido eleito nas eleições de 1935, por um voto de diferença, o qual foi noticiado como “voto de Deus” no jornal *A Cidade* (13/10/1935). Silva (2008)

Assim não o quis, o Sr. Anibal Virmond, honrado prefeito de nossa terra, por quem o jornal de Guarapuava – A Cidade – terçou armas na campanha eleitoral e por quem jornalistas de Curitiba se bateram quando transitava pela Justiça Eleitoral, o caso da sua eleição (FOLHA DO OESTE, 24/04/1937).

A assertiva explicitou a colaboração do jornal *A Cidade*, no qual Lustosa de Oliveira contribuía na redação, no processo judicial a favor de Anibal Virmond. Mas salientou novamente: “ao Sr. Prefeito sempre fizemos justiça” (FOLHA DO OESTE, 24/04/1937). Sobre a questão da articulação da Prefeitura Municipal de Guarapuava com o jornal, ressaltamos que houve momentos em que o *Folha do Oeste* foi o meio de comunicação que publicava os editais, avisos e boletins oficiais. Entretanto, houve outros períodos que esteve ausente de publicações oficiais do município, mas que em compensação teve as publicações dos projetos e discussões da ALEP.

Na edição de 06 de janeiro de 1942, o *Folha do Oeste* informou aos seus leitores que aquela era a última edição publicada, que estava encerrando as suas atividades pela falta de colaboração da sociedade quanto ao pagamento das assinaturas⁴⁹. Sendo assim, no texto “A recompensa de um sacrifício” explicou que:

FOLHA DO OESTE não surgiu no maravilhoso planalto paranaense, para ganhar dinheiro. Ela surgiu, envolta na roupagem da modéstia, com o alevantado propósito de cooperar patrioticamente, desinteressadamente, pelo necessário desenvolvimento econômico e intelectual deste grande e riquíssimo rincão da Pátria (FOLHA DO OESTE, 09/01/1942, grifo do autor).

A assertiva acima expõe que o *Folha do Oeste* se constituiu um espaço para projeção de Guarapuava à rota do desenvolvimento econômico e cultural e, ao fazer isso, deu visibilidade ao grupo ligado a Antônio Lustosa de Oliveira e aos seus ideais. Foi um periódico que levantou discussões a respeito do desenvolvimento de Guarapuava, mas, enfrentou problemas:

[...] devido à praxe rotineira dos assinantes de um jornal de interior prometerem pagá-las somente depois de vencidas [...]. Assim, é que o nosso modesto semanário [...] não teve subvenção de nenhuma repartição pública, para fazer face às grandes despesas decorrentes da publicação hebdomária (FOLHA DO OESTE, 06/01/1942).

explicou que o candidato oposto, Generoso de Paula Bastos “chegou a assumir a Prefeitura judicialmente no início de 1936 [...] seguiu-se um período de disputas, no qual os integralistas apoiaram Virmond, que venceu a questão em instância final” (SILVA, 2008, p. 72).

⁴⁹ A partir de 1944, quando Lustosa de Oliveira assumiu o executivo municipal, O *Folha do Oeste* passou a ter uma subvenção da Prefeitura Municipal de Guarapuava, o que denotou uma simbiose entre o jornal e os interesses políticos.

A problemática de manutenção da produção e circulação do *Folha do Oeste* foi uma constante durante os anos de existência. O notável é que algumas publicações contavam com poucas páginas ou ficavam algum tempo sem circular.

Este jornal manteve-se durante o ano que se findou, às expensas EXCLUSIVAS de seu Diretor-proprietário que, constatando os prejuízos semanais durante um ano, dizia para si mesmo: o prejuízo é visível, mas, terra de gloriosas tradições como esta, não pode viver sem um jornal para proclamar bem alto, a exuberância e a amenidade deste magnifico recanto da opulenta e brasileiríssima Terra de Santa Cruz (FOLHA DO OESTE, 06/01/1942, grifo do autor).

Notamos que a afirmação feita em 27 de abril de 1937 sobre a devolução das edições pelo poder público municipal, se não atingia a direção do *Folha do Oeste*, tornou-se, pelo viés das assinaturas, um problema para a manutenção regular das publicações. Desse modo, foi exposto por Antônio Lustosa de Oliveira, enquanto diretor e proprietário do *Folha do Oeste*, que o motivo de manutenção da edição do semanário (entre 05 de janeiro de 1941 a 09 de janeiro de 1942) se ancorava no argumento de que o jornal era uma espécie de sentinela na defesa de Guarapuava e do Brasil. Fato, esse, que pode ser observado no texto “Mais um ano”, publicado em 28 de fevereiro de 1960, no qual se afirmou que “quando falamos jornal do interior, falamos das dificuldades que jornalistas e proprietários de jornais sempre tiveram para poder editar seu jornal. *Folha do Oeste* não fugiu a essa regra [...] denodado defensor de Guarapuava, de seu progresso, de sua gente” (FOLHA DO OESTE, 28/02/1960).

Nessa linha de raciocínio, Lustosa de Oliveira se expressou como um sujeito de Guarapuava, comprometido com um bem maior, que não se assentava em aspirações políticas e nem de ampliação de capital econômico, assim como, não disse que tinha a intenção de fazer do *Folha do Oeste* um meio para enfrentamentos pessoais. Seguindo as palavras de Silveira (2010), a figura de Antônio Lustosa de Oliveira se caracterizava como um agente apaixonado pelo jornalismo, algo comum da fase do campo do jornalismo dos anos de 1920, também denominado como a fase do jornalismo marcado pelo proselitismo político (ROSSO, 2017), formação empresarial, na Primeira República (LAGE, 2012).

FOLHA DO OESTE foi editada para servir de sentinela indormida na defesa dos interesses vitais de Guarapuava e do Brasil, sem jamais o seu Diretor aspirar proveitos pessoais, por que nunca visou ocupar cargos públicos como um meio para viver confortavelmente, assim também, não se prevaleceu do jornal para profligar as faltas e incorreções de muitos

indivíduos que personificam – com a sordidez de seus atos indecorosos – como verdadeiros agentes da intriga mesquinha, através de cartas anônimas, de recortes de jornais e até pessoalmente, como os mais desprezíveis dos delatores (FOLHA DO OESTE, 09/01/1942, grifo do autor).

Entretanto, ao final do texto, observamos a contradição da afirmação acima, na qual reiterou a importância do jornal em Guarapuava e, ainda, exclamou para aqueles que julgavam fazer um jornalismo melhor do que o apresentado pelo *Folha do Oeste*, que os fizessem por Guarapuava, uma vez que o “FOLHA DO OESTE vai deixar de circular. Nós que a editamos e dirigimos, cumprimos o nosso dever, dotando nossa terra com um jornal sensato. OS QUE SE JULGAM OU FOREM CONSIDERADOS MELHORES BRASILEIROS DO QUE NÓS” (FOLHA DO OESTE, 09/01/1942, grifo do autor).

Na convocação de outros atores para o desenvolvimento do jornalismo em Guarapuava, Lustosa de Oliveira sinalizou a experiência dele e a articulação com as famílias tradicionalistas quando mencionou que “publiquem um jornal para defender os sagrados interesses de Guarapuava, como vinhamos fazendo, com o aplauso dos bons compatriotas” (FOLHA DO OESTE, 09/01/1942).

No entanto, em publicação de 02 de março de 1941, no texto intitulado “Precisamos reagir”, o *Folha do Oeste* tinha lançado uma crítica aos guarapuavanos, especificamente aos criadores de gado, dizendo:

[...] é preciso que o guarapuavano reaja contra o comodismo e o desinteresse que demonstra pelas causas que dizem respeito à nossa terra. Ainda não há muito tempo, uma alta autoridade da administração do Estado numa reunião dos criadores de gado, deste município, dissera que, era preciso uma reação contra a rotina e contra a indolência da nossa gente, para que o progresso de Guarapuava não crescesse para baixo, como cauda de cavalo. Muita gente não gostou dessa pitorresca expressão, mas, **até hoje, nada fizemos para não aceitar o diploma de incapacidade, pois, continuamos na mesma vidinha de comodismo rotineiro e de verdadeira inércia mental [...]** é verdade que, com a vinda da locomotiva, tudo terá que melhorar, mas, **é necessário irmos desde já, construindo o necessário alicerce para o tão gigantesco e merecido desenvolvimento de nossa terra** (FOLHA DO OESTE, 02/03/1941, grifo nosso) .

Observamos que o *Folha do Oeste* deu visibilidade a uma questão da reivindicação pela chegada do trem em Guarapuava, como fator de desenvolvimento, mas disparou considerações aos criadores de gado, explicando que a chegada da locomotiva não representava modernização e nem desenvolvimento, caso não houvesse produção para ser escoada, ou seja, constituía-se apenas uma falácia se os próprios não alterassem seu modo de viver e

de pensar o progresso. Por isso, havia a necessidade de que os interessados no desenvolvimento de Guarapuava reagissem perante a situação, do contrário as discussões e trabalhos feitos em prol da chegada do terminal ferroviário em Guarapuava, desde os anos de 1920, por meio da imprensa e de atores que se envolveram com a questão, de nada adiantariam.

Com a publicação acima, o *Folha do Oeste* realizou uma crítica ao grupo social dos fazendeiros, daqueles que compunham o grupo dos herdeiros das famílias fundadoras de Guarapuava, o que significa dizer que o *Folha do Oeste*, naquele período, buscou demarcar um espaço de projeção de novos desafios à cidade e região Oeste. No caso, buscou expressar um compromisso com o desenvolvimento de Guarapuava, o que fazia do jornal um instrumento que buscava objetividade das informações e com isso provocar mudanças que considerava necessárias na sociedade local. Para Silva (2008), era Antônio Lustosa de Oliveira chamando a atenção do grupo social a que pertencia por meio do *Folha do Oeste*.

[...] Por meio dos jornais publicados por mais de cinquenta anos, ele conduziu o universo mental de uma expressiva parcela da população da cidade. Esses jornais permitem analisar a época, o meio e a ambiência que explicam a singularidade de sua trajetória e como ele teria se definido (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou se reconhecido na classe a que pertenceu (SILVA, 2008, p. 53).

Tal assertiva nos remete a questão da condição socioeconômica de Lustosa de Oliveira, a qual possibilitava transitar por vários espaços e “[...] deles retirar novas visões de mundo” (SILVA, 2008, p. 57) e ainda, a postura tomada frente à realidade local, pode ser compreendida como “[...] reflexo das experiências vivenciadas nas costumeiras viagens feitas” (SILVA, 2008, p. 57).

No texto intitulado “Imprensa é Altruísmo”, publicado em 21 de junho de 1966, é explicitado que havia pessoas que encontravam no *Folha do Oeste* um espaço para denúncia, voz de Guarapuava, assim, como existiam pessoas interessadas no periódico, voltado a interesses particulares, conforme assertiva abaixo:

Ao dar continuidade à iniciativa de dotar Guarapuava de um periódico moderno e dinâmico, onde o povo tenha oportunidade de externar as suas justas reivindicações começamos a sentir os primeiros efeitos benéficos do empreendimento, como também, as primeiras investidas, daqueles que procuram manter que o ‘status quo’ permaneça inalterado para seus interesses antipopulares (FOLHA DO OESTE, 21/01/1966, grifo do autor).

O *Folha do Oeste* expôs que muitos, em Guarapuava, permaneciam com a ideia de que o desenvolvimento não deveria abranger a população, assim como não poderia haver um jornal que pudesse ser lócus de expressão de uma sociedade em geral. Ainda, permanecia no imaginário social que a imprensa deveria ser algo restrito a determinado grupo social ou a política vigente, conforme já exposto no texto “Missão do Jornalismo”, publicado em 25 de abril de 1937. Tal afirmação mostra que o jornal buscava se mostrar representativo de todos, embora expressasse os interesses de um grupo particular. Ele se colocava como voz de Guarapuava, espaço para elevação cultural e progresso, desde sua fundação, ocasionando ressalvas e desconfiança no tipo de jornalismo exercido em Guarapuava.

Porém, em vários momentos da existência do *Folha do Oeste* houve a retomada dos propósitos do jornal. Fato esse que pode ser entendido como forma de se legitimar como espaço de produtor de representação diante do jornalismo feito pelos grandes jornais, como também, lócus de disseminação de um ideário correspondente a um grupo social. Sendo assim, no texto “Nosso rumo e nossa arena”, publicado na primeira página do dia 06 de setembro de 1953, é retomada a trajetória da criação e desenvolvimento do *Folha do Oeste*, reiterando o “sincero e sadio propósito de bem servir nossa terra e sua gente” (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

Na assertiva podemos entender um discurso adequado para o momento e apropriado para determinados assuntos, resguardando suas heranças em termos de valores e moral que defende, expressando uma determinada leitura da realidade em que está inserida. Nesse sentido, o *Folha do Oeste* se colocou como a única fonte de “verdade”, por um lado, a única “voz” capaz de entender e promover o progresso de Guarapuava:

[...] Que voz é essa? Que clama ela? Que vontade encerra? Que interações traduz? É a voz de Guarapuava: é a voz do povo brasileiro do oeste sulino, espalhando-se desta iminência pelos campos, pelos rios, pelo sertão, pelas cidades, pelas praias, pelos mares, pelo sul, pelo norte, ecoando nos seus vastos horizontes [...] essa voz encerra a vontade de se harmonizar com as que, pujantes e belas, se elevam, construindo, lutando ensinando e concorrendo para que o Brasil seja cada vez melhor, mais poderoso, mais sábio, mais acolhedor, mais generoso [...] Essa voz que se ergue é a FOLHA DO OESTE (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

Por outro lado, o texto “Nosso rumo e nossa arena” exemplifica a função do jornal na sociedade e a credibilidade deste para tratar dos assuntos sobre

Guarapuava, que se desdobra, talvez, em uma possível denominação do jornal como “voz verdadeira” dos que prezam pela ordem e progresso, assim como teria feito desde a sua criação em 1937. Desta feita, “essa voz clama pelo progresso, pela paz, pela ciência, pela arte” (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

A ideia da cidade de Guarapuava foi percorrida pelos homens que se ocupavam do ofício da escrita (jornalismo), desde a última década do século XIX. E, quando Antônio Lustosa de Oliveira fundou seu primeiro jornal, *O Pharol*, a atmosfera do mundo das letras dos anos de 1920, em Guarapuava, reverberou numa espécie de movimento cultural em busca de uma experiência cidadina, com espaços culturais e formativos. Deu destaque, por meio de *O Pharol*, aos vários homens cultos, concomitantemente, inserindo-se nessa rede. Afinal, Lustosa de Oliveira ficou conhecido como grande incentivador da imprensa de Guarapuava, o que significa dizer que a partir de 1919, contribuiu para a sistematização do jornalismo local, aspectos que nos levam a compreender as características do *Folha do Oeste*, o espaço destinado às manifestações simbólicas e sua interpretação de Guarapuava.

Os jornais são entendidos como espaços para a construção de uma ideia de Guarapuava próspera, que poderia irradiar o progresso para a região Oeste do Estado, ao mesmo tempo, contribuiria para a sua projeção no Estado. Nessa direção, o *Folha do Oeste* configurou-se como um dos espaços de disseminação da ideia de progresso, sendo um deles, o enriquecimento do patrimônio cultural pela Escola de Agronomia e Veterinária, aspecto que será tratado no capítulo seguinte.

2 O FOLHA DO OESTE E A ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA

Neste capítulo, temos como objetivo apresentar as discussões que envolveram a projeção do ensino superior e técnico em Guarapuava por meio do *Folha do Oeste*. Este debate se deu a partir do projeto de criação da Escola de Agronomia e Veterinária.

O *Folha do Oeste* caracterizou o cenário guarapuavano, nos anos de 1950, como aquele que contava com “cinco grupos escolares, uma Escola Normal Secundária, um Ginásio Estadual e uma Academia de Comércio oficializada” (FOLHA DO OESTE, 06/12/1953). Tal informação é representativa quando o impresso explicitou, ainda, que a “Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa” significava um avanço para as cidades interioranas. E, ainda, deixou claro que a criação de tal instituição no município de Ponta Grossa correspondia a uma demanda de formação em ensino superior dos jovens que possuíam as condições, mas, que devido à distância estavam impedidos de fazê-la.

Interessante notar que o impresso tinha a agenda do ensino superior nos seus debates. Os temas da área da educação constituíam uma parte da agenda dos impressos de longa data. No caso do Paraná, podemos observar, por exemplo, nos escritos de Carlos Eduardo Vieira (2007, 2019), Lucineia Moreira de Souza (2014), Eliezer Felix de Souza (2010). No caso do ensino superior, na segunda metade da década de 1940, houve uma intensa defesa dele, como notamos no caso da cidade de Ponta Grossa, por meio do *Diário dos Campos*, conforme indicam Nívio de Campos e Eliezer Felix de Souza (2016).

Com isso, podemos inferir que os interessados no ensino superior em Guarapuava, se considerados os que tinham alcance ao jornal *Folha do Oeste*, eram professores do ensino secundário e demais que possuíam acesso à Capital do Estado e, ao mesmo tempo, aqueles que detinham meio de possibilitar aos filhos o ensino superior em outras cidades. Desse modo, não era toda a população que pleiteava tal nível de ensino, mas sim uma parcela desta. Havia um movimento de expansão do ensino secundário e superior, pois, de acordo com Luiz Antônio Cunha (1989, p. 73), “o processo de deslocamento dos canais de ascensão social, já apresentado, resultante da aceleração do processo de monopolização, está na raiz da expansão e integração do ensino superior no período 1946/64”. Naquele momento, o aumento da demanda pela educação escolar se associava ao processo

de urbanização, aspecto presente no contexto paranaense e de Guarapuava. Na avaliação de Cunha (1989, p. 74) “construir mais salas de aulas nas escolas existentes e abrir mais escolas eram meios de mostrar que o Estado (através do ‘realizador’ dessas benfeitorias) preocupava-se com as necessidades do povo e atuava no sentido de suprimi-las”.

Nesse contexto, conforme sublinha Vera Martiniak (2011), o ideário republicano centralizou a questão de civilização e formação de um cidadão moderno e voltado para o projeto nacional, fator que atribuiu ao ensino a formação necessária para o desenvolvimento da nação. E, nessa direção, a autora assevera que as iniciativas do governo federal e estadual mantiveram “presente um dualismo educacional, que se refletiu em uma educação para o povo – a educação para o trabalho, e uma educação para a elite, voltada para a formação cultural” (MARTINIAK, 2011, p. 88). Isso se observa de modo forte na organização do ensino secundário, pois a

Política educacional do Estado Novo, cujo impulso genético ultrapassou a própria derrubada do regime, definia uma estruturação dual para o ensino médio, com um ramo secundário conduzido direta e irrestritamente ao ensino superior e ramos profissionais que não permitiam aos seus diplomados ingressarem no grau posterior, a não ser que fossem cumpridas exigências adicionais, mesmo assim, restringindo a candidatura a cursos previamente fixados (CUNHA, 1989, p. 77).

O *Folha do Oeste* estava envolvido à pauta geral da educação, como sublinhamos na nossa dissertação (SOUZA, 2014). No que diz respeito às demandas de ensino superior, este periódico preconizava que

Guarapuava, a Capital do Oeste Paranaense tem numerosa mocidade estudantil frequentando cursos superiores em Curitiba e S. Paulo, crescendo ainda que é um Município de certa densidade demográfica, pois, conta com cerca de 60 mil almas, fornecendo, dessa forma apreciável contingente de estudantes (FOLHA DO OESTE, 06/12/1953).

O Estado do Paraná registrou, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 2.149.509 habitantes; e Guarapuava, na década de 1950, registrou uma população de 68.081 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1951). O número de habitantes que sabia ler e escrever no Estado, com 5 anos ou mais, era de 444.382 habitantes, mas em Guarapuava, o número de alfabetizados era de 24.776 habitantes, sendo a maioria no sexo masculino (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1953). Fator que explicita que a população de Guarapuava era majoritariamente não

alfabetizada e residia na área rural. Apesar disso, havia uma ênfase na criação de escolas e da expansão da escolarização (SOUZA, 2014).

Na sede de Guarapuava, os que sabiam ler e escrever somavam um total de 3.840 habitantes com 5 anos ou mais. Desse modo, quando o *Folha do Oeste* expôs que a densidade demográfica contava com aproximadamente 60 mil pessoas, considerou, possivelmente, os dados gerais expostos pelo Recenseamento Geral de 1950, sem considerar, por um lado, o número de habitantes que sabiam ler e escrever. Por outro lado, foi uma forma de expressar a necessidade de instituições de ensino locais para suprir uma demanda levantada por um determinado grupo social. Aliás, esse recurso era comum no meio dos impressos, isto é, a indicação de jovens da cidade, especialmente do gênero masculino, para justificar a existência de instituições de ensino superior.

Os alfabetizados constituíam o principal público que tinha acesso ao *Folha do Oeste*. Já, a outra parcela da população, ou seja, a maioria, tinha acesso às informações via Rádio Difusora, fundada em 1947, também por Antônio Lustosa de Oliveira⁵⁰. As informações do *Folha do Oeste* eram lidas na Rádio, a fim de comunicar à população as reivindicações e conquistas para Guarapuava, entre outros assuntos. Esse meio de comunicação estava articulado ao modo como este impresso se posicionava, como indicamos no capítulo anterior. A educação era um dos aspectos amplamente discutidos, especialmente porque no início dos anos 1950 o editor era o professor Joaquim Prestes (03/09/1953-27/02/1955)⁵¹.

⁵⁰ A Rádio Difusora foi fundada em 1947. Os equipamentos para a montagem da emissora foram trazidos de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Dessa forma, os primeiros radialistas e técnicos para instalação dos equipamentos, contratados por Antônio Lustosa de Oliveira, eram de outras cidades, de Curitiba e São Paulo. Ao considerarmos o jornal *Folha do Oeste* e a *Rádio Difusora* como os meios de comunicação acessíveis à população guarapuavana, dizemos que Lustosa de Oliveira detinha o monopólio dos meios de comunicação. Por meio da Rádio Difusora ocorria a articulação da cidade com o campo e a região Oeste do Paraná. No âmbito nacional, parte das emissoras de rádios foi fundada por grupos que já atuavam no campo da imprensa escrita, um dos exemplos mais conhecidos “é o do império de Assis Chateaubriand, que, já na década de 1930, era composto por diversos jornais e várias emissoras de rádio” (CALABRE, 2005, p. 31).

⁵¹ Joaquim Prestes nasceu 14 de outubro de 1896, na cidade de Clevelândia, Paraná. De 05 de março de 1907 a 1912 fez o curso de Humanidades, no Seminário Episcopal, atualmente, Internato Paranaense de Curitiba. A partir de 1914 foi indicado a professor no Grupo Escolar de Clevelândia. Posteriormente, em 07 de abril de 1917, foi promovido a diretor do Grupo Escolar de tal município, fato esse que possibilitou sua efetivação como professor público em 28 de janeiro de 1920. Chegou a Guarapuava em 1924. No Ginásio Manoel Ribas foi professor de Língua Portuguesa e Latim. Em 30 de junho de 1944 esteve na reunião na casa de Antônio Lustosa de Oliveira para a fundação do Diretório Municipal e Comissões Consultivas do Partido Social Democrático de Guarapuava (PSD). A partir de então compôs a Comissão Jurídica do partido, ao lado do professor Francisco Carneiro Martins. Depois, passou a ser secretário do PSD, em Guarapuava. Joaquim Prestes disputou as

No caso da formação superior em Direito, noticiado pelo jornal, expunha-se um anseio de uma parcela da população guarapuavana. Assim, os herdeiros dos colonizadores dos Campos de Guarapuava vislumbravam obtê-lo, porque isso, somado ao capital econômico, iria inseri-los ou mantê-los no campo cultural e no campo de poder.

Daniel Pecauly (1990), na obra “Intelectuais e a política no Brasil”, ao tratar da posição social dos intelectuais, dentre os anos de 1920 e 1940 no Brasil, expôs que “tudo estava em jogo ao mesmo tempo. Instituição alguma escapou à necessidade de assumir uma nova legitimidade, tanto a Igreja como o Exército, tanto o Estado como os estabelecimentos de ensino superior” (PECAULT, 1990, p. 22). Ou seja, a maioria dos considerados escritores da época passaram a reconhecer a necessidade de uma profissionalização e, ao mesmo tempo, participar dos debates políticos, uma vez que ser descendente de famílias oligárquicas não dava conta, ainda mais com o aumento de intelectuais diplomados pelas inúmeras faculdades livres recém criadas.

Antônio Lustosa de Oliveira, ao se intitular pertencente ao mundo das letras em Guarapuava, desde que fundou seu primeiro jornal, “*O Pharol*”, ocupou uma posição de destaque social, concomitantemente, demonstrava ser possuidor da arte da escrita, um homem culto, que detinha meios para reivindicar o desenvolvimento de Gurapuava. Por conta disso, proclamou-se como o porta-voz desse movimento, assumindo a pauta do ensino superior como uma das estratégias de sua intervenção. No espaço do jornal, posicionava-se em defesa do ensino superior para a cidade. No âmbito da política partidária, apresentou projetos na Assembleia Legislativa do Paraná e na Câmara Federal, como veremos neste capítulo.

A partir do entendimento que os jornais, nas primeiras décadas do século XX, travavam discussões a respeito de uma determinada bandeira ou problemática, Antônio Lustosa, como já mencionado no capítulo 1, fundou e participou de

eleições de 03 de outubro de 1955, pela legenda do PSD, assim como o tinha feito em 1951. Mas, em 1955 saiu vitorioso no pleito eleitoral, assumindo como Prefeito de Guarapuava dia 26 de novembro de 1955. A candidatura de Joaquim Prestes, pelo PSD, à Prefeitura de Guarapuava não foi novidade para a população. Nas eleições municipais de 1951, tinha disputado o executivo municipal com José de Mattos Leão. Na época, o *Folha do Oeste* tinha expressado que “não há o que escolher: - como candidato do PSD, o professor Joaquim Prestes, para o bem de Guarapuava e da sua população da cidade e da zona rural” (FOLHA DO OESTE, 03/06/1951). Joaquim Prestes já tinha construído uma espécie de carreira jornalística no *Folha do Oeste*. Observamos que já havia sido diretor e redator em 1947 e 1948, juntamente com os professores Altino Borba e Olinto Rosa Pimentel, assim como diretor do Ginásio Estadual Manoel Ribas. Ele foi editor no *Folha do Oeste* dentre o período de 03 de setembro de 1953 a 27 de fevereiro de 1955.

inúmeros jornais em Guarapuava, convertendo-se num intelectual mediador, pois integrava um conjunto de letrados e políticos que tomavam “o impresso como intervenção social”, conforme expressão de Ernando Brito Gonçalves Junior (2016). Este autor discutiu os projetos de intervenção social de Dário Vellozo, sendo um deles a atuação nos impressos paranaenses, cuja familiaridade com a imprensa lhe possibilitou entender o funcionamento de uma revista ou jornal, como também compreender a capacidade na disseminação de um ideal. Nesses termos:

[...] Vellozo conseguiu captar a importância que a imprensa possuía perante a população que dominava a leitura e tinha o hábito de ler jornais e revistas, assim, Vellozo viu na imprensa uma grande forma de propagar seus ideais e de tentar cooptar mais adeptos para seus pensamentos (GONÇALVES JUNIOR, 2016, p. 48).

Pela assertiva acima inferimos que Antônio Lustosa, pela sua experiência com os jornais fundados e outros em que ele colaborou, procurou fazer do *Folha do Oeste* um meio para intervenção social, e, nesse sentido, ao publicizar o projeto da Escola de Agronomia e Veterinária, lançou a ideia de viabilização de uma instituição de ensino superior. Em geral, tratava-se da defesa do ensino superior, aspecto recorrente nas capitais, assim como nas cidades que desejavam se lançar como centros regionais, a exemplo, de Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá. De modo específico, a atuação de Lustosa assumia uma particularidade, pois propunha uma instituição ligada aos interesses do que defendia ser de urgência ao processo de modernização e desenvolvimento da cidade. Esse aspecto tem relação com seu espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006) ligados aos interesses dos produtores rurais, em particular à defesa de escolas agrotécnicas e escola superior de agronomia e veterinária, que ocupavam as agendas no cenário nacional (BERGAMASCHI, 2017) e regional (OGANAUSKAS, 2015).

Nesse processo, não podemos deixar de lado a questão política de Antônio Lustosa de Oliveira, uma vez que se encarregou de tal tarefa, intitulando-se como detentor de “um saber sobre o social, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade” (PECAULT, 1990, p. 33). Tal questão pode ser compreendida dentro da proposição das formas de manutenção do *status quo* vinculado às novas formas de representar o poder, ou também, de vocação de elite dirigente. Nesse caso, o *Folha do Oeste* se configurou como um instrumento de intervenção social. Sobre a vocação de elite dirigente, Pecault (1990) explicitou que:

A geração dos anos de 25-40 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente (PECAULT, 1990, p. 22).

A geração de intelectuais dos respectivos anos citados se mostrou necessária para a construção da sociedade alicerçada nas bases racionais. Podemos compreender, segundo Pecault (1990), ao tratar da vocação para elite dirigente, a ideia de que, no início do século XX, houve a necessidade de romper as fronteiras entre o homem de letras e o homem de ação, logo, a geração de 1920 “considerou-se herdeira também dessa postura: ao reclamar do Estado uma verdadeira autoridade, tomou como ponto pacífico o fato de que sua missão era, primeiro, política” (PECAULT, 1990, p. 34)

Tal consideração contribui para pensar Antônio Lustosa de Oliveira e o *Folha do Oeste*. Neste caso aqui, consideramos o impresso como um meio de disseminação de um ideal, o ensino superior em Guarapuava, que primeiramente pode ser entendido como uma ação isolada do seu proponente, mas que o jornal disseminou tal proposição, mesmo que poucas vezes. É importante dizer que essa ação estava organicamente associada aos debates nacionais coordenados pelas entidades rurais (em particular a Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1897), assim como às políticas públicas, notadamente a partir da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1906 (MAIC). Esse quadro assumiu um caráter mais intenso depois da década de 1930, pois, como sublinha Ana Bergamaschi (2017, p. 65), “os problemas oriundos da crescente industrialização, gerados pela intensa migração da população do meio rural para o meio urbano, impulsionaram a ação e a propagação do movimento ruralista”.

Nesse sentido, as considerações em torno do *Folha do Oeste* podem ser interpretadas a partir do estudo sobre a imprensa, escrito por Maria Helena Capelato (1986). A autora, ao tratar da imprensa paulista, afirma que é:

[...] um instrumento de manipulação de interesses, concebendo-a como agente da história que ela também registra e comenta. Nesse sentido me proponho a desmistificar a categoria abstrata ‘jornal’, fazendo emergir a figura dos jornalistas como sujeitos dotados de consciência que se determina na prática política (CAPELATO, 1989, p. 12, grifo do autor).

Diante de tal assertiva, é possível afirmar que Antônio Lustosa de Oliveira, se considerarmos como um homem de cultura, jornalista em Guarapuava, situou-se

entre os sujeitos dotados de senso de jogo que, a partir dos anos de 1930, especificamente por meio do *Folha do Oeste*, passou a reclamar para si e seu grupo sobre a condução dos destinos de Guarapuava. Com tal afirmação, o *Folha do Oeste* se constituía num espaço de (re)produção e circulação do discurso de educação rural e dos interesses dos grupos agrários. Tratava-se de um discurso descritivo, mas acima de tudo prescritivo e performático. Antônio de Oliveira imiscuia-se nesse movimento, a partir da atuação político-partidária e do seu próprio jornal. Suas intervenções devem ser compreendidas no interior do movimento sintetizado por Ana Bergamaschi (2017, p. 70), na passagem abaixo:

[...] é possível delinear a formação de uma rede de influências do segmento agrário nas proposições políticas e educacionais para o meio rural. A demanda pelo ensino agrícola e pela profissionalização de trabalhadores para o meio rural esteve fortemente presente em discursos de políticos e intelectuais. Tais discursos estavam permeados de representações que foram materializadas em propostas para essa população.

Se entendermos como espaço de produção e disseminação de um discurso, o *Folha do Oeste*, assim como os jornais que surgiram no início do século XX no Paraná⁵², engajou-se em projetos sociais, no caso, fomentou a ideia de necessidade de uma instituição de ensino superior. A notícia veiculada pelo *Folha do Oeste* sobre a Faculdade de Direito de Ponta Grossa, citada no início do texto, endossa, também, o argumento de que havia um movimento de interiorização das Faculdades especializadas para formação das novas elites, pois “não existia ainda no Brasil uma tradição universitária. Havia escolas superiores – sobretudo de engenharia – e faculdades especializadas – de direito, por exemplo –, algumas das quais altamente prestigiadas” (PECAULT, 1990, p. 33). Ao mesmo tempo, o texto da notícia publicado no *Folha do Oeste* explicita uma preocupação com a característica do espaço guarapuavano.

Nesse sentido, o contingente de estudantes tratados no *Folha do Oeste* se tornava maior em Guarapuava, se levarmos em conta o discurso que tratava a cidade como a porta de entrada para os municípios do Oeste paranaense. Ou seja, o *Folha do Oeste* fazia uma projeção de demanda pelo ensino superior no referido

⁵² Vieira (2019), no artigo “Imprensa, educação e esfera pública: um estudo a partir dos jornais paranaenses entre o final do século XIX e primeiro quartel do século XX”, destacou a contribuição da imprensa como esfera pública que teve como tema privilegiado a educação. Ressaltou o autor que isso não gerou resultados imediatos, mas criou as condições para que a educação se tornasse uma discussão pública.

município adequado às características locais, ao mesmo tempo em que o projetava como polo irradiador de educação e cultura para o Oeste.

A partir dessas considerações gerais, passamos a tratar do objeto específico deste capítulo, que está dividido em três partes: na primeira, tratamos do Projeto de Lei da Escola de Agronomia e Veterinária, tomando a atuação do deputado estadual Antônio Lustosa. Esta proposição, por sua vez, pode ser compreendida como uma demanda regional e local, sem desconsiderar a ênfase dada pelos governos federal e estadual na formação básica, técnica e profissional na área da agricultura e da pecuária. Na segunda parte, explicitamos a publicação do projeto da Escola de Agronomia e Veterinária no *Folha do Oeste*, uma vez que nos propusemos a perceber o modo como foi publicizado e como se deu a interpretação pelo jornal. Consideramos a necessidade de mostrar, também, a proposta da Escola Agrotécnica de Divonsir Borbas Côrtes, para mostrar que a referida instituição de ensino pleiteada e idealizada por Antônio Lustosa de Oliveira na ALEP, constituía-se, de fato, uma Escola Superior de Agronomia e Veterinária com pretensões de uma política de âmbito estadual. Na última parte, tratamos de explanar o Projeto de Lei da Escola Agrotécnica de Antônio Lustosa de Oliveira, proposta na Câmara Federal de Deputados, em 1960, a fim de explicitar que a educação técnica foi uma pauta do *Folha do Oeste*, no entanto, a ideia do ensino superior, mesmo que timidamente, já constituía um dos assuntos que permeava o jornal.

2.1 O PROJETO DE LEI Nº 63/53: ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA

Neste subitem, apresentamos o Projeto de Lei da Escola de Agronomia e Veterinária em Guarapuava, proposto por Antônio Lustosa de Oliveira. Procuramos compreender a proposição dentro do contexto do ensino agrícola no Brasil e da expansão do ensino superior no Paraná. Para isso, utilizamos o Projeto de Lei nº 63/53, disposto no Arquivo Público do Paraná, e a justificativa deste Projeto encontrada no livro “Na Tribuna Parlamentar (1951-1953)”, de autoria de Antônio Lustosa de Oliveira. Nesse caso, não foram encontrados os anais da ALEP do ano de 1953, fato que, infelizmente, deixa algumas lacunas na escrita do texto.

Antes de tratarmos especificamente do projeto de lei e de sua justificativa, consideramos importante trazer alguns pontos da vida política de Antônio Lustosa de Oliveira, porque, segundo Pecault (1990), as elites dirigentes, “quaisquer que

fossem as suas opiniões sobre o Estado anterior ou posterior a 1930, falavam a partir de uma posição homóloga à do Estado” (PECAULT, 1990, p. 33). Nesses termos, imbuídos de interesses, tomaram para si a responsabilidade de tornar-se uma força social, nas palavras de Pecault (1990), e reivindicar uma consciência coletiva em torno do nacionalismo e de promover uma organização nacional. Desta feita, o autor enfatiza que no Brasil “[...] essa visão elitista implicava não só o respeito por uma hierarquia social, herdada ou adquirida, mas determinava também a teorização da política como competência: a arte de governar relaciona-se com o saber científico” (PECAULT, 1990, p. 30).

Antônio Lustosa de Oliveria, ao constituir o grupo social dirigente, no sentido de política local majoritária, poder econômico e social, insistia no seu reconhecimento também na área cultural e educacional, de modo preciso por meio da proposição de uma escola de agronomia e veterinária. Tal empreendimento se tornou possível porque seu proponente, em 19 de janeiro de 1947, foi eleito deputado estadual por Guarapuava. Na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dentre os anos de 1947 e 1950, apresentou projetos nas diversas áreas, debateu sobre inúmeros assuntos, reportando-se a Guarapuava como de sua responsabilidade, como seu porta-voz. Esse posicionamento que vinculava modernização ou desenvolvimento e educação assumiu um caráter simbólico no regime republicano. A educação, em todos os seus níveis, era entendida como uma verdadeira panaceia aos problemas no Brasil. É nessa cruzada que se integram as tomadas de posição do *Folha do Oeste* e do próprio Lustosa. Dois aspectos importantes são recorrentes: associação entre desenvolvimento e educação; e papel social dos grupos que se posicionavam como representantes ideológicos e políticos (intelectuais mediadores). O segundo pode ser melhor compreendido, a partir de Mônica Velloso (2003, p. 148):

É a partir de década de 1930 que eles passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. Percebendo a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização e unidade (VELLOSO, 2003, p. 148).

Essa passagem pode ser aproximada do que já indicamos de Daniel Pécault. E, neste caso, o *Folha do Oeste* se constituiu como um instrumento para divulgação dos projetos e debates de Antônio Lustosa de Oliveira, assim como para

as alianças e campanhas políticas do PSD. Nesse sentido, o jornal destacou que seu proprietário e deputado detinha uma vocação de dirigente porque conseguia “captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito” (PECAULT, 1990, p. 38).

Bourdieu (2004) assevera que é na relação entre representante e representado que existe a raiz da crença (*illusio*), uma vez que

[...] permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se *causa sui*, já que ele é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria – ou, em todo o caso, existiria plenamente, enquanto grupo representado - se ele não estivesse ali para encarná-lo (BOURDIEU, 2004, p. 189).

Antônio Lustosa de Oliveira, no campo político, entendido aqui como espaço onde se geram os produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns (CÂNEDO, 2017) escolhem o que seria ideal, promove uma ideia de reivindicação coletiva em prol do ensino superior voltado ao setor agrícola.

Nos meses finais de 1950 e início de 1951, foi um período de campanha eleitoral para reeleição de Lustosa de Oliveira a deputado estadual e de Moysés Lupion a governador. No pleito eleitoral de 1951, Lustosa de Oliveira saiu vitorioso. Entretanto, os anos de 1951 a 1954, para Antônio Lustosa de Oliveira, constituíram-se um período de muitas dificuldades no quadro da política do PSD no Paraná, uma vez que houve contrapontos na política municipal, pois seu candidato a prefeito pelo PSD, professor Joaquim Prestes, havia sido derrotado pelo candidato José de Mattos Leão, da coligação da União Democrática Nacional (UDN) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido de Representação Popular (PRP). Segundo Silva (2008), “[...] foi a primeira vez que o núcleo dos proprietários rurais foi derrotado nas eleições municipais” (SILVA, 2008, p. 142),

Além disso, não era o único representante de Guarapuava na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pois a UDN tinha eleito Rubens Fleury da Rocha. E, ainda, Bento Munhoz da Rocha Netto havia sido eleito governador do Estado do Paraná. Ou seja, “Lustosa se enquadrava na bancada oposicionista” (SILVA, 2008, p. 143), mas permaneceu a postular sua interpretação de Guarapuava como centro irradiador de desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional.

Embora a derrota local, assim como a posição de oposição no âmbito estadual, o então deputado manteve sua posição de representante dos interesses do segmento agrário. Nesse sentido, o Projeto de Lei nº 63/53 apresentado na ALEP é simbólico. O Projeto de Lei foi apresentado, primeiramente, em 06 de maio de 1953 na ALEP, por Antônio Lustosa de Oliveira, conforme dados de livro escrito pelo próprio autor, denominado “Na Tribuna Parlamentar (1951-1953)”. No *Folha do Oeste* teve sua primeira publicação em 06 de setembro de 1953. O motivo da tardia publicação do projeto encontra ressonância no período em que o jornal esteve fora de circulação (fevereiro de 1953 a setembro de 1953), por isso não houve a publicação na sequência. Quando houve o retorno da publicação do periódico, destacou-se, da página cinco, meia página para tratar da Escola de Agronomia e Veterinária.

A proposta da Escola Superior de Agronomia e Veterinária em Guarapuava deve ser entendida dentro do movimento de expansão do ensino superior para as áreas interioranas do Estado⁵³ e do país, como também no movimento da federalização das instituições de ensino superior de acordo com a Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950, mas, sobretudo, no amplo debate nacional das entidades rurais e nas definições das políticas públicas para o ensino rural.

Capdeville (1991, p. 241) afirma que a União somente passou a se envolver “com a formação dos profissionais agrícolas de nível superior a partir de 1950, por meio das ‘federalizações’”. O autor acrescenta que a federalização não foi privilégio das instituições de ensino superior agrícola, “pelo contrário, elas atingiram todas as áreas, e continuaram na década de 1960, surgindo, assim, várias universidades federais” (CAPDEVILLE, 1991, p. 241). No entanto, a formação dos profissionais agrícolas em nível superior foi um dos primeiros tópicos a ser beneficiado.

Desse modo, no ano de 1953, houve a proposição de três projetos de criação de Escola Superior de Agronomia e Veterinária na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Um de autoria de Divonsir Borba Cortês, Projeto nº 23/53 que atendia o município de Londrina; outro de Antônio Lustosa de Oliveira, Projeto nº 63/53, depois de aprovado, Lei nº 1.471, de 1953, para Guarapuava; um terceiro, apresentado por Chafic Cury, Projeto nº 192/53 para Ponta Grossa.

⁵³ Estudiosos que já realizaram pesquisas que tratam do ensino superior no Estado do Paraná: Rui Wachowicz (1983); Sheen (2000), Névio de Campos (2008); Tereza J. Luporini (2008); Antonio C. Frasson (2002), Niltonci Chaves (2001); Eliezer F. de Souza (2010); Silvana M. B. Carvalho (2010); Mari Lucia do Amaral (2014); Anderson Szeuczuk (2016), Pinzan (2007), entre outros.

Os autores dos projetos de Escola Superior de Agronomia e Veterinária supracitados precisam ser compreendidos dentro da sistematização dos grupos representativos na ALEP. De acordo com Luporini (2008), a hegemonia política no Paraná, até os anos de 1960, estava sob controle de dois grupos: um formado pelos tradicionais proprietários de terras e outro por representantes da burguesia-comercial. Ou seja, os componentes dos referidos grupos pleitearam instituições de ensino superior como forma de manutenção de sua posição social, política, econômica e cultural.

Anderson Szeuczuk (2016) afirma que “esses grupos hegemônicos tiveram grande influência na criação de IES nas regiões onde tinham seu ‘monopólio’. Era de interesses dessas lideranças uma universidade em sua região” (SZEUCZUK, 2016, p. 50). Isso, somado aos condicionantes do desenvolvimento econômico do Estado, foi importante para a implantação e o processo do ensino superior no Paraná. Luporini (2008) acrescenta que, nos anos de 1960, houve uma preocupação do governo estadual com diferentes segmentos de infraestrutura básica e, assim, com a educação⁵⁴.

Reconhecemos que Antônio Lustosa de Oliveira se constituiu no principal defensor político dessa instituição universitária para Guarapuava na ALEP. Nos termos próprios do documento, assim estava escrito:

Art 1º - Fica criada, de acordo com a legislação Federal, uma ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA na cidade de Guarapuava.

Art. 2º - Provisoriamente, essa escola funcionará, em um dos prédios públicos do Estado, até ser construído edifício próprio.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas iniciais da execução da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (PARANÁ, 1953, p. 02).

A redação legal é relativamente simples, pois em quatro artigos dava por criada uma Escola de Agronomia e Veterinária na cidade de Guarapuava. Apresentava a solução a um problema comum, falta de espaço para iniciar as atividades acadêmicas. Assim sendo, expõe que a Escola de Agronomia e Veterinária ficaria alojada em um dos prédios públicos do Estado, até ser construída sede própria, o que significa dizer que a instituição pleiteada já indicava problemas

⁵⁴ O projeto tratado foi do governo Pimentel denominado de “ideologia do desenvolvimento integrado”, no qual houve a preocupação da “implantação de infraestrutura básica (transportes, energia elétrica, telecomunicação), mas ao mesmo tempo, ir além, concentrando esforços no estímulo à diversificação agrícola e à industrialização” (SCHMIDT, 1998, p. 111).

quanto ao local de instalação. Fator esse enfrentado pelo ensino superior agrícola desde o final do século XIX. Em geral, as novas instituições funcionavam em prédios já existentes, como indicam os casos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo que funcionou no prédio da antiga Faculdade de Medicina; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa que iniciou suas atividades no prédio do Ginásio Regente Feijó. Isso ocorria até a existência de um lugar próprio, seja adaptado ou uma nova construção.

Outro aspecto dizia respeito ao financiamento do novo empreendimento, objeto histórico de fracasso de muitos projetos, como foi o caso da proposta universitária de Francisco da Rocha Pombo (1892), como mostra Nívio de Campos (2008). Isso assumia um problema de maior proporção devido às relações políticas daquele momento, pois, no período da apresentação do projeto, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná era Laertes de Macedo Munhoz, do Partido Republicano, enquanto que Lustosa era do PSD. E, ainda, o governador era Bento Munhoz da Rocha Netto, eleito pela coligação do Partido Republicano, a União Democrática Nacional, o Partido Representação Popular (PRP), o Partido Libertador (PL), o Partido Social Trabalhista (PST). Tal questão constituiu um dos limites para efetivação de sua proposta, como salienta Walderez Silva (2008):

Outras causas foram objeto de luta de Lustosa na Assembleia Legislativa. No final desse mandato ele dava conta que muitas 'reivindicações de Progresso' para a região de Guarapuava haviam sido menosprezadas pelo governo Munhoz da Rocha. As mais importantes eram a construção de escolas, a criação de uma Escola Superior de Agronomia e Veterinária, o fomento da Estância Hidro Climática de Santa Clara, a construção e conservação de escolas (SILVA, 2008, p. 137-138, grifo do autor).

A autora indica que a oposição partidária entre o deputado proponente do projeto e o governador e presidente da ALEP se constituiu uma barreira para não efetivação de vários projetos. A autora reitera: “quando seus projetos não eram rejeitados na própria Assembleia Legislativa, o governo do Estado os vetava” (SILVA, 2008, p. 139). Entretanto, Antônio Lustosa de Oliveira situava-se no grupo majoritário da ALEP, isto é, dentre os anos de 1951 a 1955, o partido PSD foi a oposição sistemática do governador, e, ainda, era majoritário na Assembleia Legislativa estadual e dominava a grande imprensa paranaense – sobretudo os jornais *Gazeta do Povo* e *O Dia* –, onde era frequentemente e duramente criticado (BATISTELLA, 2016).

Embora tais divergências partidárias, segundo os documentos oficiais da ALEP, o projeto supracitado foi aprovado em 13 de outubro de 1953 e sancionado pelo governador Bento Munhoz da Rocha, em 28 de novembro de 1953 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, 1953). Importante assinalar que a aprovação e sanção do governador não implicava efetivamente a instalação da instituição, pois, no próprio caso já aludido de Rocha Pombo, também foi aprovado e indicado um valor de recurso público, mas a proposta não foi além do lançamento da pedra fundamental (CAMPOS, 2008). E de fato, não ocorreu a instalação da tão sonhada instituição de Lustosa.

Para Amaral (2014), a proposição da criação de uma Escola de Agronomia e Veterinária pelo deputado Lustosa representava, no momento, um discurso que ganhava força em torno do ensino superior em Guarapuava, por mais que não tenha sido efetivado. Isso remete aos debates mais gerais da história da educação e da própria história brasileira e paranaense.

É importante pensar que a atuação de Antônio Lustosa de Oliveira em defesa da educação rural remontava à Escola de Trabalhadores Rurais. Ela é projeto dele, cuja inauguração ocorreu em 1954, mas iniciou suas atividades em março de 1957. No entanto, constituiu uma pauta no *Folha do Oeste*, desde fins da década de 1940.

No ano de 1949, época em que a citada escola já se encontrava em conclusão tivemos a grata oportunidade de apresentar dois projetos de lei, um deles dando a denominação de Manoel Ribas ao Ginásio Estadual de Guarapuava, o qual foi criado e instalado na vigência do fecundo governo e chefiado por aquele inesquecível administrador paranaense. E, o outro projeto dando o nome de 'Arlindo Ribeiro' à Escola de Trabalhadores Rurais construída no governo de Moyses Lupion [...] (FOLHA DO OESTE, 16/01/1955).

No intervalo entre 1954 e 1957, o jornal voltava ao problema da Escola de Trabalhadores Rurais, como em 27 de setembro de 1954: “abandonada e invadida pelo matagal a Escola de Trabalhadores Rurais de Guarapuava” (FOLHA DO OESTE, 27/09/1953). Um aspecto é a chamada de atenção quanto à política de Bento Munhoz da Rocha Netto e, sem dúvida, exposição de seu posicionamento favorável a Moysés Lupion. Por isso, acrescentou: “o pátio da Escola Arlindo Ribeiro cobriu-se de mato que já vai invadindo as áreas do prédio, como se tratasse de uma tapera inútil e esquecida” (FOLHA DO OESTE, 27/09/1953). Tal apontamento foi reiterado, em 02 de maio de 1954:

A cidade de Guarapuava goza indiscutivelmente de uma invejável e privilegiada situação geográfica. [...] e ao entardecer, quando são longas as sombras e mais iluminados os montes, podemos destacar numa das colinas não muito distantes, um majestoso bloco de construções, chamando nossa atenção pela imponência de sua localização: é o prédio da futura Escola de Trabalhadores Rurais, é uma construção que impressiona; impressiona por tudo, mas sobretudo pelo abandono em que se acha, mais parecendo um misterioso túmulo de algum faraó, tudo abandonado [...] construção abandonada (FOLHA DO OESTE, 02/05/1954).

A narrativa de abandono da Escola de Trabalhadores Rurais, projeto de Antônio Lustosa de Oliveira, ganhou as páginas do jornal. Além disso, reiterava-se que a Escola de Trabalhadores Rurais era importante para a formação de homens úteis para a vida rural.

Mas, Guarapuava, a tradicional Capital do Oeste, apesar dos governos que aí estão, vive seus dias de intenso progresso em todos os setores, não se justificando, pois, que não esteja em pleno desenvolvimento também a sua E.T. R. não faltam por aí filhos de lavradores e outros, com pendor para a vida do campo; e a necessidade de formação de homens perfeitamente úteis para a vida rural, é mais premente que nunca (FOLHA DO OESTE, 02/05/1954).

Esse embate continuou até o início das atividades da referida Escola, já no momento do governo de Moysés Lupion. Para indicar esse clima, vejamos o otimismo da publicação abaixo:

Durante toda a administração bentista esse verdadeiro monumento de utilidade pública permaneceu abandonado, privando a que, filhos dos colonos pudessem receber os benefícios que são próprios de uma instituição de tão relevantes finalidades. Moysés Lupion, o cristizador dessa obra, vai voltar, nos braços do povo, aos supremos destinos paranaenses. Joaquim Prestes também, eleito à prefeitura de Guarapuava, já a partir dos primeiros dias de fevereiro de 1956, a Escola Rural de Guarapuava encontrará os meios substanciais ao seu perfeito funcionamento, conforme afirmou publicamente o senador Moysés Lupion quando de sua passagem pela nossa cidade (FOLHA DO OESTE, 29/09/1955).

Em 27 de janeiro de 1957, o *Folha do Oeste* publicou a seguinte nota: “funcionará este ano a Escola Rural” (FOLHA DO OESTE, 27/01/1957). Observemos que ensino agrícola foi uma pauta importante para o deputado estadual, do nível elementar ao superior e, nos anos de 1960, em nível técnico, como veremos no item 2.3.

O ensino superior agrícola chegou aos anos de 1950 com diversos problemas, não distantes daquelas que foram frequentes nos primórdios desses cursos no Brasil. Sobre tal assunto, Capdeville (1991) afirmou:

As primeiras tentativas de se instalar o ensino superior agrícola no Brasil enfrentaram a indiferença das elites e o desinteresse da população. A agricultura nacional, baseada no latifúndio, na monocultura de exportação, no trabalho escravo, na abundância de terras novas e férteis e no descaso pelo manejo e conservação do solo, exigia muito pouca diversificação e quase nenhuma qualificação da força de trabalho. Segue-se daí que nenhum serviço à escola tinha a lhe prestar, no que se refere à formação de mão-de-obra (CAPDEVILLE, 1991, p. 229-230).

Tal contexto, somado ao número populacional de analfabetos no país em fins do século XIX, explica os problemas quanto à instalação das Escolas Superiores de Agronomia, mesmo que isso, para alguns, tenha representado um avanço para melhorar a crise agrícola. Nesse sentido, Capdeville (1991) afirma:

A atividade agrícola era deste modo, considerada um ofício para o qual não se precisa de treinamento algum. Qualquer um poderia exercê-lo; daí seu desprestígio. Esse ofício não envolvia perícia técnica que precisasse ser aprendida, e é justamente por isso que qualquer um poderia exercê-lo. Para que estudá-lo, então? (CAPDEVILLE, 1991, p. 230).

A justificativa usada pelo deputado na proposição do projeto agregou um ideário característico do grupo social herdeiro das oligarquias agrárias e as discussões da criação das Escolas de Agronomia e Veterinária no país. A justificativa tem início com a seguinte descrição:

A criação de uma ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA no terceiro planalto paranaense, é um velho e acalentado sonho dos guarapuavanos. E a oportunidade da concretização desse ideal é chegada, como uma das realizações grandiosas, que estão sendo programadas em comemoração à passagem do primeiro centenário da autonomia política do Paraná. Agora, mais do que nunca se fez necessária a criação e instalação desse utilíssimo estabelecimento de ensino superior na sede do secular e maior município agro-pastoril do Estado, atualmente, detentor de uma massa populacional de cerca de 100 mil habitantes, em sua maioria, composta de agricultores e de fazendeiros criadores de gado *vacum*, cavalar, lanígero e suíno (OLIVEIRA, 1954, p. 153, grifo do autor).

Observamos, na citação acima, a interpretação dada do contexto guarapuavano. Cria-se a evidência de que a Escola de Agronomia e Veterinária seria um estabelecimento de ensino representativo no Estado do Paraná, característico do espaço paranaense, justamente por localizar-se no “secular e maior município agropastoril” do Estado. Percebe-se que o lugar de fala de Antônio Lustosa de Oliveira corresponde aos dos fazendeiros criadores de *vacum*, cavalar, lanígero e suíno. Além disso, produz uma justificativa da importância dessa instituição de ensino superior. Em regra, as tomadas de posição em torno do ensino

superior indicavam as motivações sociais associadas às demandas de ordem material. No caso dessa instituição, havia toda uma movimentação de âmbito nacional e regional, como indicam diversas pesquisas (BURITY, 2019; SOUZA, 2018; BERGAMASCHI, 2017; OGANAUSKAS, 2015; DONI FILHO, 1995; CAPDEVILLE, 1991).

Bourdieu (2004) afirma que as representações dos agentes diferem quanto a sua posição e a seu *habitus*. Nesse raciocínio, Antônio Lustosa de Oliveira sendo um fazendeiro de Guarapuava, herdeiro de colonizadores dos Campos de Guarapuava, estabeleceu relações sociais, políticas e culturais com outros que possuíam a mesma classificação. Assim, o modo de falar de Guarapuava e a prática da proposição da instituição de ensino superior indicam a produção de práticas e representações que são inerentes àqueles que possuem “o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social” (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Percebemos uma necessidade de formação superior para continuidade de uma “elite dirigente”, segundo Pecault (1990), que, por ora, disputava espaço com o grupo dos comerciantes e profissionais liberais. É notável a ênfase na quantidade de habitantes para justificar a necessidade local, entretanto, segundo os dados do IBGE, na década de 1950, Guarapuava contava com 68.081 habitantes, e não 100 mil habitantes.

A partir da consideração de Daniel Pecault (1990) sobre o intelectual brasileiro, enquanto homem de cultura, herdeiro das oligarquias agrárias e sua relação com a política, entendemos Antônio Lustosa de Oliveira como aquele que reivindicava para si uma vocação dirigente, porque expressava a sua leitura e interpretação, divulgando por meio do *Folha do Oeste* os sinais de que Guarapuava era importante para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Tal observação pode ser notada pelos primeiros jornais fundados por Antônio Lustosa de Oliveira, justamente pela tentativa de criar uma ideia de distinção de outros espaços do Estado pelas suas características naturais. Desse modo, os jornais que foram fundados em Guarapuava tiveram como mote a criação da ideia de progresso fundamentado na abertura das vias de comunicação, da modernização da agricultura, chegada do trem, entre outros. Nos anos de 1950, o *Folha do Oeste* apresentou a primeira iniciativa de uma instituição de ensino superior, notadamente aquela que se vinculava organicamente ao segmento agrário.

A justificativa, ao expressar que a Escola de Agronomia e Veterinária era “um velho e acalentado sonho dos guarapuavanos”, destacava seu modo de intervenção na realidade, que até aquele momento era um anseio e não havia sido tratada oficialmente. No entanto, é visível a elocução de uma problemática em Guarapuava no que tange às condições objetivas para a instalação da referida instituição e, ao mesmo tempo, referia-se ao alinhamento de Guarapuava ao progresso.

Na sequência da justificativa, é enfocada a realidade educacional do município, conforme vemos abaixo:

Guarapuava, com justiça é considerada a capital do Oeste paranaense e conta com excelentes estabelecimentos de ensino primário e secundário, faltando-lhe portanto, um educandário para o aproveitamento e preparo de sua estudiosa mocidade na aprendizagem condizente com os misteres inerentes às profissões de agrônomos e veterinários, para maior desenvolvimento e pujança de uma das mais promissoras fontes de renda da economia paranaense, qual sejam, agricultura e pecuária (OLIVEIRA, 1954, p. 153).

A formação de agrônomos e veterinários, conforme apontado acima, expõe uma dualidade de formação educacional. O que estava em jogo era a formação superior em Agronomia e Veterinária, educação esta que poderia aproveitar os estudos da mocidade e avançar em uma preparação que contribuísse para o desenvolvimento da economia local e do Estado frente ao desenvolvimento do país, assim como, consolidasse a primazia dos grupos ligados ao mundo agrário.

Vale ressaltar as contribuições de Bourdieu (2004) sobre espaço social. O autor afirma que as posições no espaço social não se definem apenas pela dimensão econômica, mas sim pela forma como se distribuem numa dada sociedade diferentes formas de poder, isto é, diferentes tipos de capital. Neste caso, a formação agrônômica e veterinária possibilitaria para os filhos dos fazendeiros de Guarapuava posse de um capital cultural que, aliado ao capital econômico e social, dar-lhes-ia, na época, a definição de uma posição sólida.

A descrição da distância geográfica de Guarapuava à Capital nos remete ao distanciamento de que a juventude do Oeste e Sudoeste estava dos bens culturais, que se encontram em Guarapuava. Desse modo, ao concluir a justificativa do projeto da Escola de Agronomia e Veterinária, enaltece o espaço guarapuavano como ideal para instalação da referida instituição.

Além disso, Guarapuava está situada a 320 quilômetros desta capital e é o centro cultural mais próximo dos municípios localizados na região do Oeste e do Sudoeste, oferecendo, por essa razão, maiores possibilidades e vantagens para os estudantes de tão longinqua e vasta região (OLIVEIRA, 1954, p.153).

Nessa direção, a justificativa do projeto expõe a necessidade da interiorização do ensino superior no Estado, especificamente, para Guarapuava, sob viés do ensino superior agrícola⁵⁵. Esse movimento continuou na década seguinte. Em Cascavel, a partir de 1964, Pinzan (2007) afirma que houve a proposição do primeiro projeto de instituição de ensino superior, também a partir de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária:

[...] quando alguns integrantes da Associação Comercial e Industrial de Cascavel idealizaram a criação de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária. Porém, o entusiasmo em torno do assunto não fez com que a ideia fosse levada adiante, já que naquele momento havia necessidades educacionais prioritárias no nível médio de ensino [...]. Antes de se cogitar o ensino superior, era imperativo criar o Curso Científico, cuja reivindicação constituía pauta de manifestações de estudantes e professores (PINZAN, 2007, p. 39).

Foi feita outra proposição em 1967, pelo deputado estadual Nelson Buffara, vice-presidente da Assembleia Legislativa, no período. O deputado havia feito uma viagem ao Oeste do Paraná e, no retorno à Capital do Estado, apresentou o projeto na ALEP para criação de Faculdade de Agronomia e Veterinária, no entanto, não obteve aprovação (PINZAN, 2007).

A autora acrescenta que a política favorável à interiorização do ensino superior do governador Paulo Pimentel, ao criar as Universidades de Ponta Grossa (1969), Maringá (1969) e Londrina (1969) desencadeou em Cascavel a apresentação de dois projetos, sendo um deles para criação de uma Faculdade de Filosofia e outro para Agronomia e Veterinária, de autoria do deputado estadual Roberto Wyppych (PINZAN, 2007). Foi aprovada na ALEP, mas haveria necessidade de aprovação do Conselho Estadual de Educação. No entanto, este não aprovou devido a Cascavel ainda não ser representativa enquanto polo

⁵⁵ Entendemos que até os anos de 1950 “os males da Agricultura, no período, eram diagnosticados como de natureza estritamente econômico-financeira e, por isso, entre os remédios indicados, não se previa a formação de profissionais de nível superior” (CAPDEVILLE, 1991, p. 240). No entanto, a partir dos anos de 1950 a situação foi modificada, uma vez que o ensino agrícola esteve fundamentado nos pontos relativos à segurança nacional e política demográfica no período do Estado Novo. Logo, a política demográfica nos anos seguinte objetivava a manutenção do homem no campo, na tentativa de diminuir o êxodo rural; e, no que tange à segurança do território nacional, Coutinho (2012) expõe que o ensino agrícola era fundamental para ocupação das áreas interioranas e fiscalizar os imensos vazios demográficos.

econômico. De acordo com Sheen (2000), a posição contrária quanto à aprovação do ensino superior refletiu o posicionamento do Conselho Estadual de Educação em relação ao Oeste e a todo o interior do Paraná.

Retomando aqui a proposição de Antônio Lustosa de Oliveira para Guarapuava, entende-se que se constituiu uma proposição que acompanhava o movimento das entidades rurais do Brasil, como mostra Ana Carolina de Almeida Bergamaschi (2017). De um lado, estava em curso um conjunto de debates que remontava ao final do século XIX. Nesse aspecto, Bergamaschi (2017, p. 73) sublinha:

Para endossar o debate da modernização do campo, era comum a referência aos ensinamentos trazidos de outros países. Entre divulgação de métodos e orientação científica, temos, por exemplo, a publicação no periódico *A Lavoura* sobre criação de estações experimentais e municipalização dos serviços de agricultura, ambas ideias oriundas dos Estados Unidos (BERGAMASCHI, 2017, p. 73).

Esse debate é sintetizado por Ana Bergamaschi (2017, p. 79) a partir de duas tomadas de posição: “De um lado, tem-se os estudiosos do meio rural que apontam para o atraso e para a imprescindível preparação do homem do campo para o progresso da agricultura. De outro, tem-se a formação do profissional da agronomia, agente das ‘mudanças modernas’”. Essa discussão reverberava no âmbito das políticas públicas. Isso se percebe a partir de um primeiro movimento, como mostra Ana Bergamaschi (2017, p. 91-92):

O cenário no qual estava inserida a organização do ensino agrícola era, portanto, complexo, contraditório e retomava questões advindas desde o século XIX. Historicamente, a política brasileira foi organizada de modo a estabelecer um estreito vínculo com os interesses agrários. A força dessa entidade [Sociedade Nacional de Agricultura] resultou na criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinha como principal objetivo regenerar o campo através da modernização da agricultura, tendo como uma de suas linhas de intervenção principais a educação. Nesse âmbito, era fundamental adequar a atividade agrícola – feita de maneira tradicional, ‘ignorante’ e cheia de superstições – aos moldes científicos, ‘regenerando’ a população rural (BERGAMASCHI, 2017, p. 91-92, grifo do autor).

Em seguida, ela indica uma recomposição das forças agrárias com o movimento de industrialização no Governo Vargas, o que gerava alguma tentativa de organização do ensino rural e agrícola, embora marcado por disputas.

Na década de 1930, apesar da reorganização ministerial ocorrida, a pasta da Agricultura continuou responsável pelo ensino agrícola, mesmo com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Observa-se, então, que

essa permanência foi alvo de descontentamento por parte do MES, que defendia que a educação agrícola não deveria ficar refém do parco orçamento destinado ao ensino por parte do MA, além da falta de uniformidade nos métodos e programas de ensino. Dessa forma, no contexto de acelerado crescimento do ensino secundário no Brasil, entre os anos 1930 e 1960, o ensino profissional e, especialmente, o ensino agrícola, não têm a mesma centralidade que os demais tipos de ensino. Essa diferenciação, portanto, adverte para a ausência do ensino agrícola no projeto educacional do período ou, ao menos, a existência de projetos educacionais distintos (BERGAMASCHI, 2017, p. 92).

O projeto de Lustosa é entendido nesse movimento. A proposição de uma Escola de Agronomia e Veterinária para Guarapuava também pode ser entendida como uma necessidade de modernização da agricultura, uma vez que no início da década de 1950 houve a instalação de um grupo de imigrantes em Guarapuava, os Suábios de Danúbio⁵⁶, os quais modificaram o modo de cultivo, até então comum. Tembil (2007) afirma que a intensificação do fluxo migratório resultante da vinda dos suábios na década de 1950 e do alargamento das fronteiras agrícolas modificou, substancialmente, a vida da cidade de Guarapuava, já que provocou transformações nas bases produtivas e na posse da terra. E, na esteira dessa discussão, a formação de agrônomos e veterinários⁵⁷, possivelmente, formação dos filhos dos descendentes dos colonizadores dos Campos de Guarapuava também corresponderia a um domínio elitizado das técnicas de cultivo e manejo da terra e de animais e, conseqüentemente, continuidade do poder político, econômico e, assim, cultural.

O deputado Antônio Lustosa de Oliveira, no período da proposição do projeto, morava em Curitiba e estava em meio às efervescentes discussões da interiorização do ensino superior no Estado. Sabemos que o movimento de expansão do ensino superior se deu a partir dos anos de 1930, com as faculdades isoladas. Isso se justificava, segundo Anísio Teixeira (1969), pela ausência de tradição universitária.

No Paraná, segundo Doni Filho (1995), o curso de Agronomia constituiu a primeira iniciativa da idealização da Universidade do Paraná, por Francisco José da

⁵⁶ O estudo de Santos (2015) discute os discursos sobre os imigrantes, dentre os anos de 1946-1960 a partir do jornal *Folha do Oeste*.

⁵⁷ Calazans (1993) explicita que dentre os anos de 1910 a 1930 houve iniciativas do ensino agrícola e veterinário, semelhantes ao do final do século XIX, pois [...] foram criadas 17 escolas agrícolas que somadas às do período imperial, ofereciam o seguinte quadro: funcionavam 20 escolas, sendo seis com cursos de Agronomia e Veterinária; dez somente com cursos de Agronomia e quatro apenas com curso de Veterinária; formaram-se 1.577 agrônomos e 394 veterinários, numa média de 70 agrônomos e 20 veterinários (CALAZANS, 1993, p. 83).

Rocha Pombo. Assim, em 1892, foi permitida a criação e instalação da pedra fundamental da Universidade do Paraná. Mas, a Universidade do Paraná somente foi fundada em 1912, e a Escola Agrônômica do Paraná passou a existir nesse contexto.

Obtida a permissão (1892), a Universidade só foi fundada em 1912 e o curso de Agronomia toma corpo em 1915. Leis, decretos, planos. A perda do vínculo com a Universidade (1918), as sucessivas mudanças de sede e de nome, o idealismo do corpo docente, a formatura da primeira turma (1920); a Primeira Guerra Mundial, mas muito mais que tudo a presença marcante de Lysimaco, Romário e João Cândido, caracterizam este primeiro momento que se encerra com a regulamentação do curso em 1928 (DONI FILHO, 1995, p. 19).

Em 1915, a Universidade do Paraná deixou de existir por conta da Reforma Maximiliano (CAMPOS, 2008). Em 1918, cada instituição que compunha a Universidade paranaense passou a funcionar como instituição independente para atender à determinação legal. De acordo com Flávia Oganauskas (2015, p. 93),

A Escola Agrônômica do Paraná (EAP) foi autorizada a funcionar na cidade de Curitiba, a partir da Lei nº 1.788, de 5 de abril de 1918, firmada pelo Presidente do Estado Afonso Alves de Camargo; pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Caetano Munhoz da Rocha; e pelo Diretor da Fazenda, Alcides Munhoz.

A autora indica que “a Escola Agrônômica do Paraná se constituiu como um projeto pertencente aos grupos dirigentes do Estado do Paraná, intermediados por figuras como Afonso Camargo [Presidente do Estado] e Caetano Munhoz da Rocha [Secretário da Fazenda e Agricultura]” (OGANAUSKAS, 2015, p. 93). É importante assinalar que a Escola Agrônômica do Paraná passou por vários contratempos, mas apenas em 1928 houve a regulamentação, fator que possibilitou em 1931 a criação do curso de Medicina Veterinária. E, mais tarde, a federalização da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná, em 1955 (DONI FILHO, 1995).

Esse processo remonta ao final do século XIX, quando a organização dos grupos de proprietários rurais se mostrava preocupada com a manutenção de seus interesses. Um exemplo foi a reação ao processo de modernização do campo, como mostra Flávia Oganauskas (2015, p. 48-49):

Como reação dos proprietários rurais paranaenses à depreciação dos produtos agrícolas, em 1897, foi criada a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP), por iniciativa de Augusto Vieira Pamplona, membro do conselho superior da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e representante da instituição no Estado do Paraná. Mesmo com a reduzida representação paranaense na ocupação dos cargos da Sociedade Nacional

de Agricultura (SNA), evidenciamos que tal instituição forneceu o suporte político e técnico necessário para a consolidação da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP).

Acompanhamos a interpretação de Flávia Oganauskas, em particular no que diz respeito ao papel da primeira instituição de ensino de agronomia no Paraná. Para ela (2015, p. 103),

A Escola Agrônômica do Paraná pode ser entendida como um movimento mais concreto para a institucionalização do ensino agrícola no Paraná, defendido desde o final do século XIX, assim como o primeiro impulso para a formação do campo científico agrônômico, mesmo que estivesse submetido aos vínculos políticos, especialmente aos interesses do governo estadual (OGANAUSKAS, 2015, 103).

O pleno funcionamento dessa Escola, mais tarde religada à Universidade Federal do Paraná (1955), indica a existência de profissionais com formação técnica para ocupar as cadeiras de uma possível efetivação do projeto proposto por Antônio Lustosa. Como sabemos, a proposição não saiu do papel. Não localizamos a existência de estudos de organização curricular da Escola de Agronomia e Veterinária de Guarapuava. Mas em 1927, por exemplo, conforme apresentação de Flávia Oganauskas (2015, p. 119-120), o curso de agronomia que funcionava na capital do Paraná perfazia um período de quatro anos, com vinte e seis disciplinas. Esse longo período da história dessa instituição mostra a existência de profissionais habilitados, na década de 1950. Entretanto, não podemos dizer que era um número suficiente para atender às demandas do interior do Estado, assim como assumir o magistério de uma possível Escola Superior em Guarapuava.

A continuidade da Escola da capital não quer dizer a inexistência de diversos problemas, principalmente no período do governo de Manoel Ribas. De acordo com Oganauskas, as políticas de Manoel Ribas deram mais visibilidade ao ensino primário, principalmente, quando foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais, utilizado como mote de propaganda política por Lustosa, no final da década de 1940. Conforme Oganauskas (2015, p. 126), “ao contrário da Escola Agrônômica, cujo ensino tinha caráter predominantemente científico e teórico, voltado à formação de profissionais agrônomos, as Escolas de Trabalhadores Rurais tinham por propósito a formação prática de mão-de-obra agrícola”.

A proposta de Lustosa estava inserida no contexto de interiorização do ensino superior no Paraná. Nívio de Campos cita uma passagem do então Reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, referente ao discurso proferido

na sessão da Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1949, ao ser lançada a campanha de federalização dessa instituição paranaense:

A Universidade se firmou na coletividade paranaense. Já daqui partiram as primeiras bandeiras que foram ao Interior tomar contato com as populações, estudar-lhe os problemas, viabilizar as soluções. Conferências inúmeras de difusão cultural foram realizadas, atraindo para o nosso meio a atenção de homens de ciência que pouco nos conheciam [...] curso de especialização foram efetivados [...] (LACERDA, 1949, p. 81-82 apud CAMPOS, 2008, p. 223).

Esse mesmo autor, no texto “Ensino superior no Paraná: avanço da ação estatal (1950-1970)”, assinala uma fala do governador Moysés Lupion que fez parte de discurso proferido na mesma sessão da citação anterior:

Hoje, não se vive no Paraná em qualquer lugar, qualquer momento, longe das influências e dos benefícios de nossa Universidade. Hoje, a Universidade quer expandir-se. Quer expandir-se como o próprio Paraná. Na hora estuante de expansão do Paraná, também sua Universidade, quer expandir-se (LUPION, 1949, p. 46-47 apud CAMPOS, 2015, p. 302).

No Paraná, a partir do final dos anos de 1940, ocorreu um processo de interiorização do ensino superior, uma vez que havia instituições dessa natureza apenas em Curitiba⁵⁸. Na interpretação de Nívio de Campos (2015, p. 306),

A história do ensino superior na década de 1950, com a criação de diversas faculdades estaduais e, no final da década de 1960 e início dos anos 1970, com o processo de criação das três universidades estaduais e fundação de outras faculdades estaduais, indica que o Estado do Paraná empreendeu durante esse período um amplo avanço nas políticas de ensino superior.

Desse modo, foram criadas faculdades em localidades onde se encontrava em funcionamento o ensino de 1º e 2º grau, ou seja, em cidades sedes, para as quais convergiam os interessados em formação superior. Fator esse que desencadeou uma polarização das instituições de ensino superior no Estado (SILVA, 2002). Tal situação pode ser observada no projeto proposto, quando destaca que “Guarapuava com justiça é considerada a capital do Oeste paranaense”. Desse modo, tanto a ênfase dada pelo *Folha do Oeste* na divulgação da Faculdade de Direito em Ponta Grossa, quanto a proposição da Escola de Agronomia e Veterinária

⁵⁸ Nesse processo, inúmeras faculdades que foram criadas dentre os anos de 1949-1970 no Estado. Silva (2002) expõe que: “[...] expandiram-se no Paraná faculdades de filosofia, direito e ciências econômicas, tendo em vista que, das 20 (vinte) faculdades criadas entre 1949 e 1970, 08 (oito) são de filosofia, ciências e letras; 04 (quatro) de direito; 04 (quatro) de ciências econômicas; 02 (duas) de odontologia; 01 (uma) de medicina e 01 (uma) de educação física” (SILVA, 2002, p. 161). As discussões sobre o ensino superior no Paraná, dentre os anos supracitados, esteve presente nos jornais paranaenses.

podem ser entendidas como uma amostragem do que seria a polarização das instituições de ensino superior.

2.2 A “FACULDADE DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA”: “PATRIMÔNIO CULTURAL DA JUVENTUDE GUARAPUAVANA”

Neste subitem, procuramos expor como o *Folha do Oeste* abordou o Projeto de Lei da Escola de Agronomia e Veterinária. Em Guarapuava, esse periódico foi o responsável por evidenciar tal pauta. Assinalamos que o *Folha do Oeste*, nas décadas de 1950 e 1960, circulava em Guarapuava, em outros municípios do Estado e com representantes em alguns Estados do Brasil; tinha relação próxima com a política local e estadual; e se constituía como um espaço, por excelência, para difusão de ideias, vinculado ao outro meio de comunicação e expressão, a Rádio Difusora.

Isso é fundamental para compreendermos o jornal como interiorano e ao mesmo tempo como um instrumento de intervenção social a partir da produção e disseminação de ideias e projetos daquilo que se presenciava na Capital do Estado. Os autores Barbosa (2007) e Bahia (1990) explicitam que os impressos no Brasil, dentre as décadas de 1950 e 1960, vivenciaram a época de ouro, justamente por se definirem como um dos principais veículos de informação e de publicidade para a população, uma vez que a educação e o consumo de informação estavam em debate com grande recorrência. O processo de urbanização brasileira foi intenso, a partir da década de 1950, que pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011, a população urbana era de 36%, chegando a 84% em 2010. A partir disso, pode-se refletir acerca do aumento do consumo de informação e discussão acerca da educação nas grandes cidades do país.

Em Guarapuava, o processo de urbanização não foi diferente do contexto nacional, no entanto, tardiamente, a partir dos anos de 1970. Nesse sentido, Guarapuava em 1960 contava com uma população de “96.947 habitantes, sendo que 80.585 (83,12%) residiam no campo, enquanto que, na cidade, 16.362, 16,88%” (GOMES; VESTENA, 2018, p. 171). De acordo com os dados, Guarapuava nos anos de 1950 e 1960 ainda apresentava-se com modos de vida baseado na tradição rural.

Nesse contexto, o *Folha do Oeste* buscava sua consolidação como empresa jornalística, processo que percorreu, desde os anos de 1940. Pela peculiaridade de

ser um jornal interiorano, pautou-se pela política. Porém, Assis (2013), ao definir a imprensa do interior como aquela que se faz presente nos espaços fora das capitais, ressaltou que esta possui características que englobam o cenário nacional e internacional, mas é na relação de proximidade com o local e regional que assenta a sua legitimação.

Podemos dizer, então, sem medo de cometer equívocos, que interior na pesquisa acadêmica sobre a imprensa – e mesmo no chamado senso comum –, consiste em território que não o das capitais e o qual pode estar situado tanto na parte interna das unidades federativas, quanto no litoral e na fronteira entre estados (províncias, em alguns casos) ou na divisa de países (ASSIS, 2013, p. 14).

Já, para Ribeiro (2005), o jornal interiorano pode ser definido como local ou regional por duas questões: 1) “conhecido como uma imprensa ‘artesanal’ – mais opinativa que informativa, que discute os problemas, interfere nos bastidores da política, denúncia e também fofoca – e com precariedades técnicas” (RIBEIRO, 2005, p. 50, grifo do autor) e 2) comprometimento com o município, “refletindo as disputas, as lideranças e tendências políticas” (RIBEIRO, 2005, p. 50).

Na perspectiva de Barbosa (2007),

Na imagem das reformas dos anos de 1950/1960 sobressai a fala dos jornalistas que se autodefinem como introdutores de uma nova linguagem indispensável a um tempo em que novos aparelhos tecnológicos entram em cena. Não havia ainda, naquele momento, a preocupação com a mítica da objetividade e da neutralidade. O jornalismo continua tentando ser importante, como um lugar de amplificação do discurso político (BARBOSA, 2007, p. 192).

Se considerarmos o *Folha do Oeste* e sua manifestação favorável aos fazendeiros, é possível afirmar que o Jornal tem por um lado o caráter informativo, no sentido de informar aquilo que considera interessante, nesse caso, a neutralidade das informações podem ser questionadas, mas, por outro lado, as disputas políticas ganham notoriedade, uma vez que se tornam mais recorrentes. O *Folha do Oeste* pode ser compreendido como um jornal regional ou local pela função social que foi estabelecida e reconhecida na relação com seus leitores, assinantes e anunciantes.

No subitem anterior, assinalamos que o projeto da Escola de Agronomia e Veterinária foi aprovado pela ALEP em 13 de outubro de 1953. Mas, o *Folha do Oeste* fez uma publicação anterior a sua aprovação pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Foi sancionada em 28 de outubro de 1953 e saiu publicada no Diário Oficial do Estado, na edição 216, de 01 de dezembro de 1953, como Lei nº

1.471/53. O *Folha do Oeste* informou aos seus leitores sobre “A Faculdade de Agronomia e Veterinária”, em 06 de setembro de 1953. Nesta publicação deixou claro que a Escola de Agronomia e Veterinária transitava “pelas comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Estado um oportuno Projeto de Lei de autoria do representante pessedista de Guarapuava, naquele Congresso, cujo Projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça” (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

Na sequência da publicação, é apresentado o Parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça, senhor Gastão Vieira de Alencar, do PTB. Assim, segue:

A criação de uma Escola de Agronomia e Veterinária ao terceiro Planalto Paranaense é um velho e acalentado sonho dos guarapuavanos, sonho que agora vai se transformar e muito justamente em realidade, graças ao oportuno projeto Deputado Lustosa de Oliveira, a argumentação contida na justificativa é convincente (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

O relator situa a autoria do projeto e, ainda, enaltece a proposição. Na sequência de sua argumentação, o relator apresenta duas razões para criação da referida Escola: “Guarapuava é sede da mais importante região agropecuária do Estado, com ótimas terras para o desenvolvimento da pecuária e para intensificação de culturas variadas próprias de clima frio; é demograficamente importante [...]” (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

Observamos que o relator da Comissão de Constituição e Justiça ainda explicou que o problema da densidade demográfica não seria o empecilho para a criação da Escola. Por isso, acrescentou:

[...] esta última afirmação não seria mais importante, nos Estados Unidos existem universidades com atividades em cidades de 20.000 (20 mil) habitantes; convenhamos que a velha tecla da necessidade descentralizadora dos assuntos administrativos, também se estenda ao ensino; que este se dissemine pelo ‘hinterland’, buscando o aluno é orientação aconselhável (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953, grifo do autor).

O relator explana a urgência de disseminar o ensino superior aos municípios interioranos do Estado. E, no caso, entende que a Escola seria uma possibilidade de promover, junto com o acesso a formação superior, o desenvolvimento econômico:

[...] a capital do Oeste paranaense vem se projetando economicamente, com ligação ferroviária a ser inaugurada, que permitirá maior facilidade de intercâmbio com essa grande região do Estado. É, oportuno evidentemente o projeto pelo alcance que contém, e vir a colaborar na indispensável necessidade de mais técnicos para tão relevantes atividades econômicas como sejam a pecuária e agricultura. Não há, assim, porque encarecer mais utilidade do projeto (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

De acordo com o relator, a formação oferecida pela Escola colaboraria, no período, para integração do município aos demais, se considerar a ligação ferroviária como uma via de intercâmbio e projeção de Guarapuava perante o Estado. Por isso, declara:

Quanto a sua constitucionalidade, nada havemos que conflite com a nossa Carta Magna, a Constituição Federal não exclui a legislação Estadual neste setor, em seu caráter supletivo e complementar, o Artigo 5º da Constituição Federal delimitou e órbita de competência da União e nela não priva interferência do Estado; aliás não poderia ser de outra forma e qualquer tolhimento nessa alçada de ensino seria inexplicável (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953).

Observamos que o projeto de lei apresentado por Antônio Lustosa de Oliveira corresponde, segundo o relator, às disposições legais. Sendo assim,

O Decreto Lei nº 4.021 de 11 de maio de 1938 regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior e diz em seu 1º Artigo: o ensino superior é livre, sendo lícito aos poderes públicos locais, as pessoas naturais, as pessoas jurídicas de direito privado fundar e manter estabelecimento destinado a ministrá-lo, uma vez que observe os preceitos fixados nesta lei.

O projeto visa à criação ou a fundação que deu termo usado na lei, de uma Escola Superior de Agronomia e Veterinária e a Constituição Federal não veda as Assembleias legislativas, capacidade para fazê-lo, restaria apenas pensarmos, adicionar ao projeto, na parte final do Artigo 1º, 'e que será mantida pelo governo do Estado', pois esta emenda se entrosava bem com Decreto Lei de nº 421, citado e que regula a matéria. Somos deste, inteiramente, favoráveis ao projeto do deputado Lustosa de Oliveira, eis que de forma flagrante evidenciam a sua oportunidade e a sua inteira constitucionalidade.

Curitiba, 25 de maio de 1953. Gastão Vieira – relator (FOLHA DO OESTE, 06/09/1953, grifo do autor).

O desfecho do projeto de lei, pelo relator, indicava a necessidade de incorporar ao Art. 1º o seguinte trecho “e que será mantida pelo governo do Estado”. Entretanto, na versão final não foi incorporada.

Sobre tal assunto, o jornal retomou em 20 de dezembro de 1953. Dessa forma, o *Folha do Oeste* publicou na primeira página e, no centro dela, o texto de aprovação da Escola de Agronomia e Veterinária. É notório que o jornal deu o título de “Faculdade de Agronomia e Veterinária”. Isso pode ser compreendido como um recurso usado para destacar o anseio de um determinado grupo social no que tange à implementação do ensino superior em terras guarapuavanas de um grupo de pessoas com formação específica para assumir o desenvolvimento local e integrar o município ao desenvolvimento do estado.

Nas palavras de Capdeville (1991, p. 242), nos anos de 1950, especialmente a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960), em que na Meta 30 expunha-se que: “[...] fazia-se necessário impulsionar a formação de mão-de-obra de alto nível, dotando o país de contingentes de pessoas bem treinadas que pudessem assumir a condução do processo de desenvolvimento”. No entanto, a autora sintetiza:

A tomada de consciência da necessidade de se formarem recursos humanos para que o país pudesse desenvolver-se manifestou-se, na década de 20, pelo movimento da Escola Nova; na década de 30, pela Reforma Francisco Campos, do Estatuto das Universidades Brasileiras e pelas reformas da legislação sobre o ensino superior agrícola; na década de 40, promulgaram-se as leis orgânicas do ensino comercial, industrial e agrícola, e criou-se o Senai; e, na década de 50, o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) explicitou, na Meta nº 30, a integração da educação ao projeto de desenvolvimento, pela formação dos técnicos a ele necessários (CAPDEVILLE, 1991, p. 242).

Inferimos que a necessidade de desenvolver o espaço rural, promover melhorias quanto à produção de produtos considerados essenciais para o mercado interno, conter o êxodo rural e formação para as populações interioranas foi ganhando corpo com o passar dos anos. Entretanto, “o mais provável, portanto, é que o ensino agrícola, da mesma forma que em seus primórdios, continuava, na década de 50, a ser tratado como algo de importância apenas residual, um investimento lento, limitado e incerto retorno” (CAPDEVILLE, 1991, p. 244).

A legislação federal que fundamentava o ensino agrícola superior era, no período, o Decreto 2.832 de 04 de dezembro de 1940, que instituiu a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, vinculado ao Ministério da Agricultura até maio de 1967 (COUTINHO, 2012), quando as escolas de Agronomia e Veterinária foram anexadas às Universidades.

Historicamente, o ensino agrícola foi regulamentado no Brasil pelo Decreto nº. 8.319 de 20 de outubro de 1910, sob a direção do Ministério da Agricultura, considerando as experiências e iniciativas autônomas que haviam existido. Coutinho (2012) acrescenta que as experiências

[...] davam prioridade ao ensino superior com o objetivo de estruturar uma elite agrária, diante de um período em que o desenvolvimento do ensino agrícola do Brasil, ao passo que as outras categorias dessa modalidade de ensino ainda eram direcionadas aos órfãos, desprovidos de sorte e filhos de agricultores (COUTINHO, 2012, p. 100).

Podemos inferir, segundo a assertiva acima, que o título “Faculdade de Agronomia e Veterinária” da matéria publicada pelo *Folha do Oeste* fazia correspondência à distinção dos grupos sociais ao acesso ao ensino superior. Paralelamente a isso, corresponde à prática jornalística de evocar a formação da opinião pública a respeito da notícia veiculada, no intuito de criar uma interpretação a respeito do assunto pelo título. Szeuczuk (2016, p. 79) afirma que o *Folha do Oeste* possuía uma “circulação elevada, sendo um dos poucos meios de comunicação de massa disponível nos anos 1960 e 1970, o jornal tinha um papel privilegiado na difusão, ou mesmo na manipulação de informações e notícias”.

No período em que o projeto da Escola foi aprovado, o secretário da Agricultura do Paraná era o curitibano Rubens de Melo Braga⁵⁹. O *Folha do Oeste*, após a publicação do texto de criação da Escola, expressou alguns motivos/justificativa da importância da referida instituição para Guarapuava. Assim, descreveu:

A lei acima que criou a Faculdade de Agronomia e Veterinária, visando enriquecer o patrimônio cultural da juventude guarapuavana, originou-se de um Projeto de Lei de autoria do Deputado Lustosa de Oliveira que, embora militante nas fileiras de um partido político de oposição ao governo, muito tem batalhado e conseguido em favor dos supremos interesses deste município, que ele muito ama e enaltece (FOLHA DO OESTE, 20/12/1953).

É notória a expressão de articulação política no *Folha do Oeste*⁶⁰. Nestes termos, a Escola seria uma importante instituição de formação profissional das novas gerações, de modo que estaria, por meio do ensino, disseminando conhecimentos da área das ciências agrárias para modernização da agricultura e da pecuária. Nessa direção, a formação em agrônoma e veterinária para a juventude local teria sido requerida pela iniciativa do deputado Antônio Lustosa.

A instituição de ensino superior na área agrícola e veterinária daria ao espaço guarapuavano uma certa identidade, marcada pelas atividades econômicas agropastoris somada à cientificidade que a referida Escola Superior lhe daria. Nessa direção, o *Folha do Oeste*, ao publicar a sua interpretação da justificativa da criação da escola, produz a notícia de modo que pudesse atingir a todos os interessados

⁵⁹ Nasceu em Curitiba, no dia 3 de outubro de 1910. Estudou o primário no Grupo Xavier da Silva e o secundário no Colégio Progresso, na capital do Estado do Paraná. Dedicou-se ao comércio e à agricultura. Por isso, criou entre 1931 e 1935 mais de 30 sindicatos de classe no Paraná. Em 1953, durante o governo de Bento Munhoz da Rocha, licenciou-se da Câmara e ocupou a Secretaria de Agricultura e, interinamente, a Secretaria de Interior e Justiça do Estado do Paraná.

⁶⁰ O *Folha do Oeste* constituiu-se, também, em um espaço para disseminação do ideário da política do PSD, uma vez que Lustosa de Oliveira era o presidente do diretório do PSD local.

para cooptar adeptos à ideia e a promover uma legitimidade intelectual daquele que havia proposto. Na sequência do texto, o enfoque do jornal na marcação de que o autor do projeto alinhava-se na oposição do governo vigente no período. Compreende-se isso pelas políticas de Bento Munhoz da Rocha Netto em prol de Curitiba.

O jornal expressou que tal proposição consistia em um interesse supremo para o município. No entanto, “faz referência, antes de tudo, a um projeto de legitimação política dos grupos dominantes dentro de seu meio, do conjunto de instituições de ensino superior e na sociedade, ao invés de uma real distinção científica” (OLIVER; FIGUEIRÔA, 2006, p. 107), entre uma instituição de ensino superior das ciências agrárias e outrem. Não podemos deixar de lado a explicação de que, historicamente, a profissão de agrônomo era desacreditada pelos próprios agricultores (CAPDEVILLE, 1991).

O *Folha do Oeste* exaltava a personalidade de Antônio Lustosa considerado o verdadeiro representante da região⁶¹:

É digno de louvor a vitória alcançada pelo esforçado representante do povo guarapuavano na Assembleia Estadual, visando dotar sua terra natal, de um estabelecimento de ensino superior, onde a juventude conterrânea possa conquistar com maior facilidade e menor dispendio pecuniário, um diploma honorífico e profissional, para ensejar-lhe melhor possibilidade em trabalhar pelo engrandecimento de nossa terra, pelos processos modernos, em prol do fomento da produção agrícola e da melhoria da pecuária, fontes básicas da nossa prosperidade econômica (FOLHA DO OESTE, 20/12/1953).

É notável o discurso desenvolvimentista na assertiva acima. Logo, os agrônomos e veterinários formados teriam a característica de propulsores da inovação no campo e seriam os responsáveis pela prosperidade econômica do estado. Isso conferia ao autor do projeto da Escola um lugar de destaque social, político e cultural.

Pela história das Escolas de Agronomia e Veterinária no Brasil, o *Folha do Oeste* expunha que a juventude com tal formação trabalharia em prol do desenvolvimento agropecuário de Guarapuava, fundamentado nos processos modernos; dá o entendimento de que a escola seria frequentada em sua maior parte

⁶¹ Pelas edições consultadas do jornal *Folha do Oeste*, em vários momentos ele se apresentou pautado pela objetividade. No entanto, enfatizava a defesa de um proselitismo, próprio do seu proprietário. O jornalismo do *Folha do Oeste*, como próprio da esfera pública, para atendimento dos interesses da sociedade em geral, conforme explicitado no item 1.4, não se verificou na década de 1950. Tratava-se, muito mais, de retórica.

por filhos de fazendeiros e agricultores, por causa da característica prática cientificista do campo.

Na esteira da discussão sobre a importância do ensino agrícola no *Folha do Oeste*, precisamos mencionar a proposição de uma Escola Agrotécnica para Guarapuava, Projeto nº 164/1955, de autoria de Divonsir Borba Cortês⁶², do PTB, à Câmara Federal de Deputados. Ressaltamos que o projeto de Divonsir Borba enfatizava o ensino técnico, conforme as disposições do Decreto Lei nº 9.613/46⁶³ (Lei Orgânica do Ensino Agrícola). Por conta disso, previa-se que a escola fosse construída “em terreno doado pela prefeitura, e [abriria] para as despesas de construção, um crédito especial de dois milhões de cruzeiros” (FOLHA DO OESTE, 24/04/1955).

É notável que o jornal expõe o referido projeto de Divonsir Borba como um meio de expansão do ensino agrícola para o Oeste do território brasileiro, conforme segue:

A nova mentalidade tem levado a administração brasileira à iniciativa da conquista do sertão pela descentralização de todas as formas de atividades que definem a nossa vida social. A Fundação Brasil Central, as Colônias Agrícolas e os Territórios Federais traduzem a preocupação e o esforço de estender a civilização por todo o Território Nacional na objetivação da marcha para o Oeste (FOLHA DO OESTE, 24/04/1955).

Gomes (2013), ao tratar da Marcha para o Oeste⁶⁴ dentre os anos de 1930 a 1960, expõe que muitos intelectuais e políticos brasileiros contribuíram para tal empreendimento. É notório que o *Folha do Oeste* publiciza a proposta e ainda destaca que a “nova mentalidade” tem levado a Câmara de Deputados Federais novas formas de ocupação e povoamento do Oeste brasileiro. Desse modo, a Escola Agrotécnica entraria como um elemento importante nesse processo.

⁶² Divonsir Borba Cortes nasceu em 09 de fevereiro de 1909 e faleceu em 18 de dezembro de 1985. Foi promotor de Justiça de carreira e se aposentou como procurador de Justiça. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Curitiba. De acordo com Atháides (2015), Divonsir Borba Cortes foi delegado da DOPS/PR entre 1938-1942. Foi deputado estadual dentre os anos de 1950 a 1954 pelo PTB. Na sequência elegeu-se deputado federal, pela mesma legenda partidária. Atuou como advogado e foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, eleito por dois mandatos. Em 1962, foi procurador-geral e secretário-geral da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro no Rio de Janeiro.

⁶³ Na tese não utilizaremos o texto do Decreto Lei nº 9.613/46.

⁶⁴ Gomes (2013) identifica a Marcha para o Oeste como um conjunto de políticas voltadas para a “nacionalização” do Brasil, que “abarcava medidas que debatiam e buscavam intervir na organização do espaço territorial do país; no começo dos fluxos populacionais, fossem imigrantes ou de migrantes nacionais; e na previsão de investimentos em áreas estratégicas, como transportes e comunicações fundamentais para a segurança e desenvolvimento sócio econômico do Brasil, sobretudo, quando pano de fundo era a Segunda Guerra Mundial (GOMES, 2013, p. 62).

Nessa direção, Prado (1995) apontou a contribuição de intelectuais para tal tarefa, como foi o caso do escritor Cassiano Ricardo, que em 1940 publicou uma obra em dois volumes tratando da Marcha para o Oeste. Nessa obra, segundo Prado (1995), “as regiões brasileiras, ainda pouco integradas à economia e ao modo de vida dominante nas cidades brasileiras, foram representadas como redutos de pureza e de brasilidade em estado latente” (PRADO, 1995, p. 7-8). Logo, eram espaços que necessitavam de conquista e ocupação, pois havia a necessidade de unificação do território brasileiro, controlá-lo de maneira a ser possível unir a população em prol da segurança nacional.

E, ao tratar de Guarapuava, explicitou que:

O terceiro planalto do Paraná, onde se encontra o Município de Guarapuava, desde o Império firmou o seu conceito de zona pecuarista por excelência, dadas suas magníficas pastagens, hoje está a exigir dos poderes da República a criação de um órgão formador de seus técnicos. Além dessa condição o Planalto possui terras fertilíssimas para a lavoura, pondo-se em relevo que a produção de trigo já basta para o consumo da grande região. Produz outros cereais e tem desenvolvida viticultura e pomicultura (FOLHA DO OESTE, 24/04/1955).

A descrição publicada pelo *Folha do Oeste* da Escola Agrotécnica marca a formação de técnicos em agricultura e pecuária, o que denota uma formação que integra ao desenvolvimento do espaço rural do Brasil, dentro das políticas do desenvolvimentismo pelo processo de modernização das práticas agrícolas e criação de animais, ao mesmo tempo em que evidencia uma concepção de educação para as populações interioranas. Nesse sentido, o *Folha do Oeste* expôs:

[...] a Escola Agrotécnica de Guarapuava deverá ministrar os cursos de Agricultura, Zootécnica, Prática de Veterinária e Industrias Agrícolas, possibilitando dest’arte o aperfeiçoamento de sua pecuária e lavoura providas como ficarão de um estabelecimento educativo que permitirá o ajustamento do homem às suas atividades preponderantes (FOLHA DO OESTE, 24/04/1955).

Nota-se, pela assertiva, um modelo de educação voltado para a permanência do homem no espaço rural, de forma a profissionalização dos sujeitos desse espaço constituem-se um fator fundamental para o desenvolvimento das diversas “zonas do interior brasileiro, tão a míngua de meios para educação profissional de sua gente” (FOLHA DO OESTE, 24/04/1955). Concomitantemente, a minimização do fluxo populacional para as cidades. De acordo com Oliver e Figueirôa (2006),

[...] o objetivo de se criarem escolas agrícolas para fixar a mão-de-obra no campo se sobrepôs aos demais e se manteve durante muito tempo na pauta do dia, fazendo com que a pesquisa agrícola não fosse privilegiada. Da mesma forma, também se manteve o posicionamento de que o grande proprietário não necessitava de alguém fora de sua família para administrar seus negócios, sendo ele mesmo um proprietário racional (OLIVER; FIGUEIRÔA, 2006, p. 110).

O enfoque dado ao projeto da Escola Agrotécnica ocorreu para entendermos que houve dois projetos voltados ao ensino agrícola, um de nível técnico e outro superior no *Folha do Oeste*, durante o período em que Lustosa de Oliveira foi deputado estadual. Foram propostos por diferentes personagens, mas que num primeiro momento, em 1953, propuseram na ALEP projetos de Escolas Superiores de Agronomia e Veterinária para municípios distintos do Paraná, uma para Guarapuava e outra para Ponta Grossa, conforme já explicitado.

Dentre as tais iniciativas foi evidenciado valor destinado para a construção ou despesas iniciais com as referidas instituições. Tal questão no *Folha do Oeste* foi abordada da seguinte forma:

2 Milhões para a Escola Agrotécnica de Guarapuava

Estamos autorizados a informar que o Orçamento da União para 1956 conterà, obrigatoriamente, em decorrência de oportuna emenda apresentada pelo Deputado Divonsir Borba Côrtes, verba de 2 milhões de cruzeiros destinada à instalação da Escola Agrotécnica de Guarapuava. Com a nomeação do futuro Ministro da Agricultura, acentuadas serão as possibilidades de que a referida escola venha a instalar-se espargindo sobre a região os benefícios que lhe são característicos (FOLHA DO OESTE, 18/12/1955, grifo do autor).

O jornal divulgou que a Escola Agrotécnica em Guarapuava compunha o orçamento da União para o ano de 1956⁶⁵. Ou seja, inferimos que o valor mencionado indica que a referida instituição poderia ser instalada. Após tal notícia, o *Folha do Oeste* não fez mais nenhuma referência. Segundo a lógica do jornalismo, podemos dizer que tal informação corresponde, talvez, a produção de um discurso contínuo sobre a possível chance de instalação de uma Escola Agrotécnica, algo que era esperado por determinado grupo social.

⁶⁵ O Projeto de Lei da Escola Agrotécnica de autoria de Divonsir Borba Cortes foi apresentado à Câmara Federal dos Deputados em 13 de abril de 1955. Porém, segundo consta na documentação de tramitação do Projeto de Lei, denominado “Dossie – PL 164 – 1955” o projeto apresentou lacunas, sendo uma delas o valor que a União deveria autorizar para as despesas iniciais. O *Folha do Oeste* ao divulgar que o deputado Divonsir Borba Cortes havia apresentada a emenda de 2 milhões no Orçamento da União para 1956, para a instalação da Escola Agrotécnica, pode ser entendido como a correção feita no Projeto de Lei. Em 25 de novembro de 1955 a comissão de economia votou pela inconstitucionalidade do referido projeto.

No que tange à Escola de Agronomia e Veterinária, o *Folha do Oeste* fez a seguinte publicação em 06 de abril de 1958:

Criação de Escola Superior Agro-Pecuária em Guarapuava

Estiveram em nossa cidade em companhia do deputado Lustosa de Oliveira, os srs Dr. Moreli Rodrigues, Diretor do Departamento do Ensino Técnico Profissional e o Dr. Wellington de Oliveira Viana, chefe do Serviço de Orientação Educacional (FOLHA DO OESTE, 06/04/1958, grifo do autor).

Compreendemos que Antônio Lustosa de Oliveira permanecia com a ideia de formação superior da juventude guarapuavana, em 1958, afinal a Escola Superior Agropecuária representava uma formação importante para manutenção das elites dirigentes. A Escola proposta demonstrava uma preocupação com a tradição rural do município, com fins de sua modernização. Estava em curso o projeto nacional-desenvolvimentista, capitaneado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, criado em 1955. O mote desse processo era “acelerar o desenvolvimento nacional” (MOREIRA, 2003, p. 159). Para Vânia Losada Moreira (2003, p. 162),

A defesa da industrialização do tipo capitalista era inequívoca entre os isebianos. Eles viam, no entanto, enormes empecilhos à realização desse projeto social, a começar pela resistência das chamadas “classes sociais arcaicas” ao processo de modernização e industrialização. Os setores “arcaicos” eram definidos como um bloco heterogêneo, nascido e desenvolvido no contexto da economia agrário-exportadora que havia prevalecido no Brasil desde o período colonial até aproximadamente a década de 1930. Incluía, principalmente, os latifundiários, os setores ligados ao comércio exportador e a classe média tradicional.

No entanto, esta mesma autora mostra a integração do projeto ruralista à plataforma do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Para ela, “a grande meta de integração nacional, composta por Brasília e pelo cruzeiro rodoviário, funcionou, efetivamente como um passo contundente no processo de integração territorial e do sistema produtivo nacional” (MOREIRA, 2003, p. 177). Essa articulação resultou em ações dos grupos ruralistas, como indica Vânia Moreira (2003, p. 177):

Os representantes políticos ruralistas do Congresso Nacional perceberam, rapidamente, as novas possibilidades ofertadas ao setor agropecuário, graças à implementação da operação Brasília. Definiram a obra como a “Nova Marcha para Oeste”, que, ao seu modo, dava continuidade à penetração ao interior desencadeada, anteriormente, por Getúlio Vargas. Foram tenazes defensores da medida e frequentemente frisavam o quanto a operação era fundamental para a articulação de um novo pacto tácito entre os interesses rurais e industriais no Brasil, pois, graças à medida, novas perspectivas de desenvolvimento tornavam-se disponíveis para ambos os setores.

Essa discussão se aproxima das frentes à saída das populações rurais para as áreas urbanas, articulando-se na oligarquia agrária um movimento “que consistia em um jeito próprio de pensar e de agir, a partir da reafirmação da vocação agrícola do país. Tal movimento foi denominado ‘ruralismo’, formado por inúmeros grupos de interesses e alas de lutas diversas” (VEIGA, 2010, p. 17, grifo do autor). Nessa direção, a formação de profissionais em Agronomia e Veterinária simbolizava a modernização do campo, por meio da aplicação de conhecimentos científicos nas áreas rurais, mas também indicava a manutenção de um sistema político conservador, uma vez que a criação do ensino agrícola no Brasil com intuito ou viés modernizante enfatizava a ciência, a tecnologia e os recursos humanos qualificados para o meio rural e, ao mesmo tempo, a permanência da estrutura agrária dominante e conservadora (VEIGA, 2010).

Apesar dessa expectativa, o *Folha do Oeste* publicizava as dificuldades de efetivação da referida Escola. Por exemplo, torna pública a visita da comissão⁶⁶ “à Escola Rural ‘Arlindo Ribeiro’, vendo das possibilidades de ser ali instalada a Escola Superior Agropecuária” (FOLHA DO OESTE, 06/04/1958). Ao final da notícia, é exposto: “segundo informações que conseguimos colher, para a efetivação daquela medida, será necessária uma área de terreno de cerca de 200 hectares e, como aquela escola possui apenas 100, terá a Prefeitura Municipal desapropriar igual área (FOLHA DO OESTE, 06/04/1958).

Como se observa, naquele momento ainda não existiam espaços adequados para instalação de uma instituição de tal nível de ensino. Segundo Marcondes (1985), a questão da Escola Superior de Agronomia e Veterinária foi pauta também dos anos de 1960 em Guarapuava. De acordo com a autora, Moacyr Julio Silvestri⁶⁷

⁶⁶ A referida comissão, composta por Dr. Moreli Rodrigues, Diretor do Departamento do Ensino Técnico Profissional e o Dr. Wellington de Oliveira Viana, chefe do Serviço de Orientação Educacional, fizeram esta visita na companhia de Antônio Lustosa.

⁶⁷ Moacyr Julio Silvestri nasceu em Carazinho (RS) no dia 11 de julho de 1926, filho de Atílio Silvestri, empresário, e de Ema Grattieri Silvestri. Em Porto Alegre se formou contador; bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Prefeito de Guarapuava no período de 1959 a 1962, pela legenda do PTB, assim como se elegeu deputado estadual do Paraná pelo mesmo partido, em 1963 a 1966. Mas, a partir do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). No pleito de novembro de 1966 foi eleito deputado federal pelo Estado do Paraná, já na legenda da Arena. Assumiu sua cadeira em fevereiro de 1967, após terminar seu mandato na Assembleia Legislativa. Voltando a se eleger prefeito de Guarapuava em novembro de 1968, deixou a Câmara dos Deputados em janeiro do ano seguinte para assumir o novo cargo nesse mesmo mês. Permaneceu na prefeitura até janeiro de 1973. Faleceu em Guarapuava em 2 de novembro de 1982.

montou uma comissão para tratar do assunto. Esta, por sua vez, foi organizada pelo senhor Alcides Regazzi⁶⁸:

[...] iniciou os levantamentos estatísticos da região para comprovar que Guarapuava não só possuía condições de abrigar, como também de manter uma entidade de ensino superior. Tratando-se de uma região onde a atividade principal é agropecuária, a pretensão, de início, era fundar uma Escola de Agronomia cujo principal requisito para sua criação, [era] a existência de laboratórios. Alcides Ragazzi realizou sondagens, no sentido de consegui-lo com ajuda da República Federal Alemã (MARCONDES, 1985, p. 92).

A ideia da Escola Superior Agrônômica e Veterinária proposta por Antônio Lustosa ainda se fazia presente na sociedade Guarapuavana. Marcondes (1985) aponta que a “formação de um corpo docente especializado para todas as disciplinas, de todas as séries do curso, como exigia a câmara de ensino superior” se constituiu um dos problemas mais sérios (MARCONDES, 1985, p. 92). Essa observação é pertinente, muito embora, como já dissemos anteriormente, a Escola de Agronomia de Curitiba já era reconhecida desde 1928, o que indica a existência de profissionais que poderiam se dirigir ao interior do Estado. É possível apostar, também, no processo de retração do poder de Lustosa como um dos aspectos para o fracasso desse empreendimento.

O *Folha do Oeste* não chegou a abordar, no início dos anos de 1960, a questão do desfecho ou pelo menos das questões que envolveram a não efetivação da Escola de Agronomia e Veterinária. Uma possível explicação nos remete a figura de Antônio Lustosa e a retração de seu poder político, uma vez que não havia sido eleito deputado federal em 1958 e 1962, o que o levou a ficar na condição de suplente, aspecto assinalado por Walderez Phol da Silva (2008), como expressão do surgimento de novos personagens no cenário político, com outros ideais e representando a inserção de novos grupos sociais na política.

2.3 A ESCOLA AGROTÉCNICA: O *FOLHA DO OESTE* E A PROPOSIÇÃO DE ANTÔNIO LUSTOSA NA CÂMARA FEDERAL

Neste subitem, tratamos da Escola Agrotécnica, uma proposta de Antônio Lustosa de Oliveira na Câmara Federal⁶⁹, quando assumiu a cadeira de suplente do

⁶⁸ Sr. Alcides Ragazzi, ex-sacerdote, na época, ainda era Padre Egídio Ragassi, da congregação dos padres salvatorianos, esteve envolvido, diretamente, com o processo de construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (HEROLD JUNIOR; AMARAL, 2014). A partir de 1971 deixou o sacerdócio.

deputado federal Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. Consideramos importante a discussão sobre tal Escola, justamente por ter sido uma proposta que contempla sua ideia mais ampla de ensino agrícola e ainda não ter sido pesquisada e, principalmente, porque aparece no *Folha do Oeste* de modo muito esparsa, confundindo as propostas entre a Escola de Agronomia e Veterinária e a Escola Agrotécnica, do mesmo proponente, em períodos distintos⁷⁰.

Para o tal empreendimento, usamos o Dossiê⁷¹ do Projeto de Lei nº 2.364 apresentado em 28 de outubro de 1960 na Câmara de Deputados Federais. O *Folha do Oeste* em 30 de outubro de 1960 noticiou: “Lustosa de Oliveira na Câmara Federal [...] permanecendo alguns dias na Câmara Federal, encaminhando diversos assuntos de interesse regional [...]” (FOLHA DO OESTE, 30/10/1960). Os assuntos de interesse regional circunscreveram os projetos apresentados por Lustosa de Oliveira, identificados como o Projeto de Lei nº 2.364/60 (Escola Agrotécnica) e Projeto de Lei nº 2.365/60 (Crédito para Usina Hidroelétrica do Salto Curucaca).

Notamos que na edição seguinte do jornal houve menção aos projetos apresentados na Câmara Federal pelo referido deputado da seguinte forma: “Lustosa de Oliveira apresenta importantes projetos na Câmara Federal” (FOLHA DO OESTE, 13/11/1960). Na sequência foi exposto:

Nosso ilustre e incansável conterrâneo, Dep. Lustosa de Oliveira, tão logo assumiu sua cadeira de Deputado Federal em Brasília, cuidou de encaminhar projetos de lei de significativa importância para essa região. Entre esses ressaltamos aquele que autoriza o poder executivo a conceder créditos especiais destinados à coparticipação da União na sociedade de Economia Mista de Energia Elétrica desta cidade, para construção da gigantesca usina do Salto Curucaca, única fórmula capaz de dar solução definitiva e racional ao cruciante problema energético em nossa cidade. Além disso apresentou **projeto de lei autorizando o poder executivo a proceder a instalação de uma Escola Técnica em nosso Município**, fato esse de alto significado para nossa juventude, que assim terá meios de aprimorar seus estudos especializando-se para a conquista de melhores posições na vida profissional (FOLHA DO OESTE, 13/11/1960, grifo nosso).

⁶⁹ Antônio Lustosa de Oliveira, nas eleições de 1959 para deputado federal, não foi eleito. Mas ficou na segunda suplência. Em outubro de 1960, devido ao licenciamento do titular Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, assumiu a cadeira de deputado na Câmara Federal de Deputados por 30 dias (SILVA, 2008).

⁷⁰ Importante lembrar que o deputado Divonsir Borba Cortês apresentou o Projeto nº 164/1955 que criava a Escola Agrotécnica em Guarapuava, como aludimos no item anterior. Nesses termos, Lustosa retoma essa ideia e apresenta um novo projeto em 1960.

⁷¹ No site da Câmara Federal de Deputados e no link “Proposições” constam os arquivos dos projetos de lei que foram apresentados por inúmeros deputados. Dentre eles, encontramos o arquivo intitulado “Dossiê PL 2364 1960” que corresponde ao projeto de lei apresentado por Antônio Lustosa de Oliveira, à Câmara Federal de Deputados, em 28 de outubro de 1960. No dossiê consta o projeto de lei e o processo de tramitação até o desfecho em 19 de julho de 1961.

Se considerar o modo como foi construída a ideia em torno do deputado e sua reivindicação na Câmara Federal, pelo *Folha do Oeste*, percebemos um discurso de manutenção da imagem de Lustosa de Oliveira como o porta-voz de Guarapuava, um homem que estabeleceu relações na política federal, mas que possuía um *ethos* localizado, por isso a expressão “nosso ilustre e incansável conterrâneo” corresponde a uma fração da sociedade guarapuavana que o classificava como agente social que buscava o progresso e desenvolvimento desta.

De acordo com a assertiva acima, a bandeira defendida por Antônio Lustosa de Oliveira, seja na ALEP ou na Câmara Federal dos Deputados foi o ensino agrícola superior e técnico, pela ordem temporal das propostas. É possível notar uma necessária continuidade de formação para a juventude Guarapuavana, uma vez que isso possibilitaria melhores posições na estrutura social.

Se refletirmos a partir da teoria bourdieusiana, entendemos que o poder econômico não constituía, necessariamente, um fundamento para reconhecimento do prestígio social dos herdeiros dos colonizadores dos Campos de Guarapuava, pois se verifica no interior das posições de classe:

[...] atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros e, sobretudo dos estranhos ao grupo, uma certa posição na sociedade [...] (BOURDIEU, 2008b, p. 22).

Significa dizer que a formação era importante para conservação das posições dos grupos. A Escola Agrotécnica era necessária para formação de mão de obra qualificada com o intuito de modernização da agricultura e da pecuária, assim como o ensino superior, assunto tratado no item anterior, era fundamental para produção de técnicas e de conhecimentos sobre a realidade rural e, no caso, intervenção nesta por meio da socialização dos saberes necessários para resolução dos problemas agropastoris.

O *Folha do Oeste* tratou brevemente da Escola Técnica, salvaguardou em tratar do discurso proferido pelo deputado supracitado em que enaltecia a cidade de Guarapuava, o qual não trataremos aqui devido a não ser objeto de discussão. Para compreendermos um pouco mais da Escola Agrotécnica proposta por Lustosa de Oliveira, na Câmara Federal, tratamos a partir do Projeto de Lei nº 2.364 de 1960, o qual apresentava a seguinte redação:

Cria Escola Agrotécnica de Guarapuava, no Estado do Paraná e dá outras providências.

Congresso Nacional DECRETA:

Art. 1º - É criada, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrotécnica de Guarapuava no Estado do Paraná, subordinada a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-Lei nº 9613 de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do ensino agrícola).

Artigo 2º - Para atender as despesas iniciais da execução da presente Lei o Poder Executivo [fica] autorizado a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$10.000.000 (10 milhões de cruzeiros) passando essa importância figurar nos orçamentos subsequentes, como dotação destinada a manutenção e melhoramento da escola.

Art. 3º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões em 28 de outubro de 1960. Lustosa de Oliveira (BRASIL, 28/10/1960, grifo do autor).

A Escola Agrotécnica proposta trata de uma instituição para ministrar o ensino agrícola previsto pelo Decreto nº 9.613 de 1946. A proposição surgia numa tentativa de contemplar o ensino agrícola no âmbito escolar, prevendo um processo de formação que antecederia o ingresso no ensino superior, em particular nas Faculdades de Agronomia e Veterinária. Como já destacamos, o ensino agrícola não estava na pasta do Ministério da Educação, mas do Ministério da Agricultura, o que implicava em problemas de ordem orçamentária. O aludido Decreto tratou especificamente da educação agrícola, no contexto de um conjunto de legislações específicas. Segundo Livia Vieira (2016, p. 26),

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 que reformulou o ensino agrícola manteve a orientação de relacionamento com o desenvolvimento regional, pois previa, no Art. 71, que os estabelecimentos agrícolas deveriam buscar se estender às propriedades agrícolas circunvizinhas “os ensinamentos relativos aos seus trabalhos agrícolas habituais ou de matéria de economia rural doméstica, quer despertando entre a população rural interesse pelo ensino agrícola e compreensão de seus objetivos e feitos”.

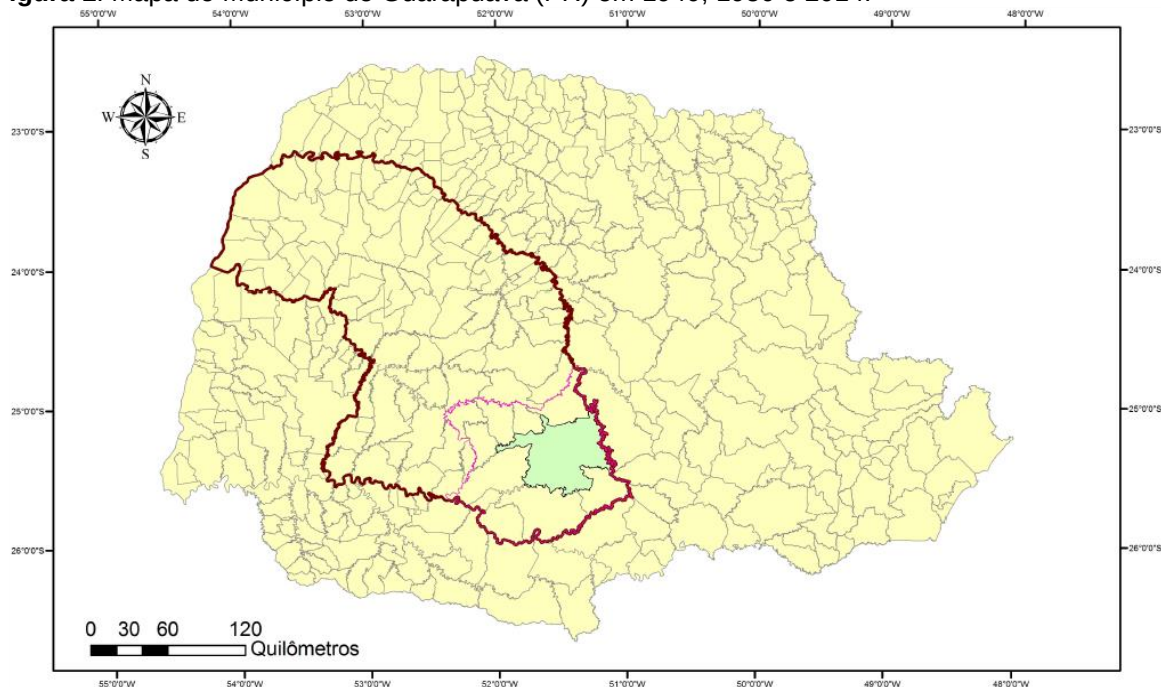
A prescrição do Artigo 71 encontrava ressonância no conjunto dos discursos produzidos sobre Guarapuava e Oeste do Paraná. Isso está presente em Walderez Pohl da Silva (2008), quando ela diz que a Escola Agrotécnica proposta foi “justificada pela extensão e fertilidade da região, que gerava a necessidade de formar técnicos para assistir a produção agropecuária e fomentá-la, barateando a oferta de gêneros de primeira necessidade” (SILVA, 2008, p. 161). Ele se utilizou de sua posição na Câmara Federal para inserir o problema do ensino agrícola de sua região no âmbito das políticas federais, pois naquele momento existiam tais escolas em outros lugares do Brasil (VIEIRA, 2016).

Nesse contexto de expansão de escolas agrícolas, ele tratou de apresentar a cidade:

Guarapuava é um dos mais antigos municípios do Estado do Paraná, com a área de 11000 km² sendo sua população de 120 mil habitantes. É centro essencialmente agropastoril. Ali existe uma escola de Trabalhadores Rurais, mantida pelo governo estadual onde 100 alunos de 9 a 14 anos recebem a instrução primária e noções práticas de Agricultura e Pecuária (BRASIL, 28/10/1960).

O proponente realiza uma descrição do espaço guarapuavano e, por sinal, procura enfatizar a necessidade de uma instituição de tal nível de ensino, uma vez que na sede de Guarapuava havia “cursos ginásial colegial, normal secundário, técnico comercial” (BRASIL, 28/10/1960). O argumento usado tratou, primeiramente, da extensão territorial de Guarapuava, nos anos de 1960; na sequência dá entonação à economia local e exclama que a Escola de Trabalhadores Rurais já era responsável pela formação elementar condizente com o contexto. A ideia dessa Escola Agrotécnica seria ampliar a formação dos homens do campo, indo da educação elementar aos cursos técnicos.

Figura 1: Mapa do Município de Guarapuava (PR) em 1940, 1950 e 2014.



Fonte: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIAS citado por SANTOS (2015)

De acordo com o estudo de Santos (2015), no mapa acima, a linha na cor vermelha referia-se à área territorial de Guarapuava em 1940. Dentro deste, foram projetados os municípios da divisão atual do Paraná de 2014, que coincidem com os

da atualidade. De acordo com os estudos de Tembil (2007), Márcia da Silva (2007) e Santos (2015), o processo de fragmentação do Município de Guarapuava foi resultante de transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram dentre os anos de 1940 a 1995. No último ano citado, houve a emancipação do município de Campina do Simão.

No mapa acima, a área destacada em verde é o território de Guarapuava na atualidade. Se observarmos, pela extensão territorial, Guarapuava, nas décadas de 1940 e 1950, ocupava um espaço geográfico considerável do Estado, uma vez que agregava grande parte do Oeste paranaense. Santos (2015) afirma que, talvez isso, a extensão territorial serviu para dar nome ao jornal *Folha do Oeste*, aqui analisado como um elemento de intervenção social. Essas observações mostram como Lustosa sabia utilizar-se das estratégias discursivas, ao apresentar recorrentemente a cidade e sua posição na região Oeste do Paraná, pois:

As escolas agrícolas criadas no Brasil tinham uma localização estratégica de forma a incentivar a manutenção dos alunos nas zonas rurais e proporcionar a região em que encontravam-se profissionais capacitados e dispostos a receber a baixa remuneração paga aos técnicos agrícolas na época (VIEIRA, 2016, p. 88).

Retomando o Projeto de Lei da Escola Agrotécnica foi reiterado na justificativa:

[...] a fertilidade e extensão de suas terras onde a cultura do trigo e do arroz prepondera sobre as demais, bem como, o desenvolvimento das fazendas de criar, cujos rebanhos de gado vacum atinge a casa de 250 mil cabeças aproximando-se desta cifra a criação equina e ovina, sendo a produção de suínos estimada em mais de 1 milhão de cabeças (BRASIL, 28/10/1960).

Ao mesmo tempo em que exaltou o contexto guarapuavano como mote para instalação da referida Escola Agrotécnica, o proponente expôs a instituição como fator imprescindível para o desenvolvimento do país, haja vista que a produção tenderia a se tornar qualificada e, de acordo com sua extensão territorial, seriam necessários investimentos no setor educacional. Capdville (1991) ainda expôs que “os problemas do abastecimento dos grandes centros urbanos se agravavam, o que era considerado um empecilho para o desenvolvimento do país, nos moldes capitalistas” (CAPDVILLE, 1991, p. 245). Assim, se o ensino superior agrícola não havia sido expandido, talvez o técnico fosse a solução. Nesse sentido, justificou-se que:

[...] pela urgente necessidade do Brasil multiplicar os estabelecimentos técnicos, mormente no setor da agricultura e da pecuária, a fim de que os municípios brasileiros do interior possam ser melhor assistidos, desenvolver e produzir tecnicamente, em maior escala para suprir os mercados consumidores dos grandes centros, conseguindo se desta arte maior índice de trabalho e barateamento dos produtos e gêneros de primeira necessidade quanto à constitucionalidade do presente projeto (BRASIL, 28/10/1960).

As dificuldades de financiamento do ensino agrícola permaneciam desde o início da República. No entanto, “a importância dada para agricultura na economia culminou no Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, responsável por regulamentar a estruturação do ensino agrícola no Brasil, dividido em quatro categorias: Ensino Agrícola Superior; Ensino Agrícola Médio; Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola” (VIEIRA, 2016, p. 32). Essa estrutura, embora algumas alterações de nomenclatura, é a base do ensino agrícola, especialmente por assinalar o que se observava em Guarapuava: Escola de Trabalhadores Rurais (em funcionamento), Escola Agrotécnica (proposição em âmbito federal) e Escola de Agronomia e Veterinária (proposição de âmbito estadual). A partir dos anos 1930 os debates a respeito do ensino agrícola se intensificaram, seja pelas demandas das entidades agrárias, seja pelos especialistas da educação (notadamente os integrantes do Movimento da Escola Nova), seja pelas tentativas de estabelecer políticas públicas. Porém, conforme Lívia Vieira (2016, p. 38), “apesar das discussões se arrastarem desde o início da década de 1930 foi somente após o primeiro governo de Vargas que o ensino agrícola teve sua primeira regulamentação estabelecida pelo Decreto-lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946”.

Nessa legislação o ensino agrícola foi dividido em ciclos, sendo o primeiro responsável pelos cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, e o segundo previa as modalidades de cursos agrícolas técnicos e agrícolas pedagógicos. De acordo com Lívia Vieira (2016, p. 39), “o de iniciação tinha duração de dois anos e era destinado à preparação profissional do operário agrícola. Já o de mestria tinha duração de dois anos sequente ao de iniciação com a finalidade de preparar o mestre agrícola”. No que diz respeito ao segundo ciclo, Vieira (2016, p. 39) assinala que “os cursos agrícolas técnicos tinham duração de três anos para as seguintes formações: curso de agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, indústrias agrícolas, laticínios e mecânica agrícola”. Por outro lado, “os cursos agrícolas pedagógicos destinavam-se à formação pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino

agrícola” (VIEIRA, 2016, p. 39). Estes últimos previam formação em magistério da economia rural doméstica, didática do ensino agrícola, administração do ensino agrícola.

Essa Lei Orgânica foi regulamentada um ano mais tarde, cuja preocupação seria assegurar as possibilidades de expansão das escolas técnicas. Sobre isso, Livia Vieira (2016, p. 72) observa que

O Decreto nº 22.470, em 1947, definiu que estabelecimentos de ensino agrícola poderiam ser federais, estaduais, municipais, particulares e custeados por verbas próprias ou ainda mediante acordos. No caso de acordo com o governo federal esse pagaria a importância correspondente a dois terços do total da verba necessária (VIEIRA, 2016, p. 72).

O Projeto de Lustosa se fundamentava na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946) e nesse Decreto de 1947. O passo seguinte foi a tramitação nas Comissões de Economia, de Orçamento, Financeiro e Finanças. Em 20 de abril de 1961, a Comissão de Economia, expediu o seguinte parecer:

[...] um dos grandes problemas da vida da nação brasileira é o atraso em que se encontram os nossos homens do campo, seja nas atividades da pecuária, seja nas lavouras. Essa deficiência, indubitavelmente, se deve à falta de ensinamentos e assistência daqueles nossos patrícios que embora sua dedicação, luta e sofrimento, não conseguem produtividade que poderiam obter se adotassem os princípios da técnica tão difundida em centros mais adiantados neste setor (BRASIL, 20/04/1961).

No parecer dá a entender que o ensino agrícola possuía como objetivo modernizar os processos de cultivo e criação de animais por meios de técnicas avançadas. Sobre isso, Capdville (1991) explanou que o Censo Agrícola de 1960 indicava que o território nacional estava ocupado, aproximadamente, por 38 milhões de habitantes, no entanto, a agricultura não tinha crescido a tal ponto, justamente por conta das práticas antigas de cultivo. Além disso, a Comissão de Economia reiterava o papel modernizador do ensino agrícola:

[...] fazemos essas afirmações de rendas em inúmeras observações que tivemos oportunidade de realizar, quando em viagens de estudos nos diversos países da velha Europa. Daí porque entendemos que a criação das escolas técnicas e administração rural deve ser, quanto possível, implementadas e desenvolvidas a fim de que possamos no futuro próximo, preparar número maior de técnicos rurais, causa desse projeto de lei (BRASIL, 20/04/1961).

Nos anos de 1940 a 1950, a ideia de desenvolvimento pautada na dualidade de ensino é recorrente. Nas décadas seguintes isso se intensificou, notadamente a partir das legislações que incluíram o ensino agrícola técnico entre os cursos

profissionalizantes (VIEIRA, 2016). De todo modo, o ensino agrícola estava sintonizado à ideia de modernização, ensejo intimamente ligado ao de povoamento, civilização e melhorias do país. Nesse sentido, o preparo de maior número de técnicos rurais concatenava na formação correspondente ao homem do espaço rural, para melhorias das práticas de cultivo, assim como de povoar e desenvolver as áreas antes não cultivadas.

O relator da Comissão da Economia ainda argumentou:

[...] sabemos que os problemas mais sérios na criação das referidas escolas técnicas de iniciação rural não são propriamente as despesas que acarretam ao erário público, mas a escassez no interior do país de professores. Mesmo tendo em vista as dificuldades consideramos que o referido projeto merece aprovação dessa comissão de Economia. Como temos dúvidas quanto à constitucionalidade do projeto, sugerimos que seja ouvida ainda a douta comissão da Constituição e Justiça (BRASIL, 20/04/1961).

Além desse questionamento de ordem de recursos humanos capacitados para assumir a escola, o projeto sofreu uma derrota na Comissão de Constituição e Justiça:

O projeto cria escola, mas não contém disposições sobre o seu pessoal que, não pode deixar de ser necessário ao seu funcionamento. Não sendo possível a criação de um serviço público sem a concomitante criação dos cargos necessários ao seu funcionamento, parece claro que o presente projeto conduziria a criação de cargos de professores auxiliares de ensino, funcionários administrativos, que o seu autor houve por bem não mencionar. Tem esta comissão firmado o critério de que, em casos tais, existe transgressão do artigo 67,1 inciso 2º da Constituição, pois embora a escola projetada seja nova nos encargos, teria que ser criada no quadro permanente do Ministério da Agricultura. Opino pela inconstitucionalidade (BRASIL, 19/07/1961).

O despacho da Comissão de Constituição e Justiça foi desfavorável à criação da Escola Agrotécnica. Os deputados que estiveram presentes na comissão foram: Oliveira Brito (presidente), Santiago Dantas (relator), Borba Lima Sobrinho, Mário Guimarães, Ulysses Guimarães, Bias Fortes, Nicolau Tuma, Cid Carvalho Eurico Ribeiro Oswaldo Lima Filho, Joaquim Duval, Abelardo Jurema, Arruda Câmara e Almino Afonso (BRASIL, 19/07/1961).

A julgar pelos pareceres das duas comissões, a dificuldade de um quadro de professores foi o principal óbice ao projeto de Antônio Lustosa. Tratava-se de um problema generalizado, pois, como mostra Livia Vieira (2016, p. 91), os cursos técnicos “[...] previam a oferta de português, francês e/ou inglês, matemática, história natural, física e química, história geral e geografia geral, além de uma ampla gama

de disciplinas específicas para cada uma das formações”. A demanda por professores era um problema que remetia a todo o ensino secundário (atual ensino médio), razão pela qual houve expansão de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, como veremos no último capítulo desta tese. No entanto, a situação do ensino agrícola se mostrava mais complexa, pois estava subordinado à pasta do Ministério da Agricultura. Sobre esse aspecto, Livia Vieira assinala que:

Anteriormente a essas reformas no ensino industrial e agrícola [1946] o Decreto nº 982, de 23 de dezembro, criou em 1938 a Superintendência do Ensino Agrícola (SEA), que passou a chamar Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) com o Decreto nº 16.826, de 13 de outubro de 1944, diretamente subordinada ao Ministro da Agricultura. Tal superintendência administrou o ensino agrícola até 1967 (VIEIRA, 2016, p. 40).

A partir de 1967, o ensino agrícola passou a integrar o Ministério da Educação e Cultura. Isso, aliado às novas legislações, representou a expansão do ensino agrícola, como se observa com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Nº 5.692/71), que estabeleceu uma política ao ensino técnico agrícola (VIEIRA, 2016).

De toda forma, a proposta de Lustosa estava inserida no amplo movimento de criação de escolas agrícolas, pois “[...] durante as décadas de 1950 e 1960, não esteve voltada apenas para a ampliação da oferta no ensino profissionalizante, mas também para a recuperação do setor agrícola brasileiro” (VIEIRA, 2016, p. 49). É nesse contexto que a Escola Agrotécnica, aqui analisada, ocupou as páginas do *Folha do Oeste*, embora tenha recebido um espaço muito menor em relação ao projeto da Escola de Agronomia e Veterinária. Embora essa disparidade na divulgação, é possível dizer que, no âmbito educacional, o ensino agrícola foi a principal cruzada de Antônio Lustosa.

A julgar pela sua atuação parlamentar, podemos afirmar que a Escola de Trabalhadores Rurais, o projeto da Escola de Agronomia e Veterinária, e o projeto da Escola Agrotécnica simbolizam suas tomadas de posição no que se refere ao problema da educação. Mais do que isso, ele estava inserido nos debates das principais entidades rurais, notadamente da Sociedade Nacional de Agricultura, que desde o final do século XIX, buscava manter os interesses dos produtores rurais na orquestra do desenvolvimento e da modernização do Brasil (VIEIRA, 2016; BERGAMASCHI, 2017).

A Escola de Agronomia e Veterinária representava o coroamento do que Lustosa projetava para o desenvolvimento de Guarapuava e da região Oeste. Assim

sendo, a atuação dessa personagem política está associada ao ensino agrícola, desde a instrução elementar (Escola de Trabalhadores Rurais) até o ensino superior (Escola de Agronomia e Veterinária⁷²). O *Folha do Oeste* se converteu no principal espaço de divulgação da atuação política de Antônio Lustosa, mas também de produção e reprodução de um discurso que vinculava fortemente desenvolvimento e modernização à educação, notadamente à educação agrícola. Esse impresso, apesar não ter podido celebrar a efetivação desses projetos, continuou presente no debate a respeito do ensino superior em Guarapuava, seja ao reiterar a primazia da Escola de Agronomia e Veterinária, seja ao reconhecer a importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como veremos no último capítulo desta tese.

⁷² Os Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária foram criados na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) em 2003. A Unicentro foi fundada em 1990, sendo reconhecida em 1997.

3 O FOLHA DO OESTE E A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Neste capítulo, temos o objetivo de discutir como o *Folha do Oeste* abordou a necessidade de uma instituição de ensino superior, notadamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No anterior, percorremos a ideia de formação de uma elite dirigente via ensino superior agrícola. Aqui, em outros termos, buscamos situar as tomadas de posição do Jornal frente às discussões em torno da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Guarapuava.

Historicamente, o ensino superior no Paraná teve suas primeiras iniciativas em fins do século XIX. De acordo com os estudos de Campos (2008), já houve tentativa de criação da Universidade do Paraná, na última década do século XIX. Doni Filho (1995), ao historicizar a Escola Agrônômica do Paraná, expôs que o curso de Agronomia seria um dos possíveis para compor o rol de cursos que a Universidade do Paraná ofereceria, segundo a concessão feita a Francisco José da Rocha Pombo, em 1892, quando ocorreu o lançamento da pedra fundamental, embora não tenha logrado êxito (CAMPOS, 2006, 2008).

No início do século XX, a Lei Rivadávia Correia, que autorizou o ensino superior no país em 1911, possibilitou a criação da Universidade do Paraná em 1912. Para Souza e Campos (2021, p. 167), em tal data a “[...] a ideia ganhou força com a ação de dois grupos: um integrado por Victor Ferreira do Amaral, Fernando Moreira, Pamphilo de Assunção, entre outros; outro, liderado por Nilo Cairo”. E, dentro do contexto nacional favorecido pela Lei Rivadávia Correia, os autores afirmam que os “grupos se aliaram e contaram com o apoio de políticos, a exemplo de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Governador do Paraná” (SOUZA; CAMPOS, 2021, p. 167).

Dessa união houve a fundação e instalação da Universidade do Paraná, em 19 de dezembro de 1912⁷³. No entanto, tal iniciativa não garantiu sua consolidação, uma vez que, em 1915, foi desmembrada em três faculdades isoladas: Medicina,

⁷³ Campos (2011), ao discorrer sobre o processo de fundação da Universidade do Paraná, argumentou: “no Estado do Paraná, é possível sustentar que o movimento dominante em defesa do Ensino Superior preconizava a criação de faculdades ou escolas de formação profissionalizante. Para esse grupo, os profissionais das engenharias, da medicina e do direito deveriam ocupar as esferas estratégicas do estado a fim de conduzi-lo ao progresso e à modernização. Nesse aspecto, a contribuição do projeto universitário de 1912 foi fundamental, pois colocou a serviço da capital e do estado um corpo de especialistas com capacidade de sistematizar projetos e programas para as diferentes esferas, particularmente às de economia, infraestrutura, educação e saúde pública” (CAMPOS, 2011, p. 56).

Direito e Engenharia. Nesse período, houve também a fundação da Universidade de Manaus (1913) e Universidade de São Paulo (1911), também decorrente da Lei Rivadávia Correia⁷⁴.

Névio de Campos (2006) explica que a universidade paranaense, segundo a concepção do grupo idealizador, situava-se no agrupamento das escolas isoladas que existiam e, do ponto de vista administrativo, elas deveriam funcionar no mesmo local e regidas por um estatuto único. Dessa forma, o autor destaca o discurso de um dos idealizadores, dizendo que Victor do Amaral atribuía um sentido específico à ciência, pois a universidade deveria estabelecer “o ensino de agricultura racional, científico e prático, a fim de desaparecer a errônea crença de que o Paraná só pode produzir com vantagem erva-mate e pinheiros” (CAMPOS, 2006, p. 09).

Nos anos 1920, há expansão de escolas normais primárias, de formação de professores e de ginásios em vários municípios do Estado. Esse fator evidencia o aumento do número de matrículas no Estado e o desencadeamento de novas demandas educacionais, principalmente a formação de professores. Ainda no início da década de 1920, houve o reconhecimento federal das tradicionais faculdades isoladas, conforme destacado por Souza e Campos (2021, p. 169): “[...] a primeira a conseguir essa conquista foi a Faculdade de Direito, em julho de 1920, sendo seguida pela de Engenharia, em 06 de agosto do mesmo ano e, por último, a Faculdade de Medicina, em 10 de fevereiro de 1922”.

No ano de 1938, houve a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (WESTPHALEN, 1988; CAMPOS, 2008), que foi anexada à Universidade do Paraná em primeiro de abril de 1946, momento da sua reinstalação (uma nova criação da Universidade do Paraná), ainda como estabelecimento de ensino superior de iniciativa particular. A federalização da Universidade do Paraná ocorreu em 1950, quando as quatro instituições (Direito, Medicina, Engenharia, Filosofia, Ciências e Letras) passaram a ser estatais (SOUZA, 2016).

O ensino livre, segundo Campos (2013) (direito de abrir faculdades e universidades) e particular foi a base do início do ensino superior no Estado do Paraná. Logo, o pagamento de anuidade integrava aquelas instituições, embora existisse concessão de isenção, pois recebiam subvenção do Município de Curitiba

⁷⁴ Rui Wachowicz (1983) afirma que o surgimento das referidas instituições, se vinculadas à economia predominante das regiões, constata-se que a Universidade de Manaus foi decorrente do ciclo da madeira e a do Paraná pode ser entendida como resultante do ciclo da erva mate.

e do Estado do Paraná. Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen (2000) afirma que o ensino pago esteve presente em outros momentos do ensino superior. No caso da UFPR, o auge das lutas contra as cobranças foi em 1968 com as greves estudantis (HAGEMAYER, 1998; CAMPOS; SOUZA, 2018). Sobre esse problema, Luiz Antônio Cunha (1989, p. 89) assinala que “o ensino superior no Brasil foi sempre pago pelos estudantes desde o início do século XIX”. No entanto, houve “[...] progressivo barateamento das taxas cobradas pelas escolas públicas, chegando, no início dos anos 50, à gratuidade total”. As universidades estaduais tiveram suprimidas as anuidades em meados dos anos 1990.

Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen assegura que:

Até 1949 as faculdades concentravam-se em Curitiba, com exceção da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, criada em Ponta Grossa, em 1949. As duas décadas seguintes (50-60) são de expansão desse tipo de instituição para o interior do estado (SHEEN, 2000, p. 119).

Segundo a autora, até fins de 1960, a existência de universidade se limitava à cidade de Curitiba. No entanto, as faculdades no interior do Paraná começaram no final dos anos 1940 (CAMPOS, 2018)⁷⁵. Já, as primeiras universidades são de 1969, as estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. O tardio processo de interiorização do ensino universitário talvez encontre ressonância no modo como era interpretada a formação oferecida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), fator que conferia a “existência de um certo privilégio da capital no que se refere ao ensino universitário. E este privilégio é que garante à UFPR manter a hegemonia científico-cultural no Estado (SHEEN, 2000, p. 122). Esse argumento é pertinente, mas é insuficiente, pois existia um conjunto de regras para criação de uma universidade no início da República, sendo um deles a existência de mais de cem mil habitantes na cidade sede, uma das razões que levaram ao desmembramento da Universidade do Paraná, em 1915⁷⁶. O processo de equiparação e reconhecimento das três faculdades (Direito, Medicina e Engenharia) foi longo e de muita articulação acadêmica e política. A inexistência de universidades não foi um problema apenas do Paraná. Ao contrário, era uma situação nacional, pois as duas

⁷⁵ Nêvio de Campos apresenta um balanço das pesquisas existentes que tratam das Universidades Estaduais do Paraná.

⁷⁶ A Lei Maximiliano foi estabelecida por meio do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que definia o seguinte: “Art. 25. Não será equiparada às officiaes academia que funcçione em cidade de menos de cem mil habitantes, salvo si esta for capital de Estado de mais de um milhão de habitantes e o instituto fôr fortemente subvencionado pelo governo regional” (BRASIL. Decreto nº 11.530, 18 mar. 1915). Naquele momento, o Paraná tinha aproximadamente 600 mil habitantes.

outras criadas naquele momento (Universidade de Manaus, 1913; Universidade de São Paulo, 1911) nem chegaram a funcionar como universidades, mas apenas com alguns cursos. Oficialmente, a primeira universidade no Brasil foi criada pelo Governo Federal em 1920 (Universidade do Rio de Janeiro), cuja iniciativa serviu de modelo para toda e qualquer universidade a ser criada. No plano das políticas públicas, o Governo Vargas concedeu maior espaço à criação de universidade, ao estabelecer por meio do Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o que ficou conhecido como os Estatutos das Universidade Brasileiras, em que se definia que ela poderia ser fundada pela União, Estados e particulares, devendo conter ao menos três instituições entre as quatro: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

É nesse contexto que se criaram as primeiras faculdades de educação, como foi o caso na Universidade do Distrito Federal (1935), instituição organizada sob a liderança acadêmica de Anísio Teixeira e sob a direção política da Prefeitura do Distrito Federal (MENDONÇA, 2002). Na Universidade de São Paulo (1934), foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, projeto acadêmico coordenado por Fernando de Azevedo e sob a liderança política do grupo ligado ao jornal *O Estado de São Paulo*, notadamente Júlio de Mesquita Filho (CARDOSO, 1982).

A situação do ensino superior no Brasil é retratada por Ricardo Rossato:

No período que se estende de 1945 a 1964, observa-se um crescimento significativo do número de instituições. A partir de 1946, começaram a surgir as universidades particulares, com especial destaque para a atuação da Igreja Católica. Naquele ano, foram reconhecidas a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro e a PUC de São Paulo; dois anos depois, 1948, a PUC de Porto Alegre atingiu o mesmo padrão; ainda entre os anos de 1945 e 1950, foram criadas mais três universidades federais. Entre os anos de 1950 e 1960, foram criadas mais quatro universidades federais, seis universidades particulares e 28 IES particulares (faculdades, federações ou escolas isoladas). No final da década de 1950, o Brasil contava, pois, com 21 universidades e mais de cem instituições de ensino superior (ROSSATO, 1998, p. 118).

No Paraná, a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada em 1938, passando um ano depois a ser dirigida pelos Irmãos Maristas, tornando-se, portanto, uma instituição ligada à Igreja, embora não tivesse sua denominação de Faculdade Católica, diferentemente daquela criada em 1950 – Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba – que atualmente compõe a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (CAMPOS, 2008, 2010, 2011).

Na década seguinte, teve início a interiorização das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, como foi o caso de Ponta Grossa, em 1949 (CAMPOS; SOUZA, 2016; SILVA, 2002; CARVALHO, 2010). Segundo Nívio de Campos,

Em oito de novembro de 1949, com o Decreto n. 8837, o governador do Paraná (Moysés Lupion) criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Tão logo criada, o grupo mentor dessa instituição, na companhia do conjunto de docentes, reuniu-se no dia 12 de novembro de 1949 para o ato de instalação da referida Faculdade (CAMPOS, 2018, p. 75).

Posteriormente, conforme Campos (2018, p. 76), “nos anos de 1960 já existia um conjunto de faculdades estaduais no interior do Paraná. No final dessa década, houve uma movimentação simbólica no âmbito do ensino superior, pois foram criadas as três primeiras universidades estaduais”. Ponta Grossa reivindicou a sua primeira universidade em 1964, por meio do Projeto de Lei nº 156/64, de 23 de março de 1964, assinada por Eurico Batista Rosa, que criava uma Faculdade de Ciências Econômicas e uma Universidade Estadual. E, devido ao conflito entre o poder Executivo e o Legislativo, o mesmo foi publicado, pelo legislativo, no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 18 de março de 1966, exatamente dois anos após o início da sua tramitação na Assembleia Legislativa (SHEEN, 2000).

Em Ponta Grossa, Maringá e Londrina existiam faculdades, fator que favorecia a criação das universidades. Nesse contexto, Paulino Orso (2011) expõe que o Oeste paranaense reivindicava uma instituição de ensino superior nas décadas de 1960 e 1970. Isso já demarcava impacto das transformações sociais, culturais, científicas que ocorriam no país. Nos demais municípios citados acima se verificava uma movimentação em torno da interiorização do ensino universitário. Em Guarapuava, essa discussão era ainda incipiente, uma vez que não contava com nenhuma instituição de ensino superior.

Em termos sintéticos, a história do ensino superior público no Paraná pode ser percebida na passagem abaixo:

Ao mesmo tempo em que a Universidade do Paraná passava pela federalização, isto é, pela transferência da direção de iniciativa particular ao controle administrativo e financeiro do governo federal, o Estado do Paraná direcionava forças para criar faculdades estaduais nas mais variadas regiões. Essa ação ganhou visibilidade quando, em 1970, foram criadas três universidades estaduais no Paraná (Ponta Grossa - UEPG, Maringá - UEM e Londrina - UEL). Ganhou continuidade, quase vinte anos depois, ao serem criadas a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (1987/1988) e Universidade do Centro-Oeste - UNICENTRO (1990). Já no século XXI foram fundadas as duas últimas: Universidade Estadual do Norte

do Paraná - UENP (2006) e Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR (2013) (CAMPOS, 2018, p. 69).

Nesse movimento, o *Folha do Oeste* já havia lançado a ideia do ensino superior no início dos anos de 1950, ao mesmo tempo em que foram criadas instituições de ensino primário, ginasial e normal. Talvez, diferentemente dos demais movimentos que ocorreram na imprensa dos outros municípios, o *Folha do Oeste* veiculou a defesa do ensino superior agrícola e veterinário para a juventude guarapuavana, como vimos no capítulo anterior. A ideia de ensino superior para Guarapuava estava atrelada à política desenvolvimentista do espaço guarapuavano, no entanto, nos anos de 1960, tal proposição foi reiterada com maior afinco, como indicam as três partes deste capítulo. A primeira trata das discussões sobre o ensino superior no *Folha do Oeste* nos anos de 1960, com vistas a mostrar a leitura feita sobre a necessidade de uma instituição do ensino superior para Guarapuava. Na segunda parte, tratamos da criação e instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, de modo a exprimir a ausência de manifestação do Jornal quanto ao ensino superior em Guarapuava. E, por último, abordamos o *Folha do Oeste* e suas publicações após a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sem deixar de manifestar-se em prol da proeminência da Escola Superior de Agronomia e Veterinária.

3.1 O FOLHA DO OESTE E AS MANIFESTAÇÕES EM PROL DO ENSINO SUPERIOR

Neste subitem, tratamos de expor como o *Folha do Oeste* publicou textos manifestando-se favorável à criação de uma faculdade⁷⁷. Para isso, utilizamos os seguintes textos publicados no jornal: “O 4º em população último em atendimento”; “Desperta consciência coletiva Guarapuavana! Faculdade....agora ou Nunca!”; “Guarapuava ‘Monstrinha’”; “Faculdade não será mais problema”.

Guarapuava chegou aos anos de 1960 sem nenhuma instituição que ofertasse ensino superior. Fato esse exposto, na época, da seguinte forma: “O Centro Oeste precisa da FACULDADE DE FILOSOFIA EM GUARAPUAVA” (FOLHA DO OESTE, 11/06/1967, grifo do autor). Essa era uma reivindicação dos

⁷⁷ Parte dessa discussão encontra-se nos trabalhos de Amaral (2014) e Marcondes (1985). No entanto, destoa porque a ênfase se configura no posicionamento do *Folha do Oeste* perante a movimento de reivindicação por uma faculdade em Guarapuava.

representantes do Lions Clube (AMARAL, HEROLD JUNIOR, 2014) em torno de uma ideia que estava sendo cada vez mais disseminada.

Em publicação de 28 de janeiro de 1968, no texto intitulado “O 4º em população, último em atendimento”, o *Folha do Oeste* indica no título a sua reclamação:

Para o município que nem o nosso, que está classificado no Estado, como sendo o 4º em população é até de um certo modo vergonhoso para a nossa atual administração o abandono que temos recebido do Governado Estadual para o início de conversa, o quarto município do Paraná em população, não tem sequer uma rede do esgoto, pois até o presente momento tudo é FOSSA NEGRA.

Sendo Guarapuava o quarto município em população, até o presente momento vive em completa ESCURIDÃO!

Sendo Guarapuava o quarto município em população, não temos até o presente momento uma ESCOLA DE NÍVEL SUPERIOR, ficando portanto completamente alijada de uma FACULDADE! (FOLHA DO OESTE, 28/01/1968, grifos do autor).

Percebemos que o jornal enfoca a estatística populacional em nível do Estado, indicando que seria um problema para a população não ter uma faculdade ou escola de nível superior. Na escrita do texto é visível a organização da ideia de que Guarapuava vivia em uma fossa “negra”, escuridão, justamente por não ter uma faculdade. A construção do texto jornalístico e a intenção de produzir um sentido ao que estava sendo reclamado foi demonstrada à medida que foi destacada uma sequência de palavras em letra maiúscula, configurando uma ideia. Nos estudos de Bahia (1990), compreende-se:

[...] redigir notícias não é só uma técnica, é uma arte também. Seja esta notícia, um título, um parágrafo, uma reportagem ou uma análise política ou econômica, em forma de entrevista, relatório ou depoimento. Na redação, a arte influi como suporte do estilo, e a técnica como base para aquisição, vulgarização e compreensão (BAHIA, 1990, p. 55).

Isso significa dizer que o *Folha do Oeste* fez uso da arte da escrita, de forma a denunciar os discursos usados por alguns políticos. E, nesse processo, produzir um discurso performático, como salienta Bourdieu (2008). Na sequência do texto se reitera:

Sendo Guarapuava o 4º e chamada de capital do Oeste do Paraná (os políticos enchem a boca) em falar das boas obras do atual Governo esquecendo que nossa cidade não tem: 1) um asilo para velhice abandonada; 2) Não possui esgoto e sim fossas negras; 3) **Faculdade que tanto foi pleiteada por nossos estudantes**; [...]. E, depois dizem que Guarapuava é o 4º Município do Paraná... Não sabemos em que. Isto tudo sem contarmos que temos dois deputados, um secretário de Estado e o

outro Federal. Que tal se tivéssemos um presidente da República? (FOLHA DO OESTE, 28/01/1968, grifo nosso).⁷⁸

Primeiramente, o texto publicado evoca uma crítica às falácias em torno do desenvolvimento de Guarapuava, mas configura-se em uma manifestação de defesa de várias reivindicações. O jornal com tal descrição demonstrou uma percepção negativa de Guarapuava, ao apresentar os problemas de infraestrutura, de assistência social, de ensino superior, entre outros. E, ainda, com o discurso de que seria o quarto município no Paraná em população, logo, necessitaria ter maiores investimentos. Em tom de deboche menciona o conjunto de representantes políticos das esferas estadual e federal, sugerindo, ironicamente, que um presidente poderia alterar aquele quadro de letargia.

O *Folha do Oeste*, sendo um jornal que possuía maior público consumidor em Guarapuava, tinha percepção do lugar que ocupava na sociedade guarapuavana; assim, o que era publicado produziria um efeito. Sobre a reverberação do jornalismo, Bourdieu (1997) afirma que este está permanentemente sujeito à prova dos vereditos, seja do mercado, do público ou do índice de audiência (tiragem, no caso do jornal impresso).

No dia 21 de abril de 1968, o *Folha do Oeste* publicou na primeira página um texto com a seguinte manchete: “Desperta ‘Consciência Coletiva’! Faculdade... Agora ou Nunca” (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968). Destacamos o uso da arte dos títulos, segundo a proposição de Bahia (1990). O que significa dizer que o referido impresso, na produção da redação do texto publicado, teve a preocupação com a apresentação do título:

[...] o título se propõe ao principal: resumir a notícia, de modo que destaque a sua importância e provoque interesse imediato pela sua leitura. Um título

⁷⁸ Os dois deputados citados pelo excerto acima eram Moacyr Julio Silvestre e João de Matos Leão. O primeiro foi Prefeito de Guarapuava nos períodos de 1959 a 1962 (legenda PTB) e 1969 a 1973 (legenda ARENA); deputado estadual na ALEP dentre os anos de 1962 a 1966 (legenda ARENA) e deputado federal pela ARENA nos anos de 1967 até início de fevereiro de 1968. A segunda pessoa supracitada foi João de Matos Leão, nascido em Mallet (PR), em 13 de maio de 1931. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Paraná, assim como bacharel em Economia pela mesma universidade. Foi diretor das Madeiras Sociedade e Comércio Matos Leão e das madeireiras Sulparaná, Laminex e Indústrias de Madeiras. Foi eleito vereador de Guarapuava dentre os anos de 1954 a 1958 pela legenda da União Democrática Nacional; em 1962 foi eleito pelo PSD a deputado estadual na ALEP. Mas, com o Ato Institucional n. 02 filiou-se à ARENA, e assim nos anos de 1967 a 1970 foi deputado estadual. No referido período assumiu interinamente a Secretaria de Educação do Paraná e a Secretaria de Interior e Justiça do Paraná. Nos anos de 1970 foi eleito senador do Paraná. Em 1985, filiou-se no Partido da Frente Liberal (PFL). Faleceu em 23 de outubro de 2008 em Curitiba.

fraco é o jazigo e uma notícia forte, enquanto uma notícia fraca se justifica na página se é capaz ao menos de gerar um título atraente (BAHIA, 1990, p. 57).

Entretanto, o texto publicado se apresentou extenso, ocupando mais da metade da página. Neste, foi tratada a movimentação dos estudantes secundaristas a favor da criação de uma faculdade em Guarapuava, conforme exposto abaixo:

[...] a atenção geral foi despertada por surdo rufar de um tambor, vibrado por outro tambor vanguardeiro de um grupo de moços, que procederam da rua Padre Chagas, desceram a rua Marechal [...] parando em frente ao prédio em construção ao do Hotel Roma. Todos, portando faixas e cartazes, em silêncio e correto comportamento. Eram alunos de nossos Cursos Secundarios de nossa Cidade (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968).

A assertiva acima expõe que havia demanda estudantil pelo ensino superior em Guarapuava. Essa movimentação vinha de longa data, como mostra Luiz Antônio Cunha (1989), seja pela solicitação de abertura de novas instituições, seja pela expansão de matrícula (os conhecidos debates em torno dos excedentes, candidatos aprovados, mas não chamados). O *Folha do Oeste* expressou que os secundaristas clamaram do alto de um prédio, localizado no espaço central de Guarapuava, Hotel Roma, sua reivindicação: ““QUEREMOS UMA FACULDADE!”, “PROGRESSO E CULTURA”, “AJUDEM AQUI”, “AOS QUE NÃO TEM RECURSOS MATERIAIS PARA ESTUDAR EM OUTROS CENTROS MAIS EVOLUIDOS!”” (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968, grifos do autor).

Depois de tal ação, foi enfatizada a apatia do público frente à solicitação dos estudantes, salvo algumas exceções, conforme destacado a seguir:

[...] como chegou em ordem, com educação e disciplina, para orgulho de Guarapuava, aquele punhado de vibrantes jovens, de lá se seguiu ante a contemplação com raras exceções, apática, até o indiferente do público presente. Público aquele, em que a maioria, guarapuavanos ou não, cidadãos aqui residentes. Muitos talvez pais, chefe de família cujos filhos são aqueles bravos moços que recém tinham se feito porvir com o êxito de seu futuro vitalmente dependente da atenção que lograr merecer essa talvez maior reivindicação das nossas aspirações populares e ante a qual estranhamente apática se comporta a opinião pública [...] responsável pelos destinos de Guarapuava (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968).

O *Folha do Oeste* exalta a atitude dos secundaristas⁷⁹ e ao mesmo tempo chama a atenção do público que estava presente pela sua indiferença a uma

⁷⁹ O enaltecimento dos jovens diz respeito à apresentação em ordem e disciplina, ou seja, seguindo os preceitos pregados pelos defensores da ditadura militar. Lahuerta (2003) afirma que o golpe militar de 1964 inaugurou mais um período autoritário na vida republicana brasileira. “Além de interromper um promissor processo de ampliação da cidadania e de afirmação de uma cultura política participante, tal ruptura atualiza as instituições corporativas herdadas do Estado Novo e que haviam

problemática reivindicação, já pleiteada desde anos anteriores e nada feito. Essa ação deve ser entendida no contexto de maior expansão do poder estatal, requerendo um conjunto de técnicos: “o Estado precisava agora de técnicos que soubessem identificar os pontos de estrangulamento no movimento do capital e, diante de recursos limitados, apontar as alternativas mais ‘benéficas’” (CUNHA, 1989, p. 45). De outro lado, a juventude aspirava alguma ascensão social mediante investimento nos estudos escolares, notadamente no ensino secundário e universitário.

Ficando mais difícil acumular o capital necessário ao ingresso nas classes dominantes, passou-se a definir o topo das burocracias públicas e privadas como o alvo da ascensão. Buscava-se a promoção das burocracias resultantes (as privadas) e propiciadas (as públicas). Como essas burocracias são organizadas de forma hierárquica, utilizando os graus escolares como requisitos de admissão e promoção aos diversos níveis de poder, remuneração e prestígio, houve uma demanda de escolarização em todos os graus. O ensino superior, por ser mais raro, teve sua demanda aumentada numa proporção superior à dos outros graus (CUNHA, 1989, p. 47-48).

Naquele momento, conforme Nívio de Campos, as instituições públicas eram as principais responsáveis pelas vagas no ensino superior. Já, no último quartel do século XX, esse quadro se alterou, como sublinha a passagem abaixo:

[n]o contexto das décadas de 1950 e 1960, [...] havia predomínio de instituições públicas de ensino superior. A partir da segunda metade do século XX, o ensino superior brasileiro inverteu-se, sendo que aproximadamente 80% da oferta de vagas, atualmente, estão no setor da iniciativa privada (CAMPOS, 2018, p. 67).

Amaral (2014, p. 91) assegura que a mobilização não foi geral em Guarapuava, pois era “evidente que as camadas médias estavam envolvidas, por serem elas as maiores interessadas, e sentirem a necessidade da educação superior e não possuírem condições de ir estudar fora da cidade, nos centros maiores”. Como já indicamos, naquele momento, a demanda pelo ensino superior se originava prioritariamente das camadas intermediárias da população (CUNHA, 1988; 1989).

Essa relação entre acessar o ensino superior e acumular as condições para assumir funções de direção técnica, cultural e política pode ser observada na manifestação do jornal:

sobrevivido ao período democrático que lhe seguiu, mas as coloca sob um rígido controle, impondo enormes restrições à vida associativa em geral, em nome de razões de segurança nacional” (LAHUERTA, 2003, p. 238).

[...] geração atual guarapuavana, nós, pais, chefes de família, responsáveis pelos que nos irão suceder, que deveria estar no lugar daqueles jovens, lutando, pugnando pela mais premente necessidade da juventude guarapuavana: **criação de cursos superiores em Guarapuava, criação de faculdades, para o aprimoramento intelectual de nossos filhos**, nossos sucessores nos destinos desta abençoada terra e que a devem recebê-la de nós convenientemente preparados e aptos a corresponderem às exigências da evolução da moderna civilização que irão enfrentar. E, quantas jovens vocações guarapuavanas anualmente não se perdem por falta de meios locais de aprimoramentos! (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968, grifo do autor).

A formação superior tratada é aquela necessária para aprimoramento intelectual dos jovens guarapuavanos; por isso, o impresso declarou que não somente os estudantes deveriam reivindicá-la, era importante que toda a população tivesse consciência, justamente porque não se tratava de um assunto particular, mas de interesses da coletividade. Tratava-se de legitimar socialmente a existência de instituições de ensino superior. Os interesses desses jovens, que representavam uma parcela da população, eram traduzidos como interesses universais. É a estratégia discursiva para legitimação de uma posição particular. A crença⁸⁰ que seu interesse particular tem uma força universal é que transforma um arbitrário social em um objeto legítimo, isto é, é a própria força do poder simbólico⁸¹ que opera uma violência simbólica⁸², como indicam os estudos de Bourdieu que tratam da dominação simbólica⁸³.

Quanto às reivindicações do ensino superior, Amaral e Herold Junior (2014) afirmaram que o senhor Alcides Regazzi, desde 1966, havia “conversado com representantes de todos os setores da cidade, como os representantes da

⁸⁰ Setton (2017) afirma que a crença é coletiva e produto de construções que remetem a um “jogo de forças entre os agentes ou grupos sociais diferentemente posicionados na estrutura social. Derivam do conhecimento de uma verdade, de seu conhecimento e reconhecimento social e individual, que se realiza como uma segunda natureza. As crenças se constituem como pano de fundo que orientam as condutas, os pensamentos, um conjunto de disposições éticas e estéticas que alimentam o sentido prático das ações individuais” (2017, p. 135).

⁸¹ Hey (2017) assevera que o poder simbólico pode ser entendido como aquele “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem, um sentido imediato do mundo social, mas também de como ele atua em um sistema de dominação contribuindo para ordenar as estruturas cognitivas de entendimento desta ordem” (2017, p. 292).

⁸² A violência simbólica “aplica-se a todas as formas brandas de dominação que conseguem ganhar a adesão dos dominados. Brandas em relação às formas brutais baseadas na força física ou armada [...]. Violência porque, por mais brandas que elas possam ser, tais formas de dominação não deixam de exercer uma verdadeira violência sobre aqueles que a sofrem, engendrando a vergonha de si e dos seus, o autodescrédito, a autocensura ou a autoexclusão [...]” (MAUGER, 2017, p. 360).

⁸³ A dominação simbólica, para Hey (2017), diz respeito “aquilo que permite a uma ordem social reproduzir-se no reconhecimento da arbitrariedade que a institui, ela é inscrita nas discussões mais amplas acerca de quais são mecanismos sociais que produzem e reproduzem as estruturas e como elas são (e estão) incorporadas nos indivíduos, agindo como um sistema de disposições práticas [...]” (2017, p. 151).

comunidade, os políticos locais e a comunidade escolar, secretarias de educação e percebeu com mais clareza as necessidades locais” (AMARAL; HEROLD JUNIOR, 2014, p. 314) a fim de montar uma espécie de dossiê para solicitação da criação de uma faculdade, junto às autoridades do Estado. Ou seja, existiam estratos sociais que demandavam esse serviço, sendo os principais beneficiários desse processo.

Além disso, a modernização em marcha, vista na abertura de rodovias, escolas, assim como em tantos serviços públicos e privados, preconizava a existência de trabalhadores especializados. No caso da educação secundária havia necessidade de professores formados nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, uma das principais atribuições veiculadas pela Faculdade Nacional (ligada à Universidade do Brasil), criada em 1939, a qual deveria ser tomada como modelo em todo o território nacional.

A tônica discursiva do Jornal era produzir uma divisão entre aqueles que estavam ao lado do progresso, da modernização. Logo, ao lado da educação superior. De outro, os indiferentes, os alheios. Na passagem seguinte, esse recurso associa que as novas gerações renegavam a própria história da cidade, remetendo à existência de novos grupos de poder, como identificamos no momento das derrotas de Antônio Lustosa, no início dos anos 1960.

Recebemos de nossos antepassados heróicos e abnegados desbravadores, que a despeito das dificuldades e privações próprias da época, com coragem indômita e sacrifícios ingentes aqui implantaram uma civilização cristã e nos transmitiram uma Guarapuava íntegra, espiritual e fisicamente. Já por falta de cultura que fez nossa atual geração por Guarapuava? Dilapidou-a ou a está dilapidando. Destruindo com pés o que Deus fez com as mãos, em sua beleza e pujança física, que nossos antepassados nos legaram, intactos (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968).

É possível dizer que o jornal produzia uma leitura de que o ensino superior era necessário. Ao mesmo tempo, reclamava de um certo rompimento com a tradição e história da cidade, notadamente com aquelas ligadas aos produtores rurais, em particular ao não verificar a defesa da Escola de Agronomia e Veterinária. Sem dúvida, percebia-se uma maior diversidade da cidade no comércio, a migração da população para a cidade, gerando novas configurações da própria organização da educação. No texto publicado, o caráter opinativo prevaleceu. E, a partir disso, solicitava-se um posicionamento da sociedade guarapuava, no caso, dos que possivelmente eram os leitores do jornal frente à problemática do ensino superior em

Guarapuava. Além disso, demandava da população uma tomada de posição ao conclamar:

Eis, pois concidadãos guarapuavanos, o atual e maior problema que se nos depara e está a exigir nossa imediata ação. Se ficarmos no comodismo de esperar pela ação somente do poder público [...] estaremos cometendo o crime de compelir nossos filhos, nossa juventude atual, a constituir amanhã uma geração trôpega e semi analfabeta! (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968).

A publicação exposta procurou produzir uma opinião pública sobre o assunto, por isso explicitou: “é problema, que urgentemente deve ser encampado pelos pais guarapuavanos, ricos ou pobres, brancos ou de cor, cujos filhos têm o mesmo direito e dever de ilustrar com cultura social e cristã suas jovens fronteiras (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968). Notavelmente, o *Folha do Oeste* encaminhou uma campanha em prol do ensino superior em Guarapuava, mesmo que tenha demonstrado sua predileção por uma Escola Superior de Agronomia e Veterinária, como veremos adiante. Ademais, tal reivindicação precisava ser a pauta de vários agentes, como se declara: “clero, autoridades, representações parlamentares, associações de classe, entidades sociais, imprensa, rádio e etc” (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968). Isso era importante, segundo o *Folha do Oeste*, porque havia a necessidade de contribuições financeiras e, nesse sentido, criação de um fundo específico para criação da faculdade em Guarapuava. Convertia-se um objeto particular numa cruzada universal, funcionamento comum do próprio discurso, como diz Bourdieu (2008b). O ensino superior era traduzido como obra coletiva, pois:

[...] conjugando esforços com sua juventude, inclusive através de companhias de contribuição popular para formação de fundo econômico, que somados ao de origem pública já existentes para esse fim poderia aparelhar modernamente um edifício para funcionamento de Cursos Superiores ante a realidade do qual não restariam razões a quem de direito negar o simples ato oficial de criação de uma ou mais Faculdades em Guarapuava que é o maior anseio de sua juventude estudantil (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968).

Com tal intuito, o Jornal expôs que a população guarapuavana do mesmo jeito que contribuía financeiramente para construção de “magníficos e custosos templos, símbolos da nossa fé cristã, a custa da contribuição popular, seu povo igualmente poderia construir também um templo de cultura intelectual para a sua juventude dilatar sua inteligência” (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968). Notemos a estratégia discursiva deste enunciado, reportando-se ao comportamento oriundo de um *habitus* religioso enraizado na história brasileira, para advogar o dever cívico-

religioso de todo cidadão com a pauta do ensino superior. É o próprio funcionamento do arbitrário social, isto é, um interesse particular que se pretende universal.

Essa publicação ocupou a primeira página por inteira. E, aos poucos, foi indicando o que haveria de ser feito em prol da criação de uma faculdade em Guarapuava. Paralelamente a isso, expressou uma concepção de educação:

Circula uma versão local, segundo a qual Guarapuava presentemente não pode ter Faculdade visto a redução do número de matrículas no 3º ano do curso Científico. A ocorrência de tal fenômeno, por certo, implicitamente ligado à falta de uma Faculdade em nossa Cidade. Pois grande porcentagem de alunos que dispõem de recursos econômicos, ao concluírem o Ginásio ou os primeiros anos do Curso Científico, se transferem para centros estudantis a fim de cursarem o 3º Científico concomitantemente como o tal “Cursinho”, indispensável para enfrentarem os vestibulares; outra porcentagem de alunos, em virtude da inexistência de Faculdades em Guarapuava e sendo o Curso científico exclusivamente específico para Cursos Superiores nada valendo para a vida prática, optam pelo curso do Comércio Contábil que uma vez concluído, além de igualmente lhes permitir acesso à Faculdade, os habilita a exercer uma atividade profissional rentável (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968).

A *Folha do Oeste* expressou que existiam comentários em Guarapuava de que a mesma não poderia ter um instituição de educação superior, devido à redução do número de matrículas no ensino científico. No entanto, o jornal, também, explicou a escassez das matrículas pela falta de uma faculdade. Acrescentou duas razões que justificavam as poucas matrículas no curso científico: 1) um percentual de jovens, que possuíam recursos econômicos, após conclusão do Ginásio ou dos primeiros anos do curso científico, procuravam outras cidades em que existiam faculdades, para finalização dos estudos e ingresso nas instituições de ensino superior e; 2) outro percentual de jovens optavam pelo curso de Comércio Contábil, uma vez que o curso científico era exclusivo para ingresso a cursos superiores, que pouco valiam para esse grupo social.

A partir disso, o jornal dá um indicativo de que a Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61 passou a regulamentar o ensino primário, secundário e superior. Assim, os cursos técnicos que promoviam a inserção no mercado de trabalho eram os mais procurados. No entanto, quando o *Folha do Oeste* menciona que uma das razões de poucas matrículas, especialmente no Curso Científico, é devido a não “valer para a vida prática” trata-se de uma percepção de educação utilitarista, evidenciando a defesa de uma faculdade que correspondesse de fato às preocupações imediatas dos sujeitos, como se posicionava a Escola de Agronomia e Veterinária.

Ao final da publicação é reiterado:

[...] apesar daquela briosa atitude vossa não ter logrado se quer merecer figurar posteriormente nas manchetes dos noticiários de nossa cidade, não obstante, ter-se constituído, talvez, no fato de maior substância cívica para nossa comunidade naqueles dias, não foi em vão. Apesar das aparências negativas ele constituiu-se em luminosa centelha que logrou rastrear as consciências dos vossos pais e responsáveis para os vossos destinos, a esta altura já se articulando para que a vossa Faculdade em perspectiva e justamente reclamada, mercê de Deus e da poderosa vontade do povo guarapuavano e de suas autoridades constituídas, seja em breve uma realidade concreta (FOLHA DO OESTE, 21/04/1968).

Amaral e Herold Junior (2014) afirmam que, desde de 1966, havia em Guarapuava uma equipe sob a orientação do “padre Egídio que realizou um trabalho de sondagem ‘uma espécie de estatística’ para comprovar que Guarapuava possuía todas as condições de abrigar e manter uma instituição de ensino superior” (AMARAL; HEROLD JUNIOR, 2014, p. 314). Tal questão já havia sido tratada por Marcondes (1985). Ambos os autores deixam de lado a preocupação que o *Folha do Oeste* teve em pautar o assunto em Guarapuava e, concomitantemente a isso, defender um modelo de instituição de ensino superior, que já estava presente desde 1953.

Em publicação “Guarapuava Monstrinha”, feita em 02 de junho de 1968, o *Folha do Oeste* tratou da exposição agropecuária que havia ocorrido em Guarapuava. Salientou que na cidade qualquer promoção lograva êxito. Desse modo, chamava atenção da coletividade para resolução dos “problemas vitais e necessários para consolidação da civilização que aqui se desenvolve em busca da plenitude do bem - estar social e humano de nossa gente” (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968).

Na pesquisa de Amaral (2014) e Marcondes (1985) é exposto que já havia sido proposto o projeto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Supomos, então, que o jornal, ao dizer que a população precisava se atentar aos problemas vitais e necessários para consolidação da civilização, proclamava para seu público leitor, aqui consideramos o grupo social dos herdeiros dos colonizadores de Guarapuava, que era imprescindível reivindicar uma faculdade que correspondesse aos seus interesses.

Nesse caso, o problema que se apresentava era a ausência de uma instituição de ensino superior que possibilitasse o desenvolvimento social, cultural e econômico. Na sequência, os argumentos se direcionaram novamente à questão das condições necessárias para a criação de uma ou mais faculdades:

Mais uma vez ocorreu a união do povo guarapuavano pró-construção e aparelhamento de um prédio para funcionamento da ansiosamente esperada FACULDADE de Guarapuava dádiva das mais régias e significativas com que atual geração dominante guarapuavana imortalizaria no consenso de seus pósteros e de sua juventude atual [...] Portanto, deve o nobre povo meditar bem sobre sua responsabilidade e dever de coesão em torno da urgente concretização de uma ou mais FACULDADES em Guarapuava, que para bem funcionar exige prédio e instalações adequadas que estão ao alcance do vosso econômico (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968).

O *Folha do Oeste* buscou impregnar a ideia de que Guarapuava poderia sim ter mais de uma instituição de ensino superior, fator que indica a manifestação de que era favorável à instituição de ensino superior que estava em tramitação (Faculdade de Filosofia), mas adicionada da tão sonhada Escola de Agronomia e Veterinária, principal bandeira de Antônio Lustosa.

Nessa direção, o texto publicado pelo *Folha do Oeste* procurou ecoar o pedido de tomada de providências dos interessados na formação do ensino superior. E, ainda, entonava que a “geração dominante guarapuavana” agradeceria tal atitude se isso fosse tomado como responsabilidade coletiva. Sendo assim, havia a necessidade de organização de um espaço e instalação de equipamentos para tal empreendimento.

A questão da formação da opinião sobre a necessidade de movimentação coletiva em prol da uma instituição de ensino superior deixa evidente que não se tratava de qualquer instituição de ensino superior. Nesse sentido, o Jornal exprimiu uma leitura das práticas sociais de Guarapuava de um determinado grupo social e, logo, demonstrou certo incômodo com a ausência de propostas e iniciativas para realização de tal intento. Nesse caso, argumentou:

Se apenas um punhado de resolutos cidadãos guarapuavanos demonstrou capacidade para construir o imponente Grande Hotel Guarapuavano S/A – orgulho da cidade –, maiores possibilidades têm o nosso povo, unido para construir um prédio talvez de menores proporções para funcionamento de uma faculdade (**de preferência inicialmente agronomia e veterinária**) que serão fontes do saber e nas quais será embeber de cultura civilizadora, mentes sãs dos nossos jovens de hoje, cidadãos guarapuavanos de amanhã (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968, grifo nosso).

Notável é a posição do *Folha do Oeste* na defesa de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária. Ademais, o periódico apresenta a faculdade supracitada como a ideal para o contexto guarapuavano. Na sequência do texto, chama a

atenção de toda a comunidade rural, após instalação desta, pleitear outro empreendimento:

[...] e, depois disso, caberia nossa valorosa comunidade rural também se unir para a formação de uma necessária cooperativa de produção e consumo, construindo igualmente um moderno frigorífico industrialização da nossa pecuária que se vislumbrou na primeira exposição feira (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968).

O empreendimento exposto diz respeito a locais que poderiam servir de laboratório para as práticas em agronomia e veterinária. Além disso, o *Folha do Oeste* exclamou que a faculdade daria, no período e no futuro próximo, um “[...] fecho de ouro a poderosa infraestrutura social e econômica da nossa monstlinha e querida Guarapuava” (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968). Por isso, expõe ainda que:

[...] o deputado Mattos Leão assumiu interinamente a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná. Que bela e azarada oportunidade mais uma vez teria aquele prestigioso e ilustre guarapuavano para retribuir consagradamente a honrosa outorga que esperançosamente nosso povo lhe conferiu colhendo esse feliz ensejo para influir na criação de uma faculdade em Guarapuava (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968).

No período, João de Mattos Leão tinha assumido a Secretaria de Educação do Estado e, por isso, o impresso reiterava a ideia de que era necessário um político importante para concretização da reivindicação guarapuavana. Nesse sentido, o jornal também comentou sobre o governador Paulo Pimentel⁸⁴:

[...] acreditamos que operoso e bem-intencionado o governador Paulo Pimentel que embora sendo filho de outro Estado, graças à cultura que teve a felicidade de receber quando jovem, mereceu a confiança dos paranaenses elegendo-se seu Governador, não ficará insensível ao maior anseio da estudante mocidade guarapuavana que aspira o mesmo direito de estudar para como sua excelência (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968).

Paulo Pimentel foi governador do Paraná entre 1966 e 1971. No seu governo, buscava se notabilizar pela representação do interior do Paraná, cuja simbologia se fez sentir na defesa da interiorização da educação, em específico do

⁸⁴ Paulo Pimentel foi governador do Paraná entre 1966 e 1971. Depois da Ditadura Militar ele aderiu à Arena. Pimentel ascendeu no âmbito político a partir do apadrinhamento de Ney Braga, embora eles travassem duras disputas na sequência. “Em abril de 1966, o governador Paulo Pimentel foi convidado a se encontrar com o general Costa e Silva em Brasília. Segundo o depoimento de Paulo Pimentel ao jornalista Hugo Sant’Ana, Costa e Silva solicitou que o governador paranaense convencesse Ney Braga a desistir da candidatura presidencial e aceitasse ser seu vice. No entanto, de acordo com Pimentel, a proposta foi mal recebida por Ney Braga” (BATISTELLA, 2021, p. 448). “Também temendo ser cassado, em virtude de ter se manifestado favorável ao retorno das eleições diretas, o governador Paulo Pimentel se posicionou favorável ao AI-5. Por meio de um telegrama enviado ao general-presidente Costa e Silva, no dia 17 de dezembro, Pimentel expressou a sua ‘confiança nos propósitos irreversíveis da Revolução’, manifestando o seu apoio integral a Costa e Silva” (BATISTELLA, 2021, p. 452).

ensino superior. Nádia Gonçalves e Sandro Gonçalves publicaram uma parte do discurso de Pimentel que revela as pretensões da política daquele momento:

O objetivo primordial do programa de Governo para o período 1966/70 baseia-se na concepção de desenvolvimento como um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de toda a população, decorrente do aumento da produtividade do trabalho dessa população, obtida pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção. Mas essa concepção não é em si suficiente. É necessário que o desenvolvimento integre, em seu processo, todas as camadas da população, todos os setores de atividade, todas as regiões do Estado e todas as manifestações da existência humana. A isso chamamos o desenvolvimento integrado que informou nossa plataforma de candidato e se converte em nossa filosofia de Governo (PIMENTEL, 1966 apud GONÇALVES; GONÇALVES, 2008, p. 155)

Em texto de Nívio de Campos, a ideia de associar o governo de Pimentel ao interior do Estado ganha visibilidade, notadamente numa passagem em que o *Diário dos Campos* reproduziu uma parte do discurso de Paulo Pimentel de novembro de 1969, do momento de assinatura da lei que criou as três universidades estaduais do Paraná:

Estou cumprindo uma meta que fixei ao assumir o governo, como homem do interior: a interiorização do Ensino, através da aglutinação em três grandes centros, de uma estrutura de ensino superior de alto nível, que acelerará o desenvolvimento caracterizado como um grande produtor agrícola, agora prepara as bases para consolidar a sua educação e cultura em alto nível. Esse esforço no setor educacional ajudará a grande meta de dar ao povo melhores condições, num futuro bem próximo (DIÁRIO DOS CAMPOS apud CAMPOS, 2015, p. 304).

Nesse ambiente se discutia a criação de uma faculdade em Guarapuava. Pelo modo como o *Folha do Oeste* expôs as possibilidades de trabalho com o deputado João de Mattos Leão enquanto ocupava a Secretaria de Estado de Educação e ressaltando a formação do governador, produziu uma ideia de manifestação segura e, ao mesmo tempo, certa em torno da criação da faculdade. Para isso, reiterou a imprescindível:

[...] formação de uma comissão de pais e estudantes guarapuavanos e que distante de cor política para desfigurá-la, a qual devem ter convidados a se integrar aos poderes judiciário, executivo e legislativo, clero, imprensa, rádio, associações de classes e profissões liberais, para ir à Curitiba e lá com o secretário Deputado João de Mattos Leão, com prefeito Nivaldo Kruger, Deputado Moacyr Silvestre, com presidente da Câmara Dr. João [Maria] Serpa Arruda e vereadores, com o nosso Bispo, com representante da Associação Industrial e Comercial de Guarapuava, com o comandante da unidade do Exército Nacional aqui sediado, com nossos juízes e promotores com nossos médicos, advogados, dentistas, agrônomos, arquitetos, veterinários, professores, Lyons, Rotary, bancários, radialistas e jornalistas, homens que tiverem a aventura de estudar a bem sabem a

importância que isso representa para a civilização de uma comunidade (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968).⁸⁵

Pode-se entender que o *Folha do Oeste*, pela forma como apresentou seus textos em torno da criação de uma faculdade, procura produzir um sentido de projeto coletivo. Isso significa que o jornal propõe uma intervenção social por meio de suas publicações. Ao mesmo tempo, configura-se como um elemento de difusão de informações atualizadas. Em 30 de junho de 1968 publicou a seguinte reportagem: “Faculdade não será mais problema”. Nesta, o periódico explanou que:

Nossa reportagem conseguiu ouvir o atual secretário da Educação Deputado Matos Leão (substituindo o Dr. Carlos Alberto Moro que encontra-se nos E.U.A) dizendo mesmo que não poupará esforços em poder oficializar em Guarapuava de tão almejado e justa reivindicação que será o funcionamento da Faculdade de Filosofia (FOLHA DO OESTE, 02/06/1968).

Interessante notar que não havia sido tratado pelo *Folha do Oeste* a questão de que já existia um projeto tramitando em torno da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na sequência da reportagem declarou que já tinham sido realizadas várias reuniões “em nossa cidade visando antecipar os acontecimentos para que a mesma consiga entrar em vigor ainda este ano” (FOLHA DO OESTE, 30/06/1968). Entretanto, divulgou: “[...] o deputado Matos Leão que ora assumiu as funções de Secretário de Educação afirmou que fará empenho junto ao Governador, para que sua cidade tenha ainda este ano uma Faculdade de Filosofia em pleno funcionamento” (FOLHA DO OESTE, 30/06/1968).

Desse modo, o texto foi finalizado afirmando que a Faculdade de Filosofia não consistia como primeira opção de Faculdade para Guarapuava, embora também correspondesse aos anseios da cidade. Nesse sentido, o *Folha do Oeste* assegurou ao parlamentar João de Mattos Leão que a juventude guarapuavana entenderia os

⁸⁵ Nivaldo Passos Kruger nasceu em Canoinhas (SC), no dia 27 de maio de 1929. Industrial e fazendeiro, foi eleito como vereador de Guarapuava, em 1958, pelo Partido da Representação Popular coligado pelo Partido Trabalhista Brasileiro em Guarapuava. Em 1963, foi eleito prefeito de Guarapuava pela mesma coligação. Permaneceu no executivo municipal até 1969. No mesmo ano foi eleito deputado estadual no Paraná pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No entanto, renunciou ao mandato de deputado estadual para disputar a eleição a prefeito de Guarapuava em 1972. Foi eleito novamente prefeito de Guarapuava. Em 1978, foi eleito deputado federal pela legenda do MDB pelo Paraná. Elegeu-se como o primeiro suplente de Roberto Requião ao senado na eleição de 1994, o qual assumiu como senador em 18 de dezembro de 2002 até final de janeiro de 2003, quando Requião renunciou ao senado para assumir o governo do Estado do Paraná. Fundou em 1965 a Associação dos Municípios do Paraná. João Maria Serpa Arruda foi vereador de Guarapuava, entre os anos de 1966 e 1969, pela legenda da ARENA. Não foi possível localizar mais dados biográficos de João Arruda.

objetivos que teve para pleitear a Faculdade de Filosofia, e não a de Agronomia e Veterinária. Nesse sentido, declarou:

[...] tenho certeza de que a juventude guarapuavana compreenderá os nossos objetivos e deixar que Guarapuava se transforme em breve na capital da cultura do Oeste Paranaense, pois a criação da Faculdade de Filosofia vem, também, de [sic] encontro aos anseios do povo daquela região que são obrigados a mandar seus filhos para a capital do Estado a fim de poderem cursar escolas superiores (FOLHA DO OESTE, 30/06/1968).

Com tal empreendimento, o *Folha do Oeste* contribui para a campanha de instalação de uma instituição de ensino superior em Guarapuava, mas pelas publicações feitas em 1968, especialmente nesse período, deixa clara a defesa de uma formação superior em Agronomia e Veterinária, considerada essencial para o desenvolvimento econômico de Guarapuava.

A força simbólica do antigo projeto de Lustosa pode ser observada na entrevista do Senhor Alcides Ragazzi, concedida à Mari Lucia do Amaral, em 03 de setembro de 2013:

A vontade sempre foi de fundar uma **Escola de Agronomia**. Daí entra a manifestação pública dos professores e das professoras que constituíram uma movimentação docente em favor de uma faculdade que formasse professores. Eu Alcides Ragazzi na época Padre Egídio pensava por ser uma região de muita pecuária e agricultura que a instituição pudesse ser uma Escola de Agronomia, mas esbarramos em muitos problemas, como os laboratórios, que eram muito caros para se adquirir, e, em como montar o corpo docente, precisavam vir todos de fora, então naquele momento não era viável Agronomia e era mais necessário a Faculdade de Filosofia (RAGAZZI, 03/09/2013 apud AMARAL, 2014, p. 92, grifo nosso).

O *Folha do Oeste* buscou converter o projeto da Faculdade criada em capital político aos representantes da cidade. Em 29 de setembro de 1968, publica um pequeno texto sobre a Faculdade de Filosofia que se vincula à campanha política de Moacyr Julio Silvestri e João de Mattos Leão. Desse modo, expôs que “uma grande conquista de Guarapuava foi a criação da Faculdade de Filosofia tão necessária para mocidade estudantil da nossa terra” (FOLHA DO OESTE, 29/09/1968). Na continuidade do texto, expõe o entrosamento do futuro prefeito e o governador do Estado. Para isso, o *Folha do Oeste* expressou que:

[...] dizem os nossos adversários que o deputado Moacyr Silvestre é um homem que renuncia mandato. E, nós responderemos...renuncia sim, povo de Guarapuava... mas renuncia para o bem de Guarapuava. Porque quando ele renunciou o seu primeiro mandato de prefeito, ele o fez para eleger Eloy Pimentel e para eleger o próprio atual prefeito Nivaldo Kruger (FOLHA DO OESTE, 29/09/1968).

Entendemos que o jornal buscava ser um dos porta-vozes da política no período, uma vez que por muitos anos disseminou a política feita pelo PSD. No período dos primeiros anos da ditadura militar, tratava de enaltecer os políticos supracitados. Desse modo, indicava um meio para permanecer em circulação, como também de articulação à configuração política do momento e a possíveis personagens da política local, da ALEP e da câmara federal de deputados.

Nessa direção, podemos acrescentar que Lustosa de Oliveira, segundo Walderez Pohl da Silva (2008), recebeu de braços abertos a ditadura militar em 1964, mesmo que tenha sido preso e investigado em 1965. E, ainda, a aproximação do *Folha do Oeste* com a figura de Moacyr Julio Silvestre, talvez, possa ser explicada pela configuração da política do momento. O modo como o jornal aborda as renúncias de Silvestre exemplifica o discurso veiculado de que seria alguém que fazia “tudo” por Guarapuava, retórica recorrente quando o *Folha do Oeste* tratava de Antônio Lustosa de Oliveira. Isso significa dizer que o jornal, no período, mostrava-se sintonizado às novas lideranças que convergiam aos interesses do grupo ligado a Lustosa.

Como se observa, as relações políticas ultrapassavam as disputas entre Arena e MDB, pois o jornal mostrava afinidade a Moacyr Silvestre (ARENA), mas também a Nivaldo Kruger (MDB). Se Antônio Lustosa saudou o golpe militar em 1964, mais tarde se filiou ao MDB, quando concorreu a deputado federal, em 1966, embora não tenha sido eleito. Nota-se, portanto, que as pautas do *Folha do Oeste* se ligavam ao movimento dos grupos políticos locais, notadamente às alianças construídas entre seu proprietário Antônio Lustosa e as demais forças que se apresentavam na cidade, como indicam os casos de Moacyr Silvestre e Nivaldo Kruger.

3.2 A FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS E O *FOLHA DO OESTE*

O subitem apresenta o processo de fundação da FAFIG, primeiramente, entendido como uma reivindicação local de alguns agentes, mas que se entrelaça à criação da instituição dentro do movimento de expansão do ensino superior no Brasil, a partir das faculdades isoladas, desencadeado após a década de 1930.

Processo, esse, em que se verificou no Estado do Paraná, dentre os anos de 1940 a 1970, sua maior recorrência, sendo muitas faculdades criadas e instaladas.

Para tratarmos do processo de criação da FAFIG, usamos os textos dispostos no *Folha do Oeste*, que trataram do Centro Estudantil Guarapuavano, e outros intitulados “Criada Fundação de Ensino Superior em Guarapuava” e “A dinâmica da Faculdade de Filosofia de Guarapuava”, assim como o Projeto de Lei 37/67, que criava essa instituição, disposto nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Como documento secundário, utilizamos os Livros de Registros da FAFIG, disponível no CDMGR. Este impresso debateu o projeto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras durante o processo de tramitação na Assembleia Legislativa, assim como no momento de sua criação no âmbito da lei (1968). No entanto, no momento de instalação não se posicionou, uma vez que O *Folha do Oeste* não circulou por entre 1969 e 1973. Não obstante, a partir de 1973, retomara em suas publicações as questões atinentes ao ensino superior, seja em forma de reportagens de divulgação da recém-criada faculdade, seja no formato de tomada de posição em defesa da antiga ideia de Escola de Agronomia e Veterinária.

No início deste capítulo mencionamos os três municípios que reivindicaram a criação de universidades nos anos de 1960: Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Já, em outros municípios do Estado, o enfoque foi a criação das primeiras instituições isoladas, como nos casos de Guarapuava e Cascavel. Orso (2011) assevera que na região Oeste do Estado, o ensino superior esteve vinculado ao desenvolvimento econômico. Logo, as diversas mudanças na região sinalizaram a escassez de uma formação superior. Nestes termos, nos anos de 1970, os centros urbanos mais desenvolvidos do Oeste, como os municípios de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, reivindicaram instituições de ensino superior, sentindo a necessidade, a partir de seu próprio processo de desenvolvimento, de ampliar as condições e os níveis de escolaridade. Outro fator importante nesse processo foi o argumento de que a instituição de ensino superior evitaria, no período, o deslocamento do estudante para outros municípios e estados.

Nesse contexto, em Guarapuava, a primeira instituição de ensino superior foi instalada em 1970. Segundo alguns dados trabalhados na pesquisa de Amaral (2014), Amaral e Herold Junior (2014) e Marcondes (1985), é possível afirmar que existiu a sinalização de dois projetos de instituições de ensino superior que

disputavam espaço, adeptos e, por isso, a implementação como a primeira faculdade de Guarapuava.

O primeiro diz respeito ao anseio de uma Escola Superior de Agronomia e Veterinária; e o segundo se refere à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O primeiro se justifica pela sua relação direta com o setor agropastoril de Guarapuava, notadamente sob a liderança de Antônio Lustosa, como mostramos no capítulo anterior desta tese. Paulino Orso (2011, p. 234), na sua pesquisa sobre o ensino superior no Oeste do Paraná, afirmou: “à medida que aumentava a produção, crescia a população e a economia inseria-se no contexto nacional, conforme o êxodo rural ia crescendo, ampliavam-se e complexificavam-se as relações sociais”; e no caso, passou a desenvolver a ideia de que a formação superior era imprescindível para manutenção e conservação das relações estabelecidas.

Podemos analisar o contexto guarapuavano a partir dessa ideia. À medida que Guarapuava, nos anos de 1950, foi complexificando as relações em torno dos processos modernizantes, ressaltamos que o poder político e econômico não bastava para conservação da elite dirigente. Nesse sentido, a contribuição de Orso (2011) exemplifica ao dizer que o “poder político, o espaço público e as instituições passaram a refletir mais explicitamente o jogo de forças e os interesses” (ORSO, 2011, p. 234) dos grupos sociais que disputavam o domínio político, econômico e cultural. Nessa interpretação fazia sentido o lugar da Escola de Agronomia e Veterinária na cidade de Guarapuava.

O segundo projeto correspondia à ideia de formação de professores para atuação no ensino secundário, ou seja, referia-se a uma demanda por professores e de alunos secundaristas. Amaral e Herold Junior (2014) explicitam que tal reivindicação foi movimentada e consolidada por autoridades locais, políticas e religiosas. Nesse aspecto, merece destacar o interesse da Igreja Católica em assumir direta ou indiretamente os projetos desse modelo de instituição, situação recorrente em muitos estados e cidades brasileiras, como indicam Névio Campos (2006, 2008, 2011) ao caso da capital do Paraná e Celso Carminati (2009) à experiência da capital de Santa Catarina.

Como já dissemos, o senhor Alcides Ragazzi⁸⁶, na época conhecido como padre Egídio Ragazzi, foi um dos expoentes para a efetivação da proposta da primeira faculdade em Guarapuava. Marcondes (1985) afirma que:

A primeira instituição de ensino superior de Guarapuava nasceu sob a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e sua criação foi marcada pelo esforço de muitas pessoas que no trabalho anônimo deram a sua contribuição desinteressada para que tal ideia se tornasse realidade (MARCONDES, 1985, p. 91).

Sem dúvida, esse projeto contou com adesão de personagens do meio político, que buscavam catalisar os efeitos simbólicos às suas trajetórias, mas ganhou um clima de mobilização geral, seja na forma anônima ou não de familiares e jovens desejosos a continuar seus estudos após o ensino secundário. Não obstante, não se tratava de algo desinteressado, pois essas faculdades se justificavam pela necessidade de formação de professores, situação marcante em todos os estados brasileiros, principalmente nas cidades do interior, como mostram os casos do Paraná e de São Paulo em que houve a criação e expansão de instituições públicas estaduais (CAMPOS, 2015, 2018; CACETE, 2014; CASTILHO, 2009).

Nesse aspecto, Núria Hanglei Cacete sublinha que “a Faculdade de Educação, Ciências e Letras assim concebida tinha como principal função a formação de professores para a escola secundária, sendo compatível com a produção do conhecimento e a prática da pesquisa” (CACETE, 2014, p. 1063). Ela se refere ao projeto idealizado na Reforma de Francisco Campos (1931), cuja ideia-força se manterá nos anos subsequentes. Segundo Núria Cacete (2014, p. 1064), “o nome adotado para as novas instituições, que, entre outras, teria a função de preparar professores para o ensino secundário, seria o de faculdades de filosofia ou faculdades de filosofia, ciências e letras”.

Segundo dados da pesquisadora Amaral (2014), além do Senhor Alcides Ragazzi, outro idealizador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi o padre

⁸⁶ O senhor Alcides Ragazzi chega como padre da Ordem dos Salvatorianos, em Guarapuava em abril de 1963, com o intuito de cuidar da fundação de uma nova paróquia e também de um seminário da Ordem dos Salvatorianos. A partir disso, estabeleceu relações profícuas com autoridades políticas locais e com profissionais liberais, uma vez que prestava “assistência espiritual aos funcionários da Lucher Brawm S/A, fábrica de celulose no Cândia, na comunidade do Salto Segredo” (AMARAL, 2014, p. 86).

Francisco Contini⁸⁷, que na época era diretor do Ginásio Santa Cruz. E, quando a FAFIG foi criada, ele se tornou seu primeiro diretor. Acrescentamos, ainda, que estiveram à frente desse processo, os professores Nelson Zagorski⁸⁸ e Newton Felipe Albach⁸⁹. Esse processo é narrado na entrevista de Alcides Ragazzi concedida à Mari Lucia do Amaral, em 03 de setembro de 2013:

O Padre Contini que era o diretor do Ginásio Santa Cruz e eu na época Padre Egídio constituímos uma comissão, um grupo de serviço composto por mim, pelo então Padre Contini, pelo professor Nelson Zagorski e pelo professor Newton Felipe Albach. Nós elaboramos todo o processo para a criação da Faculdade e protocolamos o processo, para que o mesmo recebesse parecer técnico e a aprovação. [...] Eu ajudei particularmente na parte burocrática e política eu viajava bastante, para cumprir as diligências que havia que tínhamos que cumprir (RAGAZZI, 03/09/2013 apud AMARAL, 2014, p. 90).

Esse trabalho da comissão se inseria num ambiente cultural e educacional mais amplo da cidade. Em primeiro, às questões emergentes da área educacional, como descreve Amaral (2014, p. 92):

O Sr. Ragazzi afirma que, na época, ouviu o Inspetor de Educação Estadual, que, então pareciam estarem mais acertados aos professores que estavam subordinados a inspetoria regional, como também conversou com os representantes da Secretaria de Educação do Município e levantou o que ele chamou de uma “estatística local” que, havia a necessidade de formar professores antes de qualquer outra coisa.

Além disso, é pertinente assinalar aspectos mais gerais, como a posição do Centro Estudantil guarapuavano⁹⁰. Ele foi importante para o desenvolvimento da ideia acerca do ensino superior em Guarapuava. Este Centro consistia em uma agremiação de estudantes de Guarapuava, situados em Curitiba, que organizavam debates, confraternizações, jogos e exposições culturais. Moacyr Julio Silvestre foi

⁸⁷ O professor Francisco Contini era padre da Congregação Salvatoriana. Formado em Licenciatura Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia Católica de Campinas, São Paulo, e em Filosofia pela Faculdade de Palmas. Contribuiu na elaboração do processo de implantação da FAFIG. Foi o primeiro diretor da FAFIG e ministrava a disciplina de Língua Latina.

⁸⁸ O professor Nelson Zagorski nasceu em Arapongas em 1940. Mudou-se para Ponta Grossa quando tinha seis anos. Estudou Matemática na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, dentre os anos de 1964 e 1967. Lecionou no Colégio Regente Feijó, no Kennedy, no Colégio Sagrada Família, que era uma escola particular, e num curso pré-vestibular para Engenharia, chamado Arminda Frare. Mudou-se para Guarapuava em 1969. Foi o segundo diretor da FAFIG e professor no curso de Matemática. Aposentou-se como docente pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava - FAFIG. Em meados dos anos de 1950 escrevia texto sobre ensino e educação no *Folha do Oeste*.

⁸⁹ O professor Newton Felipe Albach tinha formação em História. Ministrava a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no curso de História em 1970. Contribuiu para elaboração do processo de implantação da FAFIG. Não obtivemos maiores dados biográficos.

⁹⁰ A fundação do Centro Estudantil Guarapuavano com tal nomenclatura se deu em 1959. Anteriormente, segundo Oliveira (1978), chamava-se Centro Estudantil Cultural de Guarapuava.

uma das autoridades políticas que participou de algumas discussões no Centro Estudantil Guarapuavano, assim como Antônio Lustosa de Oliveira (MARCONDES, 2010).

Este último havia participado de uma conferência organizada pelos estudantes do Centro, ainda quando se chamava Centro Cultural Estudantil Guarapuavano, em 1954, uma vez que o programa estabelecido se chamava “Ciclo de Estudos Municipais” (OLIVEIRA, 1978). Ou seja, é possível perceber que em Curitiba se discutiam assuntos referentes à Guarapuava, e, no caso, os integrantes do Centro se intitulavam como aqueles que debatiam à luz da ciência o que era necessário para resolução dos problemas que envolviam Guarapuava. O Centro Estudantil Guarapuavano se constituiu em um espaço privilegiado para reivindicações e exposições, de autoridades políticas e universitárias, nas décadas de 1950 e 1960. Em publicação feita em 04 de maio de 1961, o *Folha do Oeste* noticiou:

De 24 a 29 de julho o Centro Estudantil Guarapuavano (CEG), com sede na Capital do Estado, irá realizar a II Semana Universitária com o intuito de aprimorar o nível cultural de nossa gente a exemplo da I SEMANA realizada em 1960, a iniciativa será apresentada no auditório da Rádio Difusora local, cuja direção e já colocou aquela dependência disposição do Centro Estudantil (FOLHA DO OESTE, 04/05/1961).

Observa-se que o evento proposto tinha, no Centro Estudantil Guarapuavano, o polo irradiador de cultura para Guarapuava. Logo, o jornal, ao publicar a II Semana Universitária descentralizada da Capital, dá entonação de ser um dos dirigentes das discussões que envolviam Guarapuava e o Oeste paranaense. O espaço reservado para tais discussões foi o auditório da Rádio Difusora, ou seja, tanto o *Folha do Oeste* publicou sobre a II Semana Universitária, como, possivelmente, a Rádio Difusora noticiou à população. Não encontramos edições do *Folha do Oeste* que tratou da I Semana universitária em Curitiba, ocorrido no ano de 1959.

Em 28 de maio de 1961, o *Folha do Oeste* enfatizou:

A sede C.E.G. encontra-se com uma certa agitação em torno da já esperada ‘Semana Universitária’, a realizar-se no próximo mês de julho em nossa cidade. Formou-se uma comissão organizadora, estando a frente o acadêmico Sidney Bastos Marcondes, que vem dando toda sua capacidade realizadora para que seja revestida a aludida Semana, do maior brilho possível. Os palestrantes já estão se preparando para mais um embate com a cultura. Significativa por todas as maneiras essa realização, e quiçá a gente guarapuavana dê todo seu apoio e incentivo. O Departamento

Cultural da União Paranaense dos Estudantes, do qual é diretor o universitário Murilo Walter Teixeira, que vem destacando-se da melhor maneira o nome de Guarapuava na Capital do Estado, convidou o acadêmico Valmir Gomes da Rocha Loures, a fim de que o mesmo proferisse palestra na cidade de União da Vitória, versando sobre o tema: Reforma Agrária (FOLHA DO OESTE, 28/04/1961, grifo do autor)⁹¹.

Observamos que a programação da Semana Universitária, segundo o *Folha do Oeste*, demarcava na cidade de Guarapuava um evento para discutir, talvez, os rumos de desenvolvimento da cidade e de outros municípios. Nesse sentido, o impresso informou que os palestrantes que compunham o Centro estavam se preparando para o evento, por isso, esperava que a população guarapuavana correspondesse com apoio e incentivo. Um dos convidados para a Semana Universitária foi Valmir Gomes da Rocha Loures, o qual teve, no período, a incumbência de tratar sobre Reforma Agrária contando com a participação do Secretário de Agricultura do Estado do Paraná.

Para finalizar o texto, o jornal afirmou “a reputação que o C.E.G. ostenta como entidade formadora e incentivadora da cultura, tradições e líderes estudantis, é das mais vivas e brilhantes” (FOLHA DO OESTE, 28/04/1961). Nesse viés, o Centro Estudantil Guarapuavano em Curitiba consistia em um agrupamento de estudantes, filhos de fazendeiros, com condições para manter os estudos na Capital.

Sendo assim, concordamos que o Centro Estudantil contribuiu para fomentar discussões universitárias em Guarapuava, mas não tem como deixar de lado quais eram as discussões que travavam e quem eram os universitários. Sendo assim, “convidou-se, nessa ocasião, a fim de que proferisse conferência sobre os primórdios de Guarapuava, Dr. Percival Loyolla⁹², o fazendo da melhor maneira possível” (FOLHA DO OESTE, 28/04/1961). A partir da assertiva acima, compreende-se que Guarapuava, na II Semana Universitária, foi discutida pelo viés daqueles que se consideravam líderes locais, tanto política quanto culturalmente.

O estudo de Marcondes (1985) é importante para refletir sobre a circulação das ideias acerca do ensino superior, pois

⁹¹ Sidney Bastos Marcondes era acadêmico do curso de Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), de família tradicional de Guarapuava, colaborava na organização das Semanas Universitárias. Já Murilo Walter Teixeira nasceu na cidade de Guarapuava no dia 12 de janeiro de 1937, sendo filho de Benjamin C. Teixeira e Alvina Walter Teixeira. Formou-se Odontologia em 1963, pela UFPR. Representou sua turma e foi o orador nas solenidades de graduação. Participou na política universitária, ocupando cargos na U.P.E. e no D.C.E. da Universidade Federal do Paraná, além de presidir o Diretório Acadêmico Guido Straube da Faculdade de Odontologia. E Valmir Gomes da Rocha Loures, de família tradicional fazendeira, foi prefeito de Laranjeiras do Sul, dentre os anos de 1982 a 1986.

⁹² Percival Loyolla foi Juiz de Direito. Pelas buscas feitas não encontramos outros dados biográficos.

[...] o assunto preferido de todas as reuniões de estudantes, dos artigos da imprensa local e dos comícios políticos quando o povo cobrava de seus representantes uma escola de nível superior para atender as reivindicações de grande maioria dos jovens de todo o Centro-Oeste do Paraná, cujos pais não possuem recursos financeiros para sustentar seus estudos em outras cidades, girava em torno da faculdade (MARCONDES, 1985, p. 91).

A reivindicação de uma faculdade se tornou um problema de ordem primária para ser resolvida. Dessa forma, com a presença do senhor Alcides Regazzi em Guarapuava e pela sua relação com Moacyr Julio Silvestre, efetivou-se o anseio de muitos que pleiteavam o ensino superior. A partir daí percebe-se que passou a ocorrer uma movimentação em torno do ensino superior em Guarapuava, com maior intensidade. Sendo assim, o *Folha do Oeste* publicou em 12 de maio de 1968, a criação da “Fundação de Ensino Superior em Guarapuava”. O que significa dizer que havia ocorrido uma movimentação antes da Fundação ter sido aprovada na Câmara dos Vereadores e ter sido sancionada pelo prefeito da época, Nivaldo Passos Kruger.

Isso significa dizer que a Fundação tinha sido resultante da tramitação do projeto na ALEP. O Projeto de Lei nº 37/67, da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 1967, pelo deputado Moacyr Julio Silvestri. E, por sua vez, constava a proposição dos seguintes cursos: Ciências, Geografia, História e Letras (PARANÁ, 1967, Art. 7º), os quais foram alterados pela Lei nº 5.888, de 13 de dezembro de 1968.

No estudo de Szeuczuk (2016) é argumentado:

Embora o município de Guarapuava, na década de 1970, contasse com um setor econômico predominante agrícola e madeireiro, havia poucas oportunidades para os profissionais liberais. Nesta perspectiva a área educacional traria maiores chances de trabalho, em contraposição à quantidade de escolas na região (SZEUCZUK, 2016, p. 95).

A criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pareceu ser a mais adequada para o momento. Entretanto, o autor acima traz à tona uma problemática entre formar professores para atuarem no ensino secundário e ter poucas escolas que ofertavam tal nível de ensino. Nesse processo, a criação da Fundação de Ensino Superior, publicada no *Folha do Oeste*, consistiu em uma das medidas necessárias para aprovação do Projeto de Lei 37/67. A Fundação de Ensino Superior, por sua vez, deveria estruturar a organização da instituição. Desse

modo, observamos na publicação de 12 de maio de 1967, na página 06 do *Folha do Oeste*, a publicização do Projeto de Lei nº 610/67 enquanto Lei nº 529/67, assim como a aprovação do Decreto nº 15/68 que tratava do Estatuto da Fundação Educacional de Guarapuava. Ressaltamos que o *Folha do Oeste* publicou as questões legais sobre a criação da Fundação do ensino superior. Obtivemos informações por meio do Jornal sobre o processo de fundação da FAFIG em uma publicação posterior aos anos de 1970, pois, como já dissemos, o *Folha do Oeste* não circulou por entre 1969 e 1973. Por isso, em alguns momentos, tratamos do processo pelo Projeto de Lei 37/67.

Em 03 de junho de 1973, o *Folha do Oeste* expôs que “numa demonstração eloquente de amor à sua terra natal, o senador João de Mattos Leão, quando deputado estadual, elaborou o Projeto de Lei nº 5.804 de 15/07/68, o qual criava a Faculdade de Filosofia de Guarapuava (FOLHA DO OESTE, 03/06/1973). De acordo com o Projeto de Lei, que consta nos arquivos online da ALEP, é possível afirmar que a autoria do Projeto de Lei 37/67 é do Moacyr Julio Silvestre, o que denota que João de Mattos Leão, ocupando no período interinamente o cargo de Secretário de Educação do Estado, contribuiu para aprovação do projeto em Lei nº 5.804.

Considerando os estudos de Marcondes (1985), em 30 de maio de 1968, a ALEP aprovou o Projeto de Lei 37/67 na versão da redação final. O Tribunal de Contas encaminhou à Comissão de Finanças com o seguinte parecer:

Legitima a intenção do nobre autor do presente plano de lei que visa criar na cidade de Guarapuava uma Faculdade de Filosofia, ensejando assim que aquela próspera coluna não se sinta inferiorizada em relação às demais o nosso “hinterland” que já possuem curso superior muitas vezes sem a sua importância social e cultural (PARANÁ apud MARCONDES, 1985, p. 94).

Marcondes (1985) declarou que o Projeto de Lei nº 37/67 foi encaminhado à apreciação do Governador do Estado do Paraná, enquanto João de Mattos Leão, que era Secretário do Interior e Justiça e na ocasião acumulava, interinamente, a pasta de Secretaria de Educação e Cultura, em apoio ao trabalho de Moacyr Silvestre enviou mensagem dizendo da necessidade de se criar uma instituição em Guarapuava.

O *Folha do Oeste* possibilitou aos seus leitores o acesso à informação sobre a Fundação de Ensino Superior que havia sido aprovada e sancionada pelo prefeito. E, ao noticiar tais regulamentações, no que tange à publicação de 1973, que traz informações sucintas sobre a Fundação da FAFIG, o periódico emite uma leitura

produzida do processo, condicionada, talvez, aos meios que dispunha na época, ao público leitor, ou talvez consistisse no modo de redigir as informações em um texto jornalístico. Se considerarmos a notícia como tal, sem problematizá-la, estaríamos enredados no que Vieira (2007) chama de ambivalência do jornal enquanto fonte:

[...] de um lado, corroborada pelo senso comum e por boa parte dos profissionais ligados à imprensa, de que a notícia é expressão de uma realidade que se impõe como fato objetivo e que é narrada de forma isenta pelos profissionais do jornalismo. De outro, em termos opostos, a ideia de tendenciosidade da imprensa (VIEIRA, 2007, p. 16).

Com tal afirmação precisamos recorrer a história do *Folha do Oeste* para compreendermos o modo de atuar após os anos de 1970. Ao revisitar sua história e suas pautas em torno da educação, bem como as formas de atuação política no cenário guarapuavano, entendemos sua abordagem do processo da Fundação da FAFIG. Marcondes (1985), no seu estudo sobre a FAFIG, afirmou que as manifestações do ano de 1968 (já tratadas no item 3.1) contribuíram para o desfecho da tramitação do Projeto de Lei nº 37/67. Salienta, ainda, que o *Folha do Oeste*, ao tratar da manifestação que ocorreu por parte dos estudantes secundaristas, contribuiu para despertar uma tomada de posição mais ampla em torno da criação de uma faculdade.

Nesse debate, Amaral (2014) afirma:

[...] as reivindicações em torno do processo de construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava a (FAFIG), foram estabelecidas por meio da movimentação política local, envolvida com a ordem eclesiástica, que estiveram diretamente ligadas aos setores sociais médios da população local, envolvendo profissionais da educação que necessitavam do diploma por uma questão de sobrevivência em relação à própria profissão (AMARAL, 2014, p. 92).

Tal constatação pode ser observada quando o senhor Alcides Regazzi e Pe. Francisco Contini foram mencionados como os propulsores das iniciativas em prol do ensino superior em Guarapuava, visto que o segundo foi indicado como diretor da instituição após instalação. Nesse sentido, observa-se a inserção do campo religioso na propagação do ideário de educação superior em Guarapuava, em particular no que se refere às instituições ligadas à Filosofia, Ciências e Letras.

Na publicação de 03 de junho de 1973, o *Folha do Oeste* mencionou que:

[...] objetivando imediata aprovação do projeto o padre Alcides Ragazzi fez um levantamento estatístico nos primeiros meses daquele ano em julho do mesmo ano e o então deputado estadual Mattos Leão Secretário do Interior

e justiça convidou padre Francisco Contini para montagem do processo de autorização (FOLHA DO OESTE, 03/06/1973).

Após a apresentação do Projeto de Lei nº 37/67 na ALEP, foi necessária a organização do processo para autorização da instituição em Guarapuava. Podemos afirmar que na relação social e política, entre o senhor Alcides Ragazzi e o deputado Moacyr Julio Silvestre, estabeleceu-se “o pensável” para montagem do processo de autorização de funcionamento da faculdade, conforme destacado por Amaral (2014). O processo de autorização se deu a partir da aprovação da Lei nº 5.804, incluindo-se “[...] professores para as quatro séries, biblioteca, prédio, mobiliário, contrato de aluguel do prédio com a Sociedade Brasileira de Educação e Assistência, regimento, currículo, secretaria diretoria” (FOLHA DO OESTE, 03/07/1973).

O espaço destinado à instalação da FAFIG foi o prédio da Associação Brasileira de Educação e Assistência, ou seja, espaço este da congregação salvatoriana, que cedeu, via contrato de aluguel, à prefeitura para ser instalada tal instituição. Mais tarde, a Prefeitura comprou o imóvel e, após conclusão do pagamento, passou para Fundação da Faculdade a documentação - escrituração⁹³. No que tange ao quadro de professores, o padre e professor Francisco Contini, indicado pelo deputado João de Mattos Leão, contou com a colaboração do professor Joselfredo Cercal de Oliveira⁹⁴, da Universidade de Ponta Grossa. A busca por professores para compor o quadro dos cursos que seriam ofertados na época, explicitou que em Guarapuava havia uma deficiência de professores com formação superior⁹⁵.

O *Folha do Oeste* expôs que o processo de autorização ficou pronto em setembro de 1968. E, nesse caso, “o processo foi montado para quatro cursos:

⁹³ De acordo com a documentação encontrada, por meio da Lei Ordinária nº 06/78 (somente em 1978), o prédio passou a ser da Fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

⁹⁴ Joselfredo Cercal de Oliveira foi aluno da 1ª turma do Curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa; foi professor no Curso de Geografia e História e do Curso de Licenciatura em História, no período de 1957 a 1985. Ocupou cargos como diretor da FFCL-PG, diretor do Museu Campos Gerais da UEPG, desenvolveu projetos de pesquisas sobre história e memória local e regional, em especial sobre a Educação Ponta-grossense, cujos resultados são apresentados no primeiro volume de memória intitulado “Educadores ponta-grossenses: 1850-1950”, publicado em 2002 (CARVALHO, 2010). No período da ditadura militar, ele foi um dos professores da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros.

⁹⁵ Os professores dos primeiros anos dos cursos de Geografia, História, Letras e Matemática foram: Ailton Luis Cornehl; Astrid Ansbach; Cecília Calixto Joânico; Domingo Uliana; Francisco Contini; Geraldo Sandon; Leonildo Xavier da Silva; Moacyr Albuquerque; Nelson Zagorski; Mewton Felipe Albach; Nildo Paes Campod; Pura Domingues Bandeira; Raul José Sozin; Ronaldo Canto Jorgensen; Sebastião Claro de Quadros; Syely Delinski e Vilson Souza Cherigado (MARCONDES, 1985).

Letras Matemática, História e Geografia” (FOLHA DO OESTE, 03/06/1973). Ao retomar o Projeto de Lei nº 37/67, observamos que inicialmente a proposta continha os seguintes cursos: Ciências, Letras, História, Geografia e Pedagogia. O primeiro (Ciências) não fez parte do processo de autorização. Além disso, conforme Marcondes (1985):

[...] como o curso de licenciatura em Pedagogia, na época, não oferecia vantagens, foi preciso propor a Assembleia Legislativa que fizesse a sua substituição pelo curso de Matemática, que era o mais procurado e o mais necessário de acordo com o mercado de trabalho (MARCONDES, 1985, p. 95).

De acordo com a Lei nº 5.804/68, os cursos aprovados possuíam o seguinte currículo:

- **Curso de Matemática:** Desenho Geométrico e Geometria Descritiva; Fundamentos de Matemática Elementar; Física Geral; Cálculo Diferencial e Integral; Geometria Analítica; Álgebra, Cálculo Numérico;
- **Curso de Geografia:** Geografia Física; Geografia Biológica (Biogeografia); Geografia Humana; Geografia Regional; Geografia do Brasil; Cartografia; Sociologia; Antropologia Cultural;
- **Curso de História:** Introdução ao Estudo da História; História Antiga; História Medieval; História Contemporânea; História da América, História do Brasil, Sociologia; História da Filosofia.
- **Curso de Letras:** Língua Portuguesa: Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Latina, Linguística Teoria da Literatura; Língua Inglesa e Norte Americana: Língua Inglesa; Teoria da Literatura; Literatura Inglesa e Norte Americana.
- **As Cadeiras pedagógicas eram:** Psicologia, Adolescência e Aprendizagem; Elementos de Administração Escolar e Didática e Prática de Ensino, sob forma de estágio Supervisionado (BRASIL, 1968).

De acordo com a Ata disposta no Livro de Registro de 1970 da FAFIG e, de acordo com a pesquisa de Szeuczuk (2016), em todos os cursos foi inserida a disciplina de “Estudos de problemas brasileiros”, atendendo à determinação da ditadura militar⁹⁶. De acordo com Lerner (2016), a disciplina Estudos de problemas

⁹⁶ Embora não seja objeto específico desta tese, consideramos importante assinalar a relação entre Lustosa e *Folha do Oeste* com o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Em 1964, Antônio Lustosa de Oliveira, segundo Silva (2008), foi favorável à Ditadura Militar até primeiro de junho de 1964. Chegou a organizar reunião de militares de Ponta Grossa com os militares de Guarapuava com vistas a evitar subversão das tropas guarapuavanas. No entanto, foi denunciado por corrupção pela Associação de Tesoureiros e Economistas e Oficiais Economistas de Administração do Paraná, exonerado da presidência da Caixa Econômica do Paraná e inquérito instaurado para aferição das denúncias. Foi preso dia 25 de junho de 1964 no Hospital Militar do Paraná, ficando por 3 dias. Recebeu várias visitas, mas destacamos a visita de Bento Munhoz da Rocha Neto. Silva (2008) expõe que o Inquerido Policial Militar atestou inocência de Lustosa. Em 1966, filiou-se ao MDB e apoiou Bento Munhoz da Rocha Neto para as eleições a governador do Estado. Nesse contexto, o *Folha do Oeste* foi favorável ao Golpe de 1964, divulgando a ideia de uma revolução necessária.

brasileiros (EPB) deveria ser ministrada aos alunos do ensino superior com a finalidade de prepará-los moral e civicamente, assim como um meio para defender os valores espirituais e éticos da nacionalidade, e contribuir para a segurança e o desenvolvimento nacional.

Nos espaços universitários, a EPB configurou-se como um meio estratégico para “[...] afastar a juventude da ‘ideologia mal sã’ por meio da socialização em valores, ideias e comportamentos capazes de regenerar a moral cristã e a obediência a Deus, à Pátria e à Família” (LERNER, 2016, p. 1034). Nessa direção, a disciplina deveria contribuir para a formação dos jovens, segundo a lógica da ordem. A formação viabilizaria, também, o distanciamento dos jovens universitários das ideias do comunismo, fator que apresentava risco para o regime político do período.

A universidade se configurava como espaço adequado para pensar a modernização do país, no entanto, tal intento precisava estar aliado aos valores morais e patrióticos. Assim, o ensino universitário deveria ser capaz de “formar profissionais qualificados, líderes e dirigentes, como também por ser capaz de inculcar valores nos jovens” (LERNER, 2016, p. 1042).

A movimentação em prol de faculdades de formação de professores estava inserida num contexto mais amplo, como já mencionamos. A esse respeito, Núria Caceta (2014, p. 1066) reitera:

A expansão do ensino superior brasileiro deu-se muito mais pela multiplicação de escolas que pela ampliação das já existentes. As faculdades de filosofia, embora previstas originalmente como núcleo central da universidade, acabaram por se multiplicar, isoladamente, acompanhando a tradição do ensino superior brasileiro de escolas profissionais isoladas, respondendo à pressão por ensino superior de uma sociedade em processo de mudança, com crescente aspiração a esse nível de ensino.

Assim ocorreu no Estado do Paraná. A interiorização passou a acontecer a partir de políticas estatais, mas sem deixar de se perceber alguma relação com lideranças da Igreja Católica, como se percebe no caso de Guarapuava. No contexto do final dos anos 1950, conforme Núria Cacete:

Em 1957, dos 28 cursos de formação de professores secundários no país, ministrados em faculdades de filosofia ciências e letras, 21 eram em instituições particulares. Dos 1.991 alunos matriculados nesses cursos, 1.401 estudavam em instituições particulares. A maioria dessas instituições era, até aquele momento, fundamentalmente católica (IBGE, 1957 apud CACETE, 2014, p. 1067).

Havia uma prevalência de instituições privadas, notadamente católicas se considerado o contexto brasileiro. Em regra, a Igreja Católica se associava às universidades estatais, como evidenciam os casos da Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (Universidade do Paraná). Paralelamente, os católicos iniciam suas próprias instituições, como indicam os casos da Universidade Católica do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2018) e Universidade Católica do Paraná (CAMPOS, 2011, 2010).

Esse tipo de instituição tem aparição tardia no Brasil, pois apenas a partir dos anos 1930 foram criadas. Os modelos de alcance nacional são a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1935) e a Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal (1935). No Paraná, como já dissemos, foi criada em 1938. A situação de instituição isolada é uma das características das Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Isso assumiu um quadro mais complexo, uma vez que “com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1961) nº 4.024, após um longo período de debates nos órgãos legislativos, não mais se exigia a presença obrigatória de uma faculdade de filosofia para a constituição de universidades” (CACETE, 2014, p. 1067). No entanto, nos anos 1960, mesmo no formato de instituição isolada, houve grande crescimento dessas faculdades, como destaca Núria Cacete (2014, p. 1070): “as faculdades de filosofia vinham, nesse período, apresentando um crescimento significativo, sobretudo como iniciativa do setor privado do ensino superior. Entretanto, faltavam professores licenciados frente ao aumento das matrículas no ensino médio”.

Dando continuidade à publicação do *Folha do Oeste* mencionamos uma passagem que trata da fundação da FAFIG:

[...] com a criação da Lei Federal nº 5.540, transferindo a competência de autorização para o Conselho Federal de Educação o processo sofreu um atraso em seus trâmites, sendo, entretanto, remetido ao Conselho Federal de Educação no início de 1969, e finalmente em outubro do mesmo ano retornou Conselho Estadual de Educação, para parecer e conforme novas determinações, sendo finalmente aprovado (FOLHA DO OESTE, 03/07/1973).

A passagem do Jornal se refere à configuração das responsabilidades pelo ensino superior, já definidas desde 1961, embora teve assumida sua dimensão precisa na reforma da educação superior, em 1968. Segundo Núria Cacete (2014, p. 1071),

Ao Conselho Federal de Educação, criado pela LDB 4.024/61, caberia uma série de atribuições que lhe conferiam substancial soma de poder, como a de estabelecer o currículo mínimo e a duração dos cursos superiores, além do controle sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados federais e particulares. Cabia, portanto, ao CFE um papel importante no processo de reestruturação das faculdades de filosofia, assim como na ordenação da expansão do ensino superior no país.

A Lei da Reforma Universitária alterou muitos projetos de criação e instalação de faculdades e universidades. E a FAFIG não ficou isenta disso. Por isso, foi sancionada a autorização de funcionamento em 16 de janeiro de 1970, pelo Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici. Vejamos que o *Folha do Oeste* expressou que foi um processo moroso e que teve alterações decorrentes das políticas federais do período. Entretanto, expressou-se: “desnecessário seria dizer da vibração da gente guarapuavana com a preciosa notícia e já no início de fevereiro de 1970 foram recebidas inscrições ao concurso vestibular” (FOLHA DO OESTE, 03/06/1973).

É importante assinalar que as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras foram convertidas, seja as já existentes, seja as novas, em espaços exclusivos de formação de professores. Delineava-se algo muito distinto do projeto presente na Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (MENDONÇA, 2002; CARDOSO, 1982). No entendimento de Núria Cacete (2014, p. 1073),

Esse período foi marcado pela grande expansão do setor privado a partir da criação de inúmeras faculdades de filosofia, ciências e letras, criadas, em sua grande maioria, nos anos de 1960 e 1970, tendo as licenciaturas polivalentes e as licenciaturas curtas como cursos inaugurais. São essas que estamos denominando de novas faculdades de filosofia, ciências e letras, que surgiram então com sua denominação apresentando esses três títulos isolados ou combinados dois a dois. Encerrou-se assim o ciclo das faculdades de filosofia concebidas como modelo integrador/articulador das universidades. Abriu-se, entretanto, uma nova fase na qual as novas faculdades de filosofia se expandiram e se multiplicaram como escolas isoladas, constituindo-se em agências de formação compulsória (e reduzida) do professor da escola secundária.

As inscrições do exame de vestibular ocorreram entre 03 e 20 de fevereiro de 1970. Houve 110 inscritos para o curso de Letras, 70 para o curso de Matemática, 93 para o curso de História; e 61 para o curso de Geografia, sendo 50 vagas para cada curso (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1970). Segundo o *Folha do Oeste*, a FAFIG, no primeiro “vestibular contou com 330 candidatos para 200 vagas” (FOLHA DO OESTE, 03/06/1973). Dos alunos que

ingressaram na FAFIG em 1970, 162 colaram grau em 15 de dezembro de 1973. Destes, 48 alunos em Letras Português-Inglês, 40 alunos no curso de História, 38 em Geografia, 36 em Matemática (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1970).

De acordo com o *Folha do Oeste*, em fevereiro de 1970, foi realizada a solenidade de instalação da FAFIG. Esteve presente o Secretário de Educação e Cultura, Dr. Cândido Martins de Oliveira, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado. A aula inaugural, segundo o *Folha do Oeste*, foi proferida pelo Superintendente de Ensino Superior Professor Euclides Migliari⁹⁷, sob a direção do padre Francisco Contini, tendo como secretário o professor Nilson de Souza Rodrigues⁹⁸.

O *Folha do Oeste* finalizou sua publicação, enfatizando os aspectos legais:

Em 1971, foi convidado eminente senador João de Mattos Leão para ministrar a aula inaugural, como homenagem muito especial ao ilustre homem público que muito fez pela conquista de nossa faculdade. A 21 de abril de 1972 foi apresentada ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU) o ofício designando Comissão Verificadora para o reconhecimento da Faculdade. Em dezembro de 1971, o prédio onde funcionava a Faculdade foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Guarapuava e doado a Faculdade, com escritura de Compromisso de Compra e Venda. Nos primeiros dias do mês de julho de 1972, compareceu no estabelecimento a Comissão Verificadora, e o processo foi encaminhado à Brasília ao DAU. No ano em curso de 1973, foi implantada a Reforma Universitária. Atualmente o processo de reconhecimento de nossa Faculdade encontra-se no Conselho Estadual e Federal de Educação. O relator é o eminente Professor Heitor Gurgulino, Diretor do DAU (FOLHA DO OESTE, 03/07/1973).

O *Folha do Oeste*, com o conjunto das publicações, mostrou uma certa objetividade no trato das informações que pretendia divulgar. Assim, concatenou vários eventos que foram importantes no processo de autorização de funcionamento e reconhecimento da instituição. Por isso, o jornal como:

[...] potente mecanismo de produção de memória, deve ser problematizado de tal forma que o texto jornalístico seja interpretado como enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar normas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para ação social (VIEIRA, 2007, p. 14).

O *Folha do Oeste* expôs o que considerou ser importante para seu público leitor. Assim, na produção do texto, o periódico trabalhou a questão da veracidade

⁹⁷ Não localizamos informações a respeito desse professor.

⁹⁸ Não localizamos informações a respeito desse professor.

dos fatos, isto é, “[...] a verdade que se apura é geralmente a veracidade que se publica. Mas, não é a última verdade e nem sequer a verdade definitiva” (BAHIA, 1990, p. 22). As passagens destacadas, nesta parte, ensejaram indicar as tomadas de posição deste Jornal. Além de informar o processo de criação e instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as notícias operavam uma certa conversão desse acontecimento extraordinário no interior dos acontecimentos ordinários, ao associar essa instalação à história da luta pelo ensino superior que remontava às iniciativas subsumidas aos grupos envolvidos com as questões culturais, políticas, econômicas e educacionais, notadamente o *Folha do Oeste* e Antônio Lustosa.

A instalação dessa instituição de ensino superior significou em parte a realização da reivindicação da população guarapuavana. Se tivesse sido instalada a Escola Superior de Agronomia e Veterinária, também atenderia parte da população, pois corresponderia aos anseios de outro determinado grupo. Isso indica que a pauta do ensino superior consistia numa ação que interessava diretamente alguns grupos, no entanto, essa reivindicação particular ganhava, nas publicações do *Folha do Oeste* – embora a predileção pela Escola de Agronomia e Veterinária - uma dimensão universal, de interesse de toda a cidade, aspecto que reafirma o que Bourdieu (2008) denomina de força da representação.

3.3 AS MANIFESTAÇÕES DO *FOLHA DO OESTE* APÓS A INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Neste subitem, abordamos as manifestações do *Folha do Oeste* no que tange às atividades da FAFIG, posteriormente a sua instalação. Esse Jornal, na década de 1970, disputava espaço com outros jornais, sendo o principal *Esquema do Oeste*⁹⁹. O *Folha do Oeste* não circulou por algum tempo, dentre os anos de 1969 e 1973. Retornou a circular em 15 de abril de 1973, indicando inicialmente uma matéria sobre a FAFIG. No texto intitulado “Reportagem da Folha esteve na Faculdade”, expressou que havia ocorrido uma visita à FAFIG com intuito de divulgar os trabalhos realizados pela instituição e, conseqüentemente, manter seu público leitor informado.

Bahia (1990) afirma:

⁹⁹ Na pesquisa de Szeuczuk (2016) o Jornal *Esquema do Oeste* forneceu maior visibilidade à fundação e instalação da FAFIG.

[...] o jornalismo deve estar atento ao seu propósito imediato de levar ao público as informações [...] desde o começo, o jornalismo busca influenciar e alterar padrões de comportamento, induzindo atitudes, registrando formas de produção e gerando hábitos de consumo (BAHIA, 1990, p. 31).

Nesse sentido, identificamos o *Folha do Oeste* preocupado em informar, difundir informações ao seu público nos anos de 1970. Distanciou-se um pouco da questão política, se comparado aos anos de 1950. Foi publicado pelo *Folha do Oeste* em 15 de abril de 1973:

[...] na quarta-feira passada tivemos o prazer de realizar uma rápida visita a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, onde fomos recebidos muito gentilmente pelo ilustre Professor e Padre Francisco Contini. Digno diretor de nossa Faculdade aproveitando a oportunidade, palestramos longamente com aquele dedicado mestre, ocasião em que ele nos relatou pormenorizadamente detalhes de sua recente visita à Brasília, assim como, o trabalho que vem desenvolvendo em frente dos destinos do nosso principal estabelecimento de ensino (FOLHA DO OESTE, 15/04/1973).

Observamos um cuidado com a redação da notícia. O *Folha do Oeste* circulava aos domingos e, no caso, havia sido visitado a FAFIG na quarta-feira, dia 11 de abril. O texto publicado é resultante de uma reportagem. Bahia (1990), ao tratar sobre reportagem, afirma:

Toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem. Isso quer dizer que a notícia não muda de natureza, mas muda de caráter quando evolui para a categoria de reportagem. A reportagem é, portanto, uma espécie de notícia que, por ter as suas próprias regras, alcança um valor especial (BAHIA, 1990, p. 61).

Verificamos que o texto faz uma descrição da recepção que teve a reportagem do *Folha do Oeste* na FAFIG e, na sequência, expôs que o diretor da instituição tinha ido a Brasília tratar do processo de reconhecimento da instituição. Nessa situação, o Jornal deixa seu público informado da parte legal da faculdade e, ao mesmo tempo, informava os melhoramentos no prédio da instituição:

Salientou, na oportunidade o professor continua o trabalho de ampliação que foi executado no prédio da faculdade [...] aumentou de 15 para 26 o número de salas de aula o que vem dar perfeitas condições para o ensino de 750 alunos que hoje estudam na faculdade. Disse ainda o dinâmico diretor que o Museu Entomológico, depósito Schneider, recebeu novas e amplas instalações para facilitar o acesso de pessoas que desejam visitar e conhecer a maior coleção de insetos do país (FOLHA DO OESTE, 15/04/1973).

O periódico expressou que a faculdade possuía um espaço apropriado para o ensino e também à pesquisa, quando trata do Museu Entomológico. Também

divulgou a informação de que era possível a população realizar visitas ao Museu. Nesse sentido, o *Folha do Oeste* ocupou uma posição de anunciador das “boas novas” em Guarapuava, a partir dos trabalhos realizados pela FAFIG. E, nessa direção, o Jornal destacou:

Sobre os trabalhos da Faculdade destacou a movimentação ativa do Departamento de História que está coletando dados dos arquivos para elaboração da História de Guarapuava atividade esta que vem sendo coordenada pelas professoras Pura Domingues Bandeira e Alcioly Terezinha Abreu com participação dos alunos do 3º e 4º. Quanto que Departamento de Letras, está se preparando para promover um curso de extensão Universitária sobre o título ‘Teoria da Literatura e Linguística’. O Departamento de Geografia promoveu em outubro curso de extensão Universitária sobre direção do IBGE do Rio de Janeiro (FOLHA DO OESTE, 15/04/1973).

Os trabalhos realizados pela FAFIG nos quatro departamentos foram contemplados no Jornal. O que nos chamou atenção corresponde às atividades do Departamento de História. De acordo com a notícia publicada, o curso de História iniciou as atividades coletando fontes para a escrita da história de Guarapuava nos arquivos que havia no período. Inferimos que o *Folha do Oeste* tenha sido usado como fonte, pois é citado nos livros dos diversos memorialistas e da acadêmica no período, Gracita Gruber Marcondes, que atualmente possui livros publicados sobre memória e história de Guarapuava, usados nas escolas locais.

Ao difundir a informação sobre as atividades acadêmicas dos departamentos da FAFIG, é possível inferir a necessidade de mostrar à população guarapuavana a articulação entre a instituição de ensino superior e a sociedade. Nesse sentido, compreendemos o *Folha do Oeste* como um agente social. De um lado, faz uma leitura da realidade; de outro, busca elementos para justificar sua ação.

Divulgou, também:

Outra informação interessante, que o padre Contini nos revelou que o Diretório Acadêmico da FAFIG já instalou nova iluminação em sua cancha de esportes que agora em modernos refletores oferecerá ótimas condições para a prática nas diversas modalidades de esportes praticados pelos estudantes (FOLHA DO OESTE, 15/04/1973).

As atividades do Centro Acadêmico também foram pauta de reportagem feita pelo *Folha do Oeste*. Informou que havia melhoramentos na quadra de esportes. Vieira (2007, p. 19) afirma que a imagem da imprensa “tanto ontem como

hoje, estava associada ao seu poder de influenciar a sociedade, de formar a chamada opinião pública”.

Em publicação feita em 20 de abril de 1973, o *Folha do Oeste*, no texto intitulado “Professores da Faculdade vão aprimorar Matemática” divulga que:

[...] objetivando oferecer as melhores condições possíveis aos seus alunos e ao mesmo tempo aprimorar os conhecimentos de seus professores, a Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava vai mandar oito professores a Poços de Caldas para participar do 9º colóquio brasileiro de Matemática a ser realizado naquela cidade mineira pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) do Conselho Nacional de Pesquisa, de 9 a 28 de julho próximo. O conclave pedagógico a ser desenvolvido na velocidade mineira vai reunir os maiores nomes da Matemática brasileira (FOLHA DO OESTE, 20/04/1973).

A participação do evento indica, segundo o *Folha do Oeste*, uma integração entre os professores da FAFIG e outros pesquisadores da área da Matemática. Logo, corresponde ao aprimoramento dos conhecimentos, por parte dos professores, mas também, projeta a instituição frente a outras. Vejamos a exposição dos objetivos:

[...] o governo brasileiro, através do Conselho Nacional de pesquisa, promove periodicamente cursos de aprimoramento para professores do ensino superior, oferecendo desta forma amplas condições de aperfeiçoamento para os mestres de todo o Brasil. Desta feita no 9º Colóquio Brasileiro de Matemática, nossa faculdade estará representada por diversos de seus professores do Depto. de Matemática evidenciando o grande desempenho na direção do nosso principal estabelecimento de ensino em acompanhar as determinações governamentais. Eis os professores que representarão a nossa faculdade em Poços de Caldas: Leonilda Xavier da Silva, Nelson Zagorski, Ana Maria Pereira Souza, Geraldo Sanson, Orlando Marques, Aparecido Aroldo Sasso, Wilson Rocha e Roberto Antonio Vorgeraw (FOLHA DO OESTE, 20/04/1973).

Observamos que o Jornal emite uma apreciação do município de Poço de Caldas, e que os professores da FAFIG eram merecedores de um descanso e, ao mesmo tempo, poderiam ampliar seus conhecimentos sobre a cultura de Minas Gerais.

[...] após o encerramento do curso a 28 de julho os professores guarapuavanos deverão aproveitar alguns dias para visitar os principais pontos turísticos da famosa cidade mineira, como merecido prêmio pelo esforço dos queridos mestres, que não medem sacrifícios para aprimorar e elevar a cultura da nossa gente. Afinal, eles merecem um veraneio no final de tanto trabalho (FOLHA DO OESTE, 20/04/1973).

Podemos inferir que a necessidade de construção de uma identidade para a FAFIG, o forjar uma história para a instituição. Isso pode ser observado pelo modo

como dissemina a ideia de articulação dos professores da instituição local estabelecendo relações com outros de lugares distintos.

Na publicação de 03 de junho de 1973, o *Folha do Oeste* deu destaque ao espaço construído para alojar a coleção de insetos do Senhor Hipólito Schneider. No texto intitulado “Museu de Insetos”, o *Folha do Oeste* publicou que

[...] foi construído junto ao prédio da Faculdade, um local especial para abrigar o Museu de Insetos do Senhor Hipólito Schneider. Ali está exposta para visitação pública e, principalmente para os estudantes, mais de 30 mil insetos da coleção do Schneider. Inclusive o Entomologista está organizando uma coleção com todos os dados técnicos [...] O local onde os insetos estão dispostos é uma sala de 8 m por 9 m, o que facilita a visitação de um grande número de pessoas. Schneider começou a interessar-se por insetos aos sete anos de idade, quando iniciou a sua primeira coleção. Contudo, como não houve estímulo ele perdeu essa coleção. Mas, sendo um grande amante da natureza montou outra coleção, a qual está hoje com mais de 30 mil insetos e é, uma atração todo especial em nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é um orgulho para Guarapuava (FOLHA DO OESTE, 03/06/1973).

A divulgação da ideia de visitação ao Museu de Insetos, aliada às melhorias do prédio da FAFIG, sustenta a ideia de que Guarapuava estava progredindo, uma vez a que instituição de ensino superior representava um espaço da ciência e produção de conhecimentos. A visita ao Museu pode representar aquisição cultural e ampliação de conhecimentos sobre os insetos. Inferimos que o *Folha do Oeste* suscita a ideia de formar uma opinião pública sobre a FAFIG e seus desdobramentos na sociedade.

Em 02 de dezembro de 1973, é publicado um texto denominado “Gritando no Deserto”. Este, por sua vez, rememora a aspiração da Escola de Agronomia e Veterinária. Para isso, republicou a Lei nº 1.453 que resultou do Projeto de Lei 63/53. Depois disso, publicou de novo seu texto, na ocasião de 20 de dezembro de 1953, sobre a Escola de Agronomia e Veterinária. Na sequência do texto, expôs:

[...] que tal, fazer-se uma tentativa de ressurgimento da Lei supracitada, bastando, para isso, que os responsáveis pelos destinos administrativos e políticos dessa terra solicitem a um deputado, que seja amigo de Guarapuava, para requerer na Assembleia Legislativa do Estado, o pedido de revigoração da Lei nº 1.471, de 28 de novembro de 1953 e estará essa cidade de gloriosas tradições e cultura, contando com mais um estabelecimento de ensino superior, tão necessária e útil, principalmente, agora que a grande e rica comuna guaracaense está se transformando em notável opulento celeiro da prosperidade paranaense [...] (FOLHA DO OESTE, 02/12/1973).

O *Folha do Oeste* retoma a ideia da Faculdade de Agronomia e Veterinária e, ainda, entona a figura de Antônio Lustosa de Oliveira. Explicitou que, no período,

Guarapuava poderia ter duas instituições de ensino superior. Isso seria importante para o desenvolvimento de Guarapuava e do Estado. Na sequência do texto, foi exposto:

[...] produzindo milhares de toneladas de produtos agrícolas, e também extraordinário desenvolvimento no campo da indústria pastoril, benesses que proporcionam o ensejo para que a mocidade estudiosa Guarapuava e dos municípios vizinhos, disponha, com mais facilidades dos meios para conquistar a nobilitante profissão de agrônomo ou de veterinário, capacitando-a, tecnicamente, para confirmar e levar ainda mais o nome desta terra da Promissão, destinada a produzir riquezas incalculáveis, como gigantesca ajuda para o Paraná, conquistar muito em breve a esperada e honrosa supremacia desenvolvimentista, entre os mais prósperos do Estado e da Federação Brasileira (FOLHA DO OESTE, 02/12/1973).

Com tal publicação, o Jornal enfatiza a defesa do ensino superior agrícola. Capdeville (1991) afirma que nos anos de 1960 “passou-se a estimular a formação de agrônomos e veterinários e seu aperfeiçoamento profissional em níveis de mestrado e doutorado. Criaram-se ‘institutos’ de Economia Rural e outros para que pesquisassem e apresentassem soluções para os problemas rurais” (CAPDEVILLE, 1991, p. 245). No entanto, em Guarapuava, nos anos e 1970, não foi apenas o periódico que demonstrou posicionamento favorável à criação de outra instituição de ensino superior, para atendimento às demandas agropecuárias. Szeuczuk (2016) afirma que

Desde os primeiros anos da FAFIG, havia o interesse na criação de um Centro Universitário em Guarapuava e que os novos cursos fossem relacionados às atividades rurais. O Centro Universitário possibilitaria novos cursos, aqueles mais requisitados pela sociedade local, como de “Agronomia, Engenharia Florestal e Veterinária” (SZEUCZUK, 2016, p. 107).

A partir da assertiva acima, podemos inferir que o *Folha do Oeste* integrou o movimento que lançou o projeto de formação superior. Isso pode ser compreendido como uma reivindicação local, em que esse impresso foi um dos principais a disseminar a ideia, a partir da proposição de seu proprietário, mas sem deixar de corresponder a um movimento em torno da produção e expansão dos conhecimentos em agronomia e veterinária, assim como dos interesses das entidades ligadas aos produtores rurais no Brasil.

Abandonava-se a crença de que todos os conhecimentos necessários ao desenvolvimento agrícola estavam disponíveis, bastando transferi-los aos agricultores. Percebeu-se que os conhecimentos existentes não eram suficientes. Urgia intensificar tanto a formação de profissionais quanto a produção de conhecimentos (CAPDEVILLE, 1991, p. 245).

Em Guarapuava chegou-se a fundar uma Associação Educacional do Centro-Oeste do Paraná, pela Prefeitura Municipal pela Lei nº 145/1972. Na publicação do *Folha do Oeste*, em 02 de dezembro de 1973, declarou-se que a presença de forças políticas era decisiva, para efetivação de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária. Por isso exclamou:

A sugestão acima apontada para possibilitar o revigoramento da lei que criou a Escola de Agronomia e Veterinária de Guarapuava, prende-se, ao fato desprimoroso e inacreditável deste grande, populoso e rico município, não ter nenhum seu representante na Assembleia Legislativa do Estado ou no Parlamento Federal para reivindicar ou defender os interesses gerais desta terra e de seus laboriosos habitantes, os quais no passado, desde o tempo do império, sempre contaram com vozes altivas e vigilantes de dedicados representante seus, com assento no parlamento Paranaense. 'o tempora! o mores!' (FOLHA DO OESTE, 02/12/1973).

Verificamos que a pauta no *Folha do Oeste* condizia com a movimentação em torno de tal instituição por parte de políticos locais. Szeuczuk (2016) afirma que houve a presença dos interesses políticos na disponibilização de crédito especial para funcionamento da Associação Educacional do Centro Oeste do Paraná. Embora “não houvesse impedimentos legais para doação de recursos financeiros deste montante, [...] a legislação do período não obrigava as prefeituras municipais a investirem recursos próprios com o ensino superior” (SZEUCZUK, 2016, p. 112).

Diante das considerações destes três itens, é possível dizer que o *Folha do Oeste* assumiu o problema do ensino superior como pauta importante, notadamente no período entre os anos de 1950 e 1970. Embora a predileção pela Escola de Agronomia e Veterinária existisse, não deixou de noticiar e manifestar que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras representava uma iniciativa importante à cidade. Com a fundação da FAFIG, o *Folha do Oeste* procurou ser pautado pela objetividade e técnica na redação dos textos publicados, mas, pela análise do que foi publicado sobre a FAFIG em 1973, preocupou-se em mostrar a necessidade de articulá-la ao contexto guarapuavano e projetá-la como um espaço de cultura e produção de conhecimentos.

Ao mesmo tempo, em dezembro de 1973, reaparece a figura de Antônio Lustosa de Oliveira e o Projeto da Escola Superior de Agronomia e Veterinária. Fator esse que colabora na argumentação de que o *Folha do Oeste* se configurou como um agente social interessado em intervir no mundo social. O Jornal fez publicações endossando a reivindicação por uma instituição de ensino superior em Guarapuava, e, usando das características do jornalismo, posicionou-se na defesa do ensino

superior agrícola e veterinário. Isso nos remete à trajetória do seu proprietário, um sujeito que se constituiu nos meios dos impressos e das letras, transformando seus jornais numa verdadeira extensão de sua atuação política, isto é, um intelectual, seja no sentido cultural ou político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sustentou a tese de que o jornal *Folha do Oeste* se constituiu em um espaço de intervenção política e formativa (intervenção intelectual) de uma fração dos grupos de Guarapuava, utilizando a pauta do ensino superior como uma das estratégias para defender uma ideia de modernização e de desenvolvimento da região e da própria cidade. Em outros termos, constituiu-se em um lugar de intervenção intelectual, no qual a educação, tomada em sentido lato, era entendida como um meio para conduzir a cidade e a região aos modelos propagados nas principais cidades do Brasil e nos meios urbanos da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte.

O *Folha do Oeste* caracterizou-se como um meio de produção, disseminação e publicização da ideia de modernização e desenvolvimento, expansão da escolarização e criação de instituições de ensino superior, primeiramente da Escola Superior de Agronomia e Veterinária e, em seguida, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIG). Dessa forma, constituiu-se como um dos meios de produção e difusão cultural, elegendo o problema do ensino superior como uma de suas agendas de intervenção, sem deixar de se vincular às ações de seu proprietário, Antônio Lustosa de Oliveira, bem como aos interesses dos grupos alinhados e aliados a ele.

O discurso que circulou no impresso buscava construir representações sobre o contexto guarapuavano, sobre o fazer da política e jornalismo, assim como os conflitos políticos que envolveram Antônio Lustosa de Oliveira e o integralismo, a política do PSD e os projetos propostos na ALEP. Ademais, o *Folha do Oeste* demonstrou uma preocupação com a adesão de seus leitores, justamente, porque a manutenção da circulação do periódico em Guarapuava necessitava de um certo número de leitores assinantes e, principalmente, porque isso corresponderia, potencialmente, a adesão às representações propaladas pelo periódico. Em alusão a Bourdieu, esse impresso foi um meio, uma condição para apresentação e legitimação de um discurso performático de Guarapuava, na tentativa de produzir um modo singular de perceber a realidade, associado à visão de mundo de uma parcela da população e torná-lo legítimo perante os que tinham acesso ao jornal ou às suas outras formas de difusão, como ao canal de rádio que também era propriedade de Antônio Lustosa.

Assim sendo, os responsáveis pelas edições deste Jornal se configuraram como agentes importantes para sistematização de um discurso performático. Por um lado, o *Folha do Oeste*, ao publicizar a defesa da formação superior, explicitou um domínio simbólico de determinado grupo que defendia a expansão do ensino primário e secundário para Guarapuava, assim como a criação de instituições de ensino superior. Por outro, expôs uma pauta recorrente nos anos de 1950, que correspondia à expansão do ensino superior agrícola e veterinário no país.

Nessa direção, o *Folha do Oeste* como meio de intervenção política e formativa se posicionava como um dos principais divulgadores da pauta da educação agrícola, associando um projeto de alcance nacional à história de formação agrícola e pecuarista de Guarapuava e da região. Concomitantemente, indicou as problemáticas que envolviam a implementação do ensino superior agrícola e veterinário, em particular nos anos de 1960, quando se posicionou em defesa da FAFIG, sem deixar de assinalar a prevalência de uma Escola de Agronomia e Veterinária.

Guarapuava, nos anos de 1950, apresentava um baixo nível de escolarização e uma predominância de ocupação na zona rural. Naquele contexto, o *Folha do Oeste* buscava conformar uma visão homogênea da cidade, na tentativa de legitimar a si mesmo e os grupos que eram seus portadores discursivos. No entanto, isso não significava que inexistiam disputas. Ao contrário, a própria defesa da política do PSD, presente no periódico, indicava que os jornais eram espaços de disputas partidárias, de representação do mundo social e de práticas culturais. Entretanto, a forma como o *Folha do Oeste* se apresentava, por meio dos seus diretores/editores, mostrava a articulação entre os interesses da política e do universo cultural. Não se percebia uma separação entre esses dois espaços, característica recorrente nas principais cidades do Paraná e do Brasil, como indica a bibliografia utilizada nesta tese.

Defendemos a ideia de intelectual como mediador, ou seja, os “jornalistas” do *Folha do Oeste* e Antônio Lustosa de Oliveira foram compreendidos como mediadores culturais, sendo agentes do político ou/e do cultural. Nesse processo, Lustosa de Oliveira, ao imiscuir-se no universo da escrita, assim como ao herdar um *habitus* familiar e social, transitou em vários espaços, notadamente no cultural e no político, na tentativa de construir um caminho que convertesse os interesses de um grupo particular em interesses coletivos. Antônio Lustosa de Oliveira, na condição de

agente dotado de capitais econômico, cultural e social, investiu, estrategicamente, na produção de impressos em Guarapuava como forma de intervenção social. Sua origem familiar e social demonstrava ser detentor de capital cultural, resultando em várias experiências na criação de jornais, em particular do *Folha do Oeste* no início dos anos 1930. Ao modo das práticas do jornalismo no Brasil, ele associou jornalismo e política, convertendo este impresso numa extensão de sua ação político-partidária, embora toda a retórica de objetividade. Ao mesmo tempo, as notas e matérias jornalísticas, para além de fazer circular informações, correspondiam à força das representações que pretendiam converter horizontes de expectativa particulares ou de uma fração da sociedade em horizontes comuns ou de todos.

O jornal enquanto um impresso de um grupo local defendeu aquilo que estava presente nos debates dos demais jornais brasileiros, mesmo que em menor proporção. Por isso, a inovação jornalística em Guarapuava estava muito mais vinculada à atualização e ao vínculo das discussões sobre desenvolvimento, educação e cultura da cidade e da região. Notadamente, verifica-se tal questão no modo como o *Folha do Oeste* criou formas para abarcar o que havia de “novo” no jornalismo, em torno do conceito de objetividade, e a maneira como produzia um discurso de efeito local, a partir de problemáticas que tinham forte reverberação social, dentre elas o acesso à formação superior de filhos dos fazendeiros e a projeção de uma representação de que a cidade e a região necessitavam de grupos dirigentes, isto é, de “guias” do processo de modernização e desenvolvimento.

Ao problematizarmos o *Folha do Oeste* como uma estratégia da intervenção intelectual, a partir da defesa da proposição do ensino superior para Guarapuava, entendemos que ele era um lócus privilegiado para Antônio Lustosa de Oliveira publicizar sua representação da realidade e projetar uma ideia de formação alinhada aos interesses de seu grupo. O jornal disseminou a ideia de que o desenvolvimento guarapuavano atrelava-se às proposições e à defesa do deputado Lustosa de Oliveira, como se observa no tratamento dado à Faculdade de Agronomia e Veterinária.

Além disso, é importante dizer que tal ideia encontrava ressonância nas políticas de expansão universitária, povoamento e desenvolvimento do Paraná, o que indica uma visão de continuidade do poder político e domínio cultural, uma vez que com a inserção de novos agentes na arena política estadual, havia a

necessidade de demarcar espaço da atuação do proprietário do jornal. A figura de Antônio Lustosa de Oliveira como homem da cultura e da política, herdeiro, mediador das ideias e projeção das oligarquias agrárias, leva-nos a considerar a construção de uma representação específica de Guarapuava, pela via do ensino superior agrícola e pecuarista, embora sem considerar as condições da realidade local para implementação da instituição. No entanto, tal proposição disseminada e defendida pelo *Folha do Oeste*, dentre os anos de 1953 a 1973, pode ser vista como uma representação da posição social ocupada pelos fazendeiros em Guarapuava, fator que incide diretamente na disputa pela concepção de educação defendida.

Nesse sentido, Lustosa de Oliveira pode ser compreendido, também, como guardião da ordem moralizadora, ou seja, agente que considera o transitar pelos diversos campos como um elemento que legitima sua ação enquanto intelectual. Por isso, acentuou o discurso da necessidade de modernização e progresso material a partir dos anos de 1920. Já nos anos de 1950, observou-se que Antônio Lustosa de Oliveira teve a preocupação com a formação dos herdeiros da antiga elite agrária local, justamente, para afirmar a modernização conservadora na sociedade guarapuavana.

Ao considerarmos Lustosa de Oliveira como homem da cultura e da política, compreendemos o processo de modernização e desenvolvimento requerido, por ele, em uma perspectiva restrita, uma vez que as oligarquias mantiveram a hegemonia política no Brasil republicano. Como resultante disso, por um lado, nota-se a modernização atrelada ao desenvolvimento econômico de Guarapuava e sua estrutura enquanto espaço citadino. Por outro lado, observa alto grau de exclusão social e política da população. Isso explica a recorrente defesa dos processos de modernização, paralelamente, ao reduzido engajamento em prol das instituições democráticas.

A busca pela formação de uma elite dirigente pode ser percebida pelas manifestações do *Folha do Oeste*, quando passou a disseminar a proposição da Escola Superior de Agronomia e Veterinária, em 1953, e nos anos finais de 1960, quando publicou um texto favorável ao movimento dos secundaristas em prol de uma faculdade em Guarapuava. Nessas manifestações o jornal expôs uma interpretação do contexto guarapuavano para justificar a importância de tal instituição de ensino superior. Fato esse que denotou a crença no valor da educação como instrumento de ascensão social (no caso, manutenção do *status quo*), meio de

reparação dos problemas sociais existentes (desenvolvimento econômico e cultural de Guarapuava), produção de uma harmonia social (resolver os problemas que envolviam o Oeste paranaense), educação superior com enfoque prático como distinção entre os produtores de conhecimento sobre a agricultura e pecuária (agrônomos e veterinários) e aqueles que iriam colocar em prática os conhecimentos produzidos por eles (técnicos em agropecuária) e, por último, manutenção do homem no campo (controle social).

O jornal explicitou o movimento local em prol da FAFIG, mas nem por isso deixou de fazer suas considerações em defesa da Escola Superior de Agronomia e Veterinária. Produziu um discurso de engrandecimento de Guarapuava para justificar a possibilidade de instalação das duas instituições de ensino superior, no início dos anos 1970. Se considerarmos a primazia do *Folha do Oeste* na defesa da Escola Superior de Agronomia e Veterinária para Guarapuava no final dos anos 1960, principalmente no momento da proposição da criação da FAFIG, reconhecemos a relação de força política estabelecida entre os componentes da comissão em prol desta última, as autoridades políticas local e estadual e a equipe do *Folha do Oeste*. Nesse sentido, percebemos que o jornal não possuía condições objetivas – representante político que sustentasse e promovesse, no período, a intervenção política necessária para implementação da Escola Superior de Agronomia e Veterinária –, porém, estimulado pela possibilidade de implementação da FAFIG, manteve a defesa da necessidade de formação em Agronomia e Veterinária.

Antes de finalizar, é importante reiterar que esta tese privilegiou o *Folha do Oeste* como fonte de pesquisa. Assim sendo, soma-se às demais pesquisas já existentes que usam esse impresso, ampliando-se à medida que enfoca o problema do ensino superior. As possibilidades de pesquisa a partir deste periódico não se esgotam, uma vez que, por exemplo, pode ser investigada a manifestação de professores secundaristas no jornal, pela página literária que compõe o periódico e a atuação dos professores da FAFIG. Ou outras temáticas de pesquisa que envolvam imprensa e educação. A peculiaridade de nossa pesquisa consistiu na explicitação de que o *Folha do Oeste* assumiu uma posição em defesa da prevalência da educação superior agrícola e pecuarista. Desse modo, esta pesquisa contribuiu para mostrar como as discussões em prol dos estudos da história do ensino superior, notadamente do ensino superior agrícola, foram defendidas pelos herdeiros das

antigas elites agrárias, como forma de perpetuação de um grupo dirigente. Além disso, sobre a história das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a presente tese explicita que a proposição da FAFIG também não esteve isolada do movimento de expansão da interiorização das instituições de ensino superior no Estado, porém, não se configurou como primeira proposição para Guarapuava e nem esteve isenta de disputas por um ideal formativo.

Enfim, esta tese se insere nos estudos que tratam da história da educação e do ensino superior em Guarapuava, mas se particulariza ao enfocar a perspectiva do *Folha do Oeste* quanto à defesa do ensino superior, notadamente da educação superior agrícola. Ou dito de outro modo, diferencia-se dos estudos existentes por tratar este periódico como um meio de intervenção intelectual, em que o ensino superior foi uma das pautas consideradas de alta relevância pelo seu proprietário e pelos editores ou diretores, caracterizando-se numa estratégia de projeção cultural e política dos que estavam à frente das publicações, notadamente de Antônio Lustosa de Oliveira. Particulariza-se, ainda, por explorar a ideia de uso deste jornal como um espaço de mediação (meio do cultural e do político) entre os interesses dos grupos herdeiros das antigas famílias de ruralistas e os horizontes de expectativa que se buscava legitimar como expressão de toda a cidade de Guarapuava e toda a região Oeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

A CIDADE. Guarapuava: Gráfica Guairacá, 1933-1935.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de; MARCONDES, Gracita Gruber. **Escravidão e Trabalho**. Guarapuava: Fundação Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, 1991.

AMARAL, Mari Lucia do. **Trabalho, educação e transformação da sociedade em Guarapuava-PR nas décadas de 1960 e 1970**: o processo de criação da FAFIG. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

AMARAL, Mari Lucia do; HEROLD JUNIOR, Carlos. Educação superior no interior do Paraná: o processo de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG (1960-1970). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 57, p. 311-322, jun. 2014.

ASSIS, Francisco de. Apresentação: imprensa do interior: conceitos a entender, contextos a desvendar. *In*: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 13-19.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BATISTELLA, Alessandro. A trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná (1965-1979). **Revista de História Regional**, v. 26, n. 2, p. 442-479, 2021.

BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)**. Curitiba: UFPR, 2016.

BERGAMASCHI, Ana Carolina de Almeida. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola**: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão seguido a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 71-79.

BRASIL. **Decreto nº 11.530**, de 18 março de 1915.

BRASIL. Câmara Federal de Deputados. **Projeto de Lei 164/55**. Brasília, 1955.

BRASIL. Câmara Federal de Deputados. **Projeto de Lei 2.364**. Brasília, 1960.

BURITY, Luiz Mário Dantas. Os ilustres intelectuais da modernidade agrícola: a estruturação do corpo docente da Escola de Agronomia do Nordeste (1934-1950). **Educação**, v. 7, n. 2, p. 67–74, 2019.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014.

CALABRE, Lia. Rotativas no ar: o radiojornalismo. **Eco-pós**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, ago/dez., p.30-45, 2005.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória. *In*: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria N. (org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CAMPAGNOLI, Karina Regalio. **“Da zelosa mãe e esposa à recatada professora, trabalhadora e cidadã de direitos”**: representações das mulheres e da sua educação no Diário dos Campos nas décadas de 1920/1930. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

CAMPOS, Nívio de. Ensino superior no Paraná: avanço da ação estatal (1950-1970). *In*: ROIZ, Diogo da Silva (org.). **A história intelectual**: entre instituições e letrados na historiografia brasileira. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015. p. 287-316.

CAMPOS, Nívio de. Ensino superior no Paraná (1949-2013). *In*: ROIZ, Diogo da Silva (org.). **A educação em perspectiva histórica**: temas e problemas. Serra, ES: Multifontes, 2018. p. 67-98.

CAMPOS, Névio de. Intelectuais e sistema de ensino livre no Paraná na década de 1910. **Revista de História Regional**, v. 18, p. 62-85, 2013.

CAMPOS, Névio de. Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba: insígnia do ensino superior católico paranaense (1950). **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 1, p. 53-61, 2011.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: UFPR, 2008.

CAMPOS, Névio de. Ensino superior no Paraná: notas sobre a produção acadêmica. *In*: II Seminário Interinstitucional de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2., 2018, Cascavel. **Anais [...]** Cascavel: Unioeste, 2018. p. 514-527. Disponível em: https://www5.unioeste.br/eventos/anais/ANAIS_II_SIPERS_UNIOESTE_2018_e_book.pdf. Acesso em: 4 dez. 2021.

CAMPOS, Névio de. O papel do clero e do laicato católico no processo de constituição da Universidade Católica do Paraná. **Cadernos de História da Educação**, v. 9, p. 187-205, 2010.

CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Ensino superior nas páginas do Diário dos Campos (1947-1950). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 273-290, jul./set. 2016.

CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 63, p. 205-239, 2018.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. Campo político. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 90-93.

CAPDEVILLE, Guy. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, p. 229-261, set./dez. 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A Universidade da Comunhão Paulista (o projeto de criação da Universidade de São Paulo)**. São Paulo: Autores Associados, 1982.

CARMINATI, Celso João. Intelectuais e políticos na expansão do Ensino Superior Catarinense na década de 1950. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 148-159, 2009.

CASTILHO, Myrian Lucia Ruiz. **Memória e história da formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957-1976)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2009.

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil: século XIX. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 01-06, dez. 1996.

CARVALHO, Silvana Maura Batista de. **A formação do professor de história na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970: propostas curriculares e memórias docentes**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, p. 15-29, jan./jun. 2011.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 705-725, set./dez. 2007.

CLEVE, Joerling J. Cordeiro. **Povoamento de Guarapuava: cronologia histórica**. Curitiba: Juruá, 2009a.

CLEVE, Joerling J. Cordeiro. **Cel. Luiz Daniel Cleve: memória histórica**. Curitiba: Juruá, 2009b.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

COUTINHO, Ednaldo Gonçalves. **Capitalismo tardio e educação profissional: as escolas agrotécnicas federais de Barbacema, Rio Pomba e Uberlândia (1940-1970)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de São Carlos, São Carlos, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DONI FILHO, Luiz. **História da Escola Agrônômica do Paraná (1918-1993)**. Curitiba: Editora UFPR, 1995.

DORNELLES, Beatriz. O futuro dos jornais do interior. **Intratextos**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 21-36, 1º sem. 2012.

DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In: **História e ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 283-311.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 83-102.

FÁVERO, Maira de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: UFRJ /INEP, 2000.

FERNANDES, Márcio; HORST, Sheila Joanne; GIORDANI, Renatha. **100 anos de imprensa em Guarapuava**: veículos, circulação e personagens. Guarapuava: UNICENTRO, 2017.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **A organização da instrução pública primária no Brasil**: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FOLHA DO OESTE. Guarapuava: Gráfica Guairacá, 1937-1973.

FRASSON, A. C. **O ensino superior em Ponta Grossa**: o tempo das faculdades. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2002.

GAVA, Eliziane. **O fenômeno fascista da Ação Integralista Brasileira (ABI) no Oeste paranaense**: conflitos políticos na região de Guarapuava (1935-1938). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

GOMES, Emerson de Souza Gomes; VESTENA, Leandro Redin. A Expansão da Mancha Urbana da Cidade de Guarapuava-PR, entre 1940 e 2016. **Geografia**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 163 - 183, abr. 2018.

GOMES, Ângela de Castro. 2013. **Olhando para Dentro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GOMES, Marquiana Freitas Villas Boas. **Trajetória socioambiental de Guarapuava**: leituras da paisagem. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. **O impresso como intervenção social**. Curitiba: Apris, 2016.

GONÇALVES, Nadia Gaioffato; GONCALVES, Sandro. Desenvolvimentismo e Educação no Paraná (décadas de 1960 e 1970). **Diálogos**, v. 12, p. 143-171, 2008.

GOTTWALD JUNIOR, Luiz Alberto. O romantismo alencariano na narrativa cinematográfica: uma análise de Iracema, a virgem dos lábios de mel, em Jaime Konchin, Vittorio Cardinali e Carlos Coimbra. **O Olho da História**, Salvador, n. 21, Salvador (BA), jul; p. 70–83, 2015.

GUEBERT, Carolina Aparecida. **Da intelectualidade princesinha, a coração do Brasil**: trajetória, sociabilidades cívico letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX). 2018. - Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

HAGEMAYER, Rafael Rosa. 1968: a derrubada do ensino pago no Paraná. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **1968 faz trinta anos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 95-128.

HEY, Ana Paula. Dominação. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 191-155.

HEY, Ana Paula. Poder simbólico. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 292-295.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**: ano 11 – 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**: ano 11 – 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953.

JOLY, Fábio Duarte. Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela. **Revista Brasileira de História** [online]. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 281-299, jul. 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LACHESKI, Edilene. **Guarapuava no Paraná**: discurso, memória e identidade (1950-2000). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular, 2012.

LAHUERTA, Milton. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. *In*: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. **Pensar o século XX**: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p.217-257.

LARRAIN, Jorge. Modernização. *In*: OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 479-481.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. Entre o moderno e o autoritário, o liberal e o conservador: o projeto de socialização político-ideológico contido na disciplina Estudo de Problemas Brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1029-1044, out.-dez., 2016.

LUPORINI, Teresa Jussara. Ensino superior no Paraná: a memória da Região Sudoeste. **Revista Histedbr**, Campinas-SP, n. 31, p.52-66, 2008.

MACEDO, Emiliano Unzer. Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético. **Revista Ágora**, Vitória, n. 7, p. 1-20, jan./jun. 2008.

MARCONDES, Gracita Gruber. **FAFIG: 15 anos de história**. Guarapuava: FAFIG, 1985.

MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: Histórica de luta e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

MARCONDES, Gracita Gruber. **Duzentos anos de uma caminhada histórica**. Guarapuava. 2010.

MARIA, Maurício de Fraga Alves. **Crônicas da alta sociedade**: discursos, representações e cotidiano nas colunas sociais do jornal *Folha do Oeste* (Guarapuava, PR, 1959-1964). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2011.

MARTINIAK, Vera Lúcia. **Processo histórico de institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais, PR**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

MAUGER, Gérard. Violência Simbólica. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 359-361.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. Lazer, Esporte e Cultura Urbana na Transição dos Séculos XIX e XX: Conexões entre Paris e Rio de Janeiro. **Logos 22 - Comunicação e Cultura Metropolitana**, Rio de Janeiro, a. 12, n. 22, p. 75-92, 1º sem. 2005.

MENDONÇA, Ana Waleska. **Anísio Teixeira e a universidade de educação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática** – da

democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 145-194.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-43.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. Apresentação. *In*: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz (org.). **História da imprensa**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 09-15.

NÓBREGA, Paulo. A Expansão da Escola Primária Republicana Paranaense em números: Quantidade X Qualidade (1900-1930). **Espaço Acadêmico**, Maringá, a. XVIII, n. 154, p. 99-118, mar. 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

O GUAYRA. Guarapuava: [S.n.], 1897.

O PHAROL. Guarapuava: [S.n.], 1919 – 1922.

OGANAUSKAS, Flávia Regina Marchiori. **Semear a “Terra do Futuro”**: os projetos de modernização e o ensino agrônomo no Paraná (1897-1932). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Antônio Lustosa de. **Passos de uma longa caminhada** (reminiscência). Curitiba: O Formigueiro, 1978.

OLIVEIRA, Antônio Lustosa de. **Tribuna Parlamentar (1951-1953)**. Guarapuava: Gráfica Guairacá, 1954.

OLIVEIRA, Marlize Rubin. Ensino superior: uma análise da expansão no sudoeste do Paraná. *In*: 26ª Reunião anual da ANPED, 2003, Poços de Caldas/MG. **Anais [...]**, Poços de Caldas/MG: Anped, 2003, p.23-48.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p.755-780, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. **Trajetória intelectual do jesuíta Leonel Franca**: educação e catolicismo (1923-1948). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, 2018.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 106-115, jul/dez, 2006.

ORSO, Paulino José. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná e seu contexto sócio-histórico. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 41, p. 231-240, mar. 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. **Les intellectuels en France: de l'affaire Dreyfus à nos jours**. Paris: Armand Colin, 2002.

PARANÁ. Assembleia legislativa do. **Projeto de Lei 63/53**. Curitiba, 1953.

PARANÁ. Assembleia legislativa do. **Projeto de Lei 37/67**. Curitiba, 1967.

PASSIANI, Enio; ARRUDA, Maria do Nascimento. Campo cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 71-73.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Júlia Santa Maria. A Imprensa em Guarapuava. In: **Monjolo**, Guarapuava, v.1, n. 1, p. 11-16, 1999.

PEREIRA, Luís Fernando. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo. **Unioeste: A histórica luta pela estadualização**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: UEM, 2007.

PLANALTO, João do. **Do meu canto: recordações de outros tempos**. Curitiba: O Formigueiro, 1981. v.1

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-27, jul.1995.

PRESTES, Rodrigo Evaristo. **Um "templo da civilização" no "coração do Paraná": o grupo escolar Visconde de Guarapuava (1912-1942) visto a partir da imprensa**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, PR, 2016.

RIBEIRO, Juliana Colussi. **Jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da Folha da Região de Araçatuba**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2005.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

ROSSO, Aline Louize Deliberali. **O capital simbólico do campo jornalístico: disputas e códigos compartilhados entre jornalistas e assessores da ALESC**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia**, v. 27 n. 3 p. 421-442, 2017.

SANTOS, Claudia Rejane Schavarinski Almeida. **Eurico Branco Ribeiro e o sanitarismo na década de 1920**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SANTOS, Lincoln de Araújo. A alternativa para o progresso: o Nacionalismo-Desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 19, p. 01-18, 2019.

SANTOS, Rodrigo dos. **Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste** – Guarapuava, Paraná (1946-1960). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, PR, 2015.

SANTOS, Rodrigo dos. “Aprender a nossa língua vernácula”: A imigração e educação (rural) no Folha do Oeste (1946 - 1960). **Revista Brasileira Educação do Campo**, Tocantinópolis v. 2 n. 1, p. 275-293, jan./jun. 2017.

SANTOS, Rodrigo dos; HIDALGO, Ângela Maria. A educação rural no período de 1946-1960 em Guarapuava e no Paraná. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 58, p. 167-187, set. 2014.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n.17, p. 19-50, jan./jun. 2012.

SAPIRO, Gisèle. Repensar o conceito de autonomia para uma sociologia dos bens simbólicos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 15, p. 1-27, 2020.

SCHMIDT, Leide Mara. **O Ensino Superior no Contexto das Políticas Públicas: Uma experiência de gestão no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, 2014.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Crença. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 90-93.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais no Paraná da década de 1960**. Tese

(Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

SILVA, Walderez Pohl da. **De Lustosa a João do Planalto: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Márcia da. **Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 395-413, jul. 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava-PR. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 1, p. 09-42, jan. 1997.

SILVA, Célia R. de Souza e. **Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa/Universidade Estadual de Ponta Grossa: 50 anos do curso de História**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2002.

SILVEIRA, José Ricardo da. **O jornalista na comunicação das organizações: cultura profissional e autopercepção**. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Eliezer Félix de. **Intelectuais, modernidade e discurso educativo no Jornal “Diário dos Campos” (1907-1928)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2010.

SOUZA, Eliezer Félix de. **Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2016.

SOUZA, Eliezer Félix de; CAMPOS, Nívio de. A mobilização dos intelectuais paranaenses no campo do poder em torno dos processos de criação, restauração e federalização da Universidade do Paraná (1912-1971). **Diálogos**, v. 25, n. 1, p.168-190, 2021.

SOUZA, Katiane da Cunha. **Memória e identidade institucional: inventário do acervo da Escola de Agronomia do Nordeste (1934-1968)**. 2018. Dissertação

(Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

SOUZA, Lucineia Moreira de. **Avante, Guarapuava**: educação e modernização na década de 1950. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, PR, 2014.

SZEUCZUK, Anderson. **História do ensino superior público na região centro-sul paranaense**: a constituição da FAFIG/UNICENTRO em Guarapuava (1970-1990). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2016.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava - recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 91.

TEIXEIRA, Benjamin C. **Registros históricos de Guarapuava**. Guarapuava: 2017.

TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Terceiro Planalto**. Guarapuava: 2000.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Imprensa Guarapuavana**. Guarapuava: Casa Benjamin C. Teixeira. Boletim nº 13/2013. Junho 2013.

VEIGA, José Antônio de Souza. A origem do ensino superior agrícola subordinado ao Ministério da Agricultura. **Comunicações**, Piracicaba, a. 17, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 145-179.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal Diário como fonte e como tema para pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, n. 16, p. 63-86, jan./abr. 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Imprensa, educação e esfera pública: um estudo a partir dos jornais paranaenses entre o final do século XIX e primeiro quartel do século XX. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; BONTEMPI JUNIOR, Bruno; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (org.). **História intelectual e educação**: imprensa e esfera pública. Jundiaí, SP: PACO, 2019. p.47-67.

VIEIRA, Livia Carolina. **História da Educação Agrícola do Sul de Minas Gerais: a Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Universidade do mate: história da UFPR**. Curitiba, APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1988.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem Contestada: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

APÊNDICE A

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O JORNAL FOLHA DO OESTE

As produções científicas a seguir correspondem àquelas que tratam do *Folha do Oeste* como fonte de pesquisa histórica, ou seja, se ocupam do *Folha do Oeste* como fonte para discutir outras problemáticas, dentre elas o ensino superior em Guarapuava.

Quadro 1 – Levantamento da produção científica sobre o *Folha do Oeste*

Ano	Tipo de Pesquisa	Título	Autor	Programa de Pós Graduação e Instituição	Orientador (a)	Cidade
2016	Dissertação	História do ensino superior público na região centro-sul paranaense: a constituição da FAFIG/UNICENTRO em Guarapuava (1970-1990)	SZEUCZUK, Anderson	Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Dr. João Carlos da Silva	Cascavel
2016	Dissertação	Um “templo da civilização” no “coração do Paraná”: o Grupo Escolar Visconde de Guarapuava (1912-1942) visto a partir da imprensa	PRESTES, Rodrigo Evaristo	Educação – Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO	Dr. Carlos Herold Junior	Guarapuava
2015	Dissertação	Discursos sobre imigração	SANTOS,	História – Universidade	Dr. Fernando	Irati

		no jornal Folha do Oeste - Guarapuava, Paraná (1946-1960)	Rodrigo dos	Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO	Franco Netto	
2014	Dissertação	Trabalho, educação e transformação da sociedade em Guarapuava-PR nas décadas de 1960 e 1970: o processo de criação da FAFIG	AMARAL, Mari Lucia do	Educação - Universidade Federal do Paraná	Dr. Carlos Herold Junior	Curitiba
2011	Dissertação	Crônicas da Alta sociedade: discursos, representações e cotidiano nas colunas sociais do jornal Folha do Oeste (Guarapuava, PR, 1959-1964)	MARIA, Maurício de Fraga Alves	História – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Dr ^a . Flávia Arlanch Martins de Oliveira	Assis
2008	Tese	Entre Lustosa e João do Planalto: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)	SILVA, Walderez Pohl da	História – Universidade Federal Fluminense	Dr. Jorge Ferreira	Niterói
Ano	Natureza	Título	Autor(es)	Periódico	Cidade	
2017	Artigo	“Aprender a nossa língua	SANTOS,	Revista Brasileira de	Tocantinópolis	

		vernacula” : A imigração e educação (rural) no Folha do Oeste (1946 - 1960)	Rodrigo dos	Educação do Campo		
2014	Artigo	Educação superior no interior do Paraná : o processo de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG (1960-1970)	AMARAL, Mari Lucia do, HEROLD JUNIOR, Carlos	Revista HISTEDBR On-line	Campinas	
2014	Artigo	A educação rural no período de 1946-1960 em Guarapuava e no Paraná	SANTOS, Rodrigo dos; HIDALGO, Angela Maria	Revista HISTEDBR On-line	Campinas	

Fonte: Dados da pesquisa organizados pela autora.